



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71)3283 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

PALOMA MOORE NEVES

**OS SINTAGMAS DETERMINANTES NUS OBJETOS
[+ESPECÍFICOS] [+DEFINIDOS] NO PORTUGUÊS
AFRO-BRASILEIRO DE HELVÉCIA**

Salvador
2019

PALOMA MOORE NEVES

**OS SINTAGMAS DETERMINANTES NUS OBJETOS
[+ESPECÍFICOS] [+DEFINIDOS] NO PORTUGUÊS
AFRO-BRASILEIRO DE HELVÉCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora.

Área de concentração: Variação da Língua
Portuguesa e Teoria da Gramática

Orientador: Prof. Dr. Alan Baxter

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Felipe Pinto

Salvador
2019

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Moore Neves, Paloma
Os Sintagmas Determinantes Nus Objetos
[+Específicos} [+Definidos] no Português Afro-
Brasileiro de Helvécia / Paloma Moore Neves.
Salvador, 2019.
214 f.

Orientador: Alan Norman Baxter.
Coorientador: Carlos Felipe Pinto.
Tese (Doutorado - Doutorado em Língua e Cultura)
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,
2019.

1. Sintagmas Determinantes. 2. SDs Nus Objetos.
3. Contato Linguístico. 4. Português Afro-Brasileiro.
5. Sociolinguística. I. Norman Baxter, Alan. II. Pinto,
Carlos Felipe. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

PALOMA MOORE NEVES

**OS SINTAGMAS DETERMINANTES NUS OBJETOS
[+ESPECÍFICOS] [+DEFINIDOS] NO PORTUGUÊS
AFRO-BRASILEIRO DE HELVÉCIA**

Tese para a obtenção do grau de Doutora em Letras

Salvador, agosto de 2019

Banca Examinadora:

Daniel da Silva Carvalho
Universidade Federal da Bahia (UFBA- Presidente)

Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA – Examinadora Interna)

Juliana Escalier Ludwig
Universidade Federal da Bahia (UFBA – Examinadora Interna)

Silvana Silva de Farias Araújo
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – Examinadora Externa)

Lanuza Lima Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA Examinadora Externa)

Aos meus pais, por entenderem o valor de tudo o que faço.

À Ilza Ribeiro, por ter sido a linguista mais competente que conheci pessoalmente.

AGRADECIMENTOS

Quando alguém nos presta um ou mais benefícios, parece justo querermos, em troca, beneficiar esse alguém de forma equivalente. Mas nem sempre isso é viável e poucas vezes aquilo que foi benefício para nós teria a mesma importância para a vida da outra pessoa. Tendo um propósito na criação dessa configuração desigual de ajuda ao próximo e não admitindo deixar nada mal feito, Deus inventou a gratidão. A gratidão é a maneira energética de conectar o beneficiário e o indivíduo beneficente de forma que o primeiro não se vê obrigado a dar nada em troca e o último não precisa de nada em troca. A gratidão basta. Nesse caso, eu sou a beneficiária e, eis abaixo a lista dos benéficos, sem os quais essa Tese não seria uma realidade. Meu reconhecimento e gratidão eternos:

A Deus, porque Ele, brilhantemente inventou, dentre tantas outras coisas, os beneficiários, os benéficos, os benefícios, a gratidão e a mente humana;

Aos meus pais, João Osmário e Mary, por sempre terem confiado no meu potencial e me apoiado nos momentos mais solitários da produção de uma Tese;

Aos meus irmãos, Lara, Ava, João e Luma, por torcerem por mim e me amarem desde o primeiro dia que nasceram;

A Sofia, que é um grande amor;

A João Miguel, que trouxe vida e a sensação de renovação no momento da produção final da Tese;

A Edna, grande facilitadora do meu dia a dia e um bem querer de valor inestimável;

A Memel, que foi muito companheira nas etapas finais da Tese;

A Professora Doutora Ilza Ribeiro, por ter me fornecido o conhecimento basilar da disciplina Linguística tão impecavelmente;

Ao Professor Doutor Alan Baxter, por ter sido o meu maior parceiro acadêmico nos períodos do Mestrado e do Doutorado e por ser um amigo com quem posso contar;

A Professora Doutora Josane Moreira de Oliveira, pelas sugestões acerca do tratamento dos dados e pelo carinho com que conduziu minhas dúvidas;

Ao Professor Doutor Carlos Felipe Pinto, pela disponibilidade, olhar crítico e amizade;

Ao Professor Doutor Dante Lucchesi, por ter me apresentado o universo do Português Afro-Brasileiro e a importância do contato entre línguas na constituição do mesmo;

A meus colegas e amigos Camila Santero, Mailson Lopes e Victor Cavalcanti Mariano, por terem sido parceiros e amigos nessa caminhada;

As professoras Doutoradas Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva e Silvana Silva de Araújo pelas importantes contribuições dadas no evento do meu Exame de Qualificação;

A Lanuza Lima Santos, por tão gentilmente me ajudar a entender o programa estatístico Goldvarb-X;

A Natali Santana, por esclarecer todas as minhas dúvidas sobre o programa Goldvarb-X com tanta delicadeza;

A Isis Barros, que, desde o Mestrado, foi uma incentivadora;

A Ana Paulla Matos Braga pela amizade e parceria;

A Sinval Medeiros Junior, por se mostrar disponível e por ser um grande teórico no campo da Linguística;

A Cristiane Pinto Daltro, Ricardo Luiz dos Santos Júnior e Thiago Rodrigues por todas as soluções burocráticas e esclarecimentos de dúvidas desde o período do Mestrado;

A Adriana Santos Silva Sacramento, pela presteza de sempre;

Aos meus professores de Doutorado pela contribuição intelectual;

Aos informantes de Helvécia pelos dados de valor inestimável;

À FAPESB, por financiar os meus estudos;

À UFBA, por ser uma excelente referência no que concerne uma instituição de Ensino Superior.

A ciência não se ocupa em efetuar milagres,
mas em fazer avançar a compreensão.

Noam Chomsky, 1996

RESUMO

Esta Tese estuda o Sintagma Determinante (SD) nu em posição de objeto no Português Afro-Brasileiro de Helvécia (PABH), combinando a abordagem teórico metodológica gerativista-descritivista e a sociolinguística variacionista laboviana. A variação na realização de SDs com e sem determinante nesta variedade do português foi sistematizada e descrita a partir de um *corpus* de 18 entrevistas estratificadas em três faixas etárias para os dois gêneros: - faixa 1 – falantes entre 20 e 40 anos; faixa 2 – falantes entre 41 e 60 anos; faixa 3 – falantes \geq 65 anos. Através da quantificação de dados, traçou-se o perfil da variação apresentado pelas três faixas etárias. A análise mostrou que, no Português Afro-Brasileiro de Helvécia, assim como no Português Brasileiro (PB) em geral, o uso do Sintagma Determinante singular nu é permitido, sendo mais livre no primeiro, onde pode ter uma leitura [+Específica] [+Definida]. As gerações mais antigas da comunidade teriam adquirido um sistema de marcação de definitude e referencialidade diferente daquele do PB geral, devido à situação de contato linguístico prevalente na comunidade em meados do século XIX. Para a análise dos dados, foram utilizados dois programas de estatística: a) o TVARB; e b) o Goldvarb-X. O primeiro observou o comportamento das três variantes da variável dependente: o artigo definido, demonstrativo e determinante zero. O segundo programa foi usado para garantir mais rigor aos resultados a partir dos testes de significância. Na análise realizada pelo Goldvarb-X foram identificados como condicionantes do uso do determinante zero os grupos de fatores **faixa etária**, **presença de outro material que atribui referencialidade**, **familiaridade** e **noção de número no SD**. O grupo **faixa etária** revelou um uso mais conservador pelos falantes idosos da faixa 3 (com preferência pelo Det \emptyset), um comportamento transitório pela faixa 2 (com preferência pelo demonstrativo), e um uso mais próximo ao do PB geral entre os falantes da faixa 1 (com preferência pelo artigo definido). Esse perfil aponta para uma mudança em curso no sistema de marcação de definitude do PABH. No entanto, a relevância do grupo **presença de outro material que atribui referencialidade** reflete o caráter multifuncional dos SDs no PABH, apontando a importância da interface entre o nível gramatical e o extra-gramatical para derivar interpretações corretas, possibilitando, assim, a leitura [+Específica] [+Definida]. A variável **familiaridade** revela o papel da pragmática no uso do Det \emptyset e o grupo **noção de número no SD** confirma a relação entre o SD singular e o uso do Det \emptyset .

Palavras-chave: Sintagmas Determinantes; SDs Nus Objetos; Português Brasileiro; Português Afro-Brasileiro; Gramática Gerativa; Sociolinguística.

ABSTRACT

This thesis studies the determiner phrase (DP) in object position in the Afro-Brazilian Portuguese of Helvécia (PABH), combining the generative-descriptive theoretical approach and labovian variationist sociolinguistics. The variation in use of DPs with and without a determiner in this variety of Portuguese was systematized and described in a *corpus* of 18 stratified interviews in three age groups and both genders: group 1 - speakers between 20 and 40 years of age; group 2 - speakers between 41 and 60 years; and group 3 - speakers ≥ 65 years. By means of the quantified data, the profile of the variation presented by the three age groups was traced. The analysis showed that in PABH, as in wider Brazilian Portuguese, the use of a singular DP is allowed, yet is freer in PABH, where it can have a [+ Specific] [+ Definite] reading. The older generations of the community would have acquired a system for marking definiteness and referentiality different from that of Brazilian Portuguese, due to the situation of linguistic contact prevalent in the community in the mid-nineteenth century. For the data analysis, two statistical programs were used: a) the TVARB; and b) Goldvarb-X. The first one observed the behavior of all three variants of the dependent variable: the definite article, demonstrative and zero determiner. The second program was used to guarantee more rigor in the results by way of significance tests. In the analysis performed by Goldvarb-X, the factor groups **age group**, **presence of other material that confers referentiality**, **familiarity** and **number notion in the DP** were identified as influential in the use of zero determiner. The **age group** revealed a more conservative use by the older speakers in age group 3 (with preference for the null determiner), a transient behavior in age group 2 (with preference for the demonstrative), and a use closer to that of general PB among the speakers of age group 1 (with preference for the definite article). This profile points to an ongoing change in the PABH definiteness marking system. However, the relevance of the group **presence of other material that confers referentiality** reflects the multifunctional character of DPs in PABH, pointing to the importance of the interface between the grammatical and extra-grammatical levels to derive correct interpretations, thus enabling the [+ Specific] [+ Defined] reading. The variable **familiarity** reveals the role of pragmatics in the use of the null determiner and the group **number notion in the DP** confirms the relation between the singular DP and the use of the null determiner.

Key words: Determiner Phrase; bare object DP; Brazilian Portuguese; Afro-Brazilian Portuguese; Generative Grammar; Sociolinguistics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As configurações previstas pelo PMN e a configuração do PB	67
Quadro 2 – O cenário da Antiga Colônia Leopoldina confrontado com os Eventos 0, 1, 2, 3 e X	110
Quadro 3 - Distribuição dos informantes por idade, faixa etária e sexo	156
Quadro 4 – Variável dependente, variáveis independentes e exemplos	162
Quadro 5 – Grupos de fatores selecionados e rejeitados pelo GoldvarbX	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX	95
Tabela 2 – Informação demográfica da Colônia Leopoldina derivada do relatório de 1840	112
Tabela 3 – Resumo parcial do relatório de 1848	113
Tabela 4 – Proporções de escravos africanos e brasileiros em dezessete plantações da Colônia Leopoldina	115
Tabela 5 – Escravos adultos e pré-adolescentes em dezessete plantações da Colônia Leopoldina	116
Tabela 6 – Origens de escravos africanos em quatro plantações da Colônia Leopoldina	117
Tabela 7 – Origem dos escravos africanos na Colônia Leopoldina	118
Tabela 8 – Idades dos escravos africanos nas plantações de E. & F. Krull em 1854	120
Tabela 9 – Idades dos escravos brasileiros nas plantações de E. & F. Krull em 1854	120
Tabela 10 – Determinantes em SD objetos [+Específicos] [+Definidos] – distribuição geral	169
Tabela 11 – Efeito da faixa etária sobre o uso do Det Ø - análise binária	172
Tabela 12 – Efeito da faixa etária sobre as três variantes da variável dependente	173
Tabela 13 – Efeito da presença de outro constituinte que marque referencialidade sobre o uso do Det Ø - análise binária	175
Tabela 14 – Efeito da presença de outro constituinte que marque referencialidade sobre o uso Det Ø (todos os fatores incluídos) – análise binária	176
Tabela 15 – Efeito da presença de outro constituinte que marque referencialidade sobre as três variantes da variável dependente – 7 fatores contemplados*	177
Tabela 16 – Efeito do tipo de familiaridade sobre o uso do Det Ø análise binária.....	180
Tabela 17 – Efeito do tipo de familiaridade sobre as três variantes da variável dependente	181
Tabela 18 – Efeito da noção de número sobre o uso do Det Ø - análise binária	184
Tabela 19 – Efeito da noção de número no SN sobre as três variantes da variável dependente	185
Tabela 20 – Efeito do tipo de posse sobre o uso do Det Ø - análise binária	187
Tabela 21 – Efeito do tipo de posse sobre as três variantes da variável dependente	187
Tabela 22 – Efeito do gênero biológico sobre o uso do Det Ø - análise binária	189

Tabela 23 – Efeito do gênero biológico sobre as três variantes da variável dependente	189
Tabela 24a – Efeito do gênero biológico sobre as três variantes da variável dependente nas três faixas etárias; falantes mulheres	191
Tabela 24b – Efeito do gênero biológico sobre as três variantes da variável dependente nas três faixas etárias; falantes homens	191
Tabela 25 – Efeito da animacidade sobre o uso do Det Ø - análise binária	193
Tabela 26 – Efeito da animacidade sobre as três variantes da variável dependente	194
Tabela 27 – Efeito da contabilidade do SN sobre o uso do Det Ø - análise binária	196
Tabela 28 – Efeito da contabilidade do SN sobre as três variantes da variável dependente	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[±arg]	±Argumento
[±pred]	±Predicativo
[±I]	± Identificável
[±M]	± Foco nos Membros Integrantes da Classe
[±U]	± Quantificação Universal
[-Pr]	± Não-possibilidade de retomada por pronomes pessoais de mesmo gênero e número do SD
A	Adjetivo
ABECS	Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
AP	Adjective Phrase/ Sintagma Adjetivo
Adv	Advérbio
AdvP	Adverbial Phrase/ Sintagma Adverbial
CCV	Crioulo Caboverdiano
Ds	Determinantes
DAL	Dispositivo de Aquisição da Linguagem
DET	Determinante
DETØ	Determinante Zero
DFRs	Determinantes Foneticamente Realizados
DLPs	Dados Linguísticos Primários
DPs	Determiner Phrases
EFBM	Estrada de Ferro Bahia-Minas
FF	Forma Fonética
FL	Forma Lógica
GU	Gramática Universal

HB	Hipótese do Bioprograma
HCE	Crioulo Havaiano de Base Inglesa
HCP	Hipótese da Crioulização Prévia
HPE	Pidgin Havaiano de Base Inglesa
IP	Inflectional Phrase/ Sintagma Flexional
NCNB	Niger-Congo Não Bantu
N(s)	Nome(s)
NP	Noun Phrase/ Sintagma Nominal
NumP	Numeral Phrase (Sintagma Numeral)
P	Preposição
PABH	Português Afro-Brasileiro de Helvécia
PB	Português Brasileiro
PDE	Pobreza de Estímulo
PE	Português Europeu
PM	Programa Minimalista
PMN	Parâmetro do Mapeamento Nominal
PP	Prepositional Phrase/ Sintagma Preposicional
R	Referencial
SDs	Sintagmas Determinantes
SLA	Second Language Acquisition / Aquisição de L2
SNs	Sintagmas Nominais
SPEC	Especificador
SVL	Sociolinguística Variacionista Laboviana
SV	Sintagma Verbal
TMA	Tempo/Modo/Aspecto
V	Verbo
VP	Verbal Phrase/Sintagma Verbal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 SINTAGMAS DETERMINANTES: FUNDAMENTOS TEÓRICOS GERAIS	24
1.1 TEXTOS CENTRAIS E ESTRUTURAÇÃO DO CAPÍTULO	24
1.2 AS CONTRIBUIÇÕES DE LYONS: UMA EXPOSIÇÃO SOBRE O CONCEITO DE DEFINITUDE E OUTRAS NOÇÕES QUE CARACTERIZAM OS SDs	25
1.2.1 Considerações iniciais sobre definitude	25
1.2.2 A noção de familiaridade	26
1.2.3 A noção de especificidade	30
1.2.4 A noção de genericidade	31
1.2.5 O que caracteriza um SN como indefinido?	33
1.2.6 As noções de contabilidade e número	35
1.2.7 A noção de animacidade	38
1.2.8 A noção de posse e seus tipos	39
1.2.9 Uma breve discussão sobre tipos de substantivo	40
1.3 O PARÂMETRO DO MAPEAMENTO NOMINAL DE CHIERCHIA	42
1.4 ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO DA EXPRESSÃO NOMINAL	45
1.4.1 A teoria X-barras e a Hipótese do SD	46
1.4.2 Propriedades semânticas e distribucionais dos Ns e dos Ds segundo Longobardi	47
1.4.3 Algumas generalizações comparativas acerca do comportamento dos nomes comuns, nomes próprios e pronomes entre as línguas	49
1.4.4 A posição D e o traço de referencialidade	52
1.4.5 Arrematando.....	52
2 OS SDs NUS OBJETOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	54
2.1 O INTERESSE PELOS SDs NUS OBJETOS EM PB	54
2.2 QUESTIONANDO O PARÂMETRO DO MAPEAMENTO NOMINAL	56
2.2.1 O comportamento dos nomes nus no PE	57
2.2.2 Retomando brevemente a proposta de Chierchia	58
2.2.3 Os nomes nus singulares do PB: plurais nus, nomes de massa?	59
2.2.4 Por que o PB não se enquadra no PMN de Chierchia?	63
2.2.5 A proposta de Schmitt & Munn para os singulares nus no PB	67
2.3 OS SDs NUS DO PB SOB O OLHAR DE SARAIVA	70

2.3.1 SDs nus x expressões idiomáticas	70
2.3.2 O comportamento gramatical dos SDs nus do PB	71
2.3.3 O comportamento semântico dos SDs nus do PB	72
2.3.4 O que são objetos incorporados?	73
2.3.5 A sistematicidade do fenômeno da incorporação do objeto no PB: os dados de Whitaker Franchi e o estudo de Barros	74
2.3.6 Comparando o fenômeno da incorporação nominal nas línguas polissintéticas e os SDs nus objetos do PB	77
2.3.7 Reavaliando a hipótese do SD	78
2.3.8 Resumindo as contribuições de Saraiva	79
2.4 EXISTEM SNs NUS REFERENCIAIS SINGULARES ARGUMENTOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO?	80
2.4.1 A falta de convergência teórica e empírica entre os estudos sobre SNs no PB	80
2.4.2 A proposta de Wall: há posições sintáticas em que SNs nus singulares argumentos com leitura referencial são admitidos no PB	81
2.5 FECHANDO	85
3 A CRIOLIZAÇÃO NA ANTIGA COLÔNIA LEOPOLDINA	86
3.1 DELIMITANDO CONCEITOS: LÍNGUA CRIOLA, PROCESSOS CRIOLIZANTES E CRIOLIZAÇÃO EXPRESSIVA	87
3.2 POR QUE NÃO HOVE UM PROCESSO EXPRESSIVO DE CRIOLIZAÇÃO NO BRASIL À NÍVEL MACRO?	90
3.2.1 A influência indígena na constituição do PB	91
3.2.2 Fatores que desfavoreceram a formação de um crioulo de base portuguesa envolvendo todo o Brasil	93
3.2.3 Por que é difícil fundamentar a existência de processos de crioulização a nível micro no Brasil?	98
3.3 O CASO DE HELVÉCIA: POR QUE TERIA HAVIDO UM PROCESSO DE CRIOLIZAÇÃO NESSA REGIÃO?	100
3.3.1 Background	101
3.3.2. Fatores sociais que teriam favorecido uma crioulização na antiga Colônia Leopoldina	102
3.3.2.1 Isolamento	103
3.3.2.2 A destruição do tecido social, a existência de motins e quilombos e a coibição de atividades revolucionárias	104

3.3.2.3 <i>Distribuição demográfica desigual</i>	107
3.3.3 As particularidades do contexto sócio-histórico da Colônia Leopoldina	108
3.3.3.1 <i>Uma avaliação geral da demografia da antiga colônia considerando os Eventos 0, 1, 2, 3, e X</i>	108
3.3.3.2 <i>A dinâmica populacional da colônia entre 1840 e 1848: distribuição dos proprietários por nacionalidade e quantidade de escravos adultos e crianças nas plantações</i>	112
3.3.3.3 <i>Proporção de escravos africanos e brasileiros (adultos e pré-adolescentes) nas plantações</i>	114
3.3.3.4 <i>Origem dos escravos</i>	117
3.3.3.5 <i>Formação de famílias de escravos</i>	120
3.4 FATOS EMPÍRICOS QUE APONTAM PARA UM PROCESSO DE MUDANÇA LINGUÍSTICA ENVOLVENDO AQUISIÇÃO PELO CONTATO	124
3.5 REMATANDO: UM CASO EVIDENTE DA OCORRÊNCIA DE PROCESSOS CRIOLIZANTES	129
4 OS MECANISMOS (PSICO)LINGUÍSTICOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS CRIOLIZANTES	131
4.1 IDEIAS CENTRAIS E ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO	131
4.2 PRINCIPAIS ABORDAGENS PARA A ORIGEM DOS CRIoulos	134
4.2.1 O que entendemos por Gramática Universal?	134
4.2.2 As abordagens universalistas, substratistas e superstratistas	135
4.2.3 Abordagens acerca dos sistemas de determinantes das línguas crioulas	137
4.3 PRINCIPAIS ABORDAGENS DE AQUISIÇÃO DE L2 FUNDAMENTADAS NA GRAMÁTICA GERATIVA	139
4.4 A QUESTÃO DA TRANSFERÊNCIA E DO ACESSO À GU NA AQUISIÇÃO DE L2	141
4.4.1 Em que consiste a transferência?	141
4.4.2 Transferência versus acesso à GU	143
4.5 HIPÓTESES PARA O USO DOS SDs NUS [+ESPECÍFICOS] [+DEFINIDOS] NO PABH	145
4.6 AS LÍNGUAS DE SUBSTRATO PREVALENTES NA ECOLOGIA DA SITUAÇÃO DE CONTATO DA COLÔNIA LEOPOLDINA	146
4.7 O ESTUDO DE BAPTISTA SOBRE O CRIULO CABOVERDIANO	148

4.7.1 A descrição do sistema de determinantes do CCV com ênfase nos nomes nus	149
4.7.2 Recapitulando os fatos empíricos sobre os SDs no CCV	153
4.7.3 Assumindo a proposta de Longobardi para os nomes nus no CCV	154
4.7.4 Finalizando	155
5 METODOLOGIA	156
5.1 ESCOLHA E DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	156
5.2 RECOLHA DOS DADOS E TEMAS DAS ENTREVISTAS	157
5.3 A VARIÁVEL DEPENDENTE E AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES	158
5.3.1 A variável dependente	158
5.3.2 Descrição e importância das variáveis	159
5.4 ESCOLHA DOS PROGRAMAS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	164
5.5 METODOLOGIA X ENQUADRAMENTO TEÓRICO	165
6 O USO DOS SDs NUs OBJETOS NO PABH: UM OLHAR DIRECIONADO PARA OS DADOS REFERENCIAIS	168
6.1 OBJETIVOS E DESCRIÇÃO DO CAPÍTULO	168
6.2 A DISTRIBUIÇÃO GERAL DE SDs REFERENCIAIS DEFINIDOS NA POSIÇÃO DE OBJETO	169
6.3 RESULTADOS DAS ANÁLISES REALIZADAS: GRUPOS SELECIONADOS PELO GOLDVARB-X	171
6.4 GRUPOS SELECIONADOS	172
6.4.1 Faixa etária	172
6.4.2 Presença de outro constituinte que marque referencialidade	175
6.4.3 O efeito da familiaridade do referente do SD com leitura definida	180
6.4.4 Noção de número no SD	183
6.5 GRUPOS REJEITADOS	186
6.5.1 Tipo de posse	186
6.5.2 Gênero	189
6.5.3 Animacidade do nome	193
6.5.4 O caráter contável do nome	196
6.6 COMENTÁRIOS FINAIS DA ANÁLISE	198
CONCLUSÃO	200
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO

O presente escrito traz como tema o sistema de determinantes do Português Afro-Brasileiro de Helvécia (PABH), dando continuidade ao estudo de Moore Neves (2015). O tema central dessa investigação, isto é, o seu objeto de estudo, é o Sintagma Determinante (SD) nu objeto com leitura [+Específica] [+Definida] desse dialeto. A possibilidade de uso de SDs nus objetos na variedade do português falado em Helvécia foi inicialmente observada por Ferreira (1984 (1961)), Baxter (1992, 1998) e Baxter & Lopes (2006, 2009). Este dialeto apresenta divergências morfossintáticas que indicam a ocorrência de um processo de mudança linguística que envolveu a aquisição pelo contato, e, portanto, merece atenção especial na busca de uma melhor caracterização das variedades do português rurais do Brasil. Helvécia é, hoje, um distrito do município de Nova Viçosa localizado no extremo sul da Bahia (Baxter & Lucchesi, 2009). Lá vive uma comunidade de descendentes de escravos da antiga Colônia Leopoldina que ficaram assentados e isolados em pequenas roças na região após a abolição e o fim da colônia. Durante o período de existência da colônia (1818-1888), o contexto sócio-histórico evidentemente favoreceu processos de crioulização que resultaram, dentre outras mudanças, na possibilidade do uso do SD nu objeto com leitura referencial.

Os principais objetivos desta tese são: i) estudar a variação no uso do determinante em sintagmas determinantes objetos com traço [+Específico] [+Definido] dentro das faixas 1 (20-40 anos), 2 (41-60 anos) e 3 (> 65 anos); ii) investigar os traços linguísticos e sociais que condicionam o uso das variantes do determinante definido: o artigo definido, o demonstrativo e o determinante zero; e, iii) rastrear o desenvolvimento do SD objeto [+Específico] [+Definido] no PABH através do tempo a partir do tempo aparente.

Ao observar que a realização de Sintagmas Nominais (SNs) nus é livre em algumas línguas e obedece certas restrições em outras, Chierchia (1998) propõe a existência de um parâmetro semântico, o Parâmetro do Mapeamento Nominal, sugerindo que as projeções máximas nus podem ser predicativas e/ou argumentais. Assim, haveria línguas do tipo [+arg, -pred], que incluem o japonês e o chinês; línguas cujos SNs são mapeados como [+arg, +pred], como no caso do inglês e da maior parte das línguas germânicas; e línguas que apresentam a configuração [-arg, +pred], que seria o caso das línguas românicas. Cada uma das três opções implica em uma série de

outras propriedades. Apesar de essas particularidades não estarem necessariamente logicamente relacionadas, uma vez que uma língua se enquadre em um dos tipos, ela deve observar as demais particularidades daquela classificação.

Tendo em vista que o Português Brasileiro (PB) é uma língua românica, ele deveria estar enquadrado no tipo de configuração [-arg, +pred]. No entanto, de acordo com Schmitt & Munn (1999), o PB admite singulares nus na posição de objeto, o que, segundo Chierchia, não é admitido nas línguas desse tipo. Os exemplos de (1) a (3) ilustram o comportamento diferenciado do PB quando comparado ao espanhol e ao inglês:

- 1) *¹Sólo he *comprado ordenador* ese mes porque realmente lo necesitaba.
(espanhol)
- 2) *I just *bought computer* this month because I really needed it. (inglês)
- 3) Eu só *comprei computador* esse mês porque realmente precisava dele.
(português)

As sentenças (1) e (2) precisariam ter a posição D (determinante) preenchida para serem consideradas gramaticais. A sentença (3), contrariamente, é produtiva e aceitável para qualquer falante do PB sem a presença de um determinante.

No estudo anterior, mostrou-se, a partir dos dados de 5 inquiridos do Projeto Vertentes da UFBA, que o PABH apresenta as mesmas possibilidades de uso de SDs objetos com leitura existencial, genérica e indefinida do que aquelas apresentadas pelo PB. A diferença reside no fato de que, nessa variedade, diferentemente do que ocorre no PB em geral, também são encontrados dados [+Específicos] [+Definidos] sem determinante na posição de objeto:

- 4) Maria Catarina sabe...sab *data certa!*
- 5) Eu esquece *nome daquele home...* (HV-15 – Informante C)

Nessas realizações, a configuração do SD apresenta-se como mais um indício do processo de transmissão linguística irregular que teria contribuído para a formação do

¹ O símbolo ‘*’ representa a agramaticalidade da sentença.

Português Afro-Brasileiro (Lucchesi, Baxter & Ribeiro, 2009). Assume-se que essa configuração seria uma evidência de que os dados linguísticos primários (DLPs) que atuaram como gatilhos para desencadear a estruturação da gramática dos escravos da antiga Colônia Leopoldina e seus descendentes foram diferentes daqueles que estavam disponíveis em outras situações de aquisição de português na mesma época. O motivo dessa diferença estaria nas fases iniciais da colônia, quando houve um grande número de africanos adultos que tiveram que aprender o português como segunda língua (L2). Nesse caso, teria havido transferência de parâmetros das línguas maternas desses falantes (seguindo o conceito de transferência de Lefebvre (2008)) para as variedades do português L2, interlínguas², que serviram de modelo para as crianças nascidas nesse contexto.

Sublinha-se, por conseguinte, a importância de descrever o sistema de uso dos determinantes objetos [+Específicos] [+Definidos] do PABH e seus condicionantes, comparando as faixas 1, 2 e 3 de ambos falantes homens e mulheres no presente escrito, no intuito de entender como se deu o processo de aquisição geracional do sistema de marcação de definitude e referencialidade nesse dialeto.

O trabalho é organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, iniciamos a fundamentação teórica desse estudo tendo em vista as particularidades semânticas e sintáticas dos SDs. O eixo central do capítulo é constituído de três textos que são reconhecidos como referências dentro da temática: Lyons (1999), Chierchia (1998) e Longobardi (1998). No capítulo 2, continuamos a exposição dos fundamentos teóricos, enfatizando, dessa vez, os SDs do PB, justificando a atenção facultada ao sistema de determinante dessa língua e do dialeto de Helvécia. Estão incluídos nesse capítulo, Schmitt & Munn (1999), Müller (2002), Saraiva (1997) e Wall (2013). Nosso suporte teórico para a descrição posterior dos dados apresenta como base, portanto, trabalhos de cunho gerativista.

O capítulo 3 objetiva mostrar o contexto histórico que teria possibilitado um processo de criouliização na região de Helvécia a partir do início do século XIX. Iniciamos o capítulo, com a delimitação de alguns conceitos basilares (como os de ‘língua crioula’ e ‘processos criouliizantes’), seguidos da comparação da situação de

² De acordo com Selinker (1972, p. 214), uma ‘interlíngua’ é um sistema linguístico distinto/separado daquele do da língua alvo, que tem como base as produções linguísticas dos falantes aprendentes de uma L2 em suas tentativas de produzirem normas/padrões dessa língua alvo.

contato do Haiti segundo estudo de Lefebvre (2005) com a situação de contato ocorrida na colonização do Brasil. A partir da proposta de Lucchesi (2007), explicitamos os fatores que inviabilizaram a ocorrência de um processo expressivo de criouliização no Brasil a nível macro. Por outro lado, levando em consideração o trabalho de Antunes (2011), relacionamos os fatores que favorecem os processos de criouliização de forma geral com a situação da antiga Colônia Leopoldina. Mostramos que, associados aos fatores históricos, demográficos e sociais envolvidos na formação da colônia, há uma gama de dados empíricos que solidificam a ideia da ocorrência de um processo de criouliização na região, como atestou Ferreira (1961, 1984).

Em seguida, no capítulo 4, com o propósito de entendermos o que viabilizou a mudança no sistema de determinante do PABH, apontamos as principais abordagens para a origem dos crioulos que estão em evidência atualmente. Também mostramos as abordagens que tratam particularmente do sistema de determinante das línguas crioulas. Tendo em vista a importância de combinarmos as abordagens sobre a origem dos crioulos a um modelo de aquisição de L2, assinalamos as características dos modelos existentes. Nesse sentido, será de grande valia a discussão acerca da importância do papel da Gramática Universal e da transferência nas mudanças morfossintáticas ocorridas no PABH, e nomeadamente as que originaram o sistema de determinantes desse dialeto. Ao contemplarmos o papel da transferência, consideramos as características dos sistemas de determinantes das línguas de substrato envolvidas na situação de contato da antiga Colônia Leopoldina que poderiam ter sido transferidas para o PABH. Por fim, apresentamos o estudo de Baptista sobre os SDs no crioulo caboverdiano.

No capítulo 5 apresentamos a metodologia adotada na presente pesquisa. Tratamos da escolha e descrição do *corpus*, e apresentamos a variável dependente bem como as variáveis independentes que selecionamos para o tratamento dos dados. Apresentamos as variantes dentro de cada uma das variáveis e damos exemplos para ilustrar os grupos de fatores. Propomos, enfim, a codificação e a quantificação dos dados dentro dos moldes da Sociolinguística laboviana. Para realizarmos a análise trinomial dos dados (as variantes sendo: o artigo definido, o demonstrativo e o determinante zero), adotamos o programa TVARB por ser esse software configurado para tratamento de variáveis trinomiais. Como esse programa carece de testes avançados de significância, propomos também uma análise binomial com o Goldvarb-X (que

garante mais rigor com o processo de *step-up* e *step-down*), seguindo as recomendações de Guy e Zilles (2007, p. 164-167), amalgamando os determinantes foneticamente realizados (artigo definido e demonstrativo) em oposição ao determinante zero.

Por fim, no capítulo 6, apresentamos os resultados do tratamento dos dados e fazemos a discussão e interpretação das análises, tendo em vista os fundamentos teóricos que exploramos nos capítulos anteriores.

1 SINTAGMAS DETERMINANTES: FUNDAMENTOS TEÓRICOS GERAIS

1.1 TEXTOS CENTRAIS E ESTRUTURAÇÃO DO CAPÍTULO

Nesse capítulo, inicia-se a fundamentação teórica da presente Tese. Tendo em vista que o objeto de estudo são os Sintagmas Determinantes nus objetos, faz-se necessário observar, inicialmente, as particularidades semânticas e sintáticas desses elementos. Para tanto, foram selecionados três textos principais que se destacam como referência dentro da temática e outros trabalhos que serão mencionados ao longo do capítulo no intuito de complementarem as ideias dos textos centrais. Dentre os textos basilares, encontra-se o de Lyons (1999), o qual apresentaremos na seção seguinte. Trata-se de um abundante compêndio sobre **definitude**, que mostra como as línguas expressam a distinção entre referentes identificáveis e não identificáveis. O autor propõe que a definitude se apresenta como uma categoria gramatical representada na sintaxe como núcleo funcional D e associa o conceito de definitude a outros conceitos com os quais o primeiro parece estar estreitamente interligado (a exemplo das noções de **familiaridade** e **especificidade**). Dessa forma, o texto de Lyons nos fornece um suporte consistente para a formulação das variáveis linguísticas que contém os possíveis fatores condicionantes do uso dos SDs nus objetos referenciais no PABH. O trabalho de tipologia de línguas de Chierchia (1998), em que o autor se dedica ao estudo de SNs sem determinante que ocorrem em posições argumentais canônicas, também se mostrou fundamental para a discussão e será o segundo apresentado nesse capítulo. Como já mencionado, Chierchia se apóia na ideia de haver variação entre as línguas no que concerne o que os SNs podem denotar (sendo as opções: nomes de tipo e/ou predicados). O autor propõe a classificação das línguas naturais quanto a esse aspecto dentro do Parâmetro do Mapeamento Nominal, que impõe uma variação limitada no mapeamento dos SNs da sintaxe para a semântica e, uma vez que a língua se classifica em uma das tipologias, há implicações de comportamento particular em cada caso, como, por exemplo, a marcação ativa ou não ativa do plural ou a distinção ou não distinção entre nomes contáveis e nomes de massa naquela língua. Para verificarmos que o PB não se enquadra em nenhuma das três tipologias propostas, é importante conhecer todas, bem como os encadeamentos resultantes de cada um delas. Para fechar o capítulo, apresentaremos o trabalho de Longobardi (1998), que trata dos nomes nus,

comparando o seu comportamento nas línguas Românicas e Germânicas do ponto de vista das suas diferenças sintáticas e semânticas. A maior contribuição desse trabalho para a presente Tese é a proposta de que SDs nus podem se projetar em SD e possuir determinantes nulos, contrastando com a ideia anteriormente proposta na literatura que localiza os SDs dentro dos SNs, na sua posição de especificador.

Esses trabalhos destacam-se dentro do debate sobre os SDs nus por estarem respaldados em uma argumentação substancial e, conseqüentemente, representarem modelos e/ou pontos de partida apropriados para o debate fundamentado acerca do tema.

1.2 AS CONTRIBUIÇÕES DE LYONS: UMA EXPOSIÇÃO SOBRE O CONCEITO DE DEFINITUDE E OUTRAS NOÇÕES QUE CARACTERIZAM OS SDs

1.2.1 Considerações iniciais sobre definitude

Para apresentar a noção de **definitude**, Lyons (1999) seleciona uma série de outras noções que estão, de acordo com o linguista, intrinsecamente ligadas à primeira, tais como: **familiaridade**, **especificidade**, **genericidade**, **posse**, **animacidade**, **contabilidade**, entre outras. Estas noções são também selecionadas como base para o presente trabalho, pois se apresentam como categorias classificatórias que serão aplicadas aos dados. Assim, apresentar-se-ão cada uma delas em uma seção para este fim especificamente destinada.

Da mesma forma, Lyons (1999, p. 1) indica a importância de se tratar dos diversos tipos de SNs que são considerados definidos ou indefinidos, ressaltando que (in)definitude não se limita³ a SNs acompanhados do artigo definido ou indefinido. Na seção (1.2.5) mostrar-se-ão os critérios usados por Lyons para caracterizar um SN como indefinido, o que servirá como base para contrastar com o conceito de definitude. A caracterização de um SN como definido será tratada ao longo das demais seções.

Apesar da ressalva feita no parágrafo anterior, a discussão sobre **definitude** é iniciada por Lyons com a explicação de que, nas línguas em geral, o sintagma nominal (SN) pode⁴ possuir um elemento que marca a definitude ou indefinitude do seu núcleo.

³ O grifo é nosso.

⁴ O grifo é nosso.

O elemento de marcação pode ser um artigo (como no inglês: *the* , *a*) ou um afixo (como no árabe: *al-* , *-n*). O autor (1999, p. 2) aponta que nem todos os SNs possuem artigo, o que ele afirma ocorrer provavelmente em todas as línguas, e que a distinção de definitude e indefinitude se aplica tanto aos SNs acompanhados por um determinante foneticamente marcado quanto aos SNs nus.

Para introduzir a ideia de (in)definitude de maneira mais objetiva, Lyons limita-se, inicialmente, à discussão dos SDs definidos simples e dos indefinidos simples, um caminho que também se mostrou adequado para o presente trabalho, já que, seguidamente apresentar-se-á a noção de familiaridade.

1.2.2 A noção de familiaridade

De acordo com Lyons (1999), o conceito de **familiaridade**, um possível fator condicionante dos SDs nus nos dados do presente trabalho, pode ser bem entendido recorrendo aos SDs definidos simples (como em: *the car* ‘o carro’) e dos indefinidos simples (como em: *a car* ‘um carro’).

Segundo o autor (1999, p. 2), apesar de *the car* ‘o carro’ referir-se, a princípio, a um carro em particular, como no exemplo 1, há situações em que *a car* ‘um carro’ também pode ser um determinado carro e não um carro qualquer para o falante, como no exemplo 2:

1) I bought *the car* this morning.

Eu comprei *o carro* nessa manhã

2) I bought *a car* this morning.

Eu comprei *um carro* nessa manhã.

A diferença entre elas, segundo Lyons (1999, p. 2) é que, na primeira opção, o carro do qual se fala é de conhecimento também do ouvinte e essa observação o leva a apresentar a **Hipótese da Familiaridade** (p. 3), um conceito introduzido por Christophersen (1939) e elaborado por Hawkins (1978). De acordo com a **Hipótese da Familiaridade**, a **definitude** está relacionada ao (re)conhecimento do ouvinte em relação ao referente de que o falante trata nos diversos contextos. Para tornar o conceito

de familiaridade mais claro, Lyons (1999, p. 3), o ilustra com exemplos de usos situacionais, anafóricos, associativos, dentre outros, do determinante *the* ‘o/a/os/as’:

Uso situacional

3) Just give *the shelf* a quick wipe, will you, before I put this vase on it.

Apenas dê uma rápida limpada *na prateleira*, você faria isso, antes de eu colocar esse vaso em cima dela.

4) Put these clean towels in *the bathroom* please.

Coloque essas toalhas limpas *no banheiro* por favor.

Conhecimento geral

5) *The president of Ghana* is visiting tomorrow.

O presidente de Gana estará visitando amanhã.

6) *The moon* was very bright last night.

A lua estava muito clara na noite passada.

Uso anafórico

7) An elegant, dark-haired woman, a well-dressed man with dark glasses, and two children entered the compartment. I immediately recognized *the woman*. *The children* also looked vaguely familiar.

Uma mulher elegante de cabelo escuro, um homem bem vestido de óculos escuros, e duas crianças entraram no compartimento. Eu imediatamente reconheci *a mulher*. *As crianças* também pareceram vagamente familiares.

Referência cruzada

8) I had to get a taxi from the station. On the way *the driver* told me there was a bus strike.

Eu tive que pegar um táxi da estação. No caminho, *o motorista* me disse que estava havendo uma greve de ônibus.

9) They've just got in from New York. *The plane* was five hours late.

Eles acabaram de chegar de Nova York. *O avião* estava 5 horas atrasado.

Uso catafórico

10) *The bloke* *Ann went out last night* phoned a minute ago.

O *sujeito com o qual Ann saiu na noite passada* telefonou há um minuto.

11) *The fact* *that you've known them for years* is no excuse.

O *fato de que você os conhece há anos* não é desculpa.

(Lyons, 1999, p. 3)

Para explicar e mostrar o que Lyons demonstrou a partir dos exemplos do inglês, servir-se-á, no presente trabalho, de exemplos formulados em PB, optando por sentenças em que o SN aparece na posição de objeto. Nos exemplos 12 e 13, tem-se o uso **situacional** do artigo definido. O mesmo uso ocorre nos exemplos 3 e 4, nos quais, segundo Lyons (1999, p. 4), o falante e o ouvinte estão numa situação física, que permite que eles saibam qual é o referente.

12) Arrume *a prateleira* antes que eu coloque os meus livros nela. (uso situacional)

13) Veja *a sala* como é imensa. (uso situacional)

A sentença 14, bem como as sentenças 5 e 6, caracterizam o que Lyons (1999, p.4) chama de familiaridade por **conhecimento geral**, pois ambos o falante e o ouvinte sabem que 'sol', "presidente de Ghana" e "lua" são entidades únicas no planeta.

14) Vi *o sol* nascer hoje. (conhecimento geral)

As sentenças 15 e 7, por sua vez, caracterizam o tipo de familiaridade que Lyons (1999, p.4) chama de **anafórica**, pois, no contexto linguístico, o referente já havia sido mencionado.

15) Fui apresentada a uma senhora interessante no trabalho nesta manhã. Vi *a senhora* saindo de lá às 11:30. (uso anafórico)

As sentenças 16, 8 e 9 representam a familiaridade por uso **associativo** ou **referência cruzada**, pois o ouvinte, de acordo com o que propõe Lyons (1999, p.4), prevê que haja, respectivamente, um “*motorista*”, um “*avião*” e um “*motorista*”, já que um “*uber*”, uma “*viagem*” e um “*táxi*” ou foram mencionados anteriormente (sentenças 8 e 16) ou estavam evidentes no contexto (sentença 9).

16) Peguei um uber em Copacabana às 17:00. Apresentei *o motorista* ao meu filho quando cheguei na portaria do meu prédio. Ele era muito divertido. (referência cruzada)

As sentenças 17, 10, e 11 ilustram o que Lyons (1999, p. 5) chama de uso **catafórico**; o referente recebe uma explicação posterior, que o torna familiar para o ouvinte. Essa explicação subsequente é composta pela presença de outro(s) constituinte(s), que pode ser um complementizador e uma oração encaixada que ele introduz, como na sentença 17. Optamos por considerar o uso catafórico como o uso de outro(s) elemento(s) que esclarecem um SNs, possibilitando que ele receba a leitura definida.

17) Ontem, conheci *o homem que Alan disse que contratou na semana passada*. (uso catafórico)

A noção de **familiaridade** é, portanto, resultante da noção de **definitude**, pois somente SNs definidos, ou seja, que são de conhecimento do ouvinte, podem ser classificados quanto ao que os torna familiares.

1.2.3 A noção de especificidade

A noção de **especificidade** se relaciona com a noção de **definitude** por ser complementar a ela na classificação dos SNs, como será visto na presente seção. Para tratar da noção de **especificidade**, Lyons (1999, p. 165) se utiliza de dois exemplos:

18) I bought *a car*. [+Específico]

Eu comprei *um carro*.

19) Pass me *a book*. [-Específico]

Passe-me *um livro*.

De acordo com o autor, enquanto ambas as sentenças envolvem referentes não identificáveis para o ouvinte, isto é, indefinidos, a primeira se refere a algo familiar para o falante e a segunda, não.

Lyons explica que um SN singular indefinido pode ser usado para tratar de um membro arbitrário de uma dada classe descrita pelo SN ou para denotar uma entidade particular. Nessa distinção reside o conceito de **especificidade**. No primeiro caso, o SN é não específico e, no último, específico. Em resumo, a noção de especificidade está diretamente relacionada à condição do falante de identificar o referente; se o falante particulariza e identifica o referente em tal sentença, como em 18, então, o SN é classificado como [+Específico], caso contrário, como no exemplo 19, o SN é [-Específico].

Note que, quando se trata de especificidade, a identificação do SN pelo ouvinte não é levada em consideração. A noção de **definitude**, como foi visto anteriormente, é a que leva em consideração a identificação do referente por parte do ouvinte e se relaciona de forma complementar com a noção de especificidade, para caracterizar os SNs. Para melhor ilustrar, discutir-se-ão os exemplos que se seguem:

20) Encontrei *a dentista* de nossos filhos no shopping hoje à tarde. [+Específico]
[+Definido]

21) Conheci *uma senhora* encantadora ontem. [+Específico] [-Definido]

22) Não conhecemos ainda *o vencedor* da Mega da virada de 2020. [-Específico]
[+Definido]

23) Compro *uma caixa de chocolate* todo ano no Natal. [-Específico] [-Definido]

Na sentença 20, o SN ‘a dentista’ é de conhecimento tanto do falante quanto do ouvinte, sendo, portanto, [+Específico] [+Definido]. Na sentença 21, apesar de o falante saber quem é a ‘senhora’ em questão, o ouvinte não o faz. Assim, trata-se de um SN [+Específico] [-Definido]. A sentença 22 possui um SN que, no momento da sua produção, não pode ser identificado pelo falante, isto é [-Específico], mas trata-se de um referente que, futuramente, será determinado, isto é [+Definido]. Já a sentença 23 caracteriza um SN que não é identificável pelo falante, ou seja, é [-Específico] e não é particular nem determinado, podendo ser qualquer membro da classe, ou seja [-Definido]. Portanto, essa última sentença expressa generalização, que é discutida por Lyons a partir da noção de genericidade, tópico que será abordado na seção que se segue.

1.2.4 A noção de genericidade

Ao iniciar a discussão sobre o conceito de **genericidade**, Lyons (1999, p. 179) afirma:

sintagmas nominais genéricos são aqueles cujas referências são feitas para toda uma classe, ou, talvez de forma mais precisa, que são usadas para expressar generalizações sobre uma classe como um todo – a classe em questão sendo aquela que consiste em todas as entidades que satisfazem a descrição inerente no nome ou nominal⁵.

Lyons (1999, p. 181) exemplifica com as seguintes sentenças:

24) I admire *an intellectual* when he speaks out.

Eu admiro *um intelectual* quando fala.

25) I admire *the intellectual* when he speaks out.

Eu admiro *o intelectual* quando fala.

26) I admire *intellectuals* when they speak out.

Eu admiro *intelectuais* quando falam.

27) I admire *the intellectuals* when they speak out*.

⁵ A tradução é nossa.

Eu admiro *os intelectuais* quando falam.

Lyons afirma que, apesar de o inglês apresentar uma gama de possibilidades de uso de sintagmas nominais genéricos, os definidos plurais, em geral⁶, não estão disponíveis para o uso genérico, como pode ser notado no exemplo 27. No PB, as possibilidades de uso de genéricos também são muitas, incluindo, além das do inglês, aquela que aparece na tradução da sentença 27 e o SD nu singular, como é possível constatar no exemplo que se segue:

28) Eu amo *macaco*.

Neste caso, no entanto, como afirmam alguns autores, a exemplo de Munn & Smith (1999), apesar de o SN aparecer na forma singular, a sua leitura é de plural.

Em oposição aos *nomes genéricos*, temos os *nomes referenciais*, que, no PB, geralmente são acompanhados de um determinante definido ou demonstrativo, como nas sentenças que se seguem:

29) Comprei *o livro* no shopping.

30) Encontrei *aquele cachorro* no parque.

Os nomes referenciais são categoricamente [+Específicos] e, algumas vezes [+Definidos] (como no segundo exemplo (30)). No entanto, como aponta Lyons (1999, p. 186), há uma diferença entre as leituras [-Específicas] e as genéricas. Para ilustrar, recorrer-se-á ao exemplo usado pelo autor:

31) *An Indian* smokes a pipe every night.

Um indiano fuma um charuto toda noite.

Lyons explica que, na leitura [+Específica], um indiano particular é um fumante noturno. Já na leitura [-Específica], o fumo do cachimbo ocorre toda noite, mas pode ser uma ação praticada por um indiano diferente a cada noite. Para que a sentença seja

⁶ O autor afirma que o uso genérico dos definidos plurais no inglês está restrito a certos tipos de nome, como nomes de nacionalidade e nomes que denotam classes de classes, como, por exemplo, nomes de plantas e animais que representam grupos maiores do que as espécies.

interpretada com o traço [+Genérico], por sua vez, o ato de fumar charuto deve ser uma característica dos indianos, o que significa que, para ser um indiano realmente, a pessoa deve fumar cachimbo toda noite. Já que a segunda e a terceira leituras são distintas, a noção de **genericidade** não pode ser confundida com a noção de [-Específico]. No caso da sentença 31, o valor de genericidade deve estar associado ao aspecto habitual do predicado.

1.2.5 O que caracteriza um SN como indefinido?

Sobre **indefinitude**, Lyons (1999, p. 33) traz a importante pergunta de se seria uma simples questão de ausência de determinantes definidos ou se é uma função da presença de certos determinantes indefinidos em um SN. O autor afirma que, à primeira vista, levando-se em consideração o artigo indefinido *a* (um/uma/uns/umas) do inglês, parece que a indefinitude está atrelada à presença de certos determinantes indefinidos. Para testar essa hipótese, Lyons se utiliza de duas sentenças com cardinais:

32) I bought *three books* this morning.

Eu comprei *três livros* esta manhã.

33) I wonder if Helen has read *many books*.

Eu me pergunto se Helen já leu *muitos livros*.

Nas sentenças acima, o artigo indefinido simples *a* (um/uma/uns/umas) não aparece e, apesar disso, os SNs são indefinidos. Lyons sugere a possibilidade de serem considerados indefinidos complexos, tendo a indefinitude marcada pela presença de outro determinante indefinido. Cardinais como *three* (três) e *many* (muitos/muitas), que denotam número ou montante, têm sido, de acordo com Lyons, considerados determinantes indefinidos. No entanto, eles podem co-ocorrer com determinantes definidos, como na sentença que se segue:

34) Pass me *those three books*.

Passe-me *aqueles três livros*.

Segundo Lyons, esses cardinais não codificam [-Definitude], sendo, na verdade, neutros em relação à marcação de (in)definitude. Assim, Lyons conclui que o que marca a indefinitude das sentenças 32 e 33 é a ausência de um determinante definido e não a presença de um determinante indefinido. O autor (1999, p. 34) chama atenção para o fato de que nomes contáveis plurais e nomes de massa podem ocorrer sem determinante e, dessa forma, são pelo menos indefinidos (quando não interpretados genericamente), como é possível conferir nos exemplos abaixo:

35) I've already put *spoons* on the table.

Eu já coloquei *colheres* na mesa.

36) John has gone out to buy *milk*.⁷

John saiu para comprar *leite*.

Lyons (1999, p. 34) mostra que o artigo *a* (um/uma/uns/umas) só ocorre, de fato, com SNs contáveis singulares, o que levou alguns linguistas à suposição de que sentenças como 35 e 36 possuem uma variante 'zero' do artigo indefinido. No entanto, o autor afirma que nem todos os SNs contáveis singulares são necessariamente acompanhados do artigo indefinido, como, por exemplo '*one orange*' (uma laranja). O '*one*' não se caracteriza como um artigo indefinido e sim como um cardinal como '*three*' (três) e '*many*' (muitos(as)), podendo acompanhar, inclusive, SNs definidos, como em '*the one orange*'. Portanto, a ideia de que, no inglês, existe um artigo indefinido 'zero' nos SNs plurais e de massa não se sustenta e a ideia de que um SN é indefinido se não possuir um determinante definido parece ser verdadeira, independentemente do fato de o SN possuir ou não um determinante indefinido, sendo essa ideia também aplicável para o PB.

A delimitação criteriosa das noções de '(in)definitude', 'especificidade' e genericidade foi fundamental para o êxito do presente trabalho, tendo em vista que selecionamos, dentre todos os SDs objetos dos inquéritos contemplados, somente aqueles [+Específicos] [+Definidos]. Compreender essas noções de forma clara resulta na seleção/descarte dos dados de forma inequívoca. Além disso, o tratamento dessas

⁷ O exemplo 36, no entanto, só pode receber a leitura genérica. Um exemplo de um nome de massa nu com leitura indefinida seria: 'John bought *milk* this morning'.

noções é relevante no sentido de possibilitar uma apreciação crítica fundamentada de outros trabalhos que tratam do SN nu.

1.2.6 As noções de contabilidade e número⁸

Dentro da proposta do presente trabalho, a noção de contabilidade se mostra relevante, uma vez que o Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia (que será discutido na seção 1.3 do presente capítulo) prevê que o PB (assim como outras línguas românicas) não admite nomes contáveis singulares nus como argumento de verbo. No entanto, como vimos, o PB não se enquadra nessa proposta e o PABH, além de admitir nomes contáveis singulares nus objetos, ainda permite que eles recebam a leitura [+Específica] [+Definida]. Assim, é importante observar o contraste nomes contáveis *versus* nomes de massa, verificando os tipos de determinante que cada um deles favorece.

Dentro da noção de contabilidade, os SNs podem ser contáveis ou não-contáveis (de massa). Os nomes contáveis são aqueles que, diferentemente dos nomes de massa, podem ser separados por unidades, isto é, atomizados. E uma vez que podem ser atomizados, eles podem ser singulares ou plurais, enquanto que os nomes de massa são sempre singulares. A noção de contabilidade possui, portanto, uma relação intrínseca com a noção de número. Camacho e Pezatti, (1996, p. 67) afirmam que a marca de plural no nome indica, de forma inequívoca, que se trata de um nome contável. Com o traço [-Plural], diferentemente, tanto pode haver nomes contáveis quanto não contáveis. Os exemplos abaixo, retirados de Camacho e Pezatti (1996, p. 62) ilustram essas possibilidades:

37) Vi *um frango* no quintal. [+Contável] [-Plural]

38) Vi *três frangos* no quintal. [+Contável] [+Plural]

39) Vai ter *frango* no jantar. [-Contável] [-Plural]

⁸ Tendo em vista que não há, no trabalho de Lyons (1999), seções específicas tratando das noções de **contabilidade** e de **número** e relacionando-as à noção de definitude, as considerações que se seguem foram encontradas ao longo do livro de forma deslocada, isto é, acomodadas descontinuamente no texto e sempre como contribuições a outros temas centrais. No intuito de complementar as ideias do autor e enriquecer a discussão, adicionamos contribuições de outros autores.

De acordo com Beviláqua (2015, p. 17), os nomes de massa somente aceitam uma escala de comparação não cardinal em oposição a elementos contáveis, cuja comparação só pode ser interpretada em termos cardinais, isto é, em números de unidades. Os exemplos abaixo retirados de Beviláqua (2015, p. 17) ilustram respectivamente tais possibilidades:

40) João tem mais **água** que Pedro.

41) João tem mais **bolas** que Pedro.

O autor explica que, no primeiro exemplo, a quantidade de ‘água’ só pode ser medida em uma escala de volume, em que as unidades são indefinidas, diferentemente da segunda sentença, que só pode ser verdadeira se o número definido de ‘bolas’ de João for maior do que a de Pedro.

A situação não fica tão clara, no entanto, em sentenças com um nome que inicialmente pode ser contável, mas que aparece nu na sentença.

42) João tem mais **bola** que Pedro. (Beviláqua, 2015, p. 18)

Para esse tipo de sentença, explica o autor, não há consenso entre os linguistas quanto à denotação do singular nu. Enquanto uns autores como Schmitt & Munn (1999, 2004), Müller (2002) e Munn & Schmitt (2005) o interpretam como um nome contável sem a marca de plural, mas com leitura de plural, outros, como Pires de Oliveira & Rothstein (2011) acreditam que o singular nu ‘bola’ denota massa.

Ainda relacionando a noção de número à noção de contabilidade para as línguas em geral, observamos haver uma discordância entre os linguistas no que concerne os nomes contáveis sem artigo. Enquanto alguns autores assumem que eles devem denotar massa (como é o caso de Chierchia (1998)), outros propõem que eles denotam elementos individuais (como é o caso de Baptista (2007)).

Lyons faz algumas considerações a respeito da noção de contabilidade relacionando as possibilidades de uso com leituras definidas ou genéricas e/ou associando à noção de número. De acordo com o autor (1999, p. 10), por exemplo, o artigo definido pode ocorrer, no inglês, com nomes contáveis singulares (exemplo 43), bem como com nomes contáveis plurais (exmplo 44) e nomes de massa (exemplo 45).

A leitura definida pode ser observada nos três casos, mas nos últimos dois, trata-se de uma questão de inclusão e não de unicidade. Seguem os exemplos, respectivamente:

43) Pass me *the hammer*, will you?

Passe-me *o martelo*, você faria isso?

(Lyons, 1999, p.6)

44) We've just been to see John race. The queen gave out all *the prizes*.

Nós acabamos de ver João correr. A rainha deu todos *os prêmios*.

(Lyons, 1999, p.10)

45) We went to the local pub this lunch time. They've started chilling *the beer*.

Nós fomos para o pub local na hora do almoço. Eles já tinham começado a gelar *a cerveja*.

(Lyons, 1999, p. 10)

Essas mesmas possibilidades podem ser atestadas no PB, como foi ilustrado através das traduções gramaticais feitas a partir dos exemplos de Lyons.

Outra observação pertinente a respeito da noção de número relacionada à noção de contabilidade é apontada por Lyons (1999, p. 185) a partir do turco. De acordo com o autor, a ausência da marca de plural em nomes contáveis não está vinculada ao traço [+Singular]. Esses SNs são, na verdade, neutros no que diz respeito a número, sendo possível, inclusive, que sejam usados genericamente para denotar toda a classe. No PB algo similar acontece, como é possível visualizar no exemplo que se segue:

46) Camilla ama *bebê*.

Em 46, mesmo não havendo uma marca de plural, a leitura é de plural. Nesse caso, o SN 'bebê' aparece representando toda a classe, sugerindo que 'Camilla' gosta de todo e qualquer 'bebê'. Embora não estejamos trabalhando com SDs genéricos, o uso de SDs sem marcação de plural com leitura de plural [+Específica] [+Definida] é encontrado no PABH sendo uma das variantes dentro da variável número no SD.

Apesar de haver muitas outras observações concernentes às noções de número e de contabilidade ao longo do trabalho de Lyons, somente foram incluídas aquelas que se mostraram deveras agregadoras dentro da presente proposta.

1.2.7 A noção de animacidade

Lyons (1999, p.213) aponta uma relação entre o traço [+Animado] e o traço [+Definido]. Recebem a classificação de [+Animados] os objetos que são seres vivos, como *homens, mulheres, crianças e animais*. Os demais são classificados como [-Animados]. Lyons (1999, p. 213-214) apresenta a hierarquia de animacidade baseada nos trabalhos de Silverstein (1976), Comrie (1981a) e Croft (1990), segundo a qual diferentes tipos de SNs podem ser classificados em uma escala de valor decrescente no que diz respeito ao nível de animacidade: 1) pronomes de primeira e de segunda pessoas; 2) pronomes de terceira pessoas; 3) nomes próprios; 4) nomes comuns com referências humanas; 5) nomes animados, não humanos; 6) nomes inanimados. O conceito de hierarquia de animacidade, por ser subjetivo e flexível, apresenta, segundo Lyons (1999, p. 214), alguns problemas. Um deles é o fato de não ser óbvio o que faz nomes próprios estarem mais acima na hierarquia do que nomes comuns com referências humanas. O autor questiona de que forma *Mary* (nome próprio) e *sister* (irmã) são mais animados do que *woman* (mulher). Apesar dos problemas, Lyons (1999, p. 215) afirma que a noção de hierarquia de animacidade é importante para expressar algumas generalizações reais entre as línguas, como o fato de referentes definidos estarem mais evidentes na mente humana do que os indefinidos, pois, por definição, são familiares. O autor também afirma que os referentes humanos são mais salientes na percepção humana do que os não humanos. Baptista (2007), apoiada nessa ideia, sugere que a animacidade poderia favorecer a ausência do artigo definido nos SNs do crioulo caboverdiano. A autora (2007, p. 86) afirma que “a flexão de plural é sensível à animacidade” e “é sensível à definitude” nessa língua. Em outras palavras, haveria, de acordo com a autora, uma associação entre flexão de plural, animacidade e definitude. Alexandre e Hagemeyer (2007), ao analisarem o crioulo de São Tomé, apontam que o SN nu singular, principalmente em posição de sujeito, pode receber a leitura [+Definida] quando associado ao traço [+Humano]. Baxter e Lopes (2009), seguindo Baptista (2007) e Alexandre e Hagemeyer (2007), adotam a variável

independente animacidade, aplicando-a a sua análise dos SNs do PABH. Os autores (2009, p. 325) cruzam as variáveis ‘número do SN’ e ‘animacidade’ no intuito de avaliarem “os possíveis vínculos entre o artigo definido nulo e o SN singular com núcleo [+humano], por um lado, e entre o artigo definido pleno e o SN plural com núcleo [+humano] por outro”. Na presente pesquisa, optamos por limitar a classificação acerca da animacidade de forma geral, isto é, distribuindo os SNs entre [+Animados] e [-Animados].

1.2.8 A noção de posse e seus tipos

Ao tratar da noção de **posse**, Lyons (1999, p. 128) afirma que muitas distinções são feitas pelas línguas entre os tipos de posse. No maori, língua austronésia falada pelos nativos da Nova Zelândia e das Ilhas de Cook, por exemplo, há duas partículas de genitivo: *a* e *o*. A primeira é usada quando o possuidor está em posição de dominância sobre a coisa possuída e o segundo, quando não. Lyons completa que essa e outras distinções não possuem relação direta com a noção de definitude nos possessivos. Já a distinção entre **alienação** e **inalienação** parece estar atrelada à questão de definitude, sendo, portanto, de interesse central na discussão.

Lyons (1999, p. 128) afirma que o que distingue uma posse inalienável de uma posse alienável é que a primeira envolve a posse de algo que está mais intrinsecamente ligado ao possuidor como, por exemplo, relações de parentesco e partes do corpo. Em outras palavras, posses inalienáveis são aquelas que não podem ou que muito dificilmente podem ser cedidas, dispensadas ou desfeitas. Segundo Lucchesi (2009, p. 506), “a posse inalienável é aquela em que o possuído é inerente ao possuidor, não podendo ser adquirido ao longo do tempo.”

Lyons (1999, p. 128) mostra que, em muitas línguas onde os SNs recebem marcação de alienação/inalienação a partir de um morfema, o morfema da posse inalienável é mais simples ou o possessivo aparece, de alguma maneira, mais próximo ao núcleo do nome, isto é, de forma mais integrada, como no swahili (língua do grupo bantu com o maior número de falantes). Lyons (1999, p. 129) aponta que, no dyirbal (língua aborígine da Austrália), há dois marcadores de genitivo para posses alienáveis: uma para posse anterior e outra para posse presente. Já as construções com possessivos inalienáveis não possuem marcador de genitivo. No PB, essa distinção não ocorre, como

pode ser verificado nos exemplos de posse alienável e inalienável, disponibilizados, respectivamente, abaixo:

47) Peguei *meu carro* na oficina hoje.

48) Lavei *meu pé* com escova depois da corrida.

Lyons (1999, p. 130) aponta que os possessivos, diferentemente dos demonstrativos, não são inerentemente definidos ou semanticamente incompatíveis com indefinitude. No entanto, a relação de proximidade entre os traços [+Inalienável] [+Definido] parece existir, pois se a posse desse tipo está mais intimamente relacionada ao possuidor, sabendo o ouvinte de quem se trata, a coisa possuída será evidentemente mais familiar do que algo que não tenha uma relação intrínseca com o possuidor, isto é, uma posse alienável. Assim, levando-se em consideração a possível relação entre definitude e inalienabilidade, é plausível imaginar que o traço [+Inalienável] possa favorecer a ausência de um determinante foneticamente realizado nas realizações do PABH.

1.2.9 Uma breve discussão sobre tipos de substantivo

Os SNs podem ser classificados quanto ao **tipo de substantivo**, sendo os mesmos comuns ou próprios.

Os nomes próprios, a título de simplificação, são limitados por Lyons (1999, p. 21) àqueles que não possuem conteúdo semântico-descritivo diferentemente dos nomes comuns. O nome ‘John’, por exemplo, pode pertencer a várias pessoas, não possuindo características semânticas intrínsecas e o que irá torná-lo referencial é o contexto no qual é usado.

Os nomes comuns podem ser descritos com características semânticas que o colocam no conjunto dos elementos que podem ser denominados de uma forma tal. Por exemplo, todo elemento que seja um animal de quatro patas, que late e é considerado o melhor amigo do homem, recebe a denominação *cachorro* em PB. Em outras palavras, se um elemento apresenta os traços semânticos: [+Animado], [+Quadrúpede], [+Que Late], [+Melhor amigo do homem], ele se enquadra no grupo do nome comum *cachorro*. Com os nomes próprios, isso é totalmente impensável.

Um ponto de vista comum sobre os nomes próprios é que eles são absolutamente únicos. Lyons (Lyons, p. 21-22) traz à tona a questão de como diferenciar os nomes próprios dos nomes inerentemente únicos como “*sun*”, do inglês (sol). Uma das diferenças é gramatical; enquanto “*sun*” se comporta como nome comum (possui traços semânticos que o definem) e leva artigo ou algum determinante definido, nomes próprios como ‘John’ não são acompanhados de determinantes e são sintagmas nominais completos. No PB, no entanto, a questão do artigo ou determinante não se aplica da mesma forma, pois é possível encontrar tanto nomes próprios acompanhados de determinantes quanto nomes próprios nus, como pode ser atestado nos exemplos que se seguem:

49) *Vi o Carlos Felipe no corredor e ele me deu bom dia.*

50) *Vi Carlos Felipe no corredor e ele me deu bom dia.*

Uma pergunta interessante na discussão de Lyons sobre os nomes próprios é se eles teriam o traço [+ Definido] e se sim, onde? Tendo em vista a possibilidade da ausência do determinante nos nomes próprios, conclui-se que o traço [+Definido] (caso exista) teria que aparecer no nome. Para Lyons, no entanto, a melhor explicação seria que o traço [+Definido] aparece sempre no mesmo elemento, ou seja, no determinante (pois, segundo o autor, é aí que ele aparece nos nomes comuns). Pode-se pensar na possibilidade de os nomes próprios possuírem determinantes foneticamente nulos (que carregariam o traço de definitude) ou de esse traço não aparecer nos nomes próprios. Lyons (1995c) acredita que os nomes próprios em inglês são indefinidos. Assumiu-se, na presente tese que, em PB, os nomes próprios são preferencialmente [+Definidos], aparecendo ou não acompanhados do artigo definido. Tendo em vista a possibilidade da existência de um determinante foneticamente nulo nos nomes próprios e sabendo que essa questão pode estar relacionada e ser útil na explicação da possibilidade de uso dos SDs nus objetos em PB e no PABH, fica clara a importância de diferenciarmos os objetos quanto ao tipo de nome.

Uma vez esclarecidos alguns conceitos fundamentais para a formulação das nossas hipóteses de trabalho para a análise quantitativa dos dados, discutiremos, então, a proposta de Chierchia para mapear os SNs nas línguas em geral.

1.3 O PARÂMETRO DO MAPEAMENTO NOMINAL DE CHIERCHIA

Chierchia (1998) aponta que as categorias nome comum (N) e sintagma nominal (SN) possuem uma “natureza dupla” (1998, p. 399), podendo apresentar duas diferentes denotações entre as línguas. Nesse sentido, o autor propõe a existência de um parâmetro semântico, denominado Parâmetro do Mapeamento Nominal (PMN), em que as projeções máximas nuas podem ser predicativas (se comportando como restritores de quantificadores) e/ou argumentais (representando nomes de tipos). Essa proposição é diferente da que havia sido proposta por Longobardi (1994), que afirma que apenas Sintagmas Determinantes (SDs) podem ser argumentos, como veremos na seção 1.4.2.

Com o intuito de classificar as línguas de acordo com esse parâmetro, Chierchia baseou-se na comparação entre línguas, mais especificamente o inglês (representando as línguas germânicas) e o italiano (representando as línguas românicas).

O PMN prevê que a categoria sintática N é mapeada dentro das interpretações dos traços semânticos [+arg] (argumento), [+pred] (predicado), sendo aplicável qualquer possibilidade de combinação de [+arg] com [+pred], com exceção de [-arg, -pred], já que isso iria impossibilitar os SNs de receberem qualquer interpretação. Assim, ao passo que, em algumas línguas, as projeções máximas sem determinante são argumentais, isto é, os SNs denotam uma entidade (espécies ou indivíduos), em outras, elas são predicativas, ou seja, os SNs denotam propriedades⁹.

De acordo com o parâmetro, existiriam, portanto, três tipos de língua:

1) Línguas cujos SNs são mapeados como [+arg, -pred] (Chierchia, 1998, p. 354-355)

Exemplos: japonês e chinês

Características:

- a) os SNs argumentos nus são generalizados, isto, é ocorrem livremente;
- b) de alguma maneira, os nomes são interpretados como nomes de massa;

⁹ De acordo com Müller (2002, p. 326), em semântica formal, propriedades “são funções de mundos possíveis a conjuntos de indivíduos.” Já espécies são, segundo a autora seguindo Carlson (1977), “entidades do mundo”. Como exemplo de propriedade Müller cita a denotação de “professor”, sendo “uma função que determina, em cada mundo, o conjunto de professores naquele mundo”. Já como exemplos de entidades, a autora cita “Fernando Henrique” e “Gugu”.

- c) não possuem a marcação de plural ativa, ou seja, não há um contraste morfológico entre as formas de Ns e SNs singulares e plurais;
- d) possuem sistemas de classificação generalizados; os Ns e SNs não são compatíveis com o uso de numerais e o uso de classificadores é exigido já que os SNs não são especificados para número

2) Línguas cujos SNs são mapeados como [-arg, +pred] (Chierchia, 1998, p. 355-356)

Exemplos: francês e línguas românicas

Características:

- a) todo nome é um predicado; se refere a uma propriedade;
- b) nominais nus argumentos não são admitidos, a não ser que sejam restritos por condições que tipicamente governam a distribuição de elementos nus; espera-se que o SN não esteja em posição argumental sem que haja a projeção de D;
- c) há distinção entre nomes de massa e nomes contáveis;
- d) a marcação de plural está ativa;
- e) SNs nus plurais são admitidos

3) Línguas cujos SNs são mapeados como [+arg, +pred] (Chierchia, 1998, p. 356-357)

Exemplos: inglês e a maioria das línguas germânicas

Características:

- a) as entradas lexicais podem denotar tipos ou predicados;
- b) distinção entre nomes de massa e nomes contáveis;
- c) admissão de que os nomes de massa ocorram como argumentos nus e os nomes contáveis, não;
- d) admissão de que plurais nus ocorram como argumentos

Chierchia sugere que todas as teorias sobre nominais nus devem abordar alguns fatos que diferenciam o comportamento das línguas germânicas das românicas. O autor afirma que “em ambas as famílias de línguas (germânicas e românicas), nomes nus singulares argumentos são totalmente impossíveis (se o nome não for de massa)” (1998, p. 341) (tradução minha). No entanto, nas línguas germânicas, plurais nus e nomes de

massa nus são gramaticais, enquanto que, nas línguas românicas, ou eles não o são (como no francês) ou eles possuem uma distribuição limitada (como no espanhol e no italiano). Para compensar isso e possibilitar a leitura existencial de plurais nus, o autor (1998, p. 341) explica que algumas línguas românicas usam formas plurais do artigo indefinido (como o espanhol), enquanto outras se servem de construções partitivas (como é o caso do italiano e do francês). O artigo definido, acrescenta o autor (1998, p. 342), é o selecionado para a leitura genérica ou de tipo nas línguas românicas. Tanto as línguas românicas quanto as germânicas admitem leituras genéricas ou orientadas para tipo quando do uso do artigo definido singular.

Ao tratar das línguas românicas quanto à referência a tipos, Chierchia (1998, p. 383) apresenta a sua proposta Neo Carlsoniana¹⁰ para os argumentos nus nessas línguas. As línguas [-arg, +pred] possuem a distinção nome de massa/nome contável e tendem a não admitir argumentos nus. O francês se adequa perfeitamente a isso, enquanto que o italiano, não. No italiano, argumentos nus são admitidos em certos contextos como, por exemplo, em posição de objeto na forma plural e em posição de foco na forma plural ou como nome de massa.¹¹ O autor conclui que os argumentos nus do italiano são SDs com D nulo.

Considerando a proposta de uma variação sistemática do funcionamento dos nomes entre as línguas, Chierchia afirma ser inevitável que essa distribuição seja melhor observada quando questões sobre aquisição são levantadas. No entanto, o autor reconhece que aprofundar essa questão estaria fora dos limites do seu estudo e faz apenas algumas considerações iniciais, a saber (1998, p. 400-401):

- i) tendo em vista que a configuração de línguas como o chinês “exclui a existência de plurais morfológicos e quantificadores numerais combinando diretamente com nomes” (Chierchia, 1998, p.400), deve-se esperar que essa seja a configuração inicial na aquisição pelas crianças em geral;

¹⁰ De acordo com Chierchia (1998, p. 340), Carlson (1977) propõe que as propriedades complexas dos nomes nus plurais em inglês podem ser explicadas assumindo-se que eles podem se referir a tipos. Essa proposta foi questionada e suplantada pela ideia de que os plurais nus são ambíguos no inglês. Por um lado, eles denotariam tipo; por outro, ele seriam interpretados como indefinidos fracos. Trabalhos como os de Wilkinson (1991), Diesing (1992) e Gerstner e Krifka (1995) são, segundo Chierchia, referências dessa segunda proposta. Chierchia propõe a reconsideração da proposta de que os nomes nus plurais se referem a tipos e não são ambíguos, sugerindo algumas alterações, o que culminou na proposta do PMN.

¹¹ Para saber mais ver Chierchia (1998, p. 383-394).

- ii) o fato citado anteriormente ocorrerá porque a criança está, nesse início, falando uma língua “diferente” da do adulto e que admite usos desse tipo;
- iii) a criança, sem exercer grande esforço, entende que a configuração inicial não está adequada para a sua língua;
- iv) depois de um tempo, a criança ajusta a sua configuração a depender da língua a qual está exposta;
- v) a segunda configuração que a criança adquire é a das línguas românicas;
- vi) caso a criança encontre argumentos nus em posições não governadas na língua a qual está exposta, ela adapta a configuração anterior para o padrão das línguas germânicas;
- vii) a criança é capaz de adquirir uma configuração de uma língua como o francês mais rapidamente que a da do inglês, pois, nessa última, ela precisa perceber se um nome se refere a tipo ou a um predicado, o que leva mais tempo.

Entre os linguistas que trabalham com os SNs nus nas línguas em geral, parece ser consonante o reconhecimento sobre a importância da proposta do Parâmetro do Mapeamento Nominal para a evolução dos estudos dentro da temática. Isso porque, a partir das reflexões e sugestões feitas por Chierchia, foi possível não somente dar continuidade ao entendimento sobre o comportamento dos SNs nus, mas também questionar o parâmetro proposto. O confronto do parâmetro com exemplos encontrados em outras línguas não incluídas entre aquelas usadas para fundamentar a pesquisa do linguista italiano levou à revelação e avaliação das imperfeições da proposta. O PB é uma das línguas cuja configuração contradiz o parâmetro. No próximo capítulo, apresentaremos uma discussão orientada para o questionamento da validade do PMN tendo em vista o comportamento dos SNs nus no PB.

1.4 ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO DA EXPRESSÃO NOMINAL

Considerando que esse estudo assume o quadro teórico da Gramática Gerativa, a presente seção objetiva apresentar algumas considerações acerca dos constituintes da frase, focalizando a descrição da estrutura da expressão nominal a partir da Teoria X-Barra. Tendo em vista que a categoria funcional D (Determinante) é o eixo central do

presente trabalho, a Hipótese do SD de Abney (1987) se mostra particularmente significativa.

Além disso, apresentaremos algumas características semânticas e distribucionais dos nomes (Ns) e dos determinantes (Ds) sob o olhar de Longobardi (1998), que observa comparativamente o italiano (como representante das línguas românicas) e o inglês (como representante das línguas germânicas).

1.4.1 A teoria X-barra e a Hipótese do SD

Tomando como base a teoria X-Barra (Chomsky, 1970), diz-se que as expressões nominais são sintagmas determinantes (SDs), ou seja, projeções do Determinante (D). A teoria X-Barra apresenta a proposta de que há um nível intermediário entre os níveis lexicais e o sintagmático. Assim, as categorias sintagmáticas seriam VP, NP, PP, AP e AdvP e os seus núcleos seriam, respectivamente, as categorias lexicais V, N, P, A, Adv. Entre essas representações, a teoria X-Barra propõe as projeções intermediárias V', N', P', A', Adv'.

Desde o seu surgimento na década de 70, a teoria X-Barra passou por diversas reformulações, dentre as quais, podemos destacar aquela iniciada por Fukui e Speas (1986) e continuada por Abney (1987), que estabeleceu a projeção das categorias funcionais. Abney (1987), ao se dar conta de que a Teoria X-Barra não deixava clara a posição e a constituição dos determinantes na estrutura do SN, propõe a Hipótese do SD. Enquanto a teoria X-Barra propunha que as expressões nominais são projetadas a partir do nome, Abney (1987) propõe que essas expressões são projetadas a partir do determinante. Isso quer dizer que há uma projeção máxima (no caso o SD) que se localiza acima do SN.

Tendo em vista a Teoria X-Barra e as revisões que foram feitas após o seu surgimento, Longobardi (1998, p.2) apresenta formalmente as duas propostas existentes na literatura no que diz respeito à atribuição para a posição de determinantes. A primeira é aquela que localiza os SDs dentro dos SNs, mais precisamente na sua posição de SPEC: [SN SD[N' N]]. A segunda proposta, que teve início a partir de uma intuição de Zabolcsi (1983, 1984 e trabalhos subsequentes) e está registrada no trabalho de Abney (1987), sugere que as construções nominais, como um todo, coincidem com SD e SNs são complementos do núcleo D: [SD [D' D SN]].

Longobardi (1998, p.3) argumenta que se for considerado que, em uma língua, o movimento pode acontecer de dentro do SN para uma posição dentro do SD (de SPEC para SPEC ou de N° para a de D°), deve-se descartar a primeira hipótese tendo em vista que, dentro da proposta minimalista, o movimento não pode ser feito para nenhuma posição que não seja de c-comando¹².

1.4.2 Propriedades semânticas e distribucionais dos Ns e dos Ds segundo Longobardi

No intuito de analisar as propriedades semânticas e distribucionais dos Ns e dos Ds, Longobardi toma como base o italiano e chega à conclusão de que: “uma ‘expressão nominal’ é um argumento somente se for introduzida por uma posição lexicalmente preenchida D.” (1998, p. 6). (tradução minha)

Quanto aos SDs nus, o autor pontua que esses podem ocorrer na Estrutura Superficial (doravante Estrutura-S) do italiano somente sob as seguintes condições: “a) são restritos aos plurais e nomes de massa como muitos outros determinantes; b) estão sujeitos ao requerimento de governança lexical como qualquer outro núcleo não-preenchido; c) recebem uma interpretação indefinida correspondendo a um quantificador existencial não-específico para número e que assume o escopo mais restrito possível.” (1998, p. 11-12) (tradução minha). Os exemplos que se seguem ilustram sentenças gramaticais do italiano que mostram as condições acima citadas sendo atendidas:

51) Bevo sempre *vino*.

I always drink *wine*.

Eu sempre bebo *vinho*.

52) Mangio *patate*.

I eat/am eating *potatoes*.

Eu como/estou comendo *batatas*.

(Longobardi, 1998, p. 6-7)

¹² Para ver exemplos do inglês, norueguês, escandinavo e romeno que fortalecem a justificativa para adotar a segunda proposta, ler Longobardi (1998, p. 3-4)

Para contrastar com sentenças bem formadas do italiano, Longobardi (1998, p.5) exemplifica com sentenças agramaticais da língua como:

53) *Ho incontrato *grande amico di Maria* ieri.

I met *great friend of Maria* yesterday.

Eu encontrei *grande amiga/o de Maria* ontem.

Essa sentença só se tornaria gramatical, no italiano, caso um dos determinantes *un(a)* ou *il(the)* estivesse presente antes do objeto direto '*grande amico di Maria*', atendendo ao que foi dito anteriormente sobre as 'expressões nominais'. No PB, no entanto, a condição "a)" não se aplica, pois SDs nus objetos singulares são bastante comuns e produtivos.

Assumir essas condições específicas para a ocorrência de SDs nus na Estrutura-S leva o autor a revisar a condição da ocorrência de uma expressão nominal no italiano: "uma 'expressão nominal' é um argumento somente se for introduzida por uma categoria D". (Longobardi, 1998, p.15) (tradução minha)

Assumindo que a posição D transforma uma expressão nominal em argumento, uma questão acerca do uso dos nomes próprios em italiano é imediatamente levantada (1998, p. 16): como é possível que os nomes próprios ocorram livremente em italiano na função de argumento sem o uso do determinante? Como é sabido, nomes próprios não designam massa, plural e nem possuem uma interpretação indefinida. Além disso, eles podem ocorrer numa posição lexicalmente não-governada. A sugestão do autor para resolver tal problema é assumir que, nas línguas românicas, nos casos em que os nomes próprios não vêm acompanhados de determinantes (há línguas em que é possível tanto que eles sejam acompanhados de determinantes como venham "nus", como é o caso do PB), a posição deve ser preenchida por meio da subida do nome próprio (1998, p.18).

O movimento de N para D é confirmado na análise sobre os nomes próprios e, considerando que a segunda proposta para a estrutura dos SDs nus se mostra adequada, Longobardi (1998, p. 24) reafirma, como apontado anteriormente por Stoweel (1989), que SDs podem ser argumentos e SNs, não.

Tendo feito a distinção entre SNs e SDs, o autor tenta explicar o licenciamento de tais categorias de acordo com Chomsky (1986a), que se apoiou na proposta de Rothestein (1983). Longobardi (1998, p.24-25) afirma que, segundo Chomsky,

projeções máximas tanto podem ser licenciadas como argumentos ou predicados. Na maioria dos casos, SDs são argumentos e, em algumas situações, podem ser predicados (construções de cópula ou *small-clauses*). SNs não podem assumir função de argumento se forem complementos de uma posição D, isto é, se não forem introduzidos por um D foneticamente realizado ou não.

1.4.3 Algumas generalizações comparativas acerca do comportamento dos nomes comuns, nomes próprios e pronomes entre as línguas

Ao observar o padrão dos nomes e dos determinantes nas línguas românicas e germânicas, a primeira generalização feita por Longobardi (1998, p.30) é que: “os únicos nomes em função de argumento que têm permissão para aparecer na Estrutura-S sem um determinante foneticamente realizado são nomes próprios, pronomes, plurais e nomes de massa singulares.” Ou seja, de acordo com Longobardi, nas línguas românicas e germânicas, nomes singulares contáveis nus não ocorrem na posição de argumento, a não ser que sejam nomes de massa, como na sentença abaixo ilustrada:

54) I ate *beaver*. (significando: I ate ‘*beaver meat*’).

Eu comi *carne de castor*.

(Longobardi, 1998, p.31)

De acordo com Longobardi (1998, p. 31), os determinantes são operadores que ligam uma variável, cujo alcance é a extensão do tipo natural referido pelo núcleo nominal. No plural, o alcance é constituído pelos membros da extensão. Já no singular, a escolha do determinante determinará se o alcance será constituído de membros contidos na extensão daquele tipo ou se será constituído por partes de seus membros, isto é, se terá uma interpretação contável ou não contável. O autor afirma que um determinante nu nas línguas românicas e germânicas sempre vai gerar a interpretação de massa ao nome singular. “Se núcleos nominais na posição N sempre se referem a tipos, cujas extensões são potencialmente conjuntos infinitos, não é implausível ver a sua forma plural ou interpretação de massa (em que massa é considerada como um conjunto potencialmente infinito de subpartes) como a realização não-marcada.”

Essa generalização é particularmente importante para o presente estudo no sentido de que sabemos que ela não se aplica ao PB. Nessa língua, singulares nus argumentos podem não possuir a interpretação de massa como na sentença abaixo:

55) Eu aluguei *casa* nessa rua quando era mais nova.

No próximo capítulo, ao apresentarmos a discussão de Schmitt & Munn (1999), verificaremos o que diferencia os singulares nus argumentos dos plurais e dos nomes de massa, fazendo com que os primeiros, muitas vezes, não recebam nem a interpretação plural nem a interpretação não contável no PB.

A outra generalização sugerida por Longobardi (1998, p. 35) para os nomes comuns, pronomes e nomes próprios entre as línguas é que os primeiros devem sempre ser usados para se referirem a tipos, e podem, assim, prover uma variedade de determinantes (foneticamente realizados) entendidos como operadores; os segundos não podem ser submetidos a essa interpretação; e os últimos não precisam, mas podem levar essa interpretação em casos marcados. Usemos os exemplos seguintes para explicarmos em outras palavras o que foi dito anteriormente:

56) Eu comprei um *copo*.

57) Conheci várias *Marias* nessa vida.

No exemplo 56, o objeto direto ‘*copo*’ pertence a um grupo, cujos elementos possuem características similares e podem ser diferenciados, quantificados, definidos ou especificados a partir do acréscimo de determinantes na sentença (um, o, aquele, esse, etc.). Os pronomes não se referem a tipos, pois, a fórmula: *Pronome x, tal que x pertence à classe de Y* não pode ser verdadeira. Já os nomes próprios, em sentenças como 57, podem ser interpretados como tipos.

Os pronomes, segundo o autor, são gerados em D e nunca ocorrem na posição N; os nomes próprios, por sua vez, em algumas línguas como no italiano, ocorrem em D na Estrutura-S; já os nomes comuns, mesmo em línguas como o italiano, normalmente não sobem para a posição D. Longobardi resume suas postulações da seguinte maneira: “Um nome, para se referir a tipo, deve ser o núcleo da projeção N na Estrutura-S”. (1998, p. 35-36) (tradução minha)

Após analisar alguns exemplos do inglês, Longobardi propõe, finalmente, uma generalização para a subida do nome: “em línguas e construções em que o nome sobe do núcleo para uma posição D e substitui o artigo, apenas os nomes próprios podem subir; em línguas e construções em que a subida adjunge o nome ao artigo, os nomes comuns também podem subir para D. (1998, p.40) (tradução minha)

Vimos, portanto, que a observação de evidências do italiano e do inglês leva Longobardi (1998) a certas conclusões que o autor resume através de formulações teóricas, as quais sugere serem aplicáveis às línguas românicas e germânicas de uma forma geral e que estão elencadas em seguida:

- a) Os nomes comuns se referem a tipos, os pronomes não podem se referir a tipos e os nomes próprios geralmente não levam essa interpretação a não ser em casos marcados;
- b) Somente nomes próprios, pronomes, plurais e nomes de massa podem aparecer na Estrutura-S sem um determinante foneticamente realizado. Singulares contáveis nus não podem ;
- c) Somente os nomes próprios podem subir pra D em línguas e construções em que o nome sobe do núcleo para uma posição D e substitui o artigo. Os nomes comuns também podem subir para D em línguas e construções em que a subida adjunge o nome ao artigo.

Tendo em vista a fundamentação teórica expressiva, o trabalho do autor se apresenta como referência para o tratamento dos SDs nus. Se, por um lado, a observação de dados do PB e do PABH, confirmam essa formulações em parte, por outro, eles contradizem as generalizações. Os fatos linguísticos do PB e do PABH revalidam as afirmações de que os pronomes não podem se referir a tipos e que os nomes próprios não recebem essa interpretação na grande maioria dos casos. Também é constatada a possibilidade de nomes próprios, pronomes, plurais e nomes de massa aparecerem na Estrutura-S sem um determinante foneticamente realizado. No entanto, no PB e no PABH, os SNs nus contáveis aparecem na Estrutura-S, fato que se mostrou discrepante em relação às generalizações de Longobardi. Como os pronomes sempre ocorrem sem artigo, eles não são válidos para a nossa análise. Já as outras ocorrências

ocorrem tanto com quanto sem artigo no PABH, sendo, portanto, validados para o nosso tratamento quantitativo.

1.4.4 A posição D e o traço de referencialidade

De acordo com Longobardi (1998, p.64): “a) todas as posições D são universalmente geradas com um traço abstrato $\pm R$ (sugerindo referencialidade), que deve ser checado com um dos dois valores; b) esse traço $\pm R$ é forte nas línguas românicas e fraco nas línguas germânicas; c) $+R$ é universalmente checado se e somente se o D for interpretado como sendo uma cadeia/CADEIA contendo uma expressão de objeto referente (no sentido explicado no texto, isto é, um pronome ou nome próprio); d) $-R$ é universalmente checado se e somente se o D for interpretado numa cadeia/CADEIA que não contenha nenhuma expressão de objeto referente; e) o requerimento de governança lexical de núcleos vazios se aplica universalmente na FL; f) a interpretação existencial de Ds nus universalmente se aplica livremente (é uma regra de “qualquer local”) e, uma vez atribuída, nem pode ser removida, nem o D pode ser preenchido com qualquer material”.

A análise dos dados do italiano leva Longobardi (1998, p.67) a algumas conclusões sobre a relação entre a posição D e o traço $\pm R$ nessa língua, dentre as quais destacamos: 1) se D selecionar um nome comum, a checagem gramatical de $+R$ torna-se inviável; 2) se D selecionar um nome próprio, a checagem gramatical $-R$ não se faz disponível.

1.4.5 Arrematando

O texto de Longobardi se destaca por apresentar uma proposta relevante para o funcionamento do D e para a interpretação do traço $\pm R$. Através dos exemplos do italiano e do inglês, o autor mostra as possibilidades e restrições de usos de SDs nessas línguas, apresentando generalizações que se aplicariam às línguas românicas e germânicas. Apesar de o PB não apresentar o mesmo comportamento do italiano no que concerne o uso de SDs nus singulares argumentos, algumas das considerações feitas pelo autor podem ser aproveitadas para entendermos o comportamento diferenciado do PB e do PABH. Além de apresentar as duas opções existentes na literatura gerativista

no que concerne a posição do determinante, o autor avaliou a proposta de que as construções nominais coincidem com SD como a mais adequada para dar conta das possibilidades de uso nas línguas. O autor propôs também, para as línguas em geral, que os SDs nus se projetam em SD e possuem determinantes nulos, uma proposta cuja aplicação pode ser avaliada para o PB e o PABH.

No capítulo que se segue, trataremos da questão dos SDs nus no PB particularmente.

2 OS SDs NUS OBJETOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

2.1 O INTERESSE PELOS SDs NUS OBJETOS EM PB

Tarallo (1986) defende a existência, já no século XIX, de diversas divergências entre a gramática brasileira emergente e a gramática portuguesa. Dentre os aspectos morfossintáticos considerados, o autor salienta a diferença de comportamento entre o sujeito e o objeto no Português Brasileiro e no Português Europeu (PE). Enquanto que, o PB, favorece o preenchimento do sujeito e o apagamento do objeto clítico, o PE favorece o preenchimento do objeto e o apagamento do sujeito. O reconhecimento da existência de uma série de aspectos divergentes entre as gramáticas do PB e do PE deu início a uma sequência de trabalhos comparativistas sobre as gramáticas dessas duas variedades do português e resgatou a importância da diacronia nos estudos linguísticos no Brasil¹³. Dentre esses trabalhos, podemos destacar os de Galves (1987), Tarallo (1987) e Kato & Tarallo (1989). No Brasil, estes últimos marcaram o início da assim chamada Sociolinguística Paramétrica e disponibilizaram opções de temas de pesquisa para linguistas com foco de interesse no PB, como por exemplo, o enfraquecimento do sujeito nulo. As contribuições de Roberts (1993) e de Lightfoot (1991) foram cruciais nesse contexto. O primeiro sinalizou a importância de combinar uma te

oria da mudança e uma teoria da competência linguística (língua-I) e o último salientou a pertinência da adequação explicativa na pesquisa linguística, apontando a relevância de associar uma teoria da mudança a uma teoria da aquisição da linguagem.

Nesse cenário dos estudos linguísticos no Brasil, o interesse pelo Sintagma Nominal objeto do PB, considerando as suas classes gramaticais básicas envolvidas (determinante + nome) e a sua função sintática (complemento direto), começou a parecer oportuno. Ora, a comparação desse componente no PB e no PE evidencia que, enquanto no PE uma sentença com objeto direto singular não admite o não preenchimento da posição de determinante, no PB, o uso do determinante zero precedendo um objeto direto singular produz sentenças gramaticais. Quando avaliado tipologicamente, o PE, de uma forma geral, se enquadra na tipologia estabelecida por Chierchia (1998) (a mesma apresentada na Introdução e no capítulo anterior) para os

¹³ Nessa conjuntura, a avaliação sincrônica de uma língua associada à observação de diferentes faixas etárias da comunidade de fala que a utiliza se apresenta como uma ferramenta útil e eficaz para ‘observar’ os processos de mudança estruturais que estão ocorrendo na língua ao longo do tempo.

SNs das línguas em geral e as características apresentadas por essa língua nesse aspecto condizem com as características previstas para as línguas românicas. Os SNs objetos singulares do PB, por sua vez, contradizem essa proposta, não se enquadrando nem na tipologia sugerida para as línguas românicas nem em nenhuma das duas outras opções preconizadas pelo autor para outras línguas, como veremos detalhadamente na seção 2.2. Dessa forma, se considerarmos a proposta de Chierchia como adequada e robusta, é razoável assumir que o PB teria passado por um processo de reestruturação morfossintática que permitiria esse tipo de uso, cabendo aos linguistas averiguarem como e por que as realizações de SDs nus objetos singulares são possíveis nessa língua.

Apesar da significância do tema, as tentativas de explicar a legitimidade dos SDs nus objetos no PB são relativamente recentes e ainda há muito a ser discutido. O fato de os trabalhos de tipologia, dentre os quais se encontra o de Chierchia (1998), enquadrarem o PB no mesmo grupo das demais línguas românicas quanto ao uso dos SDs, pode ter causado uma procrastinação da abordagem desse tema no PB. No entanto, o caráter relativamente recente do debate que compreende a possibilidade de realização de SDs nus objetos em PB se deve, principalmente, à falta de atenção adequada ao português em contextos rurais e afro (em que esse uso é evidente), o que pode ser constatado na preocupação mínima em recolher dados desses contextos.

Apesar de a literatura sobre o comportamento diferenciado do SD no PB ser ainda relativamente parca, há algumas contribuições bastante consistentes. É o caso, por exemplo, do trabalho de Saraiva, o qual ela apresentou como sua Tese de Doutorado (1997) e, posteriormente, como livro (1998).

Uma década antes da publicação do trabalho de Saraiva e no mesmo período dos trabalhos centrados na morfossintaxe do PB de Tarallo (1986, 1987), Kato & Tarallo (1989) e Galves (1987), Lucas (1988), na sua dissertação de mestrado, tratou da estrutura interna do SN em português. E, mesmo uma década antes, já havia, ainda que bastante superficialmente e com foco mais descritivo, autores que se ocupavam da questão dos determinantes do português, a exemplo do trabalho de Pontes (1977).

Schmitt & Munn (1999, 2000 e trabalhos subsequentes) também observaram que o PB admite SDs nus em posição de argumento, em oposição ao inglês e a (maioria) das línguas românicas. Da mesma forma, os autores mostraram que enquanto o inglês geralmente não admite singulares nus predicados, o PB e a maioria das línguas românicas o fazem. Adotando uma abordagem explicativa no intuito de dar conta dessa

variação, os autores propõem, então, dois parâmetros morfossintáticos independentemente motivados: a) um que permite que Num e Agr sejam separados nas línguas românicas, mas não no inglês; e b) outro que permite o inglês e o português de terem um determinante nulo. É importante ter em conta, no entanto, que os autores trataram dos SDs nus tanto na posição de sujeito quanto na de objeto, diferentemente do presente trabalho, em que só os objetos são contemplados. Ademais, os autores não levaram em consideração variedades do português de localidades mais isoladas, como é o caso da variedade falada em Helvécia. Dessa forma, os autores não dão conta dos SDs nus objetos com leitura referencial definida existentes no PABH, já que eles acreditam que o PB não apresenta dados desse tipo.

Menos de uma década depois das publicações de Saraiva e Schmitt & Munn, começaram a surgir trabalhos focados nos sistemas de determinantes do PABH especificamente, como os de Baxter & Lopes (2005, 2009), Oliveira (2011) e Moore Neves (2015).

Assim, no intuito de contribuir para o refinamento de outras pesquisas relacionadas ao tema dos SDs nus objetos, faremos uma seleção dos aspectos relevantes encontrados nos trabalhos já existentes que tratam da mesma questão. Somando-se as nossas ponderações aos aspectos tratados por outros autores, teremos uma visão mais bem fundamentada acerca do objeto de estudo da presente Tese.

2.2 QUESTIONANDO O PARÂMETRO DO MAPEAMENTO NOMINAL

Como vimos no capítulo anterior, de acordo com o mapeamento de Chierchia, línguas que apresentam distinção morfológica singular/plural não admitem singulares nus como argumentos de verbos. O PB, no entanto, que diferencia morfológicamente singulares e plurais, aceita SDs nus na posição de objeto. Tendo em vista esse comportamento do PB, na literatura sobre SDs nus dessa língua, há alguns estudos que questionam o PMN, dentro os quais podemos destacar: 1) o de Schmitt & Munn (1999), em que os autores assumem que o PB não se enquadra em nenhum dos três tipos de língua que o parâmetro nominal adota como possíveis; e 2) o de Müller (2002), que se propõe a “avaliar as consequências empíricas do comportamento do Português Brasileiro para o Parâmetro do Mapeamento Nominal” (p. 328).

Para iniciarmos essa discussão, faremos uma breve apresentação dos SNs nus no Português Europeu (PE), cujo comportamento se assemelha ao comportamento desses elementos nas línguas românicas em geral.

2.2.1 O comportamento dos nomes nus no PE

Müller e Oliveira (2002, p. 2) afirmam que o PE se comporta basicamente como as outras línguas românicas no que concerne o uso dos nomes nus, permitindo o uso de nomes nus plurais em posições argumentais com leituras genéricas e existenciais. O PE, diferentemente do PB, não admite singulares nus argumentos¹⁴.

De acordo com as autoras, os nomes nus plurais no PE não ocorrem livremente como argumento. Eles são agramaticais em posição de sujeito de predicados habituais, episódicos, de nível de tipo e de nível individual, como ilustrado respectivamente nos exemplos retirados de Müller e Oliveira (2002, p. 9):

- 1) **Professores trabalham muito.*(habitual)
- 2) **Amigos partiram ontem.*(episódico/passado)
- 3) **Elefantes estão instintos.*(nível de tipo)
- 4) **Elefantes são inteligentes.* (nível individual)

Segundo as autoras, no entanto, os nomes nus contáveis plurais em posição de objeto são gramaticais em todos os contextos mencionados para os sujeitos, exceto com leitura de tipo, como no último exemplo dessa sequência:

- 5) *A Maria comprou livros ontem.*(episódico/passado)
- 6) *A Maria compra livros todos os dias.* (habitual)
- 7) *A Maria lê livros.* (nível individual)
- 8) * *O americanos inventaram transistores.*(nível de tipo)

(Müller e Oliveira, 2002, p. 9-10)

¹⁴As autoras apontam a existência de raras exceções de nomes nus singulares em PE, mas afirmam que a questão extrapola o propósito do artigo.

Müller e Oliveira (2002, p. 11) afirmam que o comportamento do PE se adequa razoavelmente bem na tipologia de Chierchia (1998) para as línguas românicas. Tendo em vista que as línguas românicas se enquadram no tipo [+pred, -arg], elas somente devem permitir nomes nus argumentos em posições governadas (o que, de forma geral, é justamente o caso do PE); também devem fazer a distinção nome contável/nome de massa e morfologia plural para nomes contáveis (o que também se adequa perfeitamente). Segundo as autoras, a única coisa que fica sem explicação para o PE dentro do modelo de Chierchia é a agramaticalidade com predicados de tipo. Ainda que reforcem a adequação do PE na tipologia de Chierchia, as autoras apontam que o mesmo não é verdade dentro da proposta neo-carlsoniana, de acordo com a qual nomes nus obrigatoriamente denotam tipos. Segundo Müller e Oliveira (2002, p. 12), o fato de os plurais nus do PE não possuírem uma leitura de tipo independente é um argumento contra a existência de um D nulo que funcionaria como modificador de tipo que transformaria predicados [+pred] em tipos [+arg].

Para os propósitos da presente Tese, não cabe levarmos essas questões referentes ao PE adiante. Nosso intuito é apenas ilustrar que o comportamento do PE se adequa à previsão de Chierchia para as línguas românicas em geral no que concerne o uso de nomes nus, ao passo que o PB apresenta peculiaridades que argumentam contra o PMN.

Apresentaremos, em seguida, a avaliação dos SNs nus do PB sob o olhar de Schmitt & Munn, mostrando, por exemplo, por que eles nem sempre são nomes nus singulares com leituras plurais e nem nomes de massa.

2.2.2 Retomando brevemente a proposta de Chierchia

Schmitt & Munn (1999, p. 339-340) afirmam que tanto na literatura semântica quanto na sintática há uma assunção comum de que apenas SDs podem ser argumentos. Os SNs sempre denotam predicativos e os SDs denotam argumentos de tipo ou quantificadores generalizados. Assim, “para uma categoria predicativa como um SN ser um argumento, ela precisa ser incorporada dentro do SD.” (Schmitt & Munn, 1999, p.340).

O trabalho de Chierchia, segundo Schmitt e Munn, questiona essas afirmações, sugerindo que SNs podem denotar nomes de tipo, que podem ocorrer livremente na posição de argumento. Chierchia prevê que, já que nem todas as línguas admitem nomes

nus argumentos, deve haver algumas restrições para determinar se uma língua admite que seus SNs denotem nomes de tipos ou não. Assim, o autor sugere um parâmetro semântico com o objetivo de determinar se a língua pode admitir que seus SNs denotem nomes de tipos, predicativos ou ambos.

Levando-se em consideração que nem todas as línguas se enquadram dentro do Parâmetro do Mapeamento Nominal, Chierchia propõe, segundo Schmitt & Munn (1999, p. 342), a existência do determinante nulo e assume que línguas com o espanhol e o italiano admitem nomes nus plurais e nomes de massa em contextos sintáticos restritos.

2.2.3 Os nomes nus singulares do PB: plurais nus, nomes de massa?

Considerando que o PB admite plurais nus e singulares contáveis nus na posição de objeto, é imperativo verificar quais os tipos de leitura estão disponíveis para esses elementos nessa língua. Schmitt & Munn afirmam (1999, p. 342-343) que, no PB, leituras existenciais e genéricas estão disponíveis, como é possível verificar nos exemplos seguintes:

- 9) Ele comprou *computadores*.
- 10) Ele comprou *computador*. (leitura existencial)
- 11) Crianças lêem *revistinhas*.
- 12) Criança lê *revistinha*. (leitura genérica)

Nas sentenças 9 e 10, dentro dos moldes de Carlson (1977), a interpretação é a seguinte:

- 13) existe pelo menos um x tal que x é uma realização de ‘computador’ e ‘ele’ comprou x.

Os SNs ‘computadores’ e ‘computador’ podem ser parafraseados como ‘alguns computadores’ e ‘algum computador’. As sentenças seguintes, 11 e 12, não podem ser interpretadas como algo similar a 13. Os SNs das sentenças genéricas podem ser parafraseados como ‘todas as revistinhas’ ‘toda revistinha’.

No que diz respeito às similaridades entre os nomes nus plurais e singulares, a primeira observação de Schmitt & Munn (1999) envolve a opacidade e o escopo. Com verbos intencionais, como *querer*, tanto o plural nu quanto o singular nu só podem receber o escopo estreito, com leitura opaca, como ilustrado nos exemplos abaixo:

14) Pedro quer encontrar *policiais*. (escopo estreito - não pode ser interpretada como ‘Há certos policiais que Pedro quer encontrar’)

15) Pedro quer encontrar *policia*l.

16) (escopo estreito – não pode ser parafraseada como ‘Há um certo policial que Pedro quer encontrar’)

(Schmitt & Munn, 1999, p.344)

Quanto às negações e aos quantificadores universais, Schmitt & Munn afirmam que os nomes nus plurais e singulares também só podem adotar o escopo estreito:

17) João não viu *manchas/mancha* no chão.

18) Todo mundo leu *livros/livro* sobre girafas.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 344)

Os autores observam, ainda, que a leitura específica de singulares indefinidos é admitida em sentenças como em (19), mas não em sentenças como em (20):

19) Pedro viu *um cachorro* no jardim às 3, 4 e às 5 da tarde. (pode ser interpretada como: Existe um cachorro que Pedro viu no jardim às 3, 4 e às 5 da tarde)

20) Pedro viu *cachorros/cachorro* às 3, 4, e às 5 da tarde.

(Schmitt & Munn, 1999, p.344)

Outra similaridade entre nomes nus singulares e plurais é o fato de que a leitura genérica *versus* a existencial depende do predicado:

21) João detesta *crianças/criança*. (leitura genérica)

22) Eu notei *crianças/criança* no ônibus. (leitura existencial)

(Schmitt & Munn, 1999, p.345)

Os autores também apontam que os singulares nus no PB não são restritos a tipos canônicos, isto é, “tipos bem estabelecidos, tais como espécies de animais e artefatos comuns” (Schmitt & Munn, 1999, p. 345) (tradução minha), como se pode observar no exemplo dado por eles:

23) No aeroporto em Londres, os policiais só revistaram naquele dia *mulher* com mochila velha.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 346)

Observando as características similares entre os nomes nus plurais e singulares no PB, Schmitt & Munn (1999) questionam se os singulares nus não seriam, na verdade, plurais nus sem marcação de plural. Os linguistas descartam essa ideia ao afirmarem que os singulares nus apresentam diferenças na distribuição quando comparados aos plurais nus. Uma diferença relevante apontada por Schmitt & Munn é a questão da anáfora. Os autores afirmam que, segundo Carlson (1977), leituras genéricas de plurais nus podem anteceder pronomes com leitura existencial. De acordo com Schmitt & Munn (1999), esse é o caso do PB:

24) Eu comprei *batatas*. *Elas* estavam limpinhas. (exemplo meu).

No entanto, pronomes singulares não podem se referir a singulares nus em contextos genéricos; pronomes plurais devem ser usados nesse caso:

25) Maria detesta *coelho* porque **Ø/*ele* roubou suas cenouras.

26) Maria detesta *coelho* porque *eles* roubaram suas cenouras.

(Schmitt & Munn, 1999, p.347)

Em contextos existenciais, diferentemente, essa restrição não existe:

27) Tem *criança* na sala. E *ela/elas* está(ão) ouvindo. (Schmitt & Munn, 1999, p. 348)

Tendo verificado que singulares nus são diferentes de plurais nus, Schmitt & Munn cogitam, então, a possibilidade de os nomes nus sem número serem nomes de massa no PB. Os autores comentam que os nomes de massa se caracterizam por não poderem ser atomizados. Para ilustrarem, os linguistas mostram duas sentenças em que o nome de massa ‘ouro’ aparece como sujeito. A primeira sentença (28) é agramatical, pois ‘duas gramas’ requer atomização do predicado e ‘ouro’ não possui essa característica. Já a sentença (29) não apresenta problemas de gramaticalidade, pois, nesse caso, ‘ouro’ não requer atomização:

28) **Ouro* pesa duas gramas.

29) *Ouro* é caro. (Schmitt & Munn, 1999, p. 348)

Tendo em vista sentenças em que a restrição de atomização não se aplica e sentenças em que a leitura universal não se mostra adequada, como ilustrado, respectivamente, nas sentenças que se seguem, a possibilidade de os nomes nus singulares serem nomes de massa no PB é descartada:

30) *Criança* pesa 20 quilos nessa idade.

31) Tinha *livro* espalhado pelo chão. (Schmitt & Munn, 1999, p. 348)

Outra evidência para desconsiderar essa hipótese, de acordo com os autores, está nos reflexivos e recíprocos, que individualizam o singular nu:

32) *Criança* sabe se lavar sozinha.

33) *Criança* briga uma com a outra. (Schmitt & Munn, 1999, p. 348-349)

Os linguistas concluem, assim, que nomes nus singulares também não são nomes de massa no PB.

Dando continuidade à análise, Schmitt & Munn apontam a diferença entre singulares nus e singulares definidos em contextos genéricos; na sentença que se segue, a individualização não é admitida:

34) **A iguana* brinca uma com a outra. (Schmitt & Munn, 1999, p. 349)

Os autores afirmam, ainda, que um singular nu também não pode ser usado em contextos em que um singular definido é requerido, como no caso de objetos do verbo ‘inventar’:

35) *Ninguém sabe quem inventou *roda*. (Schmitt & Munn, 1999, p. 349)

Em resumo, observou-se nessa seção, de acordo com Schmitt & Munn, que os singulares nus do PB, apesar de apresentarem algumas características similares aos plurais nus dessa língua, não se comportam exatamente como esses em alguns contextos. Dessa forma, eles não podem ser confundidos com plurais nus. Além disso, nomes nus singulares não podem ser confundidos com nomes de massa e não formam sentenças gramaticais quando antecidos por predicados que selecionam tipos. Eles também são diferentes dos singulares definidos. Com uma gama completa de leituras existenciais e genéricas, os singulares nus do PB são, segundo os autores, livremente permitidos em posição de argumento. Eles não são restritos a tipos canônicos e devem adotar o escopo estreito em relação a outros operadores. Tendo em vista que eles permitem atomização/individualização, os SNs nus se comportam como nomes contáveis e não nomes de massa.

2.2.4 Por que o PB não se enquadra no PMN de Chierchia?

Schmitt & Munn (1999) apresentam a proposta de que o PB não se enquadra na tipologia do Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia (1998). Os autores (1999, p. 339) argumentam que essa língua, diferentemente do que aponta Chierchia, admite plurais nus e nomes de massa na posição de argumento, demonstrando um comportamento diferente do francês e similar ao inglês, como é possível verificar através dos exemplos que se seguem:

36) Piloto *aviões* faz anos.

I've been flying *planes* for years.

37) Bebo *água* três vezes ao dia.¹⁵

I drink *water* three times per day.

Ao contrário do inglês, no entanto, o PB admite nomes contáveis singulares argumentos, como ilustrado no exemplo que se segue:

38) Comprei *carro* no ano passado.

*I bought *car* last year.

No intuito de examinar em qual das configurações do PMN se enquadra o PB, Schmitt & Munn (1999, p. 349) listam as características dessa língua quanto aos usos de SNs:

- I) distinção singular/plural;
- II) distinção nome contável/nome de massa;
- III) os singulares nus apresentam algumas restrições;
- IV) não apresenta um sistema classificatório generalizado.

Como o PB apresenta morfologia de plural distintiva e distinção contáveis/nomes de massa, ele não poderia ser uma língua [+arg, -pred] como o chinês. De acordo com Schmitt & Munn (1999, p.349), Chierchia (1998) afirma que línguas que fazem distinção singular/plural e nome contável/nome de massa admitem que apenas plurais e nomes de massa denotem tipo. Se a língua for [+arg, -pred], apenas nomes de massa serão [+arg], o que não é verdade para o PB. Ainda segundo os autores, o PB também não pode ser do tipo [-arg, +pred], pois línguas que apresentam distinção morfológica singular/plural, dentro da proposta de Chierchia (1998), não admitem singulares nus como argumentos de verbos e o PB o faz.

¹⁵ Os exemplos são meus.

Se o PB se enquadrasse no tipo [+arg, + pred], complementam Schmitt & Munn (p. 350) e de acordo com o parâmetro proposto por Chierchia (1998), apenas plurais nus e nomes de massa seriam admitidos na posição de argumento, o que vimos, não se aplica ao PB. O sistema proposto por Chierchia (1998) não admite que singulares nus denotem tipos, deixando, segundo Schmitt & Munn (1999, p. 350), o caso do PB sem explicação.

Na sua avaliação sobre a possibilidade de manter o Parâmetro do Mapeamento Nominal diante dos dados do PB, Müller (2002) também questiona se o PB poderia se enquadrar em alguns dos três tipos de língua propostos por Chierchia. Se o PB fosse uma língua [+arg, +pred], então, os nomes de massa possuiriam denotações do tipo [+arg] e os nomes contáveis teriam denotação do tipo [+pred]. O inglês, que se enquadra nessa configuração, possui as duas denotações de SNs. Assim, de acordo com Müller (2002, p. 334), o inglês “é capaz de empregar operações de mudança de tipo que transformam denotações de nomes contáveis (propriedades) em espécies (indivíduos)” e o português também o faria.

A linguista afirma que a consequência positiva dessa análise seria “a explicação automática da ocorrência livre de argumentos nus no PB” (Müller, 2002, p. 334). Mas o que explicaria a menor força no que concerne a distinção entre termos massivos e termos contáveis no PB, quando no inglês essa distinção é notavelmente forte? E o que dizer do fato de os nomes nus contáveis não precisarem ser flexionados para o plural em PB, quando, no inglês e em outras línguas com a mesma configuração, eles são obrigatoriamente plurais?

Müller (2002) afirma que é na ontologia proposta por Chierchia (1998) que a previsão de que SNs nus contáveis em posições argumentais devem ser plurais. Isso seria resultado da denotação atômica sugerida pelo autor para os nomes contáveis. De acordo com Müller (2002, p. 335) “uma denotação atômica não pode ser transformada em espécie porque espécies não podem possuir apenas instâncias singulares em cada mundo”. Dessa forma, dentro da proposta de Chierchia, operações de mudança de predicados a espécies estão indicadas somente para plurais.

Para solucionar essa inadequação, Müller propõe a revisão da ontologia de Chierchia (1998), considerando que os dados do PB mostram que a “denotação do nome comum e dos SNs nesta língua não é marcada para número”. Isso quer dizer que a denotação de SNs sem número no PB inclui não só indivíduos singulares, mas também

indivíduos plurais. Müller propõe, seguindo seu trabalho anterior (2001), que eles são predicados massivos [+pred]. Tendo em vista que uma denotação massiva de um predicado engloba indivíduos plurais, os SNs sem número poderiam mudar seu tipo para espécies no PB. Como nas denotações de seus nomes contáveis línguas como o inglês possuem apenas átomos, somente seus plurais podem ser transformados em espécies e, por isso, essas línguas possuem apenas plurais nus.

Ao examinar a possibilidade de o PB se enquadrar na configuração para as outras línguas românicas, isto é, [-arg, +pred], Müller (2002, p. 335) afirma que nessa configuração, um determinante é necessariamente projetado já que, nessas línguas, somente SDs podem ser argumentos. Determinantes nus somente ocorrem sob condições de categorias vazias. Assim, presume-se, de acordo com Müller, que haja SDs nus objetos, mas não como sujeitos de orações principais. No entanto, aparentemente, nominais nus sem número ocorrem de forma livre no PB. Além dessa questão, a autora também se pergunta por que haveria a coexistência de um SN sem número e um plural nu no PB.

O quadro que se segue reúne informações da discussão prévia, resumindo as características de cada uma das configurações previstas por Chierchia (1998) e as características do PB comparativamente, mostrando que o PB não se enquadra no PMN:

Quadro 1 – As configurações previstas pelo PMN e a configuração do PB

TIPO 1 Línguas [+arg, -pred] (chinês e japonês)	TIPO 2 Línguas [-arg, +pred] (francês e línguas românicas)	TIPO 3 Línguas [+arg, +pred] (inglês e maioria das línguas germânicas)	Português Brasileiro
Ns e SNs sempre se referem a espécies	Ns e SNs sempre denotam propriedades	Ns e SNs se referem a propriedades ou espécies	Há ocorrência de nomes nus argumentos – eles são bem produtivos, apesar de apresentarem restrições
SNs nus argumentos ocorrem livremente	SNs nus argumentos singulares não são admitidos	Os SNs nus argumentos podem ocorrer observadas certas condições	
Não possuem a marcação de plural ativa	A marcação de plural está ativa	A marcação de plural está ativa	Há um contraste entre o singular e o plural
Os nomes são interpretados como nomes de massa	Há distinção entre nomes de massa e nomes contáveis/ SNs nus plurais são admitidos	Há distinção entre nomes de massa e nomes contáveis/ SNs nus plurais e nomes de massa podem ser argumentos e os nomes contáveis, não	Há distinção entre nomes de massa e nomes Contáveis
Possuem sistemas de classificação generalizados			Não apresenta um sistema classificatório generalizado

Fonte: Da autora

2.2.5 A proposta de Schmitt & Munn para os singulares nus no PB

Schmitt & Munn (1999, p.350), propõem que é melhor analisar os nomes singulares nus como SDs com determinantes nus, sem número. Os linguistas apresentam as evidências para a ausência de número nos nomes nus singulares, entre as quais está a influência de singulares nus em interpretações aspectuais. De acordo com Schmitt & Munn, considerando o estudo de Verkuyl (1972, 1993), os objetos quantizados levam a leitura terminativa com verbos como ‘*escrever*’, enquanto que objetos não quantizados forçam leituras durativas. O exemplo dado por Schmitt &

Munn com o verbo ‘*escrever*’ é perfeitamente gramatical quando possui leitura durativa¹⁶:

39) Eu escrevi *carta/cartas* por duas horas. (Schmitt & Munn, 1999, p. 351)

Já com a leitura terminativa¹⁷, a sentença fica agramatical no PB:

40) *Eu escrevi *carta/cartas* em duas horas. (Schmitt & Munn, 1999, p. 351)

Isso quer dizer que os nomes nus singulares funcionam em consonância com os nomes nus plurais, que só são admitidos com leitura durativa, sendo, portanto, diferentes dos singulares indefinidos, que admitem esse tipo de leitura:

41) Eu escrevi *uma carta* em duas horas. (Schmitt & Munn, 1999, p. 351)

Além desse aspecto, os autores apontam para o fato de os nomes nus objetos funcionarem como os plurais nus objetos no licenciamento do binominal “*cada*” e não como os cardinais indefinidos. Assim, a primeira sentença que se segue soa perfeitamente adequada no PB e a segunda e a terceira não o fazem, sendo, contrariamente, agramaticais:

42) Os países da UE mandaram *um delegado* cada.

43) *Os países da UE mandaram *delegado* cada.

44) * Os países da EU mandaram *delegados* cada.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 351)

Esses dados, segundo Schmitt & Munn, mostram que os singulares nus se comportam como os plurais nus no que diz respeito ao aspecto ‘quantidade’. No entanto, quando do acréscimo da palavra “*diferente*” numa dada sentença, eles se comportam distintamente, como se verifica nas sentenças seguintes em que a primeira e a segunda são gramaticais e a terceira não o é:

¹⁶ A leitura durativa indica o tempo de duração de uma ação que se repete.

¹⁷ A leitura terminativa indica o tempo que foi usado para que uma ação terminasse.

45) Eles escreveram *livros diferentes*.

46) Eles escreveram *um livro diferente*.

47) *Eles escreveram *livro diferente*.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 351)

Levando-se em consideração que os singulares nus não são semanticamente nem plurais, nem singulares e nem nomes de massa, os linguistas apontam a possibilidade de eles serem SNs e não SDs. Os autores, no entanto, não acreditam que seja esse o caso, argumentando que em sentenças como a que se segue, ‘amigo’ e ‘parente’ não podem ser a mesma pessoa:

48) Ele encontrou *amigo e parente* no aeroporto.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 352)

No entanto, em uma sentença similar em que haja apenas um determinante, a leitura só pode indicar que o sujeito tenha encontrado uma única pessoa que era tanto seu amigo quanto seu parente:

49) Ele encontrou o *amigo e parente* no aeroporto.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 352)

Já a forma plural com um único determinante admite as duas leituras:

50) Ele encontrou os *amigos e parentes*.

(Schmitt & Munn, 1999, p. 352)

Para dar sentido a essa diferença, os linguistas assumem uma estrutura de SD dividida que contém NumP e a leitura conjunta do predicado surge com a combinação do SN. A leitura da existência de dois indivíduos diferentes surge com a combinação NumP ou SD. Se esse for o caso, a combinação de nomes nus não pode ser uma simples combinação de SN. Os autores sugerem, portanto, que singulares nus são SDs sem projeção de NumP.

Resumindo: a partir das análises de Schmitt & Munn (1999) e Müller (2002) vimos que o PB não se enquadra no PMN de Chierchia (1998). Após concluírem que os SNs nus singulares não adotam o comportamento semântico nem dos plurais, nem dos nomes de massa, nem dos singulares do PB, Schmitt & Munn assumem, ao final da análise, que os singulares nus são SDs sem projeção de NumP.

Na seção que se segue, apresentaremos a proposta de que os SDs nus objetos do PB seriam objetos incorporados.

2.3 OS SDs NUS DO PB SOB O OLHAR DE SARAIVA

2.3.1 SDs nus x expressões idiomáticas

Para entendermos o comportamento dos SDs nus singulares objetos no PB, é importante que conheçamos as suas características. Um dos caminhos para conhecermos melhor um objeto de estudo é descartar o que ele não é. Nesse sentido, é importante que estabeleçamos a diferença entre os SDs nus e as expressões idiomáticas. De acordo com Saraiva (1997) enquanto as expressões idiomáticas possuem uma interpretação metafórica, como na primeira sentença que se segue, os SDs nus recebem uma interpretação mais literal, como ilustrado na segunda sentença.

51) Você deve *dar banana* pra todos eles e tratar de cuidar de sua vida. (Saraiva, 1997, p.17)

52) Papai sempre *lia jornal* depois do almoço. (Saraiva, 1997, p.18)

Além disso, a autora mostra que contrastes entre SDs nus objetos e SDs plenos também objetos não são facilmente considerados gramaticais quando o objeto de análise fizer parte de uma expressão idiomática. Assim, comparando o exemplo dado anteriormente em (51), com a sentença em (53), percebe-se uma formação agramatical nessa última sentença, no sentido de que ela não preserva a interpretação metafórica da primeira (p.19):

53) *Você deve *dar a banana de que lhe falei* pra todos eles e tratar de cuidar de sua vida.

Seguindo o critério de James (1972), Saraiva (1997) pontua, ainda, que não se pode separar expressões idiomáticas pela intercalação de interjeições como na sentença que se segue:

54) *Ela ontem me deu ... ééé ... bola (Saraiva, 1997, p. 22).

Para concluir a reflexão acerca das expressões idiomáticas, a autora mostra que, nesse tipo de expressão, a topicalização ou a clivagem do nome produz sentenças mal formadas como ilustrado na sentença abaixo:

55) *É *banana* que você deve dar pra todos eles. (Saraiva, 1997, p.22)

As expressões idiomáticas apresentam, portanto, um comportamento gramatical singular e bastante distinto do comportamento dos SDs nus. Assim, como aponta Saraiva, elas somente são de interesse para trabalhos que tratam do tema dos SDs nus a título contrastivo.

2.3.2 O comportamento gramatical dos SDs nus do PB

No intuito de descrever os SDs nus objetos do PB quanto ao seu comportamento gramatical, Saraiva os compara aos SDs plenos quanto aos fenômenos da clivagem e da topicalização. Segundo a autora, os SDs plenos clivados ou topicalizados são muito mais produtivos em PB do que os SDs nus. Na primeira sentença que se segue, a aceitabilidade é inquestionável; já na segunda, não:

56) *Este apartamento*, João alugou durante muitos anos.

57) *Apartamento*, João alugou durante muitos anos. (Saraiva, 1997, p. 26).

A intercalação de constituintes também foi testada nos dois tipos de SDs. Em exemplos com SDs plenos, como na sentença seguinte, tem-se uma sentença aceitável, apesar de o advérbio *depressa* estar entre o verbo e o objeto:

58) Vou alugar depressa *este apartamento*.

No entanto, na sentença seguinte, que também tem um constituinte intercalado, tem-se uma formação sentencial estranha, de “aceitabilidade degradada”, como aponta Saraiva (1997, p. 26-27):

59) Vou alugar depressa *apartamento*.

Os exemplos levaram a autora a afirmar que “na qualidade de argumento interno do verbo, o SN nu elege a posição imediatamente após esse elemento como a mais natural para a sua ocorrência.” (Saraiva, 1997, p.27).

2.3.3 O comportamento semântico dos SDs nus do PB

Ao avaliar o comportamento semântico dos SDs, Saraiva (1997, p. 35) propõe, inicialmente, a existência de três traços que os caracterizariam: [+I] (identificabilidade), [+M] (foco nos membros integrantes da classe), e [+U] (quantificação universal). A autora classifica os SDs nus objetos como [-I], [-M] e dispensa o traço [+U], ao constatar que esse traço só é pertinente quando a análise do SD for [+M], o que, segundo ela, nunca é o caso dos SDs nus objetos. Em outras palavras, a autora sugere que SDs nus objetos são sempre não-identificáveis, pois não é possível identificar exatamente a que ou a quem se refere o SD, como ilustrado no exemplo abaixo:

60) Fui buscar *menino* no colégio às cinco horas (Saraiva, 1997, p.47).

Nesse caso, não é possível saber a que ‘menino’ se refere o falante, sendo o objeto, portanto, classificado como [-I]. Além disso, sentenças com SDs nus objetos nunca focalizam um dado membro da classe à qual o objeto se refere. Ao contrário, geralmente o destaque da sentença está em outro elemento, como por exemplo, na ação. No exemplo dado anteriormente, o destaque, segundo Saraiva, é para o que o falante fez às cinco horas e não para “o que aconteceu com a entidade menino às cinco horas”. O último traço que Saraiva acrescenta para estabelecer o comportamento semântico dos

SDs nus é o [-Pr] (a não-possibilidade de retomada por pronomes pessoais de mesmo gênero e número do SD), como se observa no exemplo seguinte:

61) *João alugou *apartamento(i)* durante vinte anos. *Ele(i)* oferece mais segurança do que casa. (Saraiva, 1997, p.53)

Nesse caso, o traço [-Pr], mostra-se pertinente, pois o pronome ‘ele’ não pode ser usado para se referir ao objeto direto da primeira sentença ‘apartamento’. Assim, Saraiva considera adequado acrescentar o traço [-Pr] para a caracterização dos objetos incorporados. No entanto, numa nota de rodapé, Saraiva (1997, p. 54) aponta que “há casos de objeto incorporado representado por nome não-contável em que a retomada pronominal é aceita na posição de sujeito, ou seja, devem ser assinaladas como [+Pr]”. O exemplo usado por Saraiva (1997, p. 54) para ilustrar esse caso é o que se segue:

62) Não é recomendável tomar *café(i)* à noite, pois *ele(i)* provoca insônia.

Em outra nota de rodapé, a autora sugere que a questão da retomada pronominal deve ser melhor investigada. Apesar de apontar esses senões, a autora conclui que os SDs nus possuem a leitura semântica [-I, -M, - Pr] e se classificam, gramaticalmente como objetos incorporados. Considerar o traço [+Pr] como apenas semântico, no entanto não parece perfeitamente adequado, já que as questões relacionadas com concordância são próprias da sintaxe.

2.3.4 O que são objetos incorporados?

A hipótese de que SDs nus objetos são objetos incorporados apoia-se no argumento de que o sentido do nome está tão fortemente associado ao sentido do verbo que eles devem ser considerados um todo semântico cuja fórmula é: V + SN e o foco, em sentenças com esse elemento, deve ser o evento em si (p.63). É importante ressaltar que Saraiva (1997, p. 87) utiliza a definição de Baker (1988, p.1) para objeto incorporado: “uma palavra semanticamente independente”, que “vem para ‘dentro’ de outra”, formando um todo sintático e semântico”.

Saraiva (1997, p. 62) mostra que “a leitura incorporada, típica do SN nu objeto, é incompatível com SNs portando quaisquer elementos à esquerda do núcleo nominal.” Por exemplo, a leitura incorporada da sentença subsequente é sempre anulada quando do acréscimo de qualquer elemento à esquerda do objeto, como ilustrado em (64):

63) Papai sempre *lia jornal* depois do almoço.

64) Papai sempre *lia o/esse/este/aquele/algum/nenhum* jornal depois do almoço.

(Saraiva, 1997, p. 62)

Segundo Saraiva (1997, p. 63), isso ocorre pois, qualquer um dos elementos destacados que possam ser acrescentados na segunda sentença descaracterizam o objeto como representante da classe ‘*jornal*’ e passam a se referir ou a delimitar “um subconjunto do conjunto de referência”. No entanto, aponta a autora, SDs nus objetos podem apresentar elementos à direita do seu núcleo, discussão que ela não leva adiante no seu estudo.

2.3.5 A sistematicidade do fenômeno da incorporação do objeto no PB: os dados de Whitaker Franchi e o estudo de Barros

Para mostrar a sistematicidade do fenômeno da incorporação do objeto no PB, Saraiva (1997, p. 85) apresenta uma vasta gama de exemplos com diversos tipos de verbos de diferentes campos semânticos e afirma que o fenômeno ocorre independente de “condicionamentos léxicos, quer da parte do verbo, quer da parte do nome.”. A autora adota os verbos transitivos do português listados por Whitaker Franchi (1989), bem como as definições sugeridas pelo autor e pontua que, em todos os exemplos dados, com exceção dos exemplos com verbos associativos, o fenômeno da incorporação do objeto pode ser atestado.

Os verbos das sentenças seguintes pertencem, segundo Saraiva (1997, p. 69), ao primeiro grupo enumerado por Whitaker Franchi (1989) e “expressam eventos e processos tipicamente humanos, muitos dos quais possuem, inclusive, um aspecto cultural e institucional, *não* envolvendo um objeto afetado ou paciente”.

65) A Prefeitura fiscalizou *funcionário* apenas durante o período da campanha eleitoral. .

66) Marlene sempre falava *mentira* quando se tratava do seu estado de saúde.

67) Detesto que ele escreva *carta*. (Saraiva, 1997, p. 70-71)

Já os verbos dos exemplos próximos três exemplos pertencem ao grupo que seleciona “complemento objetivo (não afetado) e sujeito experienciador ou beneficiário (interessado no resultado de uma ação verbal)” (Saraiva, 1997, p.72):

68) Nos dias de hoje todo mundo sabe *inglês*.

69) Você está sempre mendigando *favor* a políticos.

70) Kita merece *castigo* por chegar tão tarde. (Saraiva, 1997, p. 73)

Os exemplos subsequentes, por sua vez, pertencem ao grupo dos verbos que, segundo Saraiva (1997, p. 74) “expressam uma alteração no estado psicológico, atribuindo o papel teta de experienciador ao objeto direto, e verbos que selecionam objeto com a interpretação de beneficiário”:

71) Joca vivia assustando *menino* com a sua corcunda.

72) Enquanto ocupou aquele cargo, Zé nunca favoreceu *parente*. (Saraiva, 1997, p. 75)

O próximo grupo representa, segundo Saraiva, os verbos com objetos diretos locativos:

73) Em vários sítios de Pará de Minas, roseiras margeiam *cerca*.

(Saraiva, 1997, p.76)

74) Naquela região, os sem-terra vivem invadindo *fazenda* com o apoio do clero.

(Saraiva, 1997, p. 77)

Os verbos seguintes, de acordo com Saraiva, são chamados de verbos de movimento e selecionam, além do locativo, um objeto afetado (paciente):

75) Zeca colocou *adubo* nas minhas plantas.

76) André está tirando *selo* das cartas. (Saraiva, 1997, p. 78)

Os próximos exemplos mostram verbos que, segundo Saraiva (1997, p. 79), “selecionam objeto afetado, expressando mudança de qualidade, forma, estado, posição, posse ou propriedade, etc..”

77) Não gosto de assar *bolo* em pirex.

78) Ontem eu cristalizei *doce* com açúcar mascavo.

79) Zeca lavou *carro* com sabão de coco. (Saraiva, 1997, p.80).

Todos os grupos de verbos citados anteriormente e sugeridos por Whitaker Franchi (1989) incluem a ocorrência de SDs nus. No entanto, o grupo dos verbos associativos, que são aqueles que “tomam dois objetos como argumentos e estabelecem uma relação entre o objeto afetado e um termo de referência para o processo em que está envolvido” (Saraiva, 1997, p.81), não incorpora o objeto:

80) A morte igualava *pobre a rico*.

Nesse caso, a preposição ‘a’ teria a leitura da conjunção ‘e’, não permitindo a incorporação. Essa exceção, conforme Saraiva, não descaracteriza o fenômeno da incorporação do SN nu objeto como sistemático no PB, pois, com a maioria dos verbos considerados, o padrão de licenciamento previsto é seguido, confirmando a hipótese de que a ocorrência dos SNs nus objetos independe de condicionamentos léxicos, como exposto anteriormente.

Uma vez que pretende confirmar a sistematicidade da incorporação do objeto em PB, Saraiva recorreu também ao trabalho de Perini (1995), que citou Barros (1992; 1993) e suas onze diferentes matrizes de transitividade verbal. Em sua classificação, Barros (1992; 1993) identificou o grupo dos verbos que selecionam objeto direto e examinou 550 verbos, verificando a porcentagem de ocorrências. Perini (1995), recorrendo ao estudo de Barros (1992; 1993), escolheu quatro verbos, cuja seleção de objeto direto é opcional ou obrigatória (*comer, encontrar, lembrar e acostumar*) para representar as diferentes possibilidades de transitividade da língua portuguesa. Tendo

em vista que os grupos de verbos representados por *comer*, *encontrar*, *lembrar* e *acostumar* incluíram, respectivamente, 57,6%, 22,3%, 5,2% e 2,1% dos itens, então, suas matrizes de transitividade são seguidas por 87% dos verbos do PB no total. (Saraiva, 1997, p. 82-83). Saraiva notou que objetos incorporados ocorrem com todos esses itens, reforçando, segundo ela, a sua hipótese de que SDs nus objetos são objetos incorporados em PB.

2.3.6 Comparando o fenômeno da incorporação nominal nas línguas polissintéticas e os SDs nus objetos do PB

Saraiva adota o quadro teórico da Gramática Gerativa para realizar seu estudo e se apoia, principalmente, no modelo dos Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981, 1986a e b, 1989). A autora avalia a proposta de Baker (1988; 1993) sobre incorporação nominal para as línguas polissintéticas e se propõe a verificar se ela pode se estender aos dados do PB. Saraiva resume a tipologia das línguas polissintéticas sugerida por Baker através de oito características: “a) vocábulo composto de um radical nominal nu + raiz verbal + afixos flexionais verbais; b) o item composto equivale ao verbo principal da sentença; c) o radical nominal corresponde ao objeto direto. Recebe um papel temático da raiz verbal, satisfazendo as restrições seletivas do verbo; d) só objetos temáticos se incorporam. Sujeitos não o fazem; e) do ponto de vista semântico, o objeto tanto pode ser **referencial** como **não-referencial**; f) o nome incorporado, em alguns casos, pode ser retomado no discurso subsequente; g) o radical nominal pode ser modificado por elementos que se encontram fora do vocábulo complexo; h) o nome subclassifica a ação ou processo expressos pelo verbo, passando o conjunto a designar **um tipo diferente de evento.**”¹⁸ (Saraiva, 1997, p. 95).

Saraiva (1997, p.99-100) explica que, para se incorporar ao verbo, o nome, nas línguas polissintéticas (como no onondaga (língua indígena, falada no oeste dos Estados Unidos)), é movido e deixa um traço encabeçando o sintagma nominal objeto. Assim, o traço recebe o papel-teta do verbo, satisfazendo suas exigências de subcategorização.

Saraiva avalia, então, os aspectos sintáticos e semânticos que são iguais e diferentes entre os nomes incorporados nas línguas polissintéticas e as dos SDs nus

¹⁸ Grifos de Saraiva

objetos em PB, o que, segundo ela, foi fundamental para apoiar uma análise do fenômeno dos SDs nus no PB alinhado com a proposta da Gramática Gerativa. No PB, diferentemente das línguas polissintéticas, a incorporação nominal é apenas semântica e não morfológica. Além disso, nas línguas polissintéticas, ao contrário do PB, é possível retomar o objeto incorporado no discurso que se segue. Outra diferença relevante está no fato de que, em algumas línguas polissintéticas, como no mohawk (língua indígena falada entre os Estados Unidos e o Canadá por uma tribo originária da confederação iroquois), o nome incorporado pode ser semanticamente modificado por um numeral, demonstrativo, adjetivo, etc., ao passo que, no PB, o objeto incorporado é sempre um SN nu. Por fim, como afirma Saraiva (1997, p. 113), de acordo com Baker (1988, p.78-79), os objetos incorporados das línguas polissintéticas tanto podem se referir a uma classe não-específica ou genérica, quanto a um objeto bem específico. No PB, tendo em vista o traço [-I] da matriz adotada por Saraiva para os objetos incorporados, a leitura deve ser apenas não específica ou genérica. De acordo com a autora, as características comuns, responsáveis por motivá-la a adotar a proposta de Baker para a análise dos SDs nus objetos do PB, foram: “ a) **a forma dos constituintes em apreço** – nomes em sua forma básica, destituídos das flexões previstas para sua classe nas línguas consideradas; b) **a adjacência estrita do verbo**; c) **a posição do objeto direto, ocupada pelo nominal**, satisfazendo as exigências de seleção-s do verbo; d) **a interpretação de V + N como uma subclasse da ação ou processo expressos pelo verbo.**” (grifos da autora) (Saraiva, 1997, p. 136-137)

2.3.7 Reavaliando a hipótese do SD

Apoiada no modelo de Princípios e Parâmetros e também adotando como base teórica as propostas de Fukui (1986) e Fukui & Speas (1986), Saraiva reavalia a Hipótese do SD e chega à conclusão de que a projeção máxima lexical para o objeto incorporado em PB é SN. Segundo a autora (p.134), não há nenhuma relação gramatical para justificar a projeção D'ou SD para o Objeto incorporado, diferentemente do que defende Fukui (1986). Segundo Saraiva (1997, p. 131), para defender a ideia de que o objeto incorporado se projeta até D ou SD, Fukui (1986, p. 76) assume que “(...) nenhuma posição não-nuclear na estrutura sintática pode ser licenciada apenas por alguma condição de boa formação como o esquema X-barra. Assim, **para que alguma**

entidade sintática esteja presente na estrutura sintática, é necessário que a entidade seja licenciada por alguma relação sintática.” (o destaque é de Saraiva). No entanto, essa afirmação, de acordo com Saraiva, não se aplica ao fenômeno do objeto incorporado. Seguindo a terminologia de Lucas (1988), Saraiva (1997, p. 132) afirma que, nos casos dos objetos incorporados apresentados no seu trabalho, “não existe qualquer relação sintática (especificação, modificação ou determinação) que justifique uma projeção” desses nomes incorporados “até o nível de SD (ou D’)”. A autora argumenta, ainda, que, ao confrontar os exemplos seguintes, a marcação do traço [M] seria [-M] para a primeira sentença e [+M] para a segunda:

81) Zé sempre lia *jornal* à noite.

82) Zé sempre lia *este/um/algum/seu jornal* à noite. (Saraiva, 1997, p. 132)

Sendo assim, sentenças como as do segundo exemplo destacam os membros integrantes da classe que o nome descreve. O objeto incorporado é favorecido pelo traço [-M], já que é preciso que o conjunto V + N possua uma ideia unitária. Dessa maneira, os objetos, cujos traços são [+M], caracterizam-se por possuírem o estatuto categorial SD ou D’. Portanto, empiricamente falando e de acordo com Saraiva (1997, p. 134), não há justificativa para projetar os objetos incorporados em SD ou D’. A autora afirma ainda que o argumento teórico de que D é responsável pela marcação de número de N não justifica a projeção do objeto incorporado em SD ou D’, pois a incorporação no PB ocorre com nomes na forma básica, isto é, no singular.

2.3.8 Resumindo as contribuições de Saraiva

Do ponto de vista descritivo, o livro de Saraiva constitui uma ferramenta de grande contribuição para a análise do fenômeno dos SDs nus objetos em PB, tendo em vista que a autora estabelece a diferenciação entre expressões idiomáticas com objetos diretos (que apresentam interpretação metafórica) e verbos comuns que selecionam objetos diretos (que possuem interpretação literal). A autora também diferencia os SDs nus objetos de SDs plenos, além de apresentar usos diversos de SDs nus com diferentes tipos de verbo, atestando a sua sistematicidade. Outro aspecto de grande contribuição diz respeito à demonstração do funcionamento da incorporação nominal nas línguas

polissintéticas (apresentando exemplos de usos dessas línguas). No que diz respeito à análise do fenômeno quanto ao seu licenciamento, o trabalho de Saraiva apresenta uma proposta consistente e bem argumentada dentro dos exemplos usados ao longo do texto.

Em seguida, discutiremos a possibilidade da existência de SNs nus referenciais singulares no português brasileiro.

2.4 EXISTEM SNs NUS REFERENCIAIS SINGULARES ARGUMENTOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO?

2.4.1 A falta de convergência teórica e empírica entre os estudos sobre SNs no PB

Os estudos sobre os SNs nus no PB podem ser divididos tanto pela linha de argumentação e abordagem teórica, quanto pelas situações em que considera os SNs nus gramaticais. Schmitt & Munn (1999) e Müller (2002), por exemplo, trabalham com um número reduzido de dados sempre a título de ilustração da sua argumentação teórica, não constando em seus trabalhos análises quantitativas. Como vimos, os autores pretendem mostrar em que condições os SNs nus podem ser usados no PB e em quais aspectos essa língua se comporta de forma que não se enquadra no PMN de Chierchia (1998). Outra característica desses dois trabalhos é que eles consideram que os singulares nus no PB não recebem a leitura [+Específica] [+Definida] nem na posição sintática de sujeito, nem na posição sintática de objeto.

Já Saraiva (1997) investiga o comportamento gramatical dos SNs nus especificamente na posição de objeto. Além de descrever os aspectos semânticos e sintáticos desse objeto de estudo, a autora procura explicar os fatos linguísticos descritos do ponto de vista dos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa. A autora assume que os SNs nus objetos em PB são objetos incorporados, não podendo assumir a leitura [+Específica] [+Definida].

Wall (2013), por sua vez, propõe um estudo quantitativo e descritivo dos SNs nus do PB nas posições de sujeito e objeto pré e pós-verbal. Para o autor, é possível encontrar SNs nus com leitura [+Específica] [+Definida] em certas posições sintáticas, principalmente na de sujeito. Wall (2013, p. 226) afirma que não havendo uma convergência nem a nível teórico nem no trato empírico no que diz respeito aos SNs nus

do PB entre os linguistas, ainda há muito a ser discutido. Apresentaremos, em seguida, algumas considerações da proposta de Wall para os SNs nus do PB.

2.4.2 A proposta de Wall: há posições sintáticas em que SNs nus singulares argumentos com leitura referencial são admitidos no PB

Wall (2013, p. 226) afirma que, enquanto em outras línguas românicas fortes limitações restringem o uso de SNs nus, inviabilizando a existência destes em posição de objeto, no PB, a situação é bastante distinta. Por outro lado, o autor afirma que, apesar de inicialmente parecer que o uso do SN nu é totalmente livre no PB, este não é bem o caso.

Tendo em vista a disponibilidade geral dos SNs singulares nus no PB, quando comparados a outras línguas românicas (em que os SNs singulares nus não podem ser argumentos) o autor aponta a forte motivação no sentido de analisar os SNs singulares nus no PB de maneira unificada. Isso não quer dizer que todas as situações de SNs nus devam ser tratadas igualmente ou que não haja diferença entre eles. Significa que, muito mais informativo do que tentar explicar algumas ocorrências separadamente adotando explicações de outras línguas que são bastante distintas ao PB nesse aspecto, é tentar, quando possível, explicar as diferenças tendo por base uma análise unificada.

Para avaliar o comportamento dos SNs nus singulares no PB, Wall (2013, p. 223-253) trabalha com dois *corpora*:

- 1) um *corpus* aberto, em que compara SNs nus singulares da língua falada e escrita

A parte de língua falada do primeiro *corpus* constituiu-se de 50 horas de gravação de entrevistas realizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e, ainda, do Programa de TV Big Brother Brasil das edições de 2009, 2010 e 2011. Já a parte concernente à língua escrita corresponde às notícias diárias de aproximadamente um mês do Jornal do Brasil online.

Os resultados mostraram padrões distribucionais consistentes, principalmente na parte concernente à língua falada. A distribuição de SNs nus singulares [+Específicos] no *corpus* de língua falada mostra que das 75 ocorrências, 69 são na posição de sujeito

pré-verbal, 1 é um objeto pré-verbal e 5 são objetos pós-verbais. Todos os dados dessa amostra são, além de [+Específicos], [+Definidos].

Na língua escrita, que se caracteriza por ser mais conservadora, observa-se uma distribuição bastante assistemática e pouco confiável pela paucidade dos dados. Dentre as 24 ocorrências, 9 são de sujeitos pré-verbais indefinidos, 7 são de sujeitos pré-verbais definidos, 3 de sujeitos pós-verbais indefinidos, 1 de sujeito pós-verbal definido, 2 de objetos diretos pós-verbais definidos, 1 de objeto pós-verbal indefinido e 1 de objeto indireto pós-verbal definido.

- 2) e um *corpus* fechado, em que os 37 participantes tinham que narrar histórias enquanto acompanhavam um livro de figuras

Para tanto quatro livros da coleção de livros sobre sapos de Mercer Mayer foram usados como material de estímulo e os participantes tinham que ler um resumo de aproximadamente 250 palavras para cada livro antes de contarem a história referente a cada um deles.

Os participantes foram divididos em dois grupos: o primeiro grupo recebeu um resumo com sentenças bem formadas e completas e o segundo grupo, um resumo em estilo telegráfico em que, dentre outros elementos funcionais, todos os artigos também foram eliminados. No resumo telegráfico, metade dos nomes aparece em posição de sujeito enquanto a outra metade aparece em posição de objeto e PPs internos. Havia uma grande concentração de referentes específicos em ambos os resumos. O objetivo do resumo telegráfico era perceber se a exposição a uma quantidade considerável de nomes sem artigo influenciaria nos textos orais produzidos em geral ou em uma das posições sintáticas.

Cada participante levou, em média de 10 a 27 minutos para contar as quatro histórias. O autor mostrou ter optado por critérios rígidos de exclusão ao eliminar toda narrativa que contivesse mais de dois SNs nus seguidos. Assim, ao final, 131 das 143 histórias (76 do primeiro grupo e 55 do segundo grupo) foram aproveitadas.

No primeiro grupo, houve um total de 2937 SNs relevantes (isto é, [+Específicos] [+Definidos]) com artigo e 56 sem artigo. No segundo grupo, os SNs relevantes com artigo totalizaram 2153 e os sem artigo, 100.

Levando em consideração os SNs que são relevantes para o presente estudo, isto é, aqueles que aparecem nus na posição de objeto, com leitura [+Específica] [+Definida], consideremos a sua distribuição no estudo de Wall no que concerne a posição sintática. A totalidade dos dados nus [+Específicos] [+Definidos] aparece como sujeito pré-verbal. Há apenas uma ocorrência de objeto pós-verbal em cada um dos grupos, que o autor sequer considera na contagem total, por conta de, nas palavras dele, serem “dúbios e poderem ser interpretados de um jeito diferente” (Wall, 2013, p. 242).

Wall mostra que o aspecto mais relevante da distribuição dos SNs nus [+Específicos] [+Definidos] no *corpus* fechado é não haver diferenças entre os grupos. A preferência quase totalitária/totalitária no grupo 2 pela posição de sujeito pré-verbal (exatamente como ocorre no grupo 1) demonstra que o estímulo recebido não muda a distribuição.

Para o presente estudo, esse resultado é bastante interessante, pois leva a crer que, no PB em geral, a posição de objeto não admite ou raramente admite nomes singulares nus com leitura [+Específica] [+Definida]. Há aqui um indicativo de que, é preciso revisar os casos em que os autores interpretam as ocorrências de SNs singulares nus [+Específicos] [+Definidos] objetos, no sentido de saber se também seriam casos dúbios que poderiam ser interpretados de maneira diferente.

Wall procura indicar que tipo de análise parece ser a mais plausível, levando-se em consideração os resultados obtidos a partir dos dados de um ponto de vista formal. O autor faz uma análise crítica sobre a proposta de Müller (2002) para os SNs singulares nus no PB, pontuando que a autora se restringe ao tratamento dos genéricos. Mas isso acontece porque a autora não reconhece a possibilidade de SNs nus referenciais em PB. Wall (2013, p. 244) mostra que, em uma primeira análise, a linguista propõe que todos os SNs singulares nus são indefinidos vinculados por um operador genérico, e que teriam estruturas subjacentes tripartites formadas pelo operador/restritor/escopo nuclear. Ainda seguindo a autora, Wall observa que SNs nus singulares em posição de sujeito não podem possuir leitura existencial ou são agramaticais em sentenças episódicas, contrastando com os SNs plurais nus ou SNs precedidos por um artigo indefinido. Para Müller, SNs singulares nus não são SDs plenos (*full*) e, dessa forma, não podem ser argumentos e são gerados na base fora de IP. Já que eles não são gerados em SV, eles não podem receber uma interpretação existencial. Wall afirma que, levando-se em consideração que Müller focou a sua

atenção na suposta ausência de leituras existenciais para SNs singulares nus sujeitos, a autora não se ocupa das consequências causadas pelas suas assunções.

Um questionamento deveras relevante trazido por Wall (2013, p. 249) é por que razões nomes nus singulares com leitura [+Específica] [+Definida] raramente, (para não dizer nunca) ocorrem em posição de objeto pós-verbal em exemplos do PB falado, se eles são atestados em posição de sujeito pré-verbal e objeto deslocado para a esquerda nessa língua? Os sujeitos pré-verbais nus com leitura [+Específica] [+Definida] e objetos deslocados para a esquerda nus com leitura [+Específica] [+Definida] são, segundo o autor, diretamente anafóricos ou, pelo menos, foram introduzidos no discurso anteriormente. A estrutura da informação parece ser, portanto, um fator explicativo para essas ocorrências. Seria a estrutura da informação importante para explicar a possibilidade dos SDs nus objetos referenciais do PABH?

Wall (2013, p. 249) afirma que adotar a ideia de que a interação entre as propriedades semânticas e a estrutura informacional do SN tem o papel decisivo na interpretação [+Específica] [+Definida] dos nomes nus singulares no PB traz consequências bem-vindas (*welcome consequences*). A noção de estrutura informacional implica a rejeição/recusa de referencialidade/definitude da esquerda para a direita dentro dos moldes de Leiss (2010). Além disso, apenas SDs fortes ou definidos podem formar tópicos ótimos, ao passo que indefinidos topicalizados geralmente recebem leituras especiais de acordo com proposta de Leonetti (2010). A marcação explicitamente realizada, seja ela sintática ou prosódica, tanto pode anular esse alinhamento *default* da estrutura informacional, como também pode ser usada ativamente ao deixar alguma informação não-especificada na marcação foneticamente realizada. Assumindo que os nomes nus singulares no PB somente denotam tipos, isso significa que leituras [+Específicas] [+Definidas] somente estão disponíveis em contextos em que ‘ambientes’ apropriados são criados por eles mesmos. Posições semelhantes às de tópico, isto é, topicalizações verdadeiras e sujeitos pré-verbais como tópicos não marcados da sentença, seriam propícios nesse caso. Wall defende que isso significa que não esperaríamos SNs singulares nus específicos ou definidos na direção final da sentença, na sua parte indefinida (pós-verbal). Esse é justamente o caso na maioria esmagadora dos exemplos do estudo de Wall, tanto no *corpus* aberto quanto no *corpus* fechado.

2.5 FECHANDO

No presente capítulo, vimos que SDs nus singulares objetos não são admitidos no PE, diferentemente do que ocorre no PB, em que SDs desse tipo são bastante produtivos. Assim, enquanto é possível afirmar que o PE, de uma forma geral, se enquadra no PMN de Chierchia (1998), seguindo a previsão para as línguas românicas, o PB não o faz. A partir do texto de Schmitt & Munn (1999), observamos uma avaliação do uso dos SDs nus singulares no PB, tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto. Os autores mostraram os tipos de leituras disponíveis para esses elementos, afirmando que leituras referenciais não são admitidas. Vimos que os singulares nus objetos são diferentes dos plurais nus, não podem ser confundidos com nomes de massa e se comportam diferentemente dos singulares definidos. Averiguamos a discussão de Schmitt e Munn acerca do não enquadramento do PB em nenhum dos três tipos previsto pelo PMN de Chierchia. Müller (2002) também apoiou essa ideia, identificando os desdobramentos de tentar enquadrar o PB em cada um dos três tipos. Já Saraiva (1998), ao avaliar os SDs nus objetos do PB apontou que, de uma forma sistemática, eles são objetos incorporados, ou seja, o verbo e o nome formam um todo semântico e sintático. Esses elementos apresentariam, de acordo com a autora, os traços [-I], [-M] e [-Pr]. Wall (2013), por sua vez, mostrou, a partir de um estudo quantitativo, que SDs nus singulares com leitura referencial definida são encontrados no PB na posição de sujeito e que não ocorrem (ou são bastante raros) na posição de objeto. O autor assumiu que a interpretação [+Específica] [+Definida] dos nomes nus singulares no PB está diretamente relacionada à interação entre as propriedades semânticas e a estrutura informacional do SN. De acordo com o autor, a definitude da esquerda para a direita seria rejeitada e, dessa forma, as posições de tópico e sujeito pré-verbal seriam propícias para receberem a leitura referencial.

No capítulo que se segue, trataremos do contexto sócio-histórico que propiciou a ocorrência de processos crioulizantes na antiga Colônia Leopoldina.

3 A CRIOLIZAÇÃO NA ANTIGA COLÔNIA LEOPOLDINA

O presente capítulo debate o tema da possível crioulização ocorrida na Colônia Leopoldina, um tema lançado inicialmente por Ferreira (1984), e retomado por vários autores em anos subsequentes, a exemplo de Holm (1992), Megenney (1993), Lucchesi & Baxter (2009). Iniciamos o presente capítulo apresentando algumas definições basilares para o entendimento da discussão que se segue, conceitos como os de ‘língua crioula’ e ‘processos crioulizantes’ precisam estar bem delimitados. A seção 3.1, portanto, será reservada para esse fim.

Na seção 3.2, discutiremos sobre os fatores sociais que desfavoreceram a existência de um processo expressivo¹⁹ de crioulização para constituir uma língua crioula independente do português no Brasil, apesar do contato intenso e constante entre línguas na colonização do país.

Em seguida, na seção 3.3, apresentaremos o contexto sócio-histórico que caracterizou a situação de contato linguístico da Colônia Leopoldina. Mostraremos os fatos sociais, históricos e demográficos disponíveis sobre a localidade e como a conjugação deles pode ter favorecido a ocorrência de processos crioulizantes na região entre os anos de 1818 e 1888.

Na continuação do capítulo, seção 3.4, comentaremos aspectos acerca da descoberta do dialeto de Helvécia por Carlota Ferreira em 1961, da categorização do dialeto como crioulizante e da subsequente discussão desenvolvida por linguistas especializados em línguas crioulas e contato linguístico.

Para finalizar o capítulo, na seção 3.5, apresentamos as nossas conclusões com base nos fatos linguísticos e sócio-históricos sobre a possibilidade de uma crioulização na Colônia Leopoldina.

¹⁹ Usaremos a palavra ‘expressivo/a’ para nos referirmos a um tipo de processo de crioulização mais radical que leva à formação de uma nova língua ou a mudanças morfossintáticas que distanciem bastante o dialeto da língua de superstrato em oposição a um tipo de processo que cria algumas divergências gramaticais, mas não forma uma língua nova nem uma versão de dialeto muito distante do superstrato. Discutiremos essa definição de maneira mais detalhada na seção 3.1 do presente capítulo.

3.1 DELIMITANDO CONCEITOS: LÍNGUA CRIOLA, PROCESSOS CRIOLIZANTES E CRIOLIZAÇÃO EXPRESSIVA

Nesta seção, apresentaremos as definições de ‘língua crioula’ e ‘crioulização’ nas quais basearemos a discussão sobre a natureza diacrônica do dialeto de Helvécia.

Entre os linguistas especializados em questões de contato linguístico, é consensual a afirmação de que uma língua crioula é o produto de um contexto sócio-histórico e demográfico especial que envolve um processo de aquisição e transmissão linguística também especiais (Mufwene (2000), DeGraff (2003), Winford (2003), Arends (2008), Velupillai (2015)). Dentre os fatores envolvidos nesse contexto, podemos sublinhar o envolvimento de grupos linguísticos distintos, relações de poder, restrições sociais e desequilíbrios demográficos. Consensual também, embora em menor grau, é a afirmação de que a língua, produto dessa particular conjugação de fatores sócio-históricos e psicolinguísticos envolvendo contato entre línguas, tende a apresentar estruturas gramaticais que decorrem dessa conjugação de fatores.

De acordo com Holm (2003, p. 68) “línguas pidgins e crioulas não podem ser definidas e sua origem e desenvolvimento não podem ser entendidos sem que os fatores sociais que os formataram sejam considerados.” (tradução nossa). Segundo o autor, os elementos puramente linguísticos não distinguem um crioulo de outras línguas naturais. As línguas crioulas seriam particulares por conta dos contextos sócio-históricos que favorecem processos criolizantes. Holm (2004, p.136) afirma que a proporção entre falantes não nativos e nativos da língua fonte durante o primeiro século do desenvolvimento de uma nova língua é o fator social mais relevante para determinar como será a estrutura dessa língua. Nas situações em que os falantes não nativos formam uma maioria forte, surgem línguas crioulas completamente reestruturadas. Quanto menos expressiva for a proporção de falantes não nativos e mais expressiva for a proporção de falantes nativos, menos reestruturada a língua resultante será. Velupillai (2015, p. 48) afirma que os contextos criolizantes exógenos, isto é, cujas partes envolvidas não são nativas da região, envolvem a importação em massa da força de trabalho, formada por pessoas de diferentes *backgrounds*. Dessa forma, há uma força de trabalho heterogênea e que fala línguas diversas como L1. Além disso, os colonizadores estrangeiros são minoria, apesar de dominarem a força de trabalho socioeconomicamente. Some-se a isso o distanciamento social considerável entre

dominantes e dominados e o acesso desses últimos à língua do colonizador fica bastante limitado. O contexto sócio-histórico característico de uma crioulaização envolve, portanto, um controle colonial em que um grupo majoritário em número, mas politicamente dominado, ‘cria’ uma L2 e a faz funcionar como meio de comunicação. O acesso restrito à língua colonial, que serve de base para a nova língua, impossibilita que ela seja adquirida na sua completude e por isso há reestruturações. Para que os processos crioulaizantes sejam possibilitados é essencial que o contexto sócio-histórico forneça o contato entre línguas e que limite severamente as possibilidades de uma aquisição plena da língua colonial.

Degraff (2003, p. 391) afirma que “o termo ‘crioulaização’ se refere à sequência de eventos sócio-históricos que levam à formação dessas línguas conhecidas como crioulas.” (tradução nossa). Holm (2004, p. 24) repetindo as exatas palavras de Thomason & Kaufman (1988, p. 35) afirma que “é a história sociolinguística dos falantes, e não a estrutura da sua língua, que é o determinante primário do resultado linguístico do contato entre línguas.” (tradução nossa). Tendo em vista que esses fatores extralinguísticos são exclusivos de uma situação de contato específica, deve-se ter conta que os processos de crioulaização são variáveis, podendo produzir resultados radicais ou resultados leves. Hoje em dia se reconhece amplamente que o processo de crioulaização é variável. Essa perspectiva teve como um de seus precursores a proposta de Bickerton (1984) que, a partir de um índice de pidginização, demonstra como uma língua crioula pode ter a sua estrutura bem próxima daquela da língua que serviu como fonte do seu léxico, ao passo que outros crioulos possuem estruturas bem diferentes²⁰. Baxter (1995) propõe o conceito de Transmissão Linguística Irregular, que foi retomado sucessivamente, culminando na sua última versão publicada (Lucchesi & Baxter (2009)). Nesse trabalho (2009, p. 101), os autores defendem que um processo crioulaizante “pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas”. Holm (2004, p. 4-10) também apresenta propostas que tratam do caráter gradiente dos processos de crioulaização, defendendo que as línguas resultantes em situações de contato possuem níveis de crioulaização

²⁰ Para saber mais ler Bickerton (1984, p. 176-178 – seção 3.1).

bastante variáveis. Essas perspectivas se assemelham também à noção de mudança massiva de língua 'mass language shift', em que uma comunidade linguística abandona a sua L1 tradicional e aprende coletivamente uma L2 que depois é aprendida como L1, sendo que a L1 tradicional (histórica) da comunidade é abandonada (Winford, 2003). Nessa perspectiva, a fase intermédia (transitória), em que há muitos falantes de L2 apresenta-se como fundamental.

Winford (2014 p. 5), sublinhando a importância primordial do contexto sócio-histórico na formação dos crioulos, afirma que essas línguas são produto da interação de três fatores (psico)linguísticos principais: 1) *input* de variedades da língua lexificadora; 2) influência das L1s dos aprendentes; e 3) desenvolvimentos internos dentro da variedade de contato resultante (abarcando processos de simplificação, gramaticalização, regularização, entre outros). De acordo com a nossa compreensão atual do termo, uma língua crioula é, portanto, uma L1 derivada a partir de dados linguísticos primários provenientes de uma L2 desenvolvida por um grupo dominado. Como os falantes do grupo dominado não possuem a mesma língua materna, essa L2 é usada para a comunicação inter-grupo e é aprendida por meio de um acesso limitado a modelos consistentes da língua do grupo sócio-politicamente dominante. Devido às restrições de acesso a modelos da língua do grupo dominante, a L1 que se forma nesse tipo de situação de contato linguístico manifesta propriedades gramaticais que divergem da gramática da língua do grupo dominante, com influência da(s) gramática(s) da(s) L1(s) dos adultos do grupo dominado, e pode conter gramaticalizações totalmente originais.

Uma vez delimitadas as definições de língua crioula e de processos crioulizantes variáveis e considerando-se que buscamos mostrar que o contexto histórico de contato maciço entre línguas diferentes e de dominação no Brasil não produziu um processo expressivo de crioulição a nível macro na nação, é de medular importância definir o que aqui delineamos como um 'processo de crioulição expressivo'.

Para delimitarmos o que seria um 'processo de crioulição expressivo' comparemos a situação de formação de uma das línguas crioulas do Caribe e a situação de contato do Brasil a nível macro. O que se observa quando se compara a situação de contato ocorrida no Brasil com a formação do Crioulo do Haiti, por exemplo, é que os fatores envolvidos em cada um dos contextos são bastante distintos. Dentre esses fatores, é possível destacar o acesso aos modelos de língua alvo bastante restrito na

situação de contato do Haiti. Lefebvre (1998, p. 57) mostra, a partir de dados numéricos encontrados em Singler (1996), que, em dado momento, havia uma proporção esmagadora de negros na população total do Haiti e, por conseguinte uma baixa proporção de brancos. Em 1739, a quantidade de negros chegou, segundo a autora, a 91.5% da população total. Dessa forma, o acesso à língua lexificadora era muito limitado e propício para a origem de uma nova língua. O crioulo do Haiti é considerado um caso típico de criouliização, pois resultou na formação de uma nova língua com características morfossintáticas muito divergentes daquelas apresentadas pela língua lexificadora, no caso o francês. Na situação de contato ocorrida no Brasil como um todo, o acesso à língua alvo foi muito facilitado pela proporção de brancos que sempre foi igual ou superior a 30%, como apresentaremos de forma detalhada na seção 3.2.2 e não resultou na formação de uma língua diferente daquela.

Na situação do Haiti, temos, como resultado do contato, o crioulo Haitiano, cujas entradas lexicais possuem, na sua maioria, propriedades sintáticas e semânticas do Fongbê (língua de substrato africana) e as propriedades fonológicas do francês (Lefebvre, 2005, p. 209). No Brasil, a nível macro, não tivemos uma língua resultante com esse tipo de reestruturação, que poderia ser considerado como um caso ‘expressivo de criouliização’.

3.2 POR QUE NÃO HOUE UM PROCESSO EXPRESSIVO²¹ DE CRIUOLIZAÇÃO NO BRASIL A NÍVEL MACRO?

O contato entre línguas e a limitação de acesso da parte de um grupo misto dominado em um sistema de domínio colonial em que há uma desproporção demográfica são fatores primordiais para a formação de uma língua crioula. No entanto, esses fatores precisam estar atrelados a outros fatores para que um processo de criouliização expressivo seja possível. O que se observa quando da análise da história linguística do Brasil, seguindo Lucchesi (2009), é que, apesar do contato intenso e constante entre línguas na sua colonização, há um número considerável de fatores que inviabilizaram esse processo a nível macro, isto é, que impossibilitaram a formação de uma língua crioula (uma língua nova) usada de forma global no território brasileiro.

²¹ Dentro da proposta de Lucchesi, um processo expressivo de criouliização é um processo de transmissão linguística irregular que resulta em uma língua nova.

Por outro lado, e avaliando os fatores favorecedores da formação de uma língua crioula dentro da proposta de Antunes (2011), é plausível imaginar a existência de processos de crioulição expressiva (ou pelo menos processos de transmissão irregular envolvendo maiores divergências morfossintáticas) a nível micro no país, isto é, em situações isoladas, como já havia sugerido Baxter (1992, 1995 e 1998). Esse parece que pode ter sido justamente o caso de Helvécia, cujo contexto histórico apresentou muitos desses fatores, segundo Baxter e Lucchesi (1998), Lucchesi (2009) e Carmo (2010).

No intuito de desenvolver uma discussão que contraste a situação de contato do Brasil como um todo com a situação específica de Helvécia, dedicaremos a presente seção principalmente a uma avaliação dos fatores que desfavoreceram a ocorrência de um processo de crioulição no Brasil a nível macro.

3.2.1 A influência indígena na constituição do PB

O contexto sócio histórico que influenciou o português brasileiro do ponto de vista das mudanças linguísticas ocorridas ao longo do tempo desde a sua colonização em 1532 se caracteriza pelo contato entre colonizadores portugueses com os índios que habitavam o Brasil e que falavam mais de mil línguas aqui originadas e com os africanos escravos que foram trazidos para o país e falavam aproximadamente 200 línguas africanas.

Mas, segundo Lucchesi (2009, p. 57), há uma consonância entre os linguistas especialistas em contato entre línguas na história sociolinguística brasileira em reconhecer a maior importância e influência africana na formação da realidade linguística do nosso país em detrimento da influência indígena. Essa disparidade se deve, em grande parte, aos grandes massacres dos povos indígenas (condenados por não se ‘adaptarem’ à escravização), à morte em massa por doenças às quais não eram resistentes e, conseqüentemente, à preferência dos colonos pelo desempenho sobejamente mais produtivo do trabalho forçado dos africanos.

Embora a presença do elemento indígena no processo de constituição do português brasileiro pareça ter sido menos significativa *a priori*, essa pode ser uma conclusão equivocada como consequência da lacuna da observação²². Já em 1998,

²² A ‘lacuna de observação’ é um termo que foi usado por Baxter no curso sobre crioulição lecionado no programa de Pós-Graduação da UFBA, em junho/julho de 2016. Refere-se a não investigação de um

Baxter aponta a urgência em se dar a devida atenção aos dialetos de comunidades linguísticas mais isoladas no Brasil, incluindo as indígenas²³.

A influência do elemento indígena pode ser atestada nas centenas de palavras de origem indígena encontradas no PB. Além disso, pesquisas sobre o português de índios dão claros indícios dos efeitos de processos de aquisição em situação de contato. Nos trabalhos de Emmerich (1984) sobre o português xinguano²⁴, a linguista demonstra alguns processos de simplificação em diferentes níveis da língua que foram resultantes da situação de contato. Os *Sete estudos sobre o português kamayurá* (Mattos e Silva, 1988) apresenta estudos descritivistas de diversos aspectos desse dialeto. Já o trabalho de Lucchesi e Macedo (1997), publicado na Revista *Papia*, volume 9²⁵, trata da variação na concordância de gênero no português xinguano. Nesse mesmo volume, também foi publicado o artigo de França (1997) sobre Tempo, Modo e Aspecto do sistema verbal do português xinguano e mais 6 artigos sobre essa variedade do português.

Também é importante comentar que, mais recentemente, começaram a surgir diversos trabalhos sobre o português de índios. No volume 25 da Revista *Papia*, Christino (2015, p. 41) afirma que as variedades indígenas de português têm ganhado mais atenção por parte dos pesquisadores porque “apresentam especificidades que auxiliam na compreensão dos fenômenos envolvidos nos processos de contato linguístico, uma vez que, via de regra, seus traços particulares encontram-se ligados a mecanismos de transferência ou a universais de aquisição de L2.” Nesse volume, três variedades de português de índios são contempladas, diferentemente do volume 9, que somente tratou do português xinguano. Dentre os temas tratados no volume 25, destacamos o escolhido por Christino (2015) sobre o português Huni-Kuin (ou

dado fenômeno linguístico, neste caso fenômenos de variação linguística, por conta dos fatores: 1) isolamento de uma comunidade linguística; 2) falta de interesse ou conhecimentos por parte dos estudiosos devido a determinadas orientações e perspectivas teóricas e práticas na linguística; ou, 3) orientações sociopolíticas ou culturais dos estudiosos.

²³ Nesse trabalho, Baxter (1998, p. 133-134) destaca a importância de se fazer investigações urgentes em duas áreas: a) na linguagem das comunidades afro-brasileira rurais; 2) no português L2 e L1 das comunidades ameríndias. Baxter (1998, p. 134) afirma que, nestas últimas comunidades: “ainda é possível observar a aquisição do português como L2 pelo contato, e a influência do português L2 sobre a aquisição do português L1.” O autor afirma que, no final da década de 90, essa vasta área de estudo ainda era minimamente abordada. Além disso, o autor sublinha a urgente necessidade de se investir na formação de “bases de dados substanciais, estratificados em grupos etários, que permitam análises quantitativas pormenorizadas de determinados pontos morfossintáticos.” (Baxter, 1998, p. 133).

²⁴ ‘Português xinguano’ é o termo usado para referir-se à variedade de português usada por diversos grupos étnicos que fazem parte da Reserva Indígena do Alto do Xingu, localizada no Mato Grosso.

²⁵ O volume 9 de 1997 foi inteiramente dedicado ao português dos índios, tendo sido um marco importante dentro desse sub-campo dos estudos linguísticos realizados no Brasil.

Kaxinawás) falado como L2, em que a autora descreve a concordância de gênero no interior do sintagma nominal. A partir da avaliação de diferentes classes gramaticais, a autora busca encontrar traços ligados a universais de L2 diferenciando-os daqueles relacionados à transferência de L1 nos modificadores/determinantes. A autora observa que a generalização excessiva do masculino (não marcado) não é a única estratégia usada pelos falantes da língua como L2 que se distingue dos padrões dos falantes L1. Na classe dos pronomes possessivos, parece haver uma opção que marca um possuidor humano e há estruturas que indicam que o gênero dos modificadores/determinantes pode ser condicionado pelo núcleo nominal de um adjunto incorporado. Esse trabalho possui um perfil semelhante às primeiras tentativas de trabalhar adequadamente a questão do português afro-brasileiro nas décadas de 70 e 80, o que já se apresenta como um avanço representativo na sub-área de estudos de português de índio falado no Brasil. Portanto, sublinha-se aqui a potencial relevância desse tipo de estudo para discussões acerca da história do PB.

3.2.2 Fatores que desfavoreceram a formação de um crioulo de base portuguesa envolvendo todo o Brasil

O constante contato entre línguas no processo de colonização no Brasil poderia ter gerado processos de crioulição bastante expressivos a nível macro, o que foi impedido por uma combinação de outros fatores caracterizadores da história linguística do país. No entanto, é importante levar em consideração que alguns cenários relevantes, em lugares afastados e isolados, podem não ter sido observados. Linguistas, dialetólogos e filólogos brasileiros de épocas passadas não observavam esses cenários não somente por conta de serem em locais afastados e de difícil acesso, mas também porque, lamentavelmente, grosso modo, parece que a fala do negro não era tema de interesse. Dessa forma, é possível que tenha havido processos de crioulição dos quais não tenhamos sequer conhecimento.

Dentre os fatores que inibiram o estabelecimento de um processo de crioulição representativo a nível macro no Brasil como um todo, destaco, seguindo Lucchesi (2009, p. 62-71) os seguintes:

- a) O acesso aos modelos de língua alvo²⁶ no Brasil sempre foi maior do que aqueles que se observam nas situações tradicionalmente consideradas típicas de criouliização²⁷;

Arends (2008, p. 316) assume que o grau de reestruturação linguística em uma situação de contato entre línguas está relacionado ao grau de acesso que os aprendentes da língua como L2 têm aos falantes de L1. Não se pode precisar exatamente o grau mínimo de acesso necessário para que a aquisição de L2 seja bem sucedida, mas a ideia é de que esse mínimo não é atingido nos ambientes em que línguas crioulas são formadas. Bickerton (1981) foi o primeiro a propor que uma língua crioula pode se formar quando menos de 20% da população é falante da língua dominante, uma proposta que ficou só no âmbito teórico nos seus trabalhos (1981, 1984), visto que ele não a demonstrou em nenhuma das línguas crioulas estudadas.

Lucchesi (2009, p. 62) reforça que “o nível de criouliização é inversamente proporcional à facilidade de acesso aos modelos de língua alvo.” O acesso restrito à língua do grupo dominante depende, portanto, diretamente da estrutura social e de uma proporção reduzida do grupo dominante na demografia da comunidade linguística em questão. O verdadeiro alvo de aquisição por parte das pessoas submetidas à situação de contato seria, afinal, a variedade falada por outros membros desse mesmo grupo na maior parte dos casos de acordo com a proposta de Baker (1990). Levando-se em consideração que a proporção da população branca (considerando-se os brasileiros e europeus conjuntamente) sempre foi maior ou igual a 30% no Brasil, fica claro que

²⁶ Neste caso, por "língua alvo", Lucchesi (2009, p. 101) entende a língua do grupo dominante, que é imposta de maneira que os falantes das outras línguas são obrigados a adquiri-la em situações desfavoráveis de aprendizagem. Esses falantes são, na sua maioria, escravos adultos.

²⁷ Que envolvem o lado mais radical do *continuum* de mudanças provocadas pela aquisição de L2 pelo contato. Dentre os itens vulgarmente propostos como características das línguas crioulas, isto é, propriedades de línguas tipicamente formadas pelo contato, Velupillai (2015, p. 53-55) destaca: 1) redução morfológica (tanto em termos de morfologia flexional quanto derivacional), 2) ausência de caso; 3) combinação dos marcadores de tempo, modo e aspecto invariantes e pré-verbais em ordem fixa; 4) ausência de formas de verbo não finita; 5) ordem fixa de palavras (tipicamente sujeito-verbo-objeto); 5) palavras QU- formadas por dois morfemas; 6) demonstrativos, artigos definidos e pronomes possessivos precedendo o nome; 7) forma invariante e livre para negação que ocorre antes do verbo e dos marcadores de TMA (tempo/modo-aspecto); 8) ausência da voz passiva; 9) existência de uma única forma para construções existenciais e construções possessivas e de uma forma diferente para construções locativas; 10) não frequência da subordinação; 11) ausência de pronomes relativos; 12) pronomes reflexivos são geralmente substituídos por algo do tipo ‘meu corpo’, como em ‘eu corto meu corpo’ ao invés de ‘eu me corto’.

nunca houve uma situação ideal para a formação de uma língua crioula no nível macro, isto é, contemplando o Brasil todo (Lucchesi, 2009, p. 62). Também é interessante comentar, ainda de acordo com Lucchesi (2009, p. 62), que não houve, no Brasil, uma representatividade demográfica de escravos africanos que ocasionasse “a formação e estabilização (...) de uma língua crioula de base portuguesa” no Brasil. Porém, é importante ter em conta que essas estatísticas são globais e generalizantes, podendo esconder realidades de localidades específicas e sub-regiões como já sublinhamos anteriormente. A Tabela 1, retirada de Lucchesi (2009, p. 62) seguindo Mussa (1991, p.163), apresenta a população do Brasil por etnia entre os séculos XVI e XIX. Observe que, no século XVII, a população de escravos africanos e negros brasileiros em conjunto atinge o seu ápice (30% + 20%) e que esse seria, segundo Lucchesi (p. 62), o período mais propício para a ocorrência de processos crioulizantes – principalmente em regiões onde essa proporção era maior, como nas regiões açucareiras por exemplo. Nos realces da tabela, enfatiza-se a porcentagem da população branca no período referido:

Tabela 1 – População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

Etnia	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Multos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	<u>5%</u>	<u>10%</u>	<u>17%</u>	<u>24%</u>
Europeus	<u>30%</u>	<u>25%</u>	<u>22%</u>	<u>14%</u>	<u>17%</u>
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Lucchesi, 2009.

- b) De forma geral, o ciclo de vida de trabalho do escravo no Brasil era, em média, de 5 a 7 anos, o que, muito possivelmente, não somente o desmotivava a constituir uma família, como não lhe dava condições para isso;
- c) a elevada taxa de mortalidade;

A criouliização depende fundamentalmente do contexto sócio-histórico e demográfico que levem à ocorrência da nativização que opera sobre a L2 do grupo dominado. Para que a nativização ocorra é necessária a presença de dois elementos: a)

um motivo para o uso da L2; 2) crianças que adquiram essa L2 como L1. Dessa forma, a socialização do grupo dominado no sentido de formarem famílias com filhos pode ser um fator de relevante contribuição para a formação de uma língua de contato. Por outro lado, viver em condições tão precárias a ponto de fazer a classe dominada não poder ou não se interessar pela formação de uma família poderia contribuir para a cristalização de tendências estruturais evidentes nas variedades de interlíngua L2 do grupo dominado, o que dificultaria a formação de uma língua crioula. Da mesma forma, uma exploração tão cruel a ponto de levar a taxas de mortalidade bastante elevadas contribui para que uma língua em processo de formação não se nativize, pois grande parte de seus falantes aprendentes morre antes que possa passá-la para os seus descendentes. É bom ter em conta, no entanto, que essa não é a única maneira de passar a L2; ela também pode ser repassada como L2 para outros adultos.

- d) a proporção entre homens e mulheres (3 para 1 respectivamente), essa proporção também é apontada em Mattoso (1990, p. 126) havia “dois ou três escravos para cada escrava”²⁸;
- e) a alta taxa de mortalidade infantil (Lucchesi, 2009; Mattoso, 1990 p. 126);

O número reduzido de mulheres dificulta a procriação entre a classe dominada. Some-se a isso a elevada mortandade dos filhos dos escravos, e temos uma nova geração bastante reduzida para levar a cabo o processo de nativização da língua alvo.

- f) os contínuos deslocamentos de escravos das lavouras do Nordeste para a região das minas e dessas últimas para as lavouras de café, respectivamente nos séculos XVIII e XIX;

Ainda relacionado ao tema ‘socialização’, imprescindível para a formação da língua crioula, esse fator foi decisivo para a ausência de um processo de crioulição expressiva a nível macro no PB, tendo em vista que levava à desintegração de grupos de escravos que conviviam e de famílias em processo inicial de formação.

²⁸ Mattoso afirma que a superioridade numérica de escravos homens só diminuiu em 1850, quando houve a paralisação do tráfico negreiro. Ainda assim, segundo a autora, os homens continuaram a ser maioria nas zonas rurais, representando até 56% da população de escravos de algumas localidades.

- g) a concorrência de línguas francas africanas entre a população escrava, principalmente nas senzalas, o que evidentemente ocorria sempre que o escravo encontrava outros falantes da sua língua ou de uma língua semelhante a sua;

Quanto menor a possibilidade de o escravo recorrer à escolha pela comunicação a partir de uma língua africana majoritária ou de maior influência entre os escravos maior a sua necessidade de recorrer à versão da língua aprendida a partir da transmissão linguística irregular e maior a propensão para a nativização dessa língua e, portanto, para a formação de um crioulo.

- h) a integração do negro na sociedade; e
i) a miscigenação;

Devido ao grande contingente de africanos escravizados trazidos para o Brasil e apesar de a maioria deles ter sido destinada ao trabalho forçado nas lavouras em condições bastante precárias, também era comum (em muito menor proporção) a alocação de escravos em trabalhos urbanos e domésticos, o que propiciava um contato mais acessível com a língua portuguesa falada pelos membros mais privilegiados da sociedade brasileira. A miscigenação também teria favorecido o uso do português usado pelas classes privilegiadas, uma vez que colocava o negro mais próximo do branco.

Não obstante a marcante presença e a sólida influência do elemento africano na história sociolinguística no Brasil, não se registrou um processo de criouliização expressiva do português no nível macro, pois uma coleção de fatores tanto inibiu quanto impossibilitou a formação de um crioulo de base portuguesa no país. Sem embargo, essa influência pode ser percebida na polarização linguística do PB. A polarização é a herança de uma situação em que a grande maioria da população se encontrava na zona rural, onde o português era aprendido e transmitido em contexto de contato, contrastando com a minoria letrada, que se encontrava nas cidades, onde o português era transmitido a partir de modelos de L1 mais normativos²⁹. Além da questão da polarização, temos que alguns contextos bastante específicos e isolados do período da colonização parecem ter provocado um processo de aquisição suficientemente precário

²⁹ Não cabe aqui dar seguimento a esse tema. Para saber mais, sugerimos a leitura do livro *Língua e Sociedade* Partidas de Dante Lucchesi (2015).

do português por africanos, tendo gerado variedades próximas a um crioulo de base portuguesa, como parece ser o caso de Helvécia.

3.2.3 Por que é difícil fundamentar a existência de processos de criouliização a nível micro no Brasil?

Lucchesi (2009, p. 75) aponta que há uma posição particular ocupada pelas comunidades afro-brasileiras no panorama sociolinguístico do país no âmbito das suas peculiaridades étnicas, socio-econômicas e históricas. Dentre as propriedades listadas pelo autor que particularizam essas comunidades, pode-se citar a sua composição, que é predominantemente de descendentes de escravos africanos que se estabeleceram em regiões afastadas e de acesso difícil no interior do país. Outra característica diz respeito ao isolamento dessas comunidades, preservado até a segunda metade do século XX. A terceira característica diz respeito ao tipo de atividade econômica primordial dessas comunidades: a agricultura de subsistência. Os locais onde foram formadas essas comunidades seriam, de acordo com o linguista, privilegiados para propiciarem processos de criouliização do português, já que se caracterizam pelo contato intenso e repentino entre línguas.

O Vale do Ribeira, por exemplo, localizado no extremo sul do estado de São Paulo, mostrou-se um lugar favorável para a formação de quilombos por ser uma região montanhosa e cortada pelo rio, como aponta Ramos (2009, p. 45). No entanto, como aponta Lucchessi (2009, p. 76) seguindo Careno (1991, p. 105-106), análises linguísticas não reconheceram um dialeto crioulo do português proveniente da região.

Segundo Lucchesi (2009, p.76), a existência de uma comunidade falante de uma língua crioula no Brasil nunca foi atestada historicamente. Não devemos esquecer, como já mencionado anteriormente, que não houve observação adequada em épocas relevantes. Antes da década de 1950 não se tem relatos de linguistas que saíam de contextos urbanos para fazerem pesquisas de campo em zonas rurais, quem dirá em regiões mais isoladas.

Assim, o caso mais aproximado seria justamente o do português de Helvécia que, em 1961, quando Ferreira esteve no local, ainda apresentava traços na fala de dois falantes idosos do dialeto que poderiam apontar para a provável existência de uma língua crioula anterior na região (Ferreira, 1984). Pesquisas de Baxter em parceria com

Lucchesi na década de 90, englobando mais de uma dezena de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no interior dos estados da Bahia, Espírito Santo e Piauí, não resultaram na descoberta de nenhuma comunidade com o comportamento linguístico característico de uma língua crioula. O português afro-brasileiro de Helvécia foi o que mais divergiu do PB, apesar de que, segundo Lucchesi (2009, p. 76), não foi atestada uma variedade crioula do português nem mesmo nesse local.

Lucchesi (2009, p. 76) afirma não haverem evidências empíricas precisas que identifiquem processos de criouliização do português em nenhum dos dialetos falados em uma média de 800 comunidades rurais afro-brasileiras existentes e listadas por Anjos (2000). Lucchesi não deixa claro quais critérios ele usou para fazer essa observação. O autor provavelmente se refere à ausência de recolha de dados na maioria dessas comunidades o que obviamente significaria ausência de evidência – a favor ou contra. Esse parece mesmo ser o caso, já que o autor também reconhece não haverem provas que contradigam a possibilidade de algumas dessas comunidades terem passado por processos de criouliização em algum momento das suas histórias.

De acordo com Anjos (2004, p. 9-10), a região Nordeste é a que mais apresenta remanescentes de comunidades quilombolas, com 511 registros (sendo 250 só na Bahia), seguida pela região Norte, que apresentou 211 registros e pela região Sudeste, com 88. A região Centro-Oeste, por sua vez, apresentou apenas 17 registros e a região Sul, somente 15. É lamentável que os linguistas não tenham se ocupado dessa abundância de comunidades quilombolas no país para fazerem registros dos seus usos linguísticos há algumas décadas, no intuito de verificarem possíveis vestígios de um falar crioulo. A falta de inventários linguísticos dessas comunidades - da época em que a situação de isolamento ainda era bastante alicerçada - atravança a fundamentação da existência de processos de criouliização a nível micro no Brasil. Fortuitamente, Helvécia recebeu a visita de Ferreira no início da década de 60 e a linguista atestou, ainda que precariamente (através apenas de transcrições da fala, isto é, sem ter o material gravado), a existência de vestígios de um processo de criouliização na região. De posse dessa informação, ainda que quase 30 anos depois (1987), os linguistas Baxter e Lucchesi deram início às gravações que culminaram no acervo do Projeto Vertentes, o mesmo que forneceu o *corpus* para a presente pesquisa.

Assim, o caráter singular de Helvécia pôde ser atestado através do rico material recolhido, fornecendo a base empírica que corrobora a possibilidade de ter havido um

processo de criouliização na região. Nas próximas seções, passaremos a discutir o caso específico de Helvécia.

3.3 O CASO DE HELVÉCIA: POR QUE TERIA HAVIDO UM PROCESSO DE CRIOULIZAÇÃO NESSA REGIÃO?

A situação de contato linguístico combinada com outros fatores demográficos, sociais e históricos é o que marca o caráter peculiar do processo de criouliização. Como são fatores com propriedades de variação muito extensa, é fundamental que se conheça o contexto sócio-histórico específico de uma dada situação/localidade da forma mais meticulosa possível no intuito de entender como teria sido configurado e processado o contato linguístico e a transmissão da língua adquirida pela comunidade³⁰. Singler (2008, p. 332) afirma que, desde o trabalho de Schuchardt e Van Name no século XIX, os estudos crioulos assumiram a existência de uma ligação entre as circunstâncias sócio-históricas e a língua resultante. Entender o que levou uma língua resultante a ser tal como ela é exige, portanto, de acordo com o autor: “uma investigação de fatores e forças sócio-históricas.” Velupillai (2015, p. 185), seguindo Arends (1994b), reitera a importância de conduzir os estudos em crioulistica a partir de uma pesquisa de arquivo laboriosa, além de basear uma teoria em dados. A mudança de um único fator pode gerar situações bastante distintas, levando, por exemplo, a um processo de criouliização mais leve ou mais radical³¹. Lembrando que um processo de criouliização mais radical é aquele que produz maiores divergências gramaticais quando comparado com a língua de superstrato. Já um processo leve teria menos marcas dos efeitos do contato linguístico e da formação de L2.

Para compreender o processo que produziu as divergências morfossintáticas observadas por Ferreira (1984), Baxter (1992), Holm (1992), Megenney (1993), Baxter (1998), Baxter, Lucchesi & Guimarães (1998), Lucchesi (2000a), Andrade (2003), entre outros, faz-se importante questionar como se deu a formação da antiga Colônia Leopoldina e apontar em que período se tornou propícia a operação de processos

³⁰ É bom ressaltar que um dos problemas encontrados pelos crioulistas na reconstrução da sócio-história de um local de possível criouliização é a escassez de documentos, que muitas vezes deixa lacunas ou fornece somente informações indiretas, como é precisamente o caso da antiga Colônia Leopoldina.

³¹ Há autores que classificam, inclusive, tipos distintos de crioulos com base nas situações nas quais eles são formados. Para saber mais, ler Velupillai (2015, p. 47-52).

crioulizantes no local. Também é importante buscar identificar as línguas africanas presentes na situação de contato e mostrar a distribuição da população negra em termos geracionais, bem como a divisão demográfica entre escravos africanos e escravos brasileiros nos diferentes períodos.

Nessa seção, apresentaremos as particularidades do contexto sócio-histórico da colônia, com a contribuição dos documentos históricos disponíveis, observando as limitações das informações indiretas, incompletas e, algumas vezes, manipuladas.

3.3.1 Background

No Extremo Sul da Bahia, encontra-se o município de Vila Viçosa, que foi criado como freguesia em 1720 na desembocadura do Rio Peruípe, sendo chamado de Arraial de Campinho do Peruípe na época para servir de lar para portugueses e índios catequizados. Elevada ao título de município em 1775, é lá onde está localizado hoje o vilarejo de Helvécia tradicionalmente conhecido na região pela sua grande quantidade de descendentes de escravos africanos.

Tudo começou em 1818 quando o Governo Central, liderado pelo rei João VI de Portugal, outorgou sesmarias a três alemães que, em parceria com colonos suíços, franceses, portugueses e brasileiros deram início à Colônia Leopoldina. Tratava-se de um grande conjunto de plantações de café, que celeremente desenvolveu-se a partir do trabalho de escravos que foram importados para a região. Em menos de 40 anos, a Colônia tornou-se responsável por um pouco menos de 90% da produção de café da província da Bahia (Baxter & Lucchesi, 2009, p. 85). A sua decaída foi, de igual forma, acelerada (a colônia entrou em colapso após 70 anos em média) por conta de três fatores principais: 1) a expansão do cultivo cafeeiro para localidades mais produtivas da província; 2) o esgotamento dos solos leopoldinenses; 3) e o estabelecimento da abolição da escravatura. A situação de decadência afugentou grande parte dos colonos e seus descendentes, que voltaram para o continente europeu, deixando para trás suas terras e, conseqüentemente, os escravos e suas proles.

3.3.2. Fatores sociais que teriam favorecido uma criouliização na antiga Colônia Leopoldina

Dentre os fatores sociais que favorecem o surgimento e a manutenção de uma língua crioula, sendo comuns nos processos de criouliização em geral, é possível destacar, levando-se em consideração a proposta de Antunes (2011, p. 12-13):

1) os ambientes-ilha, isto é, locais de isolamento, como ilhas, comunidades quilombolas afastadas, fortalezas, barracões ou galpões de entrepostos comerciais, entre outros;

2) a destruição do tecido social, que, no caso, significa mudar drasticamente a situação cotidiana de um grupo através, por exemplo, da escravização (os indivíduos passam a ter uma vida escrava, quando antes tinham vida livre), da perda de suas famílias (por terem sido levados para locais distintos), da alocação dos indivíduos em um país diferente daquele de origem;

3) a existência de motins, atividades rebeldes e quilombos e a coibição a atividades revolucionárias;

4) A existência de leis racistas – essas leis controlavam o convívio dos escravos com os seus senhores, favorecendo ou impedindo relações entre as raças, bem como o tratamento dado aos filhos destas relações³²;

5) a relação demográfica desigual entre escravos e colonos (quando o número de colonos é muito reduzido quando comparado ao número de escravos, provocando a transmissão linguística irregular da língua do colonizador, pois, obviamente, a imposição de uma língua não possibilita o acesso natural a ela);

Tendo em vista os fatores sociais acima enumerados e outros que serão adicionados na seção 3.3.3, analisemos a situação de Helvécia.

³²Sobre esse tema, temos poucos relatos especificamente relacionados à Colônia Leopoldina. Ao longo do capítulo, ao tratarmos de diferentes questões, apontaremos qualquer comentário que contribua para o esclarecimento de como eram essas relações. O que se percebe nas informações de uma forma geral é que, na colônia, a miscigenação racial não era muito comum, como o era em outras partes do Brasil, mas também não era impossível. Tanto assim, que temos poucos relatos de filhos de escravas pardos. Também não era comum que senhores assumissem filhos de escravas (caso fossem os pais) – pelo menos não há nada registrado nesse sentido a que tivéssemos acesso. No entanto, é importante ter em vista que a ausência de informação não é necessariamente um indício.

3.3.2.1 Isolamento

De acordo com Antunes (2011, p. 12), os ambientes-ilha podem ser uma fazenda do tipo *plantation*, em que a população dominada fica isolada, como era justamente o caso da Colônia Leopoldina, onde havia fazendas desse tipo. A antiga Colônia Leopoldina caracterizava-se também pelo relativo isolamento em relação ao resto do mundo, o que ainda era possível observar (de forma bem menos acentuada) em 1961 quando Carlota Ferreira esteve na localidade pela primeira vez.

A dificuldade encontrada por Ferreira, no entanto, parece se dever mais ao fato de que a linguista estava em um lugar distante de Helvécia, em uma cidade chamada Ibinharém, (onde realizava a recolha de dados para o Atlas Prévio dos Falares Baianos) e que não tinha uma conexão direta com o vilarejo. Nessa época, chegar à Helvécia não era tão difícil no caso de o interessado se encontrar em um ponto de partida com acesso à estrada de ferro que passava pelo vilarejo e funcionava. O trem ligava, inclusive, Caravelas a Nanuque. Havia até um aeroporto em Caravelas na época, que havia sido estabelecido pelos norte-americanos durante a Segunda Guerra. Portanto a situação de isolamento, nessa época, era bem diferente daquela de 100 anos atrás e o difícil acesso dependia mais do ponto de partida do que da acessibilidade ao vilarejo propriamente dita.

Em seu trabalho histórico sobre colonização e escravidão na Colônia Leopoldina, Carmo (2010), explicando como se dava o processo de escoamento de trecho em trecho da produção de café no seu apogeu (com animais de carga (terra), e com canoas e embarcação de vela de grande e pequeno porte (rio e mar)), discorre sobre a dificuldade de acesso à colônia naquela época. A autora afirma que “não havia pontes ou canais para reduzir as distâncias, assim como não havia estrada por terra.” (Carmo, 2010, p. 38). O acesso à Colônia era feito por via fluvial, existindo, inclusive, um serviço de vapor que ia até Caravelas e depois até São José do Peruípe (o porto da Colônia e local onde o café era embarcado). Informações sobre a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (quantidade de embarcações, número de viagens por mês, localidades contempladas e dias em que as embarcações visitavam cada localidade, entre outras) estavam disponíveis em qualquer almanaque do Estado da Bahia ou jornal do século XIX, como ilustra um dos anúncios que aparece no livro de Teixeira (2011, p. 154) a que tivemos acesso.

Carmo observa, ainda, que havia uma preocupação por parte das autoridades, plantadores e comerciantes para que fossem construídas estradas e pontes e, na década de 1880, houve pressão para que fosse construída uma estação na colônia da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM). Na própria estação, consta o registro de 1887 como sendo o ano de sua inauguração. No entanto, o site Estações Ferroviárias afirma que a EFBM “começou a ser aberta em 1881, ligando finalmente Caravelas, no litoral baiano, à serra de Aimorés, na divisa com Minas Gerais.” De acordo com Giffoni (2006, p. 62), Teófilo Ottoni, presidente da província de Minas Gerais, anunciou, em 1882 (Minas Gerais, Relatório de Província, p. 45), o primeiro trajeto da EFBM:

Partindo de Caravelas, esta ferrovia atravessa a colônia da Leopoldina (atual distrito de Helvécia) no km 66 e, penetrando na mata no km 78, margeia o rio Paraíba até o km 125, donde segue em direção ao ribeirão Pau D’Alho até atravessar, no km 134, a serra dos Aimorés no território da Província da Bahia.

Assim sendo, a data que consta na estação (1887) é posterior à data em que a estação realmente começou a operar.

Em relação ao ano em que a EFBM foi desativada, tanto no site em.com.br quanto no site Estações Ferroviárias, consta a data de 1966. A extinção da estrada colocou Helvécia, mais uma vez, em uma situação de isolamento (parcial), o que certamente contribuiu para a preservação dos traços crioulizantes na região.

A situação de isolamento da Colônia Leopoldina é, portanto, evidente (principalmente antes da existência da EFBM) e foi, seguramente, crucial para a formação do PABH com suas características estruturais de um falar crioulo.

3.3.2.2 A destruição do tecido social, a existência de motins e quilombos e a coibição de atividades revolucionárias

No que concerne a destruição do tecido social, a Colônia Leopoldina também se enquadra como propícia para a formação de uma língua crioula, tendo em vista que escravos africanos foram levados para a região para trabalharem no cultivo do café. Em outras palavras, indivíduos foram retirados de seus países na África e afastados de suas famílias para serem escravizados em outro país, o Brasil, o que se apresenta como uma completa descaracterização do seu tecido social anterior.

No entanto, tendo em vista que os senhores investiam na criação de escravos, isto é na formação e ampliação de famílias na antiga colônia (ao invés de um investimento focado na importação de escravos intensa e contínua), como veremos na seção 3.3.3.5 de acordo com Carmo (2010), isso representa alguma diferença estrutural em comparação com outras micro-sociedades escravagistas do Brasil.

Assim, enquanto o mero fato da existência de escravos africanos indica que a ‘destruição do tecido social’ foi, de fato, um dos fatores envolvidos na formação sócio-histórica da Colônia Leopoldina, a ‘criação de escravos’ sugere que houve algumas diferenças quando a comparamos a outros estabelecimentos escravagistas anteriores a exemplos dos engenhos de açúcar.

A respeito da exposição de Hermann Nesser sobre a relação entre senhores e escravos na colônia, sugestionada a partir da visão romântica de Carlos Tölsner (médico e proprietário na colônia) na sua Tese (1858), Carmo faz uma apreciação crítica. A descrição do autor é, de acordo com Carmo, incompatível com as histórias de violência, maus tratos, fugas e rebeldia nas relações escravistas da colônia. Carmo afirma que “As relações eram sobremodo tensas e a própria superioridade numérica dos escravos não deixava que fosse diferente. A pesquisa revelou que muitas vezes essa circunstância levou senhores a cederem às vontades dos escravos, assim como ao recrudescimento da disciplina.” (Carmo, 2010, p. 18).

Em relação à existência de motins e quilombos, Carmo (2010) também fez registros significativos sobre a Colônia Leopoldina, como na passagem que se segue, em que revela o levantamento da pesquisa realizada:

A pesquisa identificou um alto grau de insatisfação nas senzalas com as condições de trabalho, principalmente no que se refere à alimentação, ao tratamento de doenças, e ao pouco tempo de descanso dos escravos em algumas propriedades. **As constantes fugas de escravos, os levantes de senzalas inteiras, a ação de quilombos, os crimes contra feitores e senhores, as ações desafiadoras abolicionistas,** forçaram senhores estrangeiros a ceder por diversas vezes aos desejos dos cativos sob pena de perder o controle de sua posse e perder o capital investido.” (Carmo, 2010, p. 124) (o grifo é meu)

Ou ainda em outro fragmento em que mostra a precariedade da rotina dos escravos na colônia, culminando, muitas vezes em rebeliões: “Um trabalho extenuante e intensivo, uma rígida disciplina empregada muitas vezes por administradores

estrangeiros, e uma diminuição razoável dos períodos de folga eram alguns fatores que podiam justificar a **insurgência nas senzalas leopoldinenses.**” (Carmo, 2010, p. 62-63) (o grifo é meu).

Dentre as histórias de fuga na Colônia Leopoldina, Carmo (2010, p. 63) cita uma de caráter coletivo organizada pelos escravos da fazenda Alta Ribeira de Augusto Coffrane por volta de 1847, enquanto questões relativas ao seu inventário eram resolvidas. A causa da atividade insurgente na fazenda foi o fato de os escravos temerem pelos seus destinos após a morte do senhor.

Outra história de rebeldia a que Carmo teve acesso ocorreu em dezembro de 1882, quando os 200 escravos da fazenda Monte Christo se rebelaram e deram dois tiros no seu feitor. Segundo Carmo (2010, p. 71), após receber a notícia por telegrama, o conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza enviou uma força policial para a fazenda no intuito de prender os escravos que estavam armados, alegando maus tratos e se recusando ao trabalho. Nove escravos, acusados de liderarem o motim, foram presos na cadeia de Vila Viçosa. Esse é, portanto, um relato tanto de rebeldia por parte dos escravos, quanto de coerção a esse tipo de atividade na colônia.

Imediatamente após o episódio ser noticiado, um oficial e alguns praças (soldados e cabos) de Caravelas, bem como um destacamento com 23 praças da capital foram enviados para a colônia. Os senhores e autoridades locais temiam a possibilidade de insurreições em outras fazendas, o que levou o fazendeiro José Antônio Venerote, o juiz municipal e o vice-cônsul da Suíça na Bahia a se dirigirem para a fazenda Monte Christo, na tentativa de conterem o tumulto.

O receio de que ocorressem motins e levantes nas senzalas sempre estiveram entre as preocupações dos senhores da Colônia Leopoldina. Um dos motivos, segundo Carmo (2010, p. 75), era a ausência do poder judiciário na região até a década de 1840. Some-se a isso a fragilidade da força policial local (formada somente por três ou quatro praças destreinados para as tarefas de conter rebeliões, ir ao enalço de fugitivos e destruir quilombos) e a manutenção da ordem se mostra seriamente comprometida. A dificuldade de acesso à região prejudicava a coibição a atividades rebeldes e revolucionárias, sendo patente, como aponta Carmo (2010, p. 122) “a ausência de aparatos de vigilância e repressão eficientes” na colônia.

3.3.2.3 Distribuição demográfica desigual

A Colônia Leopoldina, com a sua configuração heterogênea apresentou, em um dado período, uma relação demográfica desigual entre colonos e escravos que é característica das situações de formação de línguas crioulas.

Sobre a proporção de escravos para homens livres na Colônia Leopoldina, Baxter e Lucchesi (1998, p. 128-129) e Lucchesi (2009, p. 87-88) reportam, a partir de fontes documentais que, em 1848, havia, nas fazendas de café, um promédio de 10 escravos para 1 homem livre, o que evidencia o acesso restrito dos filhos de escravos ao português. Tendo em vista que a maior parte dos escravos trabalhava nas lavouras, o acesso das crianças ao português era, muito provavelmente, limitado a modelos de L2 do português falado pelos próprios escravos adultos e L1 (considerando a possibilidade de haver, desde o início do estabelecimento da colônia, uma presença de escravos brasileiros). Havia estrangeiros entre os senhores da antiga colônia, mas também havia senhores brasileiros descendentes de estrangeiros, além de senhores com sobrenomes portugueses (que podiam ser brasileiros ou portugueses). Assim, entre os senhores e as suas famílias, devia haver também modelos de L2.

Carmo (2010, p. 89-91), na falta de registros oficiais confiáveis, afirma não ser tarefa fácil precisar o número de residentes da Colônia Leopoldina do período que interessa a presente pesquisa, isto é, entre 1818 e 1890 (quando a cultura do café e a escravidão experimentaram o seu apogeu na região), mas aponta algumas fontes indicativas da proporção de ‘pretos para brancos’.

Dentre as fontes citadas pela autora, encontra-se o relatório organizado pelo médico Carlos Bechman-Eicke sobre a colônia em 1848, onde afirma que a proporção era de 10 negros para 1 branco.

Dez anos depois, Carlos Augusto Tölsner, médico alemão e proprietário de escravos da Colônia, apresentou o seguinte relato:

Existem no momento (1858) 40 fazendas, nas quais vivem 200 brancos, na maioria alemães e suíços, alguns franceses e brasileiros e, 2000 pretos. Estes últimos nasceram e se criaram quase todos na colônia e devem isto ao tratamento humanitário que lhes é dispendido e, à vantagem de viverem em decentes e respeitáveis núcleos familiares. (Carmo, 2010, p. 89)

Assim, de acordo com Tölsner, em 1858, a proporção era de 10 negros para 1 branco, exatamente a mesma proporção apontada por Bachman-Eicke uma década antes. Contudo, como veremos na seção 3.3.3.2, a proporção era mais alta em algumas fazendas.

Nas próximas seções, apresentaremos os pormenores dessa proporção desigual, diferenciando, por exemplo, escravos africanos e crioulos e apontando o número de crianças e a origem dos escravos. Trataremos, enfim, de aspectos particulares que propiciaram um processo de criouliização na Colônia Leopoldina e levaram a língua resultante, o PABH, a possuir as características linguísticas que a diferenciam do PB.

3.3.3 As particularidades do contexto sócio-histórico da Colônia Leopoldina

3.3.3.1 Uma avaliação geral da demografia da antiga colônia considerando os Eventos 0, 1, 2, 3, e X

Segundo Arends (2008, p. 311), o papel de fatores demográficos na formação de uma língua crioula foi reconhecido recentemente. Segundo o autor, isso se deve em parte ao fato de que o comércio de escravos do Atlântico era um tema pouco explorado até a publicação de Curtains (1969). Dessa forma, poucos dados estavam disponíveis para que os crioulistas pudessem usar como ponto de partida. Para contestar a hipótese de Chaudenson de que o crioulo mauritano é uma continuação do crioulo de Reunion, Baker (1982a) usou evidências demográficas e seu trabalho serviu como exemplo para outros estudiosos como o próprio Arends (1995a), que apresentou evidências demográficas para refutar a Hipótese do Bioprograma de Bickerton (1981, 1984). Desde então o papel dos indícios demográficos passou a ser considerado relevante para as questões relacionadas com a formação de uma língua crioula.

Arends (2008, p. 309) afirma que, uma vez que esteja claro “que a formação de uma língua crioula é o resultado da interação entre grupos de falantes de diferentes línguas, ficará claro que ambas a proporção numérica desses grupos e sua composição interna são fatores importantes nesse processo” (tradução nossa). Dentre as variáveis demográficas que o autor cita como linguisticamente relevantes nos processos de criouliização, destacamos: a proporção de crianças e adultos entre a população escrava, a proporção entre negros e brancos (ou a relação entre não-europeus e europeus) e a

proporção entre boçais e crioulos (isto é, a relação entre não-europeus nascidos fora da colônia e os nascidos na colônia). Dentre os aspectos sócio-históricos que Arends cita como importantes nos processos crioulizantes e que estão relacionados estreitamente com as questões demográficas, sublinhamos a origem etnolinguística dos imigrantes, especialmente os escravos.

Velupillai (2015, p. 105) afirma que as sociedades de *plantations* eram tipicamente étnica e linguisticamente heterogêneas, consistindo em dois grupos principais: a) a população européia; e b) a população não-europeia. A Colônia Leopoldina tinha esse perfil populacional, sendo que os europeus não eram de um único país, nem tampouco a população escrava como veremos de forma mais detalhada mais adiante. Tratava-se de uma região caracterizada por uma diversidade bastante acentuada.

Levando em consideração que mudanças demográficas consideráveis são bastante típicas nas situações de contato, Velupillai (2015, p. 107) apresenta a proposta de Baker (1982) e Baker & Corne (1986) sobre a importância de certos eventos na formação de uma língua crioula:

- i) Evento 0 (cf. Arends 1994b) – a fundação da colônia;
- ii) Evento 1 – Quando o número de falantes das línguas de substratos ultrapassa o número de falantes da língua lexificadora – isso significa que os não-europeus terão menos acesso aos europeus como falantes-modelos da língua alvo. Os novos escravos que chegam precisam aprender a língua alvo como L2 tendo como modelo os escravos que já estavam na colônia e adquiriram a língua alvo como L2;
- iii) Evento 2 – Quando o número de falantes das línguas de substrato que nasceram na colônia ultrapassa o número de falantes da língua de superstrato (sejam eles nascidos na colônia ou estrangeiros) – a língua de superstrato fica ainda mais reduzida e a variedade de contato pode se estabelecer como uma língua separada, isto é, uma língua crioula;
- iv) Evento 3 – Quando a imigração de escravos é finalizada – nesse estágio, falantes das línguas de substrato não chegam mais, o que reduz a influência da transferência de L1, ou seja, das línguas de substrato para a língua de contato

– tipicamente, dentro de algumas gerações, a população de substrato passa a falar a língua de contato e não mais as línguas de substrato;

- v) Evento X (dentro da proposta de Roberts (2000)) – pode acontecer em qualquer momento entre o evento 0 e até depois do evento 3 – Quando o número de falantes das línguas de substrato nascidos na colônia ultrapassa o número de falantes das línguas de substrato que nasceram em outro local – isso faz com que as línguas ancestrais sejam substituídas pela língua de contato.

Considerando essa proposta, avaliamos a situação da antiga colônia reconhecendo as limitações dos dados demográficos parciais que estão acessíveis. Para tanto, organizamos o quadro abaixo, em que resumimos a representação de cada evento, apresentamos as consequências do prolongamento da ocorrência dos eventos e examinamos o cenário da Colônia Leopoldina de uma forma geral:

Quadro 2 – O cenário da Antiga Colônia Leopoldina confrontado com os Eventos 0, 1, 2, 3 e X

EVENTO	DESCRIÇÃO → Quanto mais tarde o evento ocorre...	Quando ocorreu na Colônia Leopoldina? <u>O que sabemos</u> e <i>Especulações</i>
Evento 0	Fundação da Colônia	1818
Evento 1	Falantes das línguas de substrato > ³³ falantes da língua lexificadora → mais é difícil uma língua crioula surgir	Tendo em vista que não temos dados históricos que comprovem a ocorrência desse evento, não podemos afirmar que ele tenha ocorrido. O que podemos pressupor é que, SE ele aconteceu, foi <i>na primeira década da fundação da colônia</i> , tão logo ela foi fundada, favorecendo, assim, os processos crioulistas. É importante ressaltar, no entanto, que a população escrava inicial era naturalmente composta não só de escravos africanos. Como o tráfico negreiro havia começado em meados do séc. XVI no Brasil é bem provável que os senhores tenham comprado alguns escravos brasileiros (que falavam o português como L1). Ainda assim, considerar que houve uma superioridade numérica dos escravos africanos no período inicial da colônia é bastante plausível tendo em vista que em meados da década de 1840 (mais de 20 anos após a fundação da colônia), há registros de duas fazendas em que a quantidade de escravos africanos é equivalente à de escravos brasileiros. Somente nos relatos das décadas seguintes (1854-1880), 14 das 15 fazendas que tiveram seus escravos registrados apresentaram um número muito superior de escravos brasileiros do que de escravos africanos.

³³ Maior do que/ultrapassa

Evento 2	Falantes das línguas de substrato nascidos na colônia > falantes da língua de superstrato (nascidos na colônia ou estrangeiros) → menor é a chance de um crioulo se estabilizar	No caso da Colônia Leopoldina, <u>esses dados demográficos não estão disponíveis</u> e acreditamos que esse <i>evento possa não ter ocorrido</i> , dado que <u>não se tem registrada uma taxa de natalidade que fundamente a superioridade dos falantes de substrato nascidos na colônia.</u> Acreditamos que <i>chegou uma fase em que as línguas de substrato não eram mais passadas para as gerações que nasciam, e que a variedade de português já com as mudanças morfossintáticas passou a ser a língua usada como L1 pelos pais para se comunicarem com seus filhos.</i>
Evento 3	Imigração de escravos é finalizada → maior é a chance de o crioulo permanecer uma variedade de língua autônoma	Embora a <u>lei de proibição de imigração de escravos no Brasil tenha ocorrido em 1850</u> , somente <u>na década de 70, com a fiscalização, o comércio de escravos foi efetivamente finalizado.</u> Como <u>os senhores leopoldinenses também apostavam na formação de famílias de escravos para aumentarem a sua posse,</u> é bem plausível imaginar que <i>eles tenham focado no fomento ao crescimento das famílias. A venda de escravos entre as fazendas era uma prática na Colônia e há registros de compras não documentadas adequadamente (que podiam ser compras de fora ou não.) A importação de escravos deve ter diminuído de forma crescente e natural ao passo que os escravos nascidos na colônia começavam a aumentar e completavam idade para servirem de mão de obra efetiva. No seu depoimento sobre os 2000 escravos da colônia em 1858, o médico Tölsner afirma que quase todos nasceram e se criaram na colônia.</i> Embora saibamos <u>haver algum exagero no relato do alemão</u> por conta das informações disponíveis nos relatórios das fazendas de 1854 a 1880 (em que ainda há um número considerável de escravos africanos), também acreditamos que <i>o número de escravos brasileiros era predominante em 1858.</i>
Evento X	Falantes das línguas de substrato nascidos na colônia > falantes das línguas de substrato que nasceram em outro local → mais a língua crioula vai ser diferente da língua lexificadora	<i>Esse evento possivelmente também não tenha se concretizado na Colônia Leopoldina</i> porque seria preciso que a taxa de natalidade de escravos fosse bastante elevada, o que, como falamos no evento 2, <u>não parece evidente de acordo com os dados a que temos acesso. Apesar de o PABH ter muitos traços morfossintáticos que configuram a ocorrência de processos crioulizantes, quando o comparamos de forma geral com línguas crioulas como o caboverdiano, por exemplo, notamos que aquele é muito mais próximo ao PB do que este.</u> Isso evidencia que <i>ou a ocorrência desse evento teria sido tardia na Colônia Leopoldina ou que não nasceram falantes que adquiriram as línguas de substrato como L1 na colônia a ponto de ultrapassar os falantes de substrato nascidos em outro local.</i>

Nas seções que se seguem, pormenorizaremos as particularidades numéricas dos dados demográficos disponíveis.

3.3.3.2 A dinâmica populacional da colônia entre 1840 e 1848: distribuição dos proprietários por nacionalidade e quantidade de escravos adultos e crianças nas plantações

Baxter e Lucchesi (1998) examinam alguns documentos existentes no Arquivo do estado da Bahia que apresentam fatores demográficos referentes à Colônia Leopoldina entre 1840 e 1848. Dentre esses documentos, os autores encontraram o “informe sobre a Colônia Leopoldina”, onde há informações acerca da nacionalidade dos proprietários das plantações e da quantidade de escravos adultos e crianças nas plantações, as quais foram organizadas na Tabela que se segue, adaptada de Baxter e Lucchesi (1998, p. 127):

Tabela 2 – Informação demográfica da Colônia Leopoldina derivada do relatório de 1840

Nacionalidade do dono	Número de plantações	Escravos adultos	Crianças Escravas	Total	Média de escravos por plantação
Suíço	16	332	221	553	34
Alemão	11	146	108	254	23
Francês	3	25	19	44	14
Português	5	43	15	58	11
Brasileiro	20	84	22	106	5.3
Total	55	630	385	1015	19
					(12 adultos)
					(7 crianças)

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

O número total de escravos era de 1015 divididos entre adultos (63% do total) e crianças (37% do total). Embora a média de escravos por plantação fosse de 19, 23 plantações apresentavam números de escravos muito superiores à média, como apontado pelos autores (1998, p. 128) seguindo o relatório. Dois exemplos eram a plantação de João Flach, com 96 escravos, sendo 70 adultos e a plantação dos irmãos alemães de sobrenome Krull, com 103 escravos, sendo 50 adultos.

Baxter e Lucchesi (1998, p. 128) afirmam ser de especial interesse o fato de que os donos de 30 das 55 plantações eram estrangeiros que falavam o português como segunda língua. Essas plantações eram as que possuíam o maior número de escravos (uma média de 27 por plantação). De acordo com os autores, isso implica que o acesso desses escravos a modelos de português falado como língua materna por homens livres era bastante escasso, especialmente nas primeiras fases da colônia. No entanto, aqui é relevante acrescentar a observação de alguns desses estrangeiros já estavam no Brasil havia muitos anos. Esse é o caso de Beguin (um senhor alemão)³⁴ que havia sido oficial no exército no Brasil.

O segundo relatório apresentado pelos autores retrata dados demográficos globais da colônia no ano de 1848, contendo apenas as plantações de proprietários estrangeiros, como se observa na Tabela 3, que traduzimos do espanhol para o português:

Tabela 3 – Resumo parcial do relatório de 1848

Número de plantações	Branco	Escravos	Proporção de escravos para livres	Média de escravos por plantação
31	130	1267	10	40

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

Dois fatos são notáveis nessa tabela. Um deles é que, quando comparados os números de escravos das fazendas de estrangeiros dos anos de 1840 e 1848, há um aumento significativo de mais de 400 escravos. O segundo fato é que, como apontado por Baxter e Lucchesi (1998, p. 129), havia uma média de 10 escravos para cada homem branco (ou livre, que é como os autores interpretam ‘branco’ do relatório). Os autores sublinham o fato de que em várias plantações essa proporção era ainda mais desigual, como é o caso da plantação do suíço Flach, onde, para cada branco havia 24 escravos no ano de 1848.

Essas proporções desiguais com um número muito maior de escravos do que de brancos influenciam consideravelmente os processos de aquisição de L1 e de L2 entre os escravos, como ressaltado pelos autores (Baxter e Lucchesi, 1998, p. 130).

Como síntese dos dados relatados nas tabelas anteriores, Baxter e Lucchesi (1998, p. 130) fazem duas afirmações:

³⁴ Como consta no inventário dele de 1872 feito após a sua morte.

- i) nas plantações estrangeiras, os modelos do português falados por homens livres teriam sido, em muitos casos, variedades do português falado como L2; (pelo menos nas décadas iniciais – a observação é nossa)
- ii) em muitos casos, os modelos linguísticos disponíveis para os escravos que adquiriam o português como L1, ou como L2, teriam sido as variedades de português faladas por outros escravos. (p. 130 – tradução nossa) – essa observação está dentro dos moldes de Baker (1990)

Essa última afirmação leva os autores a formularem dois questionamentos, os quais se fazem pertinentes também para a presente pesquisa. O primeiro é acerca das proporções dos modelos de português como L1 e como L2 falados pelos escravos, cuja resposta pode ser fundamentada na informação sobre a proporção de escravos africanos e escravos brasileiros nas plantações. O segundo questionamento diz respeito às línguas maternas dos escravos que foram trazidos da África para o território brasileiro, sendo necessário verificar, portanto, suas origens.

Nas próximas seções, trataremos dessas duas questões respectivamente.

3.3.3.3 Proporção de escravos africanos e brasileiros (adultos e pré-adolescentes) nas plantações

Além dos dois documentos procedentes das prefeituras de Caravelas e Nova Viçosa, cidades próximas à Colônia Leopoldina, os autores também acessaram os inventários dos proprietários das plantações. Nesses inventários, Baxter & Lucchesi (1998) obtiveram informações acerca do número de escravos africanos comparado ao número de escravos brasileiros bem como da origem de alguns escravos.

Tabela 4 – Proporções de escravos africanos e brasileiros em dezessete plantações da Colônia Leopoldina

Ano	Dono	Escravos Africanos	Escravos Brasileiros	Total de escravos
1844	Coffrane, A.	18 (48%)	19 (51%)	37
1847	Raeder	5 (55%)	4 (45%)	9
1854	Krull	32 (30%)	73 (70%)	105
1854	Reis	11 (35%)	20 (65%)	31
1858	Mantandon	23 (40%)	34 (60%)	57
1863	Flach	38 (24%)	120 (76%)	158
1864	Almeida	3 (19%)	13 (81%)	16
1871	Blum, F	5 (23%)	17 (77%)	22
1872	Coffrane, H.	3 (50%)	3 (50%)	6
1872	Cousandier	10 (11,5%)	77 (88.5%)	87
1872	Petersen	6 (31.5%)	13 (68.5%)	19
1872	Venerote	22 (18%)	101 (82%)	123
1872	Ida	23 (29%)	57 (71%)	80
1872	Beguín	12 (7.5%)	148 (92.5%)	160
1879	Blum, C.	1 (3%)	34 (97%)	35
1879	Morel	1 (2%)	53 (98%)	54
1880	Metzker	1 (7%)	14 (93%)	15

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

Baxter e Lucchesi (1998, p. 134) apontam que a época com o maior número de escravos africanos foi entre as décadas de 1840 e 1850, persistindo até 1863. Após essa data, os escravos africanos que aparecem nos inventários tinham majoritariamente mais de 45 anos. No entanto, os linguistas sublinham a necessidade de serem consideradas as proporções de pré-adolescentes e adultos em cada plantação para a compreensão do contexto para a aquisição do português. A Tabela que se segue, traduzida de Baxter e Lucchesi (1998, p. 134-135) apresenta essas informações:

Tabela 5 – Escravos adultos e pré-adolescentes em dezessete plantações da Colônia Leopoldina

Ano	Dono	Proporção de escravos africanos adultos	Proporção de escravos brasileiros adultos	Escravos pré-adolescentes	Número total de escravos
1844	Coffrane, A.	18 (51%)	17 (49%)	2	37
1847	Raeder	5 (71%)	2 (29%)	2	9
1854	Krull	32 (42%)	44 (58%)	29	105
1854	Reis	11 (48%)	12 (52%)	8	31
1858	Mantandon	23 (55%)	19 (45%)	14	57
1863	Flach	38 (38%)	62 (62%)	58	158
1864	Almeida	3 (25%)	9 (75%)	4	16
1871	Blum, F	5 (36%)	9 (64%)	8	22
1872	Coffrane, H.	3 (60%)	2 (40%)	1	6
1872	Cousandier	10 (18%)	46 (82%)	31	87
1872	Petersen	6 (60%)	4 (40%)	9	19
1872	Venerote	22 (27%)	60 (73%)	41	123
1872	Ida	23 (37%)	39 (63%)	18	80
1872	Beguín	12 (14%)	75 (86%)	73	160
1879	Blum, C.	1 (3%)	28 (97%)	6	35
1879	Morel	1 (2%)	40 (98%)	13	54
1880	Metzker	1 (7%)	13 (93%)	1	15

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

Assinalando a importância de ter certa prudência ao avaliar os dados apresentados na tabela anterior, os autores afirmam que uma criança encontrava de 42% a 71% (uma média de 53%) de modelos de português L2 na população escrava entre os anos de 1844 e 1858. Já na década de 1860, uma criança encontrava entre 25% a 38% (uma média de 31.5%) de modelos de português L2 na população escrava. A proporção de escravos adultos falantes de português como L2 e que serviriam de modelo para as crianças na década de 1870 ia de 14% a 60% (uma média de 36%). Nos anos de 1879 e 1880, temos apenas uma média de 4% de falantes de português L2 como modelos para crianças. Muito provavelmente, nas primeiras duas décadas da fundação da colônia de 1818 a 1840 (período cujos dados demográficos registrados são quase nulos), deve ter havido a aquisição tanto do português quanto da(s) língua(s) de substrato africanas como L1 por parte das crianças nascidas na região. Ainda na década de 40 e 50 (quando a média de escravos africanos ainda era bastante elevada), é plausível imaginar que tenha havido alguma aprendizagem de línguas africanas, o que, seguramente foi diminuindo consideravelmente à medida que o número de escravos africanos diminuía e o de escravos brasileiros crescia.

3.3.3.4 Origem dos escravos

Arends (2008, p. 311-312) afirma que, a não ser que se exclua a possível contribuição das línguas de substrato na formação da língua crioula, é fundamental conhecer a origem etnolinguística dos escravos africanos. De acordo com o autor, o primeiro crioulista a reconhecer isso foi Le Page (1960), que fez uma tentativa inicial de determinar os grupos etnolinguísticos numericamente mais importantes durante os diferentes períodos dos estágios de formação do crioulo jamaicano, através dos dados disponíveis na literatura existente bem como nas fontes históricas.

No que diz respeito à origem dos escravos da antiga Colônia Leopoldina, Baxter e Lucchesi (1998, p. 131) somente encontram informações em quatro dos inventários e, ainda assim, as informações são imprecisas. Segundo os autores, elas baseiam-se em indicações de vários tipos como: região geográfica, grupo étnico ou porto de embarque. Informações como as de porto de embarque, por exemplo, são bastante questionáveis, tendo em vista que um africano de qualquer região pode ter embarcado para o Brasil através de um dado porto. Na tabela 6 traduzida, estão as informações pertinentes para termos uma noção das línguas faladas por esses escravos:

Tabela 6 – Origens de escravos africanos em quatro plantações da Colônia Leopoldina

Inventário		Raeder 1847	Krull 1854	Reis 1854	Mantandon 1858
Origem africana	Grupo linguístico geral				
Indefinida			4	2	4
Angola	Bantu	1			
Aussá	Chádico		2		1
Benguela	Bantu			2	2
Benin	Kwa		1		
Cabinda	Bantu		5	1	1
Calabá	Kwa?		1		
Cassange	Bantu			1	
Congo	Bantu	1	3		
Gegê	Kwa		1		2
Manjala	Bantu			1	
Moçambique	Bantu		1	4	1
Monjolo	Bantu				1
Nagô	Kwa	5	14		6
Rêbola	Bantu?		1		
São Tomé	?				1

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

Em outro trabalho, ainda sobre as origens etnolinguísticas dos escravos da Colônia Leopoldina, Baxter (1999) indica que os dados são parciais e indiretos já que, das 21 roças de café que existiam na Colônia, somente 5 apresentaram registros. Na Tabela seguinte, adaptada de Baxter, Mello e Santana (2014), apresenta-se a distribuição das origens africanas dos escravos dessas 5 roças entre 1847 e 1872 e os grupos linguísticos aos quais pertenciam:

Tabela 7 – Origem dos escravos africanos na Colônia Leopoldina

‘Origem’ Africana	Grupo linguístico	Quantidade de escravos nas 5 roças da Colônia Leopoldina 1847-1872 (Baxter, 1999)	Porcentagem de escravos dos grupos linguísticos
Mina	NCNB	-	
Calabar	NCNB	1	
Tuãe	NCNB	1	
Tapa	NCNB	2	43%
Nagô	NCNB	26	
Gêge	NCNB	3	
Benim	NCNB	1	
Aussá	CHÁDICO	3	4%
Rebôla	BANTU	1	
Rebolbo	BANTU	1	
Benguela	BANTU	10	
Congo	BANTU	10	
Cabinda	BANTU	8	
Moçambique	BANTU	7	53%
Angola	BANTU	2	
Cassange	BANTU	1	
Manjala	BANTU	1	
Monjolo	BANTU	1	
São Tomé	?	1	
Não identificada	????	14	

Fonte: Baxter, Meelo e Santana, 2014.

Atesta-se que 43% dos escravos que tiveram sua origem identificada pertenciam ao grupo linguístico niger-congo não bantu (doravante NCNB), 4% ao grupo chádico e 53% ao grupo bantu. Podemos afirmar, portanto, que, a nível macro, temos a presença predominante das línguas do grupo bantu e niger-congo não-bantu. No que diz respeito a substratos específicos, falantes da língua iorubá são predominantes, bem como falantes de umbundu (língua do grupo bantu falada em Benguela). No próximo capítulo, apresentaremos uma breve discussão dessa ecologia, apontando características dessas

línguas que poderiam ter influenciado a formação do sistema de determinantes do PABH.

Tendo em vista os dados dos dois relatórios apresentados e os dados recolhidos dos inventários, pode-se dizer que as mudanças no dialeto/o processo criouliante se origina entre as décadas de 1840 a 1860 ou antes disso, como afirmam Baxter e Lucchesi (1998, p. 135). Nesse período, o processo de aquisição de L1 pelas crianças mantinha influência de modelos do português com L2 e modelos de português como L1, falados respectivamente por escravos africanos e por escravos brasileiros. Esses eram modelos originados a partir da influência do português como L2 falado por colonos europeus, do português brasileiro falado na região e, muito provavelmente, por línguas africanas.

Não se pode deixar de considerar que há uma lacuna no que concerne informações diretas acerca da quantidade de escravos africanos e brasileiros na Colônia Leopoldina entre os anos de 1818, quando da fundação da colônia, até 1840. No entanto, como afirmam Baxter e Lucchesi (1998, p. 136), informações indiretas sugerem que, nesse período de um pouco mais de duas décadas, o português falado como L2 por escravos africanos pode ter cumprido um papel significativo como modelo para a aquisição de português L1 dos escravos nascidos no Brasil.

Os linguistas encontram suporte para a informação de que a grande maioria dos escravos havia nascido na colônia (Tölsner, 1858, p. 3) nas listas localizadas por eles, onde se constata que quase a totalidade dos escravos brasileiros eram crioulos, isto é, descendentes única e exclusivamente de escravos africanos. A confirmação da constatação de Tölsner é viabilizada quando as listas com datas após 1872 (nas quais há informações acerca do parentesco dos escravos) são consideradas. Os autores sugerem que os escravos africanos que aparecem nas listas referentes às primeiras décadas seriam os pais dos escravos brasileiros que aparecem nessas mesmas listas, o que parece ser bastante viável se observadas as suas idades relativas. Para exemplificar, Baxter e Lucchesi apresentam as idades dos escravos africanos bem como a dos escravos brasileiros das plantações do proprietário Krull do seu inventário de 1854 em duas tabelas, aqui adaptadas.

Tabela 8 – Idades dos escravos africanos nas plantações de E. & F. Krull em 1854

Escravos africanos											
< 10 anos		11-20 anos		21 a 30 anos		31 a 40 anos		41 a 50 anos		51 a 60 anos	
M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
		20	20	24	24	40	35	42 2x	45	52	52
					25			44	46 2x	55	53
					28			45	48 2x	56	54
					2x ³⁵						
								464x	50 2x		
								47			
								48			
								50			

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

Tabela 9 – Idades dos escravos brasileiros nas plantações de E. & F. Krull em 1854

Escravos brasileiros com descendência puramente africana											
< 10 anos		11-20 anos		21 a 30 anos		31 a 40 anos		41 a 50 anos		51 a 60 anos	
M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1	1.5	12	13	21	23 2x				44		
1.5	3 2x	13 2x	14	22 4x	24 4x						
2	4	14	15	23	26						
3	5 3x	16	16 2x	24	27 2x						
5	6	17 2x	17	25	28						
6	7 2x	18 2x	18	26 2x							
8	8 2x	19 2x	20	27 3x							
9	10 2x	20 5x		28 2x							
10											

Fonte: Baxter e Lucchesi, 1998.

Se compararmos as tabelas, como sugerido por Baxter e Lucchesi (1998, p. 138), o que se observa é que, enquanto quase a totalidade de escravos brasileiros possui 28 anos ou menos, 56% dos escravos africanos se encontram na faixa de 41 a 50 anos. Os escravos adultos brasileiros têm uma média de 21.8 anos e os escravos adultos africanos, 41.4, o que resulta em uma diferença de 20 anos, exatamente a média de uma nova geração. Portanto, conclui-se que os escravos brasileiros seriam filhos dos escravos africanos.

3.3.3.5 Formação de famílias de escravos

Dentro da proposta de Baker (1982) e Baker e Corne (1986) que apresentamos anteriormente seguindo Velupillai (2015, p. 107) é importante retomarmos tanto o

³⁵ 2x representa 2 vezes, isto é, havia dois escravos africanos de 28 anos.

evento 2 (quando o número de falantes das línguas de substrato que nasceram na colônia ultrapassa o número de falantes da língua de superstrato (sejam eles nascidos na colônia ou estrangeiros)), quanto o evento 3 (quando a imigração de escravos é finalizada) nessa seção. Ora, somente a formação de famílias de escravos e o crescimento da população através da procriação possibilita a ocorrência do evento 2. Os primeiros filhos de escravos nascidos na Colônia Leopoldina eram, como já chamamos a atenção, muito provavelmente, bilíngues ou trilíngues, falando tanto a(s) língua(s) de substrato dos seus pais como L1 quanto o português adquirido a partir dos modelos de português defectivos de seus pais. Já as outras gerações de crioulos que vieram após a primeira e a segunda geração possivelmente adquiriram somente o português dos seus pais (já nascidos na colônia e falantes do português como L1 com as mudanças na gramática geradas pelo processo de criouliização). Isso porque, com o decreto da Lei Eusébio de Queirós em 1850, a importação de escravos passou a ser proibida em todo o Brasil, incluindo a colônia, iniciando a concretização do evento 3. No entanto, aqui é importante esclarecer que, até a década de 1860, houve importações ilegais de escravos, ainda que em muito menor grau. Flausino (2006, p. 60) afirma que “apenas 3.289 escravos teriam entrado no Brasil” no ano de 1851 “representando queda considerável de 94.52% em relação ao ano de 1848.” Mas vemos que ainda há registros da entrada de escravos no país. Por outro lado, é importante frisarmos que, após o decreto da lei, um tráfico interno de escravos se desenvolveu no país. Flausino (2006, p. 62) afirma que o tráfico interno de cativos era uma das medidas que restavam aos proprietários de escravos para suprir a sua dependência econômica da mão de obra escrava. A outra, de acordo com a autora, era “um maior investimento na reprodução natural.”

No que concerne a formação de famílias de escravos na antiga Colônia Leopoldina, Carmo (2010, p. 89) afirma ter identificado muitos núcleos familiares. Quase todos os escravos contidos no inventário da suíça Zélia Montandon, falecida em 1858 e viúva do proprietário de terras e escravos Henrique Montandon, por exemplo, estavam envolvidos em relação de parentesco, formando um total de onze núcleos familiares como sugere Carmo (2010, p. 93).

O inventário não fornece detalhes no que diz respeito à habitação e convivência dessas famílias na propriedade. Na listagem constam 23 escravos de origem africana, dos quais 12 eram casados com escravos da mesma fazenda. Três desses casais estão listados como possuindo filhos. De acordo com Carmo (2010, p. 93), é possível

presumir que os outros casais também tenham tido filhos e que a falta de registro seja por conta da idade avançada do casal na época do arrolamento. Os crioulos também listados no inventário eram, provavelmente, filhos desses casais.

Dentre os escravos crioulos, 34 ao total, havia quatro núcleos familiares registrados no arrolamento. Havia 18 mulheres crioulas na fazenda, o correspondente a 31,6%, uma porcentagem que as coloca como maioria. Segundo Carmo (2010, p. 94), a elas pertenciam 12 das crianças listadas. Sete das escravas crioulas eram menores de 14 anos e, das 11 adultas, pelo menos 9 eram mães. Os registros, no entanto, informam que apenas 3 delas viviam com seus cônjuges.

Carmo afirma não entender as razões pelas quais tantas mães crioulas foram consideradas solteiras, já que não parece ter havido qualquer oposição quanto à formação de famílias nas terras de posse dos Montandon. Contrariamente, parece que essa prática era incentivada pelos proprietários para seu próprio benefício, já que as uniões geralmente geravam frutos responsáveis pela manutenção e crescimento da mão de obra escrava.

A autora sugere a possibilidade de essas mulheres terem relações com escravos de plantações vizinhas ou com homens brancos (em alguns casos estrangeiros), que não assumiam escravas como cônjuges. Carmo afirma, no entanto, ser mais verossímil assumir que havia uniões de escravos de posse de um mesmo senhor das quais ele não estava ciente. No inventário de Zélia Montandon, inclusive, consta a informação de que 15 escravos eram solteiros, enquanto que sobre o estado conjugal de 11 escravos não havia nada declarado. A falta dessa informação parece apontar para possíveis uniões não conhecidas pelos senhores.

Carmo (2010, p. 94) afirma que, dentre os escravos africanos homens, 52% eram casados e, sobre os outros 47%, não constava informações sobre o estado conjugal. Dentre os crioulos, enquanto 40% foram declarados casados, 60% não tiveram seu estado conjugal revelado. A autora pressupõe que os escravos sem informação sobre seus estados conjugais poderiam ser solteiros ou viúvos, informações que os avaliadores podem ter considerado acessórias.

Há uma passagem apresentada por Carmo (2010, p. 95) de uma das cláusulas do testamento de Zélia Montandon na qual ela solicita a divisão dos seus escravos por família na ocasião da sua morte. O pedido era para que, na parte destinada ao seu sócio bem como na parte destinada aos seus filhos, não houvesse famílias separadas. O desejo

da inventariada parece ter sido respeitado, visto que Simão e Luiza (um casal de africanos nagô) e Vicente e Esperança (um casal de escravos crioulos) foram vendidos como famílias como consta nos documentos.

Ainda dentro do tema de formação de famílias, a autora apresenta a formação de seis famílias escravas, 4 datadas de 1858 e pertencentes à Fazenda Pombal 2ª de Zélia Montandon e duas datadas de 1872 e pertencentes à Fazenda Grully de Ana Sofia Ida Joseph³⁶.

Sobre o proprietário de fazenda e major João Pires de Carvalho, Carmo (2010, p. 117) afirma, segundo depoimento do seu feitor, que ele não admitia uniões entre pessoas livres ou libertas e cativas, tendo, inclusive, demitido um ferreiro que cortejou uma de suas escravas. Uniões desse tipo incentivavam a busca da liberdade pelo cônjuge escravizado, representando uma ameaça para o senhor. E por que esse fato é importante quando estamos tratando do tema ‘formação de família’? Porque o tipo de depoimento do feitor leva a crer que esse perfil de união era censurado pelo senhor em oposição à união entre escravos.

Carmo (2010, p. 120) relata que, na Colônia Leopoldina, muitos escravos optavam pela formação de uma família, apesar da condição adversa da escravidão, pois a formação de redes de parentesco trazia benefícios para os escravos, que contavam com a ajuda dos familiares na busca por melhores condições de vida e até mesmo pela liberdade. A autora reforça que os senhores incentivavam a prática da união entre escravos e conseqüentemente a procriação, para manter e aumentar o número de trabalhadores, principalmente antes do decreto da lei do ventre livre em 1871. A formação de famílias de escravos era vantajosa para ambos senhores e cativos, sendo, portanto, costumeira na antiga Colônia Leopoldina.

Ainda dentro do tema, Carmo (2010, p. 123) explica que, mesmo após a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, os donos das plantações continuaram possuindo um número razoável de escravos por conta da presença da família escrava e da alta taxa de natalidade. O número de crianças escravas brasileiras que viviam na colônia no ano de 1840 indica que houve uma aposta no aumento da população por parte dos senhores que, uma década antes da proibição do

³⁶ Carmo (2010) descreve todas as famílias que constam nos documentos com nome, idade e prole. Uma das famílias da fazenda Pombal 2ª, por exemplo, era formada por Roberto Cabinda e Rosa Moçambique, com 50 e 40 anos respectivamente. O casal tinha três filhos: Domingos (18 anos), Sabina (8 anos) e Laureanno (5 anos). Para saber mais, consultar Carmo (2010, p. 129-132).

tráfico, se preveniam incentivando a procriação como meio de continuarem sua empreitada escravagista.

A autora afirma também que, após a década de 60, os casais crioulos que se formaram deram continuidade à reprodução de maneira progressiva. Até mesmo após a lei de 28 de setembro de 1871, o número de crianças se mantinha alto na colônia, ao redor dos 25%.

A lei do ventre livre assegurava a liberdade das crianças nascidas a partir daquela data, mas também afiançava a permanência dos filhos com as mães até os 8 anos, o que não comprometia tanto a força de trabalho fornecida por elas aos seus senhores. Carmo afirma que os números mostram inicialmente uma diminuição nos nascimentos após o ano de 1871. A autora defende, no entanto, que essa informação não reflete a realidade, se caracterizando mais como uma artimanha usada pelos proprietários para garantirem a posse dos filhos de escravos nascidos depois daquela data. Os senhores teriam manipulado as informações referentes aos anos de nascimento daquelas crianças ou omitido a existência de ingênuos nas suas fazendas.

De posse dessas informações, ainda que reconheçamos o caráter incompleto e limitado delas, é possível afirmar que a formação de famílias escravas na Colônia Leopoldina era uma prática comum que se destaca como um dos fatores favorecedores para a formação de um processo de criouliização na região.

Na seção que se segue, apresentaremos os fatos empíricos que reforçam a ideia da ocorrência de processos crioulizantes na antiga colônia.

3.4 FATOS EMPÍRICOS QUE APONTAM PARA UM PROCESSO DE MUDANÇA LINGUÍSTICA ENVOLVENDO AQUISIÇÃO PELO CONTATO

A probabilidade de ter havido um processo crioulizante em Helvécia é sustentada não somente pelo contexto histórico propriamente dito, mas também pelas evidências empíricas, isto é, pelos fatos linguísticos ainda presentes na fala dos mais velhos, quando da visita de Ferreira ao local em 1961. Se mais de 100 anos depois da fundação da colônia cafeeira escravagista na região ainda foram encontrados vestígios de divergências gramaticais típicas do resultado de um contato linguístico crioulizante, então, a hipótese de que houve uma situação sociolinguística especial, que induziu um

processo de criouliização em Helvécia é reforçada. Mostraremos, nessa seção, os fatos linguísticos que apóiam essa ideia.

Ferreira, ao chegar à antiga Colônia Leopoldina pela primeira vez em 1961, notou imediatamente que havia fatos linguísticos característicos de outras regiões rurais brasileiras e que eram comuns nas falas dos seus habitantes. No entanto, o *status* diferenciado conferido à Helvécia, em termos de interesse linguístico, se deve, de acordo com Ferreira (1984, p. 24), a “alguns fatos peculiares” encontrados nas falas de dois falantes idosos do vilarejo. Esses fatos linguísticos foram apontados pela dialetóloga como sendo “remanescentes de um falar crioulo”, não tendo sido encontrados em nenhum outro dialeto das 50 localidades incluídas no Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), do qual a linguista era inquiridora na época.

Portanto, além de a Colônia Leopoldina apresentar um número relevante de fatores sociais fortemente favorecedores de processos crioulizantes, a vila de Helvécia, antiga roça da Colônia, apresentava em 1961 resquícios do que Ferreira chamou de “um falar crioulo”, ainda em pleno século XX. Não se pode deixar de comentar o conteúdo dos comentários feitos pelos jovens habitantes e também “filhos da terra” com os quais Ferreira teve contato na primeira noite em que esteve em Helvécia. Segundo a autora (1984, p. 22), eles afirmavam que havia, naquela cidade, muita gente (principalmente os mais velhos) que falava diferente, engraçado e de forma que, mesmo eles, tinham dificuldade para entender.

Nesse primeiro contato de uma linguista com os moradores de Helvécia, Carlotta Ferreira entrevistou dois falantes idosos (informantes sugeridos pelos próprios habitantes locais): uma mulher (a qual chamou de A) e um homem (o qual chamou de B). A primeira possuía 75 anos no momento da entrevista, era natural de Helvécia e seus avós eram africanos. O segundo tinha 80 anos em 1961, era natural de Helvécia (assim como seus pais e esposa) e havia estado fora da comunidade apenas a título de curtos passeios. A linguista aplicou dois tipos de entrevista à falante A (uma assistemática e outra do Extrato Questionário aplicado nas 50 localidades escolhidas para o APFB) e um tipo de entrevista (a do Extrato Questionário) ao falante B. As respostas foram anotadas e transcritas para que Ferreira pudesse enumerar exaustivamente os fatos linguísticos encontrados que considerou próprios de Helvécia na fala desses dois falantes.

Destacar-se-ão aqui os fatos que, segundo Ferreira (1961, 1984), mais fortemente apontam para um possível criouliismo:

Na fonética

- o uso da vogal nasal /õ/ em posição final ao invés do ditongo /ãu/
Coraçõ (falante A); *Séiõ* (para ‘sertão’, falante B)
- O uso da negativa ‘nõ’
Io nõ pódi rumá o casa (falante A); *Io nõ sabi fazê cocada* (falante B)
- Uso sistemático da líquida vibrante simples em posição intervocálica
Bariga (falantes A e B) *Corenteza* (falantes A e B)

Na morfossintaxe

- Ausência do artigo
Quando abri zanela (falante A); *Io sabi dia du ano* (falante A)³⁷
- A troca da forma de masculino pela de feminino e vice-versa quando o artigo é realizado
Io nõ pódi ruma o casa (falante A); *tê no criação* (falante B)
- A existência do indefinido [una]
Era una cosa só branquinha (Falante A)
- Falta de concordância nos sintagmas
Tera meio moiadu (Terra meio molhada – falante A) *Cabelo grossa* (falante B)
- Simplificação das flexões verbais - Uso da terceira pessoa do singular pela primeira no Presente do Indicativo e no Pretérito Perfeito
Bebi (falante A); *Io cõme* (falante B) / *Io foi*(falante A); *Io coreu* (falante B)

Desde o início da década de 1990, os itens morfossintáticos dessa lista têm sido estudados por especialistas desde a ótica da linguística de contato, para avaliar o seu valor como indicadores de um genuíno processo de criouliização na região no século XIX. Megenney (1993, p. 237) sugere que, com a publicação de Ferreira (1985) na Revista Lusitana, “o crioulo que estava “faltando” no Brasil pode ter sido encontrado”. (tradução nossa). O autor comenta que Baxter, de posse da informação dos fenômenos

³⁷ Os quatro exemplos dados pela linguista foram da falante A.

linguísticos encontrados por Ferreira em Helvécia, se propôs a realizar pesquisas de campo em Helvécia (1987), que culminaram no acervo que hoje faz parte do Projeto Vertentes. Tendo em vista tanto os achados de Ferreira quanto os de Baxter, Megenney (1993, p. 238-239) fornece uma lista de fatos encontrados no PABH, em que tece comentários e confirma o caráter de uma possível criouliização na região que teria ocorrido a partir da fundação da colônia em 1818. O autor (1993, p. 239) sugere a realização de “futuras investigações com trabalho de campo amplo e pesquisa histórica cuidadosa” com os dados do PABH, não sem antes comentar que o processo de descrioulização parecia evidente, tendo em vista alguns indicativos linguísticos e o fato de que os falantes mais velhos usavam os traços distintivos do PABH de forma mais acentuada que as gerações mais novas.

Baxter (1992) apresentou análises ainda em andamento acerca do PABH, as quais Megenney (1993) consultou como base para a sua discussão. Nesse trabalho, Baxter identifica variações no sistema verbal do dialeto de Helvécia que evidenciam a aprendizagem pelo contato, já que “não se observam em outras variedades do português popular falado como primeira língua.” (Baxter, 1992, p. 12). O autor mostra, por exemplo, assim como Ferreira (1984), que a regra variável da concordância verbal se estende para a primeira pessoa do singular e o verbo apresenta a forma da terceira pessoa do singular. Para explicar a variável ‘primeira pessoa do singular’, Baxter (1992, p. 16) formula uma escala de saliência fônica (baseada no estudo de Emmerich (1984) sobre o mesmo tipo de variável no português kamayurá) e a dividiu em 9 categorias para o tempo presente e 5 para o pretérito. O autor também incluiu outras variáveis linguísticas, como a ‘posição do sujeito’, e ainda faz um comparativo com os resultados desse mesmo tema encontrados por Emmerich (1984) no português de contato dos índios do Alto do Xingu. Em termos de contato criouliizante, Baxter (1998, p. 104) explica as implicações da redução da morfologia de pessoa/número para as gramáticas das línguas rurais brasileiras que apresentam essa característica. A primeira consequência é que a regra de concordância entre sujeito e verbo é fraca e a segunda é que o sujeito do verbo deve aparecer com uma frequência mais alta. Dentre os trabalhos que tratam da trajetória do sujeito no PB, podemos destacar o de Duarte (1993). No caso específico de Helvécia, Baxter (1998, p. 123) afirma que, nos falantes idosos, a morfologia de pessoa/número é variável no paradigma inteiro do verbo (incluindo na primeira pessoa do singular), diferentemente do que ocorre em outros dialetos rurais

brasileiro. Para o autor, isso pode indicar uma mudança no sistema de concordância sujeito-verbo: a regra de concordância seria nula ou mínima em tempos passados e estaria passando a ser categórica. Essa hipótese é, de acordo com Baxter (1998, p. 124), motivada pela análise quantificada dos dados de Helvécia em que se observam os usos dos falantes idosos estratificados em três faixas etárias, apontando para uma mudança aquisitiva em curso³⁸.

Nesse mesmo trabalho de 1998, Baxter propõe uma discussão acerca da hipótese da crioulização prévia (HCP) e expõe alguns traços morfossintáticos principais que foram tratados em trabalhos sobre a HCP entre as décadas de 70 e 90 no Brasil. Além de tratar especificamente do sintagma verbal, Baxter discute também as características do sintagma nominal do PABH que se apresentam como divergências estruturais no dialeto. O sintagma nominal apresenta, segundo o autor, três traços “que constituem uma reestruturação radical do português” (a concordância de número, a concordância de gênero e a marcação de referência definida) (Baxter, 1998, 114).

Da mesma forma, no intuito de avaliar traços de uma possível crioulização em Helvécia, Baxter & Lucchesi (1999, p. 122-126) tratam da concordância sujeito-verbo e da concordância de gênero no âmbito nominal do ponto de vista da comparação. Os autores mostram, via testes de correlação, que há uma forte relação estatística entre a ausência de concordância sujeito-verbo e a ausência de concordância de gênero no PABH. A correlação observada entre as duas variáveis está associada, de acordo com os autores à faixa etária. Quando as três faixas etárias são avaliadas separadamente (faixa 1 (20 a 40 anos), faixa 2 (41 a 60 anos) e faixa 3 (acima de 60 anos)), somente a faixa 3 apresenta uma correlação significativa. Em outras palavras, o uso das duas variáveis pelo mesmo falante está relacionado à idade.

O trabalho de Baxter, Lucchesi e Guimarães (1997), em que os autores tratam da concordância de gênero, também se enquadra na lista dos trabalhos sobre o PABH que buscam dar conta de tópicos que os linguistas consideram prováveis evidências do contato linguístico, aprendizagem pelo contato e crioulização.

Assim, dentre as diversas peculiaridades morfossintáticas do dialeto de Helvécia exploradas em estudos das últimas décadas, figura o caso do artigo definido. Tratado em estudos variacionistas por Baxter e Lopes (2006, 2009) e por Oliveira (2001), o tema foi

³⁸ Para saber mais, ler Baxter (1998, p. 123-127).

desenvolvido por Moore Neves (2015) em relação ao sistema de determinantes de mulheres idosas na representação de SNs genéricos, indefinidos e de referência definida. A presente tese irá investigar o uso de SNs nus [+Específicos] [+Definidos] na fala dos falantes homens e mulheres de três faixas etárias da comunidade a fim de verificar as mudanças de perfil de uso na diacronia aparente.

3.5 REMATANDO: UM CASO EVIDENTE DA OCORRÊNCIA DE PROCESSOS CRIOLIZANTES

No decorrer do presente capítulo, vimos que o contato entre línguas marcou a formação do português do Brasil. No entanto, outros fatores, impediram a formação de uma língua crioula independente do português a nível macro no país. Dentre esses fatores, destacamos a miscigenação racial, a alta taxa de mortalidade de crianças escravas e a relação demográfica entre negros e brancos que nunca foi ideal para que um processo de crioulição expressiva se concretizasse a nível de país.

Em contrapartida, e tendo em vista a formação de diversas comunidades quilombolas por todo o Brasil, é plausível considerar que, em algum momento de suas histórias, essas comunidades rurais afro-brasileiras possam ter passado por processos de crioulição. O caso mais evidente de uma possível crioulição é a comunidade afro-brasileira de Helvécia, localizada no extremo sul da Bahia.

Nessa região, o contexto sócio-histórico apresentou características favorecedoras da formação de processos crioulizantes no período que se estende da formação da Colônia Leopoldina, em 1818, até a sanção da lei áurea em 1888. Dentre os fatores sociais e demográficos que teriam favorecido um processo de crioulição na colônia, destacamos a proporção de 10 negros para 1 branco em certo período nas plantações leopoldinenses, a formação de famílias e a geração de escravos crioulos (filhos de escravos africanos). O desdobramento desse último fator é que teria havido uma geração de crianças que poderia ter nativizado o português que adquiriram como L1 a partir de modelos defectivos do português L1 e L2 e as mudanças morfossintáticas ocorridas por conta da situação de contato teriam sido preservadas devido à situação de isolamento da colônia até o século XX.

O contexto sócio-histórico da antiga colônia mostrou-se propício para originar processos crioulizantes na região. Associados ao ambiente favorável, vimos que certos

fenômenos morfossintáticos que têm sido identificados como potenciais indícios de um processo de mudança linguística envolvendo aquisição natural em um contexto de contato linguístico foram identificados no PABH. Dentre os fatos empíricos relacionados, observou-se a possibilidade do uso de SDs nus objetos com leitura [+Específica] [+Definida], selecionado como objeto de estudo do presente escrito.

No próximo capítulo, trataremos da parte (psico)linguística dos processos crioulizantes, mostrando as possíveis hipóteses de como o sistema de determinantes do PABH teria se configurado.

4 OS MECANISMOS (PSICO)LINGUÍSTICOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS CRIOLIZANTES

4.1 IDEIAS CENTRAIS E ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO

No capítulo anterior, tratamos do contexto sócio-histórico e demográfico que produziu o dialeto de Helvécia. Sublinhamos a importância primordial dos fatores sociais e demográficos para a ocorrência de processos crioulizantes e apontamos que os fatores (psico)linguísticos são condicionados por uma base sócio-histórica. Em outras palavras, mostramos haver circunstâncias sócio-históricas que colocam pessoas em uma situação de contato em que ocorrem processos naturais de aquisição e transmissão linguística.

Tendo em vista que o enfoque do presente capítulo é a parte (psico)linguística dos processos crioulizantes, a discussão será orientada para as relações existentes entre as questões de conhecimento, processamentos mentais e usos linguísticos. Nesse sentido, a crioulização é entendida como um processo de mudança linguística causada pela aprendizagem natural de L2 em uma situação de contato entre línguas.

Os processos de crioulização iniciam em situações de contato entre línguas em que falantes de línguas diferentes não conseguem se comunicar entre si e precisam fazê-lo para fins bastante limitados. Isso leva à formação de um pidgin, que é a uma língua mista³⁹ falada como L2 (ou L3, ou L4, etc. – nunca como L1) pelos falantes envolvidos. O léxico do pidgin vem de uma das línguas de contato, que passa a ser conhecida como língua de superstrato. Já a gramática, como aponta Thomason (2008, p. 244) seguindo Thomason (2001, p. 273-274), não vem primeiramente da língua de superstrato e nem de uma das outras línguas envolvidas na situação de contato exclusivamente. Como tem tanto seu léxico quanto sua estrutura gramatical próprios, o pidgin precisa ser aprendido (lexical e gramaticalmente) por qualquer falante, incluindo aqueles que falam a língua lexificadora como L1. Um pidgin se caracteriza por possuir material linguístico limitado, pois se trata sempre de uma língua secundária, usada com propósitos particulares.

³⁹ Assumimos aqui o conceito de ‘língua mista’ proposto por Thomason (2008, p. 255): “Uma língua mista é uma língua cujas estruturas lexicais e gramaticais não podem ser rastreadas primariamente para uma única fonte.” (tradução minha).

Quando os propósitos comunicativos se estendem e o pidgin vai se tornando mais completo e complexo do ponto de vista morfosintático, é bem provável que a nova geração de falantes daquela comunidade linguística tome os modelos dessa L2 falada por seus pais como paradigma e adquira essa língua mista como L1. Uma língua crioula seria, portanto, segundo Thomason (2008, p. 244), uma língua mista falada como L1 por uma comunidade linguística, se caracterizando por não possuir recursos linguísticos limitados como os pidgins. Trata-se, enfim, de uma língua natural como outra qualquer, apesar de ter sido formada em contextos sócio-históricos bastante específicos como já deixamos claro.

Como vimos no capítulo anterior, o contexto do processo de crioulição que teria ocorrido na Colônia Leopoldina teve como uma de suas principais características uma população reduzida que compreendia um grupo livre, dominante, composto por pessoas que falavam o português como L1 (brasileiros e portugueses) e pessoas que falavam o português como L2 (principalmente suíços franco falantes e alemães). Esse grupo reduzido dominava um grupo muito maior de pessoas, que submetidas ao trabalho forçado e alocadas em um país diferente do seu, passaram por um processo de aprendizagem natural da língua alvo pelo contato, à qual tiveram um acesso bastante restrito. O *input* limitado e reduzido recebido pelos escravos falantes de outra(s) língua(s) como L1(s) resultou na criação de divergências gramaticais que foram integradas pelas gerações subsequentes que adquiriram esse dialeto resultante como L1.

Dentre as divergências gramaticais observadas, está o sistema de determinantes do PABH que, como apontado por Ferreira (1984), Baxter & Lopes (2009), Oliveira (2011) e Moore Neves (2015), apresenta SDs nos objetos [+Específicos] [+Definidos] diferentemente do que ocorre no PB.

No intuito de entender o que levou o sistema de determinantes do dialeto de Helvécia a ser configurado de forma diferenciada, consideramos importante contemplarmos o papel da aquisição no processo sócio-psicolinguístico da crioulição. Já que estamos tratando de aquisição de L2, é importante considerarmos a influência das línguas de substrato nos processos crioulizantes ocorridos em Helvécia com foco no sistema de determinante. Nesse sentido, é relevante formular algumas questões concernentes ao papel da L2 e da transferência na formação de línguas crioulas e de processos crioulizantes, considerando o caso específico de Helvécia. Tentar resolver

essas questões resultará no encontro de possíveis caminhos para explicar a diferença observada entre os sistemas de determinante do PABH e do PB:

- 1) Levando em consideração os modelos atuais de explicação para a origem de processos de criouliização e tendo em vista que eles apresentam elementos em comum e outros divergentes, como podemos reunir esses elementos em uma avaliação da situação da antiga Colônia Leopoldina e, por conseguinte, do PABH?
- 2) Considerando as abordagens de aquisição de L2, é possível formular alguma hipótese acerca da possibilidade do uso de SDs [+Específicos] [+Definidos] nus na posição de objeto no PABH?
- 3) Tendo em vista as informações parciais sobre quais línguas de substrato teriam participado do processo de contato na antiga Colônia Leopoldina e as informações disponibilizadas em outros estudos sobre os sistemas de determinantes da parcela de línguas de substrato que sabemos terem sido envolvidas no processo, questiona-se: seria possível atribuir um papel à transferência na formação do sistema de determinantes do PABH?

Tendo em vista que as abordagens que buscam explicar a origem dos crioulos são mentalistas, isto é, baseadas na ideia da existência da Gramática Universal (GU), daremos uma breve explicação do que entendemos por GU. Em seguida, apresentaremos as abordagens que pretendem dar conta da origem dos crioulos e, depois, mostraremos as abordagens que procuram dar conta do sistema de determinantes/artigos nas línguas crioulas de modo específico. Caracterizaremos, então, os modelos de aquisição que podem ser conjugados para melhor explicarem a origem dessas línguas. Apresentaremos a noção de ‘transferência’ e mostraremos como esse processo pode influenciar a formação de línguas em situação de contato. Na sequência, faremos uma breve apresentação das configurações das línguas de substrato presentes na situação de contato da antiga Colônia Leopoldina. Para finalizarmos o capítulo, apresentaremos o estudo de Baptista (2007) sobre o SD no CCV, um crioulo de base portuguesa com características que poderão nos auxiliar no entendimento do fenômeno do SD nu [+Específico] [+Definido] no PABH.

4.2 PRINCIPAIS ABORDAGENS PARA A ORIGEM DOS CRIoulos

4.2.1 O que entendemos por Gramática Universal?

Considerando a importância da Gramática Universal para a discussão que propomos, é fundamental a apresentação do que entendemos por GU. A GU, como a concebemos, é um algoritmo que inclui todas as restrições e possibilidades de realização gramatical das línguas humanas, isto é, uma sequência finita de princípios/regras que limita tudo o que não é possível e autoriza o que é viável em qualquer que seja a língua natural. Esse algoritmo precisa ser ativado, isto é acionado a partir do contato com uma língua natural. Dessa forma, como propõe Meisel (2011, p. 19), a GU seria o componente central do Dispositivo de Aquisição da Linguagem (DAL) e representaria o estado inicial do desenvolvimento da gramática na aquisição de L1, formatando, a partir de então, gramáticas em desenvolvimento e gramáticas já maduras. Para Lightfoot (2006, p. 9), as crianças são dotadas de certas informações linguísticas internas (a GU) e, uma vez que sejam expostas a dados linguísticos primários, elas desenvolvem uma gramática, uma língua interna (língua-I), que representa uma capacidade linguística madura. A GU seria, portanto, instituída de princípios linguísticos internos de um estado inicial universal inerentemente humano que capacita toda e qualquer pessoa (que não apresente nenhuma deficiência cognitiva) a adquirir línguas naturais.

E o que os pesquisadores crioulistas que adotam a visão mentalista fundamentada na GU têm em comum? Como afirma Liceras et al. (2006, p. 3) esses autores concordam que os quatro processos (aquisição de L1, aquisição de L2, e a formação de pidgins e crioulos) são limitados pelos princípios da GU. Por outro lado, esses estudiosos apresentam maneiras distintas de explicarem as diferenças e as similaridades entre a aquisição de L1 e de L2 e o papel da L1 e L2 na projeção da gramática de uma língua crioula.

É preciso ter em conta, no entanto, que assumir a formação de línguas pidgins e crioulas como um processo limitado pela GU não quer dizer assumir que o falante tenha acesso à GU na aquisição da L2 como tem na aquisição de L1. Quer dizer apenas que qualquer que seja a língua formada a partir de uma situação de contato, ela terá que possuir conjuntos de regras que são ‘previstas’ ou ‘antecipadas’ pela GU como

possíveis para as línguas naturais, o que soa bastante procedente, tendo em vista que as línguas formadas em situações de contato são línguas naturais.

Kouewenberg & Singler (2008, p. 4) afirmam que nenhum crioulista nega a importância dos universais linguísticos e que a divergência de opinião entre universalistas e substratistas gira em torno da força atribuída às línguas de substrato no surgimento de uma língua crioula. Enquanto uns já chegaram a negar completamente a influência dessas línguas na língua resultante, como foi o caso de Bickerton (1986), outros autores, como Lefebvre (1986, 1998, 2004), acreditam que a base gramatical da língua crioula é, pelo menos, uma das línguas de substrato, que se relexicaliza.

No entanto, mais recentemente, o papel da transferência, isto é, da influência das línguas de substrato em processos crioulizantes ganhou maior importância, até mesmo entre os crioulistas universalistas, que embora ainda atribuam menor força a essa interferência, passaram a reconhecê-la como componente das línguas resultantes⁴⁰. Na seção 4.3, aprofundaremos a discussão acerca da transferência. Em seguida, apresentaremos as abordagens para a origem dos crioulos.

4.2.2 As abordagens universalistas, substratistas e superstratistas

Sprouse (2010, p. 262) identifica três tipos de abordagens para a origem dos crioulos: 1) as abordagens superstratistas; 2) as abordagens substratistas; e 3) as abordagens universalistas.

Como bem resumiu Liceras et al. (2006, p. 3), as posições mentalistas, baseadas na GU para a origem de pidgins e crioulos, são distintas em termos de ao que se atribui o papel principal. O papel principal pode ser conferido à L2 (língua de superstrato), às L1(s) (línguas de substrato) ou aos universais linguísticos.

As abordagens superstratistas (Chaudenson, 2001) entendem a origem das línguas crioulas em termos de aquisição imperfeita da língua lexificadora como L2. O papel da língua falada pelo grupo dominante (geralmente uma língua europeia) é predominante para essas abordagens. Lefebvre (1999, p. 6), seguindo Mufwene (1996,

⁴⁰ Quando os autores não reconhecem a importância das línguas de substrato na formação de línguas crioulas é por conta de assumirem que a formação dessas últimas não envolve a aquisição de L2, somente de L1 (como Bickerton (1986)), uma questão controversa. Nesse caso, o que se defende é que, como o falante não fala nenhuma outra língua, não seria possível que houvesse influência de outra língua no processo de aquisição do crioulo como L1.

p. 166), afirma que essas abordagens não explicam as razões pelas quais crioulos lexificados por línguas europeias não correspondem a nenhum dialeto particular das suas línguas lexificadoras.

Já as abordagens substratistas (Lefebvre & Lumsden (1994), Lefebvre (1996, 1999), Lumsden (1999) enfatizam a importância das línguas de substrato, isto é, as línguas dos grupos dominados (geralmente línguas africanas) na origem dos crioulos. A formação de uma língua crioula consistiria na preservação da maioria das estruturas gramaticais das línguas de substrato no processo de reclassificação de itens de vocabulário das línguas de substrato com o material fonético depreendido das línguas de superstrato. Lefebvre (1999, p. 6), seguindo Hall (1958), aponta que o problema dessas abordagens é não explicar por que as línguas crioulas preservam tão poucos traços visíveis das suas línguas de substrato.

As abordagens universalistas (Bickerton & Givón (1976), Bickerton (1981,1984), DeGraff (2005), Kay & Sankoff (1974)), por sua vez, determinam um papel secundário para as línguas de superstrato e nenhum papel para as línguas de substrato na formação de um crioulo. Segundo Sprouse (2010, p. 262-263), essas abordagens enfatizam o papel das opções padrão que ficam disponíveis pela GU na ausência de *input* suficiente para engatilhar uma aquisição de L1 como ela geralmente acontece em situações normais, isto é, situações que não são de contato. De acordo com Lefebvre (1999, p. 6), um dos pontos fracos dessas abordagens é o fato de não darem conta da variação que existe entre os crioulos.

Liceras et al. (2006, p. 3) aponta a existência de posições que resolvem a disputa entre as abordagens substratistas, superstratistas e universalistas por concessão multilateral, isto é, buscando harmonizar as ideias de cada um das abordagens. Essas posições sustentam que a junção da L1 com os princípios da GU, o *input* recebido da L2, e as restrições sociais e psicológicas bastante complexas molda a projeção da gramática de uma língua crioula. Esse posicionamento foi adotado por Mufwene (1990) e DeGraff (1999) e também é aquele que consideramos o mais adequado para dar conta da origem dessas línguas mistas.

4.2.3 Abordagens acerca dos sistemas de determinantes das línguas crioulas

Dentre as abordagens que buscam explicar o sistema de determinantes/artigos em línguas crioulas especificamente estão: a Hipótese do Bioprograma (Bickerton, 1984) e o modelo superstratista de Janson (1984).

A Hipótese do Bioprograma (HB) assume que os criadores de línguas crioulas são os filhos de imigrantes que, tendo um acesso restrito ao *input* da variedade de contato usada pelos pais, recorrem a um esquema humano básico para línguas no intuito de chegarem a uma língua linguisticamente adequada. As línguas crioulas, de acordo com essa hipótese, surgem abruptamente, no espaço de uma única geração e apresentam traços protótipos de línguas humanas.

Vellupillai (2015, p. 173) afirma que, segundo essa hipótese, os trabalhadores/escravos, ao serem trocados de localização para as sociedades de *plantations*, produzem variedades simplificadas da língua alvo ou lexificadora, isto é, da língua do colonizador⁴¹. Os filhos dos escravos recebem, então, um *input* linguístico inadequado já que as variedades de língua de contato faladas pelos pais são rudimentares e não apresentam um referencial satisfatório para as necessidades linguísticas básicas das crianças. Elas recorrem à faculdade da linguagem para criarem uma nova língua funcional e totalmente equipada. Portanto, dentro da proposta de Bickerton (1981, 1984), no período de uma única geração, isto é, de forma abrupta, a crioulição ocorre a partir da nativização, que é quando uma língua passa a ter falantes nativos.

Barikmo (2007, p. 3) afirma que propostas anteriores à de Bickerton se ocupavam de descrições taxonômicas de gramáticas específicas de línguas crioulas, não se atentando para a questão da formação dessas línguas. Esses estudiosos adotavam a ideia de que as línguas crioulas derivavam dos pidgins e acreditavam que essa era uma explicação suficiente para a existência dos crioulos. A autora aponta que Bickerton combinou um extenso trabalho descritivo do pidgin havaiano de base inglesa (HPE) e

⁴¹ Baker (1990) adverte, no entanto, que afirmar que uma dada língua foi a língua alvo de um povo por um período traz como consequências as seguintes assunções: 1) de que as pessoas envolvidas tiveram opções nessas questões, como por exemplo, a de terem escolhido outra língua como a alvo ou poderiam ter decidido usar as suas L1s na situação de contato para a comunicação; 2) de que elas verdadeiramente pretendiam adquirir algo semelhante à fluência do falante nativo daquela língua; e, tendo em vista que o resultado do contato é, geralmente, um pidgin e, (talvez) posteriormente, um crioulo, 3) de que elas fracassaram em alcançar o alvo.

do crioulo havaiano de base inglesa (HCE) com uma abordagem gerativa de formação do HPE. O argumento central da proposta de Bickerton é que os universais da linguagem humana fornecem a estrutura para o desenvolvimento de uma língua crioula em particular e que isso se aplica a todas as línguas crioulas.

Na sua análise sobre o crioulo de base inglesa do Havaí, Bickerton (2016) analisa o sistema de artigos, tomando-o como evidência para o bioprograma. O autor (2016, p. 52) afirma quase não haver variação na maneira como as línguas crioulas lidam com artigos. Esse aspecto da gramática é, de acordo com o linguista universalista, bastante especificada em crioulos. “A distinção entre específico e não-específico é particularmente clara e consistente” (Bickerton, 2016, p. 53). O autor apresenta uma configuração única para todos os crioulos, tomando por base o crioulo do Havaí (HCE): um artigo definido para SN específico, pressuposto; um artigo indefinido para SN confirmadamente específico, não pressuposto; e um determinante zero para um SN não-específico. No pidgin do Havaí que deu origem ao crioulo, o uso dos artigos era mais esporádico e casual. O uso de artigos passa a ser muito mais regular e preciso no crioulo.

Já Janson (1984), contrastando com a proposta de Bickerton, aponta que as línguas crioulas não apresentam sistemas similares de marcação de especificidade, definitude e pluralidade. Os crioulos de base inglesa apresentam um sistema que é notoriamente diferente dos crioulos de base portuguesa e dos crioulos de base francesa. O que todos os crioulos compartilham, segundo Janson, são as características apresentadas por todas as línguas da Europa Ocidental implicadas nos processos de criouliização. O desenvolvimento de uma língua crioula seria uma mudança histórica da língua-alvo submetida à influência de contato daquela língua desde o princípio do processo de criouliização. Os sistemas de artigos de quase todas as línguas crioulas seriam, portanto, dos tipos encontrados nas línguas da Europa Ocidental por conta da influência destas línguas. Jason acredita que, apesar de os sistemas de artigos não serem influenciados por tendências universais, como proposto pela Hipótese do Bioprograma, que as tendências universais desempenham um papel importante na formação das línguas crioulas. Essas tendências estariam relacionadas à necessidade de comunicação geral. Esse é justamente o caso da correspondência entre a formação plural em pidgins de base africana e crioulos de base européia, em que evidencia-se a necessidade de um sistema mínimo de marcação numérica.

4.3 PRINCIPAIS ABORDAGENS DE AQUISIÇÃO DE L2 FUNDAMENTADAS NA GRAMÁTICA GERATIVA

Dentre as abordagens linguísticas que tentam dar conta da aquisição de L1, destacamos a consistência e argumentação bem fundamentada da teoria gerativa. O Gerativismo tem como base a ideia do inatismo da linguagem (Chomsky (1986), Lightfoot (1991, 2006), Roberts 1993), de acordo com essa teoria, somos geneticamente predispostos a adquirir linguagem. Uma vez que a criança esteja exposta a uma língua natural pela primeira vez, em um pouco mais de um par de anos, ela se torna uma falante competente daquela língua, dominando o uso de itens lexicais e funcionais harmoniosamente e de forma bastante complexa.

O *input* recebido não é planejado, previsto e nem conduzido como se para fornecer instruções para a criança e nem apresenta, regra geral, exemplos do que não é possível na língua. O que acontece, apesar dessa ‘pobreza de estímulo’, é que a criança é capaz de produzir frases nunca ouvidas anteriormente porque domina os mecanismos subjacentes àquela língua, sendo produtiva e criativa no uso da linguagem. Sobre os dados linguísticos primários (DLPs), Lightfoot (2006, p. 10) afirma ser a “experiência engatilhadora” que faz com que o genótipo linguístico (a GU) se manifeste como um fenótipo linguístico, que seria a gramática madura de uma pessoa. Seria aquilo que a criança ouve, as suas experiências linguísticas cruciais.

Lightfoot (2006, p. 9) afirma que, apesar de as gramáticas serem adquiridas a partir da exposição de dados linguísticos primários, elas se caracterizam não só pelos dados primários, como também pelos dados secundários. A melhor forma de entender esse aspecto é através de exemplos, o que Lightfoot (2006) faz com maestria. O autor explica que a criança vai escutar sentenças como ‘Kim is tall’ e ou ‘Kim’s tall’ e, desse modo, aprender que o verbo ‘is’ pode ser reduzido para ‘s’. Isso quer dizer que os dados linguísticos primários podem engatilhar uma operação que mapeia ‘is’ para o ‘s’ reduzido. Já em sentenças como ‘Kim is taller than Jim is’ não se pode reduzir o segundo ‘is’, mas essa informação não está disponível nos dados linguísticos primários. Esse seria considerado um fato secundário porque, segundo o autor, a não-ocorrência de ‘*Kim’s taller than Jim’s’ não é algo que as crianças ouvem, porque não se pode ouvir algo que não ocorre. Esse fato constitui parte do problema da pobreza de estímulo.

Não se pode explicar como uma criança, após uma média de um ano de vida, domina a habilidade de andar sem que precise fazer um treino específico para isso, senão pela herança biológica que a capacita. Da mesma forma, não se pode explicar como a criança dá conta de adquirir uma língua tão completa e complexa em um curto espaço de tempo com um *input* consideravelmente escasso, senão pela predisposição genética. Qualquer proposta que não esteja fundamentada na predisposição do desenvolvimento psico-motor por parte da criança, isto é, na capacidade natural para adquirir e usar uma língua, dificilmente dará conta da aquisição da linguagem.

Na presente tese, o interesse central na questão da aquisição diz respeito à aquisição de L2 em situações de contato e é nas propostas baseadas na abordagem gerativa e na existência da GU que buscaremos respostas. E quais as propostas para a SLA (Second Language Acquisition) que se apóiam na gramática gerativa?

As abordagens de aquisição de L2 fundamentadas na gramática gerativa consideram a pobreza de estímulo (PDE) como um de seus conceitos centrais. Sendo assim, a pergunta primária que se faz é se a aquisição de L2 por adultos é guiada e limitada pelos mesmos princípios da GU que guiam e limitam a aquisição de L1?

Segundo Schwarz e Sprouse (2013, p. 137), há autores que defendem que a GU se torna inativa ou inacessível em um dado momento da vida do falante, não exercendo qualquer influência na aquisição de L2 depois que isso ocorre. De acordo com os autores, são exemplos de trabalhos que apóiam essa ideia: Clahsen e Muysken (1986) e Meisel (1997).

Por outro lado, há pesquisadores do campo de aquisição de L2 que afirmam que a GU continua completamente acessível durante toda a vida do falante e apresenta um papel semelhante na aquisição de L1 e de L2 por adultos, diferindo somente no que diz respeito à interferência de gramáticas adquiridas previamente. Nessa linha, estão: Schwartz (1987), White (1989, 2003a), Vainikka e Young-Scholten (1994), Schwartz e Sprouse (1996) Dekydtspotter, Sprouse e Anderson (1997), Herschensohn (2000) Dekydtspotter, Sprouse e Swanson (2001), Slabakova (2008).

Há, ainda, uma terceira proposta, na qual os linguistas propõem que somente as propriedades e categorias encontradas na gramática da L1 do falante podem ser acessadas na aquisição de L2. Apoiando essa visão temos: Shachter (1989b) Bley-Vroman (1990), Tsimpli e Roussou (1991), Hawkins e Chan (1997), Tsimpli e Dimitrakopoulou (2007).

Por fim, há uma quarta perspectiva que sugere que a GU se torna parcialmente acessível ou seletivamente reduzida na SLA, como é o caso da posição adotada por Beck (1998a).

Segundo Schwartz e Sprouse (2013, p. 138), o ponto comum às quatro propostas é justamente o fato de todas assumirem que as crianças nascem com a GU, que é de fundamental importância para a aquisição de L1, no sentido de fornecer os princípios comuns a todas as línguas e restringir o que não é possível nas línguas naturais.

4.4 A QUESTÃO DA TRANSFERÊNCIA E DO ACESSO À GU NA AQUISIÇÃO DE L2

4.4.1 Em que consiste a transferência?

Dentre os debates frequentes e clássicos entre os estudiosos de pidgins e crioulos encontra-se aquele sobre o papel da transferência na formação dessas línguas. A transferência, como o próprio nome sugere, consiste em transferir padrões ou traços linguísticos da L1 para a L2. Essa forma de influência entre as línguas pode ocorrer nos níveis fonético, sintático (em termos de regras gramaticais) e semântico (em termos de funções e significados de palavras). Não se trata de um mecanismo exclusivo dos processos de crioulição, sendo evidente também nas situações de SLA de imersão, sala de aula, etc.

Siegel (2008, p. 196) afirma que a transferência pode ser positiva ou negativa. Quando um traço da L1 coincide com um da L2, então a transferência é positiva. Se, contrariamente, os traços correspondentes da L1 e da L2 não coincidem, a transferência é negativa. A transferência negativa é o que, de fato, nos interessa no presente trabalho, pois buscamos entender se a opção de leitura [+Específica] [+Definida] para os SDs nus objetos do PABH poderia ter sido resultado da influência das L1s envolvidas no processo de crioulição, já que essa leitura é inviável nas versões padrão e não-padrão do PB que representariam a língua de superstrato.

De acordo com Siegel (2008, p.197), Andersen (1983a) aponta que, na ausência de modelos adequados no *input* recebido, as línguas de substrato serviriam como uma possível fonte na solução de estruturas durante os processos de expansão e complicação envolvidos no surgimento do crioulo. No caso de Helvécia, a transmissão linguística

irregular (Lucchesi, 2009) deu origem a mudanças morfossintáticas que resultaram no PABH. Embora não possamos afirmar que as mudanças resultaram na formação de uma nova língua, isto é, uma língua crioula, (o que acreditamos não ter ocorrido), podemos notar algumas mudanças ainda nos dados recolhidos em 1994 que podem ter sido provenientes das línguas de substrato.

A conexão entre a influência dos substratos em pidgins e crioulos e o processo de transferência foi declarada de forma clara pela primeira vez por Mufwene em 1990. Siegel (2008, p. 198) afirma que o papel da transferência (principalmente gramatical e semântica) no surgimento dos pidgins e crioulos voltou a ser considerado por um número relevante de crioulistas a partir da segunda metade da década de 90.⁴²

Mufwene (2010, p. 392) afirma que as evidências das línguas crioulas sugerem que estruturas congruentes entre a L1 e a L2 são eventualmente favorecidas. A relevância tanto da transferência positiva quanto da transferência negativa sublinha o fato de que não se pode dar conta da origem dos pidgins e crioulos simplesmente recorrendo aos fenômenos associados à SLA (em especial a interlínguas).

Meisel (2011, p. 5) afirma que os aprendentes adultos de L2, diferentemente do que acontece com crianças adquirindo uma língua como L1, têm acesso ao conhecimento linguístico adquirido anteriormente e que, por conseguinte, a L1 poderá interferir na L2. O autor enfatiza, no entanto, que outros aspectos devem ser levados em consideração na aquisição de L2, que não somente a transferência. A transferência precisa acontecer na mente do falante, o que quer dizer que a noção de transferência só faz sentido se assumirmos que existem tanto representações mentais da língua fonte quanto da língua alvo.

⁴²O trabalho de Bickerton (1977, 1981, 1984a) que, apesar de muito criticado, teve um forte impacto nos estudos crioulistas, alegou que, na formação de pidgins, a aquisição de L2 está envolvida. Já no surgimento de crioulos, somente a aquisição de L1 está envolvida, logo, a transferência na SLA não poderia ser um fator na origem dessas línguas. As descobertas feitas na década de 70 e início da década de 80, que já haviam minimizado a importância da transferência no surgimento das línguas crioulas, somadas ao impacto do modelo proposto por Bickerton fizeram com que o interesse pela investigação do papel da transferência fosse ainda mais apequenado entre as décadas de 80 e início da década de 90, como afirma Siegel (2008, p. 198).

4.4.2 Transferência *versus* acesso à GU

No que concerne a natureza do conhecimento linguístico inicial dos aprendentes de L2, há muitas hipóteses possíveis de se formular. Meisel (2011, p. 92) afirma que essas hipóteses podem depender tanto do papel atribuído à transferência quanto da questão de se os princípios e parâmetros da GU podem ser acessados por esses aprendentes. Em ambos os casos, continua o autor, não se trata de uma escolha binária, já que as duas fontes de conhecimento podem ser somente parcialmente disponíveis.

No que diz respeito à transferência na formação de crioulos, portanto, há três opções de hipóteses a serem formuladas: a transferência é total, a transferência é parcial ou não há transferência. Meisel aponta a possibilidade de uma diferenciação similar no que concerne o acesso à GU: acesso total (o falante tem acesso direto à GU), acesso parcial (um subgrupo dos princípios da GU fica acessível) ou nenhum acesso. Esse seria o resumo das opções que vimos segundo Schwarz e Sprouse (2013) na seção 4.2 sobre as abordagens de aquisição de L2 .

Fazendo uma combinação de cada uma das três possibilidades de hipóteses sobre o papel da transferência com cada uma das possibilidades do acesso a GU, Meisel (2011, p. 93) observa que a opção de que ‘não há transferência’ não desempenha nenhum papel no pensamento atual dos estudos sobre aquisição de L2. Independentemente da opção do acesso a GU que se adote na combinação, parece implausível não haver nenhuma transferência da L1 para a L2.

Se ambas as posições fossem negativas, a situação dos aprendentes seria similar à de uma criança que não é colocada em contato com uma língua natural nos primeiros anos de vida, não sendo capaz de desenvolver linguagem. No caso da combinação da não transferência com o acesso total à GU, a aquisição de L2 seria bastante semelhante à aquisição de L1, o que contradiria os fatos empíricos que apresentam muitas diferenças entre aquisição de L1 e de L2 como, por exemplo, a ordem de aquisição dos elementos funcionais. A combinação da não transferência com o acesso parcial à GU também não parece se sustentar já que, segundo Meisel (2011, p. 94) não exclui a possibilidade da influência da L1 para o conhecimento gramatical do tipo GU ao mesmo tempo em que rejeita a transferência. Portanto, a opção ‘nenhuma transferência’ não parece se adequar de nenhuma maneira ao estado inicial de conhecimento de L2 do aprendente.

Em relação ao acesso à GU, Meisel (2011, p. 94) afirma que alguns pesquisadores da área, a exemplo de Clahsen e Muysken (1989), avaliaram a possibilidade do não acesso. O posicionamento desses autores surgiu como uma alternativa para a hipótese do acesso total. Sugerir o não acesso à GU, no entanto, não representa dizer que o conhecimento da L2 em sua totalidade não está de acordo com os princípios da GU. Se os falantes puderem usar as suas gramáticas de L1 como fonte de conhecimento que guia a aquisição de L2, então, o sistema de L2 vai estar parcialmente de acordo com os princípios da GU. Ao analisarem essa possibilidade, Clahsen e Muysken (1989) defenderam a ideia de que as gramáticas de L1 podem determinar a forma da L2. Tendo em vista a possibilidade de um acesso indireto à GU que não implica em haver um acesso à GU, a opção do não acesso não pode ser descartada. Se uma tarefa de aquisição não estiver coberta pelo conhecimento de L1, é esperado que os aprendentes de L2, para darem conta dela, lancem mão de mecanismos não específicos do domínio da linguagem e apresentem soluções que não são gramaticais. Apesar de não poder ser descartada a princípio, a hipótese do não acesso à GU parece ser muito forte.

Nesse sentido, o mecanismo da imposição proposto por Winford (2013) teria uma relevância significativa nos processos de crioulização. De acordo com o autor (2013, p. 60), a imposição envolve o emprego de procedimentos de produção da língua mais dominante⁴³ ao produzir a língua menos dominante. Winford (2013, p. 63) defende que, em situações em que ocorrem processos de crioulização, a L1 do aprendente (que é a sua língua dominante) controla os processos de produção da língua no nível de Processamento Funcional. Dessa forma, a L1 determina, dentre outros procedimentos, a atribuição do papel funcional, propriedades de subcategorização e complementação.

Como aponta Winford (2013, p. 68), na formação de línguas crioulas, há uma relação de dominância entre as línguas em contato, que encoraja a transferência da língua linguisticamente mais dominante no falante para a língua que ele menos domina (no caso, a língua alvo). A tentativa de ser produtivo na língua na qual ele não é proficiente o leva a recorrer ao uso de procedimentos de processamento de língua que estão associados com a língua que ele domina como estratégia compensatória.

⁴³ O sentido de dominância aqui diz respeito ao fato de o falante ser mais proficiente em uma língua da situação de contato do que na outra.

Uma das vantagens da proposta de Winford (2013) para o estudo das línguas de contato é que ela permite unir uma grande variedade de fenômenos de contato que têm sido descritos por diferentes abordagens. Winford (2013, p. 69) afirma o seu interesse em contribuir para a construção de um quadro teórico unificado no sub-campo de contato entre línguas. Dentre os desafios desse sub-campo, está a necessidade de integrar abordagens psicolinguísticas para a transferência entre línguas com as abordagens linguísticas de forma mais completa.

Após termos reunidos informações acerca das abordagens para a aquisição de L2 e mostrado a relevância da transferência nesse processo, proporemos, na seção seguinte, hipóteses sobre possíveis explicações para o uso dos SDs nus com leitura [+Específica] [+Definida] no PABH.

4.5 HIPÓTESES PARA O USO DOS SDs NUS [+ESPECÍFICOS] [+DEFINIDOS] NO PABH

Tendo em vista que o PABH manifesta o uso do DET zero com leitura [+Específica] [+Definida] diferentemente do PB, quais seriam as possíveis explicações para isso? Ora, como vimos no capítulo 3, nas primeiras décadas da Colônia Leopoldina, houve uma prevalência de escravos africanos nas grandes roças de café. Nesse contexto, teriam surgido idioletos de L2, levando ao uso comunitário de L2, juntamente com o uso de línguas africanas (cuja identidade conhecemos até certo ponto). Também sabemos que os colonos promoveram a criação de escravos (Baxter e Lucchesi (1999) e Carmo (2010)). Portanto, temos fortes motivos para afirmar que os DLPs para aquisição do português L1 das crianças escravas nesse período na Colônia Leopoldina partiram das variedades de L2 dos escravos africanos. Sendo assim, podemos supor que o DET zero pode ter entrado no português L1 da comunidade devido aos DLPs das variedades de L2 presentes. Podemos propor duas hipóteses:

- (i) O DET zero foi transferido para as L2 a partir de alguma(s) língua(s) africana(s);
- (ii) O DET zero se desenvolveu nas L2 devido à GU – e seria um mecanismo <default> ou talvez um mecanismo intermediário em fases de estruturação.

Na próxima seção, faremos uma breve apresentação das línguas de substrato que teriam feito parte da ecologia da situação de contato da antiga colônia e mostraremos as características dos sistemas de determinante que podem ter sido transferidas para o PABH para verificarmos se elas corroboram com a primeira hipótese que propusemos.

4.6 AS LÍNGUAS DE SUBSTRATO PREVALENTES NA ECOLOGIA DA SITUAÇÃO DE CONTATO DA COLÔNIA LEOPOLDINA

No capítulo anterior, vimos que, dentre as línguas que estiveram envolvidas no processo de (re)configuração do PABH, há registros significativos da presença de línguas da família bantu. Nos inventários de quatro plantações da Colônia Leopoldina dos anos de 1847, 1854 e 1858, que mostram a origem dos escravos africanos, há relatos de escravos provenientes das regiões de Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Manjala, Moçambique e Monjolo⁴⁴, todos falantes de línguas do grupo linguístico geral bantu. Seguindo o trabalho de Baxter, Mello & Santana (2014), observamos (também no capítulo anterior) a presença de uma porcentagem majoritária de escravos falantes de línguas bantu (53%) dentre os escravos que estavam registrados em 5 roças da região entre 1847 e 1872.

O outro grupo do qual se tem registros numéricos significativos nos inventários acima mencionados e detalhados no capítulo precedente é de escravos falantes de línguas do ramo kwa, que incluem muitas línguas nigerianas e da parte oeste da África. Nos inventários de 1847, 1854 e 1858, constata-se a presença de 30 escravos desse ramo linguístico, distribuídos entre as seguintes origens: i) Benin (país localizado na região ocidental da África um pouco acima da linha do Equador); ii) Calabá/Calabar (cidade localizada na Nigéria), iii) Gegê (localizado no sul da Suazilândia, país da África Austral); e 4) Nagô/Iorubá (grupo étnico-linguístico cujos membros podem ser provenientes principalmente de Gana, Benin, Togo (países da África Ocidental) e Nigéria. A porcentagem especificada no trabalho de Baxter, Mello & Santana (2014) é

⁴⁴ Os escravos do grupo bantu que, pelo que se tem notícia, estiveram envolvidos no processo de crioulanização da antiga colônia são, portanto, dos países africanos: Angola (localizado na costa sul ocidental) e República Democrática do Congo (localizado na África Central – parte acima da linha do Equador e parte abaixo) – países fronteiriços - e Moçambique (que se encontra na parte sul oriental).

de 43% de escravos falantes de línguas nígero-congolesas não bantu. Dentre os 43%, 76.5% são de escravos de origem nagô/iorubá.

Dessa forma, fica claro que, embora a região tivesse um pouco mais de 4 vezes mais roças do que as que tiveram os seus escravos registrados na época, a amostra existente nos indica uma força considerável da presença de línguas do grupo bantu e da língua iorubá na ecologia da situação de contato ocorrida na Colônia Leopoldina.

Siegel (2008, p. 201), seguindo Singler (1988), afirma que quanto maior a similaridade tipológica entre as línguas de substrato presentes na formação da língua crioula, maior é a extensão da influência do substrato nessa língua. Seguindo Thomason e Kaufman (1988), Siegel (2008, p. 201) aponta que a prevalência de falantes de certas línguas de substrato, tanto do ponto de vista da quantidade quanto social, também pode influenciar a frequência de traços transferidos específicos na situação de contato.

Ionin et alii (2008) destacam três fatores como fundamentais na aquisição dos artigos em L2: i) a transferência; 2) a GU; e iii) a natureza do *input*. Já Schwartz e Sprouse (1996) sublinham o papel da transferência paramétrica em fases de aquisição de L2, e Lefebvre (1999) apresenta fortes evidências a favor da transferência paramétrica na formação do crioulo haitiano. Se apoiarmos a ideia de que as línguas crioulas do Atlântico apresentam sistemas com Det \emptyset e, sabendo que os crioulos de base lexical portuguesa dessa região incorporaram também o Det \emptyset e o demonstrativo como marcadores de referência, é relevante considerar o potencial das L1 africanas que não têm artigos para influenciar a forma do sistema de determinantes na L2 emergente.

Se a composição etnolinguística da Colônia Leopoldina incluiu falantes de línguas kwa, do grupo gbe (como, por exemplo, o gêge), e o iorubá, além de línguas do grupo bantu (das regiões de Angola e Moçambique), então, os sistemas de determinante dessas línguas teriam influenciado a formação do sistema de determinantes ancestral do PABH. A possibilidade dessa influência é fortalecida pelos dados demográficos apresentados no capítulo anterior, que indicaram a prevalência de escravos africanos pelo menos nas primeiras décadas a partir da formação da colônia. Inclusive, parece significativa a presença na comunidade do sobrenome Gêge (Baxter 1992), termo geralmente usado no Brasil para se referir a falantes de línguas da sub-família gbe. As línguas gbe e muitas línguas bantu permitem que o nome nu e o demonstrativo (além de outros mecanismos) indiquem definitude (Hyman e Katamba (1993); Nurse e Philippon (2003, p. 9); Aboh

e DeGraff (2014); Iorio (2011 p. 58). Aliás, nas línguas gbe, o nome nu pode ser interpretado como [\pm Definido] e [\pm Plural] (Aboh, 2004, p.76-77).⁴⁵

Assim, confirmamos a validade da hipótese proposta na seção 4.4 de que o DET zero pode ter sido transferido das L1(s) faladas pelos escravos africanos para a L2 e teriam servido de modelo para as próximas gerações, que mantiveram essa característica nas suas gramáticas.

4.7 O ESTUDO DE BAPTISTA SOBRE O CRIOULO CABOVERDIANO

Com o objetivo de descrever a estrutura e a semântica dos SNs no Crioulo Caboverdiano CCV, Baptista (2007) demonstra as tendências de uso dessa língua crioula, em que as possibilidades dos determinantes fonologicamente realizados coincidem, muitas vezes, com aquelas dos seus correspondentes nulos, isto é, do determinante zero (\emptyset).

Há diversos motivos para justificar o nosso interesse pelo crioulo caboverdiano: 1) os fenômenos linguísticos do PABH sugerem que houve uma pretérita crioulação na antiga Colônia Leopoldina, como apontado por Baxter e Lucchesi (1998) e como vimos no capítulo precedente. É possível verificar a existência de fenômenos estruturais na fala dos falantes do PABH que se assemelham aos fenômenos encontrados em crioulos de base portuguesa do Atlântico (da Alta Guiné (de Cabo Verde e da Guiné Bissau) e os do Golfo da Guiné (de São Tomé e Príncipe; e Anobom)); 2) Dentre os fenômenos semelhantes estão: a distribuição da marcação morfológica de número plural (como apontaram Castro e Pratas (2016 p. 14) e o nome nu (ambos os fenômenos ocorrem nos crioulos da Alta Guiné e, em menor grau, nos crioulos do Golfo); 3) os antecedentes substratais de Helvécia são niger-congo: kwa e bantu, assim como o antecedentes dos crioulos de base portuguesa do Atlântico (somente no caso da Alta Guiné, se trata do grupo atlântico ocidental da família niger-congo); e 4) o SD do CCV é mais parecido com o do PB do que o SD do crioulos do Golfo.

Assim, conhecer o sistema de determinantes do CCV e, por conseguinte, os usos dos SDs nus objetos nessa língua, possivelmente nos ajudará a entender essas ocorrências no PABH.

⁴⁵ No entanto, é importante ressaltar que, nas línguas Gbe, o nome [+específico] requer a presença de um marcador de especificidade (Aboh 2004, p.77).

4.7.1 A descrição do sistema de determinantes do CCV com ênfase nos nomes nus

O CCV possui, como aponta Baptista (2007, p.70), dois determinantes realizados: os artigos definidos/demonstrativos⁴⁶ *kel/kes* ' (aquele/aqueles) e os artigos indefinidos *un/uns* (um/uns). O artigo *kel* e o \emptyset cobrem a mesma gama de significados, podendo, dessa maneira, ocorrer em variação livre. Os exemplos abaixo ilustram as possibilidades:

- 1) Joana kre da *kel/∅ kel jogador kel prezu* – ma e kA kre rasebe-l dél.

Joana want give *the/ ∅ player the prize* - but he Neg want receive+it from-her

Joana wants to give the prize to the player – but he doesn't want to receive it from her.

Joana quer dar o prêmio ao jogador – mas ele não quer recebê-lo dela.

(interpretação específica/referencial)

- 2) Joana kre da *kel/∅ kel jogador kel prezu* – ma e tem ki spera te fin di jogu.

Joana want give *the/ ∅ player the prize* - but she must COMP wait to the end of the game

Joana wants to give the prize to the player – but she must wait till the end of the game.

Joana quer dar o prêmio ao vencedor - mas ela precisa esperar para o fim até o fim do jogo.

(interpretação não específica/não referencial) (Baptista, 2007, p. 70)

Os nomes nus podem receber as interpretações: *genérica, definida, indefinida*, e podem ser *singulares, plurais ou nomes de massa*, como pode ser conferido nos exemplos seguintes:

⁴⁶ Assim como no presente trabalho, Baptista (2007, p. 63) adota a definição de Lyons (1999:4) para definitude, afirmando que essa diz respeito à identificabilidade (ou familiaridade) por parte do falante e do ouvinte.

3) Bu tra *farelu*.

You remove *bran*.

You remove the bran.

Você remove o farelo.

(genérica)

4) *Kasa* di es aldeia e baratu.

House of this neighborhood is cheap.

The houses in this neighborhood are cheap.

As casas nessa vizinhança são baratas.

(definida específica plural)

5) N odja *pasar*u riba de kasa.

I see *bird* top of the house.

I saw birds on the top of the house.

Eu vi pássaros em cima da casa.

(indefinida específica plural)

6) O ki nu fase *kasa*.

When we make *home*.

When we build houses.

Quando construímos casas.

(indefinida não específica plural)

7) N panha *fratura* na mon.

I took *fracture* on hand

I received a fracture on my hand.

Eu fiz fratura na mão.

(indefinida específica singular)

8) Si bu ten *terenu* di fase.

If you have *terrain* to make.

If you have a terrain to make.

Se você tem terreno para fazer.

(indefinida não específica singular)

9) Pa' N konta-l *storia* di kel organizason.

For I tell them *story* of the organization.

So that I tell them the story of the organization.

Assim eu conto a eles a história da organização.

(definida específica singular)

10) N ta labanta nha, tres ora madrugada, N po *midju* na pilon, mi ku nha fidju.

I TMA get up, woman, three hour early morning, I put *corn* in pestle, me with my child.

I get up, woman, at three o'clock in the morning. I put the corn in the pestle, me and my child.

Eu acordo, mulher, às três da madrugada. Eu coloco o milho no pilão.

(definida não específica singular)

11) Pa nu panha *agu*.

To take *water*.

To collect water.

Para pegar água.

(nome de massa) (Baptista, 2007, p. 71-72)

Baptista questiona a previsão de Chierchia (1998) de que nomes nus que aparecem na posição de argumento denotam tipos e emergem do léxico com denotações de massa, já que, no CCV, há evidências de que nomes nus podem distinguir elementos individuais dos de massa, como mostram os exemplos seguintes:

12) Bu po *lenha*.

You put *wood*.

Você coloca lenha.

(leitura genérica)

13) Pa’N konta-l *storia* di kel organizason.

For I tell them *story* of the organization.

So that I tell them the story of the organization.

Assim eu conto a eles a história da organização.

(leitura definida específica singular)

No CCV, de acordo com Baptista (2007, p. 74-75), os nomes nus ocorrem de forma ampla e são licenciados como definidos segundo as seguintes condições: a) se a unicidade da entidade a torna familiar para o ouvinte e o falante. Entidades pertencentes ao grupo dos fenômenos/elementos naturais, como “sol”, “lua”, “chuva” são exemplos disso; b) se o indivíduo ou elemento são partes da experiência e conhecimentos comuns do falante e do ouvinte. No exemplo que se segue, a palavra ‘*xefri*’, que significa ‘líder’, é conhecido por ambos o falante e o ouvinte:

14) Kuse ki *xefri* ta konbersa-m.

What COMP chief TMA talk-me.

What the chief is talking to me about.

O que o líder está falando comigo.

c)⁴⁷ se o nome tiver sido introduzido anteriormente por um determinante foneticamente realizado. Essa condição pode ser ilustrada com o exemplo seguinte:

15) El fika k’um *mudjer* la(...). *Mudjer* gosta d’el.

He stay with a woman there(...). Woman like of him.

He stayed with a woman there(...). The woman liked him.

Ele ficou com uma mulher lá (...) Mulher gostou dele.

Recorrendo à Lucchesi (1993), Baptista comenta que o autor observou que, tendo sido previamente introduzido por um artigo indefinido, um item discursivo pode aparecer nu, sem a necessidade da marcação do nome pelo artigo definido ou outro determinante. No entanto, Baptista (2007, p.76) observa que uma prévia introdução do

⁴⁷ A terceira opção foi apontada por Lucchesi (1993: 81)

SN com o artigo indefinido não é necessária nem esperada, isto é, SNs nus no CCV podem aparecer pela primeira vez no discurso com interpretação referencial. Os nomes nus definidos singulares, segundo a autora, tendem a aparecer na posição de sujeito (como informação antiga), enquanto que os nomes nus indefinidos singulares tendem a aparecer na posição de objeto (como informação nova). Apesar de essas serem as tendências mais fortes, também é possível encontrar singulares indefinidos específicos/não específicos ou genéricos na posição de sujeito.

O comportamento do CCV que, assim como outros crioulos, demonstra uma predileção por nomes nus, leva Baptista (2007, p. 80) a questionar as razões pelas quais há essa preferência em oposição ao que ocorre nas línguas românicas e germânicas em geral que usam os determinantes foneticamente realizados preferencialmente. Segundo a autora, a resposta pode estar na propensão das línguas a serem econômicas. Se há, no julgamento do falante, informação situacional suficiente para classificar a natureza dos SDs, então é possível que eles dispensem a redundância, eliminando o uso de determinantes. Além disso, complementa Baptista (2007, p.80), levando-se em consideração uma perspectiva histórica, as línguas parecem desenvolver um uso sistemático de determinantes realizados apenas com o passar do tempo. Segundo Baptista seguindo Chaudenson (2007), esse é justamente o caso de alguns dialetos do francês do século XV, que usavam mais nomes nus do que no francês contemporâneo.

4.7.2 Recapitulando os fatos empíricos sobre os SDs no CCV

Podemos resumir os fatos empíricos sobre os SDs no CCV reunidos por Baptista (2007, p.86) da seguinte maneira:

- I) a língua possui determinantes realizados, que expressam (in)definitude;
- II) o uso de nomes nus é predominante;
- III) os nomes nus podem ser interpretados como genéricos, nomes de massa, definidos, indefinidos, singulares ou plurais; nomes nus singulares são preferencialmente (mas não invariavelmente) interpretáveis como definidos (específicos/ referenciais) em posição de sujeito e indefinidos (não específicos/não referenciais) em posição de objeto;

IV) a interpretação de nomes nus argumentos é sensível ao tempo (se é episódico ou genérico)⁴⁸;

V) existe distinção entre *nomes contáveis x nomes de massa*. (tradução minha)

4.7.3 Assumindo a proposta de Longobardi para os nomes nus no CCV

De acordo com Baptista (2007, p. 87) os nomes nus são incorporados à estrutura do SD, com um núcleo D vazio, seguindo a proposta de Longobardi (1994). Essa ideia é motivada, em parte, pelo princípio minimalista de que apenas SDs podem ser argumentos. Os SNs são predicativos ou “proposições”, que sobem para D para se transformarem em argumentos de verbo. A posição D possui a função de individualizar o SN, selecionando apenas um exemplo de todos os que podem ser descritos pelo SN. Essa proposta é complementada, segundo Baptista, pela ideia de Cheng & Sybesma (1999, p. 518) de que a relação entre a descrição dada pelo SN e qualquer que seja a entidade específica que o SN representa no mundo real é mediada por D, portanto, parece haver uma divisão de tarefas entre o SN (que descreve) e D (que refere), sendo essa uma propriedade da GU. A autora complementa que, em línguas com artigos/determinantes, esses elementos são responsáveis pela função dêitica. Nas línguas em que não existem artigos/determinantes, outros elementos devem ser responsáveis por essa função, como os classificadores, por exemplo. O CCV possui um sistema híbrido, com morfologia de número e, por isso, não desenvolveu um sistema de classificadores. Porém, também usa nomes nus que são interpretáveis como plurais.

Baptista (2007, p. 91-92) resume o uso dos SDs nus no CCV da seguinte maneira: 1) nomes nus definidos específicos singulares envolvem subida de N para D via Num, onde o nome checa um traço [-Plural]; 2) nomes nus indefinidos permanecem em N se forem não específicos/ não referenciais, mas projetam SD e NumP, os quais devem checar na Forma Lógica; 3) nomes nus genéricos são melhor analisados como SDs com determinantes vazios/nus, sem número; 4) nomes de massa também projetam SD (isso ocorre pela possibilidade de possuírem um *status* de argumento e apenas SDs poderem ser argumentos de verbo, e sobem de N para D quando definidos (é importante

⁴⁸ Para saber mais, consultar Baptista (2007, p. 77-80).

ressaltar que, pelo fato de denotarem massa, tais nomes são desprovidos de NumP. Tal análise explica o porquê de os nomes de massa nus aparecerem em posição de objeto, como qualquer outro tipo de nome nu em CCV. Caso a interpretação for indefinida/não específica/não referencial, o núcleo do nome vai permanecer em N.

4.7.4 Finalizando

Como vimos, a interpretação dos nomes nus no CCV (língua na qual eles são bastante comuns e livres) depende do contexto ou de pistas contextuais pragmáticas e sintáticas. Nessa língua, se existe informação suficiente para classificar a natureza dos SDs numa dada sentença, o uso do determinante é dispensável. Dentre outras interpretações, os SDs nus podem receber a interpretação referencial definida nesse crioulo. Para receber essa interpretação, no entanto, é necessário que N suba para D.

SDs nus também ocorrem usualmente e podem receber (dentre outras interpretações) a interpretação referencial definida no PABH. Tendo em vista a ocorrência de processos crioulizantes na antiga Colônia Leopoldina, é bem possível que o uso de SDs sem determinante no dialeto falado em Helvécia seja, dentre outras coisas, efeito das pistas contextuais e pragmáticas, bem como da presença de informação que categorize a natureza dos SDs. Somente a análise de dados do PABH confirmará se as hipóteses já testadas para o CCV podem ser aplicáveis ou não ou não para o dialeto falado em Helvécia.

No próximo capítulo, apresentaremos a metodologia adotada no presente estudo.

5 METODOLOGIA

5.1 ESCOLHA E DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

No intuito de avaliar a distribuição dos SDs nus objetos [+Específicos] [+Definidos] e investigar a variação nos padrões coletivos de desempenho linguístico no PABH, foram selecionadas 18 entrevistas recolhidas em 1994 a partir do projeto dirigido pelo Professor Doutor Alan Norman Baxter intitulado *Creole-like traces in Afro-Brazilian rural communities*. Esse projeto foi patrocinado pela *La Trobe University Faculty of Humanities Research Committee* entre os anos de 1987 e 1989 e pelo *Australian Research Council* entre os anos de 1992 e 1994. Atualmente, essas entrevistas integram o acervo de *corpora* do Projeto Vertentes⁴⁹ do Português Popular do Estado da Bahia, da Universidade Federal da Bahia.

As entrevistas recolhidas estão distribuídas em gênero (masculino/feminino) e faixa etária (Faixa 1: falantes de 20 a 40 anos; Faixa 2: falantes de 41 a 60 anos; Faixa 3: Falantes >65 anos). Na presente Tese, foram contempladas todas as entrevistas disponíveis do *Corpus* base do PABH. Tratam-se de 3 entrevistas de mulheres de cada uma das faixas (9 ao total) e 3 entrevistas de homens de cada uma das faixas (9 ao total). O quadro que se segue mostra a distribuição dos informantes por sexo e idade, e aponta os códigos em letras do alfabeto aqui usados na codificação:

Quadro 3 – Distribuição dos informantes por idade, faixa etária e sexo

	Faixa 1 20 a 40 anos	Faixa 2 41 a 60 anos	Faixa 3 >65 anos
Mulheres	HV-01 (29 anos) Informante U	HV-07 (42 anos) Informante I	HV-13 (85 anos) Informante B
	HV-03 (35 anos) Informante T	HV-09 (54 anos) Informante H	HV-15 (80 anos) Informante C
	HV-05 (38 anos) Informante S	HV-11 (60 anos) Informante G	HV-19 (103 anos) Informante A

⁴⁹ Para saber mais sobre o projeto, acesse: www.vertentes.ufba.br

Homens	HV-02 (28 anos) Informante R	HV-08 (44 anos) Informante O	HV-20 (70 anos) Informante K
	HV-04 (30 anos) Informante Q	HV-10 (50 anos) Informante N	HV-22 (80 anos) Informante J
	HV-06 (39 anos) Informante P	HV-12 (57 anos) Informante M	HV-24 (67 anos) Informante L

Todas as comunidades rurais incluídas no Projeto Vertentes são constituídas por descendentes de escravos africanos. Como vimos no capítulo 3, dentre as localidades visitadas por Baxter e Lucchesi, Helvécia é aquela cujo português é o mais marcado, isto é, com maiores divergências gramaticais em relação às variedades do português rural e, mais ainda, em relação às variedades do português padrão.

5.2 RECOLHA DOS DADOS E TEMAS DAS ENTREVISTAS

Tagliamonte (2012 p. 106) afirma que um desafio básico para todos os trabalhos de campo nas comunidades de fala é explorar o dialeto em questão tal como ele é. Nesse sentido, a autora afirma ser importante combater o ‘Paradoxo do Observador’. O entrevistador é, para o informante, um estranho que inicia uma conversação. Essa estranheza é agravada pela presença de um dispositivo de gravação de áudio, que torna o ambiente mais formal e incita o automonitoramento. Para solucionar (podemos usar mais apropriadamente a palavra ‘amenizar’) o problema, Tagliamonte (2012, p. 107) sugere que se mantenham as técnicas labovianas já testadas, as quais ele cita como particularmente pertinentes: i) colocar o dispositivo de gravação fora de vista; ii) usar o próprio vernáculo; iii) permitir que o informante lidere o tópico da conversa; iv) exibir um comportamento relaxado; v) aproveitar a conversa.

Com o intuito de recolherem amostras de fala as mais espontâneas quanto possível, os pesquisadores do projeto entrevistaram os falantes seguindo a adequação laboviana (Labov, 1972) para coleta de dados, buscando tornar a ‘conversa’ mais natural através da adoção dos procedimentos citados por Tagliamonte.

Lucchesi (2009, p. 159-160) afirma que “buscou-se criar um clima de descontração durante a realização das entrevistas, que, no geral, foram realizadas nas

casas dos informantes, ou “na roça” (local de cultivo situado na pequena propriedade do informante ou na propriedade de outrem”.

No que concerne os temas das entrevistas, os entrevistadores seguiram a sugestão de Labov (1972b) de que narrativas de experiências pessoais são as mais produtivas para manter a espontaneidade da conversação. Os temas mais recorrentes foram aqueles que remetiam à vida na comunidade em tempos anteriores, a infância dos informantes, doenças, ataques de animais peçonhentos, festas locais e festas religiosas, vida conjugal, emigração de parentes que tentaram a vida fora da localidade, experiências de estadia fora da comunidade (a passeio ou para trabalhar), dentre outros.

5.3 A VARIÁVEL DEPENDENTE E AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Observações preliminares da variação no uso do determinante junto aos objetos no PABH possibilitaram a formulação de uma lista de hipóteses de trabalho sobre fatores morfossintáticos e semânticos que poderiam orientar esse uso. Além destes, foram incluídos os fatores sociais gênero e faixa etária. Assim, organizou-se uma chave de codificação para classificar cada determinante de acordo com as sugestões de potenciais fatores condicionantes. Para as finalidades da quantificação, os determinantes são tratados como uma variável dependente, e os grupos de fatores potencialmente condicionantes são tratados como variáveis independentes. As hipóteses sobre os referidos fatores orientadores foram baseadas em conceitos propostos por Longobardi (1998), Chierchia (1998), Schmitt & Munn (1999), Lyons (1999), Baptista (2007), Ribeiro (2010), Baxter e Lopes (2009) e Wall (2013).

5.3.1 A variável dependente

Nos estudos anteriores que abarcaram a questão do sistema de determinantes do PABH (Baxter e Lopes (2006, 2009) e Oliveira (2011) os pesquisadores viram a variação na representação do SD como uma variável binária, com duas variantes: o artigo definido e a sua ausência.

Subsequentemente, Ribeiro, no VI encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS) ocorrido em 2010 na UFBA, mostrou que o demonstrativo não-dêitico possui um papel importante como ‘artigo’ no SD nesse

dialeto. O exemplo abaixo, retirado do *corpus* contemplado na presente Tese ilustra essa possibilidade:

- 1) Chega tempo de ir pegá *esse dinheiro* de meu pai. (Informante B – HV-13)

Essa proposta foi adotada por Moore e Baxter (2015) em uma análise quantitativa em que trataram a variação como ternária, as variantes sendo: o artigo definido, o demonstrativo e o determinante zero. No presente estudo, propõe-se aplicar duas matrizes de análise à variação observada. Em primeiro lugar, dando continuidade às análises anteriores, a variável dependente será tratada como ternária, tendo como variantes o artigo definido, o demonstrativo e o determinante zero. Em segundo lugar, e com o intuito de refinar a análise para conseguir resultados de maior confiança, a variável dependente será tratada como binária, tendo como variantes o artigo zero (ausência de artigo) e os determinantes foneticamente realizados (presença de artigo definido + demonstrativo).

5.3.2 Descrição e importância das variáveis

Em seguida, explicamos a fundamentação das variáveis independentes, linguísticas e extralinguísticas propostas como potenciais condicionantes da variável dependente. Os fatores contemplados em cada variável independente estão elencados no quadro seguinte.

- 1) **Posição do objeto** – (Depois do Verbo; Antes do Verbo): Wall (2013) afirma que objetos nus topicalizados com leitura [+Específica] [+Definida] ocorrem no PB, ao passo que objetos nus na posição não-marcada (isto é, depois do verbo) com esse tipo de leitura ou não ocorrem ou são bastante raros. Essa variável é proposta no intuito de verificar se o uso do objeto nu antes ou depois do verbo (des)favorece o uso do determinante zero no PABH.
- 2) **Tipo de substantivo** – (Nome Comum, Nome Próprio): levando-se em consideração que tanto Longobardi (1998) quanto Lyons (1999) associam as propriedades de uso de nomes próprios nus ao uso de SDs nus objetos,

propõe-se avaliar se esses fatores exercem um efeito sobre o tipo de determinante e, em especial, sobre o determinante zero.

- 3) **Presença do traço [+contável] no nome** – (Contável, Massa): contrariamente ao que propôs Chierchia (1998), o PB admite SDs singulares contáveis nus objetos (como defendem Schmitt e Munn (1999)) e o PABH admite esse uso com leitura [+Específica] [+Definida]. Portanto, esta variável é incluída para verificar se os nomes contáveis (des)favorecem o uso do determinante zero nesse dialeto.

- 4) **Noção de número no SD** – (Singular, Plural, Singular com Leitura Plural, Possibilidade de Plural): ao passo que Chierchia (1998) assume que o substantivo contável sem artigo deve denotar massa, Baptista (2007) demonstra que, no CCV, substantivos contáveis com determinante zero são vistos como entidades individuais. No PABH, os SDs nus objetos também podem ser tratados como entidades individuais. Baxter e Lopes (2009), observando essa discussão, propõem a inclusão dessa variável no seu estudo, contrastando a noção de número com a noção de massa. Incluiu-se a variável interpretação de número no SD no presente trabalho, seguindo Baxter & Lopes (2009), no intuito de verificar se o SD no singular favorece o uso do determinante zero e se a marcação de plural condiciona a forma do determinante, por ser preferencialmente marcado nesse elemento.

- 5) **Familiaridade** - (Anafórica, Referência Cruzada, Situacional, Conhecimento Geral, Presença de Outro Material): Lyons (1999) defende que a definitude está diretamente atrelada à familiaridade, ou seja, o modo como o ouvinte identifica o objeto na situação de fala. Portanto, propõe-se avaliar se, nos dados do PABH, a maneira como o ouvinte identifica os SDs objetos condiciona o uso do determinante zero.

- 6) **Posse** - (Inalienável, Alienável): Lyons (1999) aponta que a diferença entre uma posse alienável e uma inalienável é que, enquanto a primeira pode ser transferida/vendida/cedida, a segunda não pode ser cedida ou desfeita. A

inclusão dessa variável possibilitará a verificação de se esse segundo tipo de posse condiciona o uso do determinante zero.

- 7) **Animacidade** – (Animado, Inanimado): Incluiu-se essa variável no intuito de verificar se a relação existente entre definitude e animacidade dentro da proposta de Lyons (1999) condiciona a forma do determinante nos dados do PABH. Para o CCV, Baptista (2007) aponta que há uma relação entre ausência do artigo definido, animacidade e definitude, uma questão significativa para ser investigada também no PABH.
- 8) **Presença de outro constituinte que marque referencialidade** – (Nenhum outro modificador, Oração Relativa, Sintagma Preposicional, Adjetivo pré-nominal, Adjetivo pós-nominal, Possessivo, Advérbio Locativo, Aposto): Alguns autores, como é o caso de McWorther (1998), defendem que as línguas crioulas tendem a ser econômicas. Baxter & Lopes (2009) apontam que Lucchesi (1993) demonstrou o desfavorecimento do uso do artigo definido na presença de outro elemento para marcar referencialidade no CCV. Incluiu-se essa variável no presente estudo, com o objetivo de averiguar se o mesmo acontece no PABH e ainda se o determinante zero é (des)favorecido na presença de outro constituinte marcador de referencialidade.
- 9) **Gênero** – (Masculino, Feminino): essa é uma das variáveis clássicas dos estudos variacionistas. Tagliamonte (2012, p. 32), seguindo Labov (1990, p. 205), afirma que o contraste entre homens e mulheres é um dos mais claros e consistentes princípios sociolinguísticos, sendo que um efeito diferencial exercido por um dos gêneros pode trazer informações importantes sobre uma mudança linguística, ou sobre o relativo prestígio associado a uma determinada variante. Esta variável foi incluída no intuito de observar se um dos gêneros exerce um efeito condicionante sobre a escolha do determinante.
- 10) **Faixa etária** – (Faixa 1 (20 a 40 anos), Faixa 2 (41 a 60 anos), Faixa 3 (acima de 65 anos)): Já que um dos objetivos do presente estudo é rastrear o

desenvolvimento do sintagma determinante em posição de objeto com leitura [+Específica] [+Definida] do PABH através do tempo e como só temos dados a partir do ano de 1994, então a opção é observar o comportamento das diferentes faixas etárias em uma diacronia em tempo aparente.

O quadro 4 apresenta a variável dependente, as variáveis independentes e os exemplos:

Quadro 4 – Variável dependente, variáveis independentes e exemplos

<i>Variável dependente</i>			
1	Tipo de determinante		
	Fatores	Código	Exemplo
	Definido	D	INF (12): dêxo... busca a receita agora mermo
	Demonstrativo	M	INF (2): tapa esses buraco que ele furô com a faca
	Determinante Zero	Z	INF (22): comprô passage de ída , ficô aí, ficô aí
ou 1	Presença/Ausência de artigo		
	Sim	S	INF (22): Fechô a porta , falô lá
	Não	N	INF (12): Eu num conheci avô .
<i>Variáveis independentes</i>			
2	Posição do objeto		
	Antes do verbo	F	INF (7): esse negócio tem que tratá.
	Depois do verbo	O	INF (11): Em Belo Horizonte foi fazê operação na... garganta
3	Tipo de substantivo		
	Nome comum	C	INF (2): porque tem aquele marimbodo ali, num posso roçá.
	Nome próprio	P	INF (22): você num viu Lídia , minha fia aqui

4	Presença do traço [+Contável] no nome		
	Contável	C	INF (4): aí o... ela empurrô o tratô ...
	Massa	M	INF (3): com a bota, quando eu tirei a... o gesso daqui
5	Noção de número no SD		
	Singular	S	INF (3): o médico descobriu ulça dele , o ulça dele era já perfurada
	Plural	P	INF (22): tirô exame, fez, tirô papêi da vista .
	Singular com leitura de plural	L	INF (6): Aí tem o time de Helveça
	Possibilidade de plural	M	INF (3): nisso que eu tô lá, só escutei grito .
6	Familiaridade		
	Anafórico	A	INF (20): Que ela tá bateno pá botá esse papel (o papel já havia sido citado anteriormente)
	Referência Cruzada	X	INF (3): quando ele tirô o ponto (os pontos da operação)
	Situacional	S	INF (5): eu arrumei essa menina aqui , ó.
	Conhecimento Geral	K	INF (8): tem a quadra da lua certa
	Presença de Outro Material	O	INF (3): quando pensô que não, começô poblema de pressão
7	Tipo de posse		
	Inalienável	I	INF (6): Aí, quando fô eu...distancô o dente .
	Alienável	A	INF (2): E ele rapô a bicicleta todinha , e botô tudo flamenguista.

8	Animacidade		
	Animado	+	INF (22): João Preto pegô mamãe lá
	Inanimado	X	INF (6): Ô...ô, Domingo abre...abre essa portêra aqui
9	Presença de outro material		
	Nenhum outro modificador	Z	INF (10): enfiano a faca... ele jogô a faca fora
	Oração Relativa	R	INF (10): eu mostro o serviço que ele já fez
	Sintagma Preposicional	S	INF (9): qu'eu tava sentino, assim, negôço <u>duma fraqueza</u>...
	Aposto	V	INF (11): aí ele mandô a mãe, <u>essa véia aí</u> mesmo
	Adjetivo Pós-Nominal	D	INF (13): Anjo de Guarda dele é fóte, topô onça <u>morto</u>
	Possessivo	P	INF (9): eu peguei carta <u>dela</u> .
	Advérbio Locativo	L	INF (22): fez operação lá no...no... <u>em Belo Horizonte</u>

Fonte: Da Autora

5.4 ESCOLHA DOS PROGRAMAS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A pergunta central que se quer responder com a análise dos dados é: o que estaria influenciando os falantes do PABH a utilizarem o determinante zero em SDs objetos [+Específicos] [+Definidos]? E mais: quando os determinantes foneticamente realizados (artigo definido e demonstrativo) são favorecidos?

Para a análise dos dados, usaremos dois programas: 1) o TVARB; e 2) o Goldvarb-X. O primeiro foi selecionado porque realiza uma análise de regressão em que a variável dependente é ternária. O programa é compatível, portanto, com a observação

do comportamento individualizado do artigo definido, do demonstrativo e do determinante zero que pretendemos realizar. O ponto fraco desse programa é que ele carece de testes de significância.⁵⁰ O segundo programa, por sua vez, apesar de possuir os testes de significância que garantem mais rigor aos resultados, somente admite variáveis dependentes binárias. Dessa forma, serão amalgamados os determinantes foneticamente realizados (DFR), que são o artigo definido e mais o demonstrativo, e contrastados com o determinante zero. A somatória dos resultados dos dois programas, acreditamos, possibilitará uma avaliação mais criteriosa e refinada dos dados.

5.5 METODOLOGIA X ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No Brasil, a iniciativa de unir as contribuições da linguística variacionista com a teoria gerativa e mostrar que eles não são incompatíveis e sim complementares se iniciou com Tarallo (1987) e Tarallo & Kato (1989). Nesses trabalhos, os autores sugeriam que, para explicar tanto a variação intralinguística quanto a interlinguística, os mesmos princípios e parâmetros podem ser utilizados. Surgiu, assim, o modelo teórico chamado Sociolinguística Paramétrica, que seria a conjugação harmoniosa das propriedades paramétricas do Gerativismo com as probabilidades do modelo variacionista.

Ainda que essa proposta tenha sido considerada excessivamente ousada na época, tendo em vista os padrões de estudos linguísticos realizados no Brasil inicialmente (que optavam por seguirem ou o viés gerativo ou o viés da sociolinguística variacionista e não os dois de forma conjunta), ela se fortaleceu e ganhou espaço na Linguística brasileira. Duarte (2015, p. 89-90) afirma que a crítica mais enfática à proposta de associar a Teoria da Variação à Teoria da Gramática foi feita por Borges Neto (1988, 2004). A apreciação discordante, comenta a autora, era acerca da incompatibilidade dos dois modelos teóricos. Se, por um lado, o pressuposto básico da Teoria da Variação e da Mudança “era a variação inerente ao sistema, interessada nos dados reais”, por outro, a Teoria Gerativa estava “interessada no que era invariável no sistema e centrada no conhecimento do falante” (Duarte, 2015, p. 90). A autora afirma que a tentativa de associar os dois modelos “parecia mesmo uma heresia” na época

⁵⁰ Em estudos estatísticos, há a possibilidade de erros amostrais (quando as características estatísticas de uma população são estimadas a partir de um subconjunto, ou amostra daquela população). Os testes de significância diminuem a possibilidade desses erros, pois revelam os fatores significativos.

(Duarte, 2015, p. 90). No entanto, em seguida, Duarte, seguindo Rizzi (1977, p. 277), argumenta a favor de Tarallo, afirmando que a Teoria Gerativa tem um potencial explanatório em relação à mudança linguística. Assim ainda que possuam objetos teóricos claramente distintos, esses modelos teóricos podem ser associados na busca de um objetivo maior.

Dessa forma, no presente escrito, adota-se o modelo de quantificação de Labov (1972, 1982), assumindo-se a noção teórica de variável e variante da Sociolinguística Variacionista Laboviana (SVL). A variável linguística⁵¹ é o conceito central da SVL. De acordo com Tagliamonte (2016, p. 134), “as variáveis são os blocos de construção do campo” da Sociolinguística Variacionista e o seu papel é expor a heterogeneidade da língua. Nesse sentido, o caráter quantitativo da SVL vem do modelo que se organiza com base nas opções de variantes existentes para mostrar como um dado sistema linguístico opera.

A variável linguística representa duas ou mais formas de expressar a mesma coisa, de maneira que são variantes em distribuição complementar. Em outras palavras, essas formas ocorrem em contextos que se excluem mutuamente.

Levando em consideração as noções de variável e variante, faremos a codificação exaustiva dos dados encontrados e os usaremos para chegar à descrição do sistema, associando o aparato quantitativo ao modelo teórico explicativo gerativista.

O modelo teórico da SVL, como vimos, possibilita a descrição do sistema linguístico, mas não abrange a adequação explicativa no sentido de que não abarca a competência linguística para interpretar esse sistema de desempenho. Como afirmam Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 128):

A questão repousa na necessidade de integrar a dimensão psíquico-biológica do fenômeno linguístico em sua dimensão sócio-histórica, o que, em termos empíricos, significa definir em que medida os processos sociais de mudança linguística que ocorrem nas redes de relações sociais que definem a tessitura social da comunidade de fala são restringidos pelos mecanismos do sistema biológico da faculdade da linguagem, no sentido que tem sido definido por Chomsky (1986, 1995, entre outros).

Na busca por um trabalho que tanto descreve o sistema a partir de usos reais da comunidade de fala, quanto interpreta e se propõe a explicar esses usos à luz da Teoria

⁵¹ Para uma discussão mais aprofundada, consultar Tagliamonte (2006), capítulo 5.

Gerativa, lançamos mão da integração desses dois modelos, que aqui nos é conveniente, conquanto entendamos as limitações dessa associação⁵².

Nesse capítulo, apresentamos os critérios de seleção e recolha dos dados, assinalamos a nossa opção de metodologia quantitativa para a avaliação dos dados e reforçamos o enquadramento teórico para o tratamento e a interpretação deles.

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da análise dos dados.

⁵² Ver Lucchesi e Ribeiro (2009).

6 O USO DOS SDs NUs OBJETOS NO PABH: UM OLHAR DIRECIONADO PARA OS DADOS REFERENCIAIS

6.1 OBJETIVOS E DESCRIÇÃO DO CAPÍTULO

No seu estudo sobre SDs nus objetos no PABH, Moore Neves (2015) descreveu o sistema de uso de determinante da faixa 3 do *corpus* Vertentes (falantes idosas com mais de 80 anos da localidade de Helvécia), conforme os resultados das análises quantitativas do *corpus*. Foram incluídos todos os dados genéricos, os indefinidos e os definidos precedidos do artigo demonstrativo, artigo definido, artigo indefinido e determinante zero. Os resultados mostraram que os usos encontrados no *corpus* trabalhado das falantes idosas da localidade de Helvécia são bastante similares aos usos dos falantes do PB em geral no que concerne os SDs genéricos e os indefinidos. A grande diferença é justamente nos SDs definidos, que podem ocorrer como singulares nus no PABH, diferentemente do que ocorre no PB. Dessa forma, na presente tese, direcionamos nossa atenção para as realizações de SDs nus objetos [+Específicos] [+Definidos].

Levando-se em consideração que estudos anteriores sugerem que os determinantes definidos, demonstrativos e o determinante zero manifestam variação entre si (Ferreira 1961; Baxter & Lopes 2006; Ribeiro (2010)) para esse tipo de leitura no PABH, trataremos a variável dependente como ternária, como havíamos feito no estudo anterior. Nesse sentido, a grande vantagem do TVARB é justamente permitir que a variável dependente tenha três fatores e a distribuição seja observada em termos de TODAS as possíveis variantes. Por outro lado, para identificarmos o conjunto de grupos de fatores mais significativos dentre aqueles que propusemos inicialmente como hipóteses de condicionamento de uso, lançamos mão do programa Goldvarb-X. Em termos gerais, o que encontramos no Goldvarb-X confirmou o que o TVARB mostrou.

O presente capítulo apresenta a seguinte organização: primeiramente, apresentaremos a distribuição geral dos dados e os fatores ou grupos de fatores que foram eliminados após a observação da distribuição geral. Na sequência, elencaremos os grupos de fatores selecionados pelo Goldvarb-X, bem como os grupos de fatores rejeitados pelo programa de estatística. Em seguida, apresentaremos os resultados e comentários acerca dos grupos de fatores selecionados e os resultados e comentários das

variáveis independentes rejeitadas. Por fim, fecharemos o capítulo com uma breve discussão.

6.2 A DISTRIBUIÇÃO GERAL DE SDs REFERENCIAIS DEFINIDOS NA POSIÇÃO DE OBJETO

Após as revisões dos dados codificados e a eliminação dos nocautes, ficamos com o total de 605 SDs referenciais definidos objetos distribuídos entre as três faixas etárias. A tabela que se segue, mostra a distribuição geral entre as formas alternativas de D:

Tabela 10 – Determinantes em SD objetos [+Específicos] [+Definidos] – distribuição geral

Referência Definida	Demonstrativo	Artigo Definido	Det Ø	TOTAL
No.	113	382	110	605
%	19%	63%	18%	100%

O uso majoritário no *corpus* aqui analisado é de artigos definidos (63% - 382 dados), seguido do demonstrativo (19% - 113 dados) e do Det Ø (18% - 110 dados) com uma distribuição bastante similar em termos de números brutos. Porém, como o tema central desse estudo é o fenômeno do N nu, optamos por examinar o determinante Ø na análise por Goldvarb-X. Os dados abaixo mostram as possibilidades de uso do mais recorrente para o menos recorrente na presente análise:

- 1) Ficava um mês, minhas férias, depois déxava *a velha* aqui... (Informante G)
- 2) E ela só tem *esse filho*. (Informante G)
- 3) Nun tá veno *marca* daqui on...? (Informante G)

A partir do arquivo <cell> gerado com todas as variáveis independentes inicialmente propostas, obtivemos a distribuição geral em que observamos que algumas variáveis independentes apresentavam nocautes ou eram problemáticas por conta da paucidade de dados ou distribuição muito desigual dos dados. Guy & Zilles (2007, p. 170-171) afirmam que, quando forem identificados grupos de fatores cuja distribuição é muito desequilibrada, a recomendação é eliminar esses grupos de fatores.

Após a análise da distribuição geral, eliminamos a variável independente ‘**tipo de substantivo**’ (com os fatores: **nome próprio** e **nome comum**). Retiramos os nomes próprios da análise que aqui apresentaremos, portanto a totalidade de dados analisados no final das contas é de nomes comuns. Desde a construção do embasamento teórico, deixamos claro que os nomes próprios apresentam muitas distinções em termos semânticos quando comparados aos nomes comuns (veja-se seção 1.2.9). Dizendo de outro modo, **nome comum** e **nome próprio** não podem ser “tratados como modos alternativos de realizar a mesma função sintática” (Guy e Zilles, 2007, p. 74). Além disso, sabemos que o papel do artigo definido com os nomes próprios não é equivalente ao seu papel com os nomes comuns; o nome próprio com artigo é, de certa forma, redundante, uma vez que assumimos que eles, por si sós, são definidos. Assim, sempre estivemos atentos com relação ao fato de que talvez fosse mais prudente não incluir essa variável no estudo. Além desses problemas, a sua distribuição geral e a sua distribuição com relação aos outros grupos incluídos na análise revelam um grande desequilíbrio do fator **nome próprio** com relação ao fator **nome comum** e os nomes próprios estão muito mal distribuídos em outros grupos de fatores. Portanto, para não apresentarmos resultados enviesados, incluímos apenas os nomes comuns.

A variável ‘**posição sintática do objeto**’ (com os fatores: **antes do verbo** e **depois do verbo**) também foi retirada da análise. A análise distribucional revelou uma distribuição muito desigual entre as duas variantes desse grupo, pois enquanto a posição sintática ‘**depois do verbo**’ apresentou um total de 578 dados, a posição sintática ‘**antes do verbo**’ teve um total de 27 dados, sendo 2 sem determinante e 25 com determinantes foneticamente realizados. Portanto, somente 4.5% dos dados desse grupo de fatores se encontrava na posição de foco e menos de 10 dados representava o foco sem determinante realizado. Assim, a inclusão dessa variável poderia afetar os resultados das demais variáveis e trazer resultados pouco confiáveis para a análise.

No grupo **familiaridade**, todos os dados dentro do fator **conhecimento geral** (19 dados no total) vieram precedidos de um determinante foneticamente realizado. Na falta de dados dentro desse fator precedidos pelo Det \emptyset , esses dados foram excluídos da análise dentro do grupo.

No grupo de fatores **noção de número**, os homens não apresentaram nenhum uso com o demonstrativo dentro do fator **talvez um plural**. Esse fator, na verdade, apresenta apenas 4 dados distribuídos da seguinte maneira: 2 com o Det \emptyset e 2 com o

artigo definido. Além de apresentar poucos dados e um nocaute em um dos tipos de determinante foneticamente realizado (o demonstrativo), a variante já é problemática por si só, porque esses quatro dados tanto poderiam ser **singulares** quanto **singulares com leitura de plural**. Dessa forma, excluímos esses dados deste grupo de fatores. Portanto, mantivemos no grupo os fatores **singular**, **plural**, e **leitura de plural**. Na rodada do Goldvarb-X que apresentamos, amalgamamos os fatores **plural** e **leitura de plural**. Essa decisão se deveu ao fato de esses dois fatores serem similares quanto à expressão de pluralidade e, ao mesmo tempo, apresentarem poucos dados sem determinante. Mesmo com a junção, há apenas 8 dados com Det \emptyset no fator **plural + leitura de plural**, o que pode tornar o grupo inválido estatisticamente.

A variável independente **presença de outro material que marque referencialidade** foi avaliada a partir de duas distribuições: uma que avaliou todos os fatores inicialmente elencados e outra que avaliou o grupo como uma variável binária **presença** ou **ausência de outro material**. A justificativa para procedermos dessa forma é entendermos a relevância da comparação dos resultados dessas duas análises para verificar qual das duas apresentaria o melhor conjunto em termos estatísticos, isto é, qual teria o melhor nível de significância. Na seção que segue, apresentaremos os resultados das análises realizadas.

6.3 RESULTADOS DAS ANÁLISES REALIZADAS: GRUPOS SELECIONADOS PELO GOLDVARB-X

Uma vez observados os nocautes e as limitações trazidas pela inclusão de algumas variáveis independentes e de alguns dos fatores dentro dos grupos de fatores, fizemos as eliminações devidas para obtermos resultados adequados e satisfatórios. O quadro que se segue apresenta os grupos selecionados na análise pelo procedimento de regressão múltipla, com variável dependente binomial, no pacote Goldvarb-X, por ordem de seleção, bem como os grupos de fatores rejeitados por ordem de rejeição na rodada que identificou, por sólidos critérios estatísticos, o melhor conjunto de grupos de fatores que condicionam a variável dependente.

Quadro 5 – Grupos de fatores selecionados e rejeitados pelo Goldvarb-X

Grupos de fatores selecionados em ordem de seleção	Grupos de fatores rejeitados em ordem de rejeição
1a – Faixa etária	1a – Presença do traço [+Contável] no nome
2a – Presença de outro material que marque referencialidade	2a – Animacidade do nome
3a – Familiaridade	3a – Gênero
4a – Noção de número no SD	4a – Tipo de posse

Na seção seguinte, apresentaremos os resultados dos grupos selecionados pelo Goldvarb-X.

6.4 GRUPOS SELECIONADOS

6.4.1 Faixa etária

Como vimos, dentre os grupos de fatores selecionados como significativos no *step-up* pelo programa Goldvarb-X, o primeiro foi a variável **faixa etária**. No capítulo 3, comentamos a ocorrência de fatos linguísticos com características crioulizantes no PABH, dentre as quais sublinhamos o uso do Det Ø com objetos referenciais definidos nesse dialeto. Presume-se que, ao rastreamos o desenvolvimento do SD objeto através do tempo aparente nessa variedade do PB, encontremos usos mais conservadores nos falantes mais idosos e usos mais próximos aos do PB em geral, à medida que a idade dos falantes diminui. Para verificarmos se a nossa hipótese se confirma, observemos o desempenho dos informantes por faixa etária na tabela que se segue:

Tabela 11 - Efeito da **faixa etária** sobre o uso do **Det Ø** - análise binária

Faixa Etária	No. de dados	Frequência	P.R.
3 (> 60 anos)	69/234	29.5%	0.686
2 (de 41 e 60 anos)	21/170	12.4%	0.423
1 (de 20 a 40 anos)	20/201	10%	0.343

Log likelihood = -246.141 Sig. = 0.040

Observa-se que, na **faixa 3** (falantes com mais de 65 anos), o peso relativo mostra um favorecimento mediano do Det \emptyset (com P.R. 0.686) e, portanto, o determinante foneticamente realizado é desfavorecido. A **faixa 2** (falantes entre 41 e 60 anos), por sua vez, desfavorece levemente o uso do Det \emptyset (com P.R. 0.423) e, portanto, favorece levemente o uso do DFR. Já o resultado para a **faixa 1** (falantes entre 20 a 40 anos) mostra que o Det \emptyset é moderadamente desfavorecido (com P.R. 0.343), pois esta faixa prefere o DFR. Os resultados apontam para um sistema de determinante em desenvolvimento na comunidade, uma vez que o favorecimento do Det \emptyset diminui à medida que as faixas etárias consideradas diminuem. A **faixa 1** é, portanto, a faixa menos conservadora; a **faixa 2** manifesta uma fase de transição em que ainda há um uso considerável do Det \emptyset , embora este não seja preferido; e a **faixa 3** representa um comportamento mais conservador com preferência pelo Det \emptyset .

Para obter uma visão do comportamento de cada variante da variável dependente, o Det \emptyset , o demonstrativo e o artigo definido, recorreremos ao programa TVARB. A Tabela seguinte apresenta os resultados obtidos:

Tabela 12 – Efeito da **faixa etária** sobre as três variantes da variável dependente

Faixa etária		Demonstrativo	Artigo Definido	Det \emptyset	TOTAIS
3 (> 60 anos)	Nº de dados	34	131	69	234
	%	15%	56%	29%	
	P.R.	0.243	0.229	0.528	
2 (de 41 e 60 anos)	Nº de dados	45	104	21	170
	%	26%	61%	12%	
	P.R.	0.454	0.295	0.251	
1 (de 20 a 40 anos)	Nº de dados	34	147	20	201
	%	17%	73%	10%	
	P.R.	0.288	0.471	0.241	

*análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

Na comparação das três faixas etárias (faixa 3 (falantes com mais de 65 anos) faixa 2 (falantes entre 41 e 60 anos) e faixa 1 (falantes entre 20 e 40 anos)), nota-se que os **falantes mais idosos**, quando considerados em conjunto, apresentam uma preferência pelo Det \emptyset (com P.R. 0.528), e há um desfavorecimento moderado do demonstrativo (com P.R. 0.243), seguido do artigo definido (com P.R. 0.229) nesse contexto. Os falantes da **faixa 2**, diferentemente, apresentam uma preferência pelo

demonstrativo (com P.R. 0.454) e percebe-se, ainda, um ligeiro desfavorecimento do artigo definido (com P.R. 0.295), seguido do Det Ø (com P.R. 0.251). Já os falantes da **faixa 1** apresentam uma preferência pelo artigo definido (com P.R. 0.471), um ligeiro desfavorecimento do demonstrativo (com P.R. 0.288) e um desfavorecimento moderado do Det Ø (com P.R. 0.241). Os resultados das três faixas são esperados e reforçam o que encontramos na análise binária. Os **falantes mais idosos** apresentam, na sua gramática, características mais próximas às daquelas de situações de contato, com preferência pelo Det Ø com SDs objetos de leitura definida. Os falantes da **faixa 2** já apresentam traços de que a marcação de referencialidade através de um determinante foneticamente realizado (o demonstrativo do PB principalmente) está consumada na gramática desse grupo, embora o Det Ø ainda apareça no desempenho desses informantes.

Nota-se nas faixas 2 e 3 que o item adquirido e desenvolvido para desempenhar o papel de DFR é o demonstrativo. Essa é uma solução típica em processos de aquisição em situação de contato, pois o artigo definido é foneticamente fraco e apresenta dificuldade para ser identificado e decodificado em termos de função. No caso do português, isso acontece porque a sua realização fonética é coincidente com a de uma preposição da língua e, muitas vezes coincide com a vogal final ou inicial de uma palavra. Tanto assim que, nenhuma língua crioula de base portuguesa incorporou o artigo definido do português, mas todas incorporaram o demonstrativo com papel de determinante, como vimos no caso do CCV. No PABH, supomos que, no século XIX, os falantes de português L1 teriam recebido e transmitido tanto a fragilidade do artigo definido quanto a opção pelo demonstrativo como marcador de referência definida através das gerações, tendências que, inicialmente, teriam estado presentes no português L2 desta comunidade.

Os falantes da **faixa 1**, por sua vez, são os menos conservadores, preferindo o artigo definido em contextos de referência definida. Suas gramáticas são mais próximas às dos falantes do PB em geral, porém, ainda manifestam vestígios do sistema ancestral. Com o fim da colônia em 1888, e a gradual quebra do isolamento a que ela estava submetida, o acesso a outros dialetos do português falado fora da comunidade começou a ser facilitado para os falantes do PABH. No século XX (sobretudo na segunda metade), o acesso à rádio, à televisão e aos meios de transporte facilitou o contato com variedades do português mais padronizadas. Dessa forma, aos poucos, o sistema de

definitude do PABH teria passado por um processo de assimilação e incorporação do artigo definido, que se pode notar principalmente na fala dos falantes mais jovens da região quando analisamos a comunidade linguística em uma diacronia em tempo aparente.

6.4.2 Presença de outro constituinte que marque referencialidade

O segundo grupo de fatores selecionado pelo Goldvarb-X foi **presença de outro constituinte que marque referencialidade**. Buscando observar se a presença de outro constituinte capaz de atribuir referencialidade ao objeto inibe o uso de um determinante foneticamente realizado, incluiu-se esse grupo de fatores na quantificação dos dados do presente estudo. O estudo de Lucchesi (1993) sugere-que o CCV apresenta evidências de que o uso do artigo definido é inibido quando outros constituintes capazes de atribuir referência ao SN estão presentes, com destaque para os sintagmas preposicionais.

Essa variável foi inicialmente pensada com os fatores: **Zero** (ou ausência de outro material), **Sintagma Preposicional**, **Oração Relativa**, **Possessivo**, **Aposto**, **Adjetivo** e **Locativo**. Mas ao observarmos a sua distribuição, entendemos que a amalgamação dos demais fatores em contraste com o zero poderia constituir um modelo alternativo, mais simples. Assim, testamos as duas opções e apresentaremos dois resultados para esse grupo de fatores tanto na análise binária quanto na análise ternária para um entendimento mais detalhado da influência dessa variável dependente sobre o uso do Det \emptyset e dos determinantes foneticamente realizados. O resultado da análise binária identificou como melhor modelo aquele que incluiu todos os fatores desse grupo. Apresentaremos os resultados da análise com dois fatores primeiramente e, em seguida, apresentaremos os resultados da análise com a distribuição dos fatores como eles foram pensados no início.

Tabela 13 – Efeito da **presença de outro constituinte que marque referencialidade** sobre o uso do Det \emptyset - análise binária

Outro material	No. de dados	Frequência	P.R.
Presença	66/248	26.6%	0.603
Ausência	44/357	12.3%	0.428

Log likelihood = -256.294 Sig. = 0.047

A análise binária mostrou que há um favorecimento moderado do Det \emptyset (com P.R. 0.603) quando há outro elemento capaz de contribuir para a referencialidade do SD. Contrariamente, se não há nenhum outro constituinte atribuindo o valor referencial ao SD, o Det \emptyset é ligeiramente desfavorecido (com P.R. 0.428).

Os resultados confirmam que o que acontece no CCV também se aplica ao PABH, ou seja, a presença de outro elemento capaz de atribuir referencialidade ao SN inibe o uso de um determinante foneticamente realizado. Esse fato corrobora com a hipótese de que as línguas formadas em situações de contato tendem a ser econômicas, não redundantes.

Na tabela seguinte, apresentamos o efeito de outro constituinte que atribua referencialidade ao SN com todos os fatores incluídos:

Tabela 14 – Efeito da **presença de outro constituinte que marque referencialidade** sobre o uso do Det \emptyset (todos os fatores incluídos) – análise binária

Outro material	No. de dados	Frequência	P.R.
Zero	44/357	12.3%	0.445
Sintagma Preposicional	20/69	29%	0.595
Oração Relativa	5/30	16.7%	0.370
Locativo	11/44	25%	0.612
Aposto	3/22	13.6%	0.344
Possessivo	14/61	23%	0.562
Adjetivo	13/22	59.1%	0.897

Log likelihood = -246.141 Sig. = 0.040

Em primeira instância, nota-se que o nível de significância melhorou. A análise com todos os fatores incluídos apresenta o mesmo resultado da análise anterior para o fator ausência de outro material que desfavorece o uso do Det \emptyset (com P.R. 0.445). Porém, observa-se que o Det \emptyset também é desfavorecido com os fatores **Oração Relativa** e **Aposto** (com P.R. 0.370 e P.R. 0.344 respectivamente). O Det \emptyset é fortemente favorecido dentro do fator **Adjetivo** (com P.R. 0.897). Já o fator **Locativo**

favorece moderadamente o Det \emptyset (com P.R. 0.612). Os fatores **Sintagma Preposicional** e **Possessivo**, por sua vez, favorecem levemente o Det \emptyset (com P.R. 0.595 e P.R. 0.562 respectivamente).

O que podemos apreciar aqui é que, dentro os seis fatores que representam alguma forma de presença de outro material marcador de referencialidade no SN, 4 favorecem o Det \emptyset , o que explicaria o resultado da análise com todos esses fatores amalgamados. Porém, fica evidente que a amalgamação esconde duas realidades: o comportamento diferenciado das relativas e dos apostos. Embora grosso modo a presença de outro material facilite o uso do Det \emptyset , é evidente que, na situação de Helvécia, os falantes vão adquirindo o DFR. Nesse contexto, os fatores **Oração relativa** e **Aposto** parecem constituir a porta de entrada do DFR. O que chama a atenção é que esses dois fatores seriam, em teoria, casos de forte atribuição de referencialidade. Assim, parece que o DFR entra primeiro em contextos de forte clareza de referência como um marcador redundante.

Na tabela seguinte, apresentamos o resultado da análise ternária contemplando todos os fatores:

Tabela 15 – Efeito da **presença de outro constituinte que marque referencialidade** sobre as três variantes da variável dependente – 7 fatores contemplados*

Outro Material		Demonstrativo	Artigo	Det \emptyset	TOTAL
↓			Definido		Cada fator
Zero	Nº de dados	72	241	44	357
	%	20%	68%	12%	
	P.R.	0.407	0.370	0.223	
Sintagma Preposicional	Nº de dados	13	36	20	69
	%	19%	52%	29%	
	P.R.	0.397	0.283	0.320	
Oração Relativa	Nº de dados	9	16	5	30
	%	30%	53%	17%	
	P.R.	0.550	0.297	0.153	

Locativo	Nºde dados	13	20	11	44
	%	30%	45%	25%	
	P.R.	0.497	0.200	0.303	
Aposto	Nºde dados	3	16	3	22
	%	14%	73%	14%	
	P.R.	0.416	0.423	0.161	
Possessivo	Nºde dados	2	45	14	61
	%	3%	74%	23%	
	P.R.	0.124	0.474	0.402	
Adjetivo	No.de dados	1	8	13	22
	%	5%	36%	59%	
	P.R.	0.074	0.136	0.790	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

A análise por pesos relativos a partir do TVARB sugere que, dentro do fator **Zero**, o demonstrativo é favorecido (com P.R. 0.407), seguido do artigo definido (com P.R. 0.370) e o Det Ø é moderadamente desfavorecido (com P.R. 0.223).

Dentro do fator **Sintagma Preposicional**, o resultado registrou um leve favorecimento do demonstrativo (com P.R. 0.397). O Det Ø é ligeiramente desfavorecido (com P.R. 0.320) seguido do artigo definido (com P.R. 0.283).

O fator **Oração Relativa** também apresentou uma preferência pelo demonstrativo (com P.R. 0.550), um leve desfavorecimento do artigo definido (com P.R. 0.297) e um desfavorecimento forte do Det Ø (com P.R. 0.153).

Em relação ao fator **Locativo**, a análise por pesos relativos revelou um favorecimento mediano do demonstrativo (com P.R. 0.497), um ligeiro desfavorecimento do Det Ø (com P.R. 0.303) e um desfavorecimento moderado do artigo definido (com P.R. 0.200).

Dentro do fator **Aposto**, que já é problemático devido à pouca representação numérica, observa-se um favorecimento moderado do artigo definido (com P.R. 0.423), seguido do demonstrativo (com P.R. 0.416) e um forte desfavorecimento do Det Ø (com P.R. 0.161). Esse resultado confere com aquele apresentado na análise binária, com o desfavorecimento do Det Ø e favorecimento dos DFRs.

O fator **Possessivo** favorece moderadamente o artigo definido (com P.R. 0.474), seguido do Det Ø (com P.R. 0.402) e desfavorece fortemente o demonstrativo (com P.R. 0.124).

Por fim, dentro do fator **Adjetivo**, que também apresenta uma representatividade numérica baixa, o Det Ø é fortemente favorecido (com P.R.0.790). Já o artigo definido e o demonstrativo são fortemente desfavorecidos (com P.R. 0.136 e P.R. 0.074 respectivamente).

Aqui os resultados foram, de forma geral, aparentemente divergentes daqueles apresentados pela análise binária. Com exceção do fator **Adjetivo**, que favoreceu o Det Ø e do **Possessivo**, que favoreceu o artigo definido e o Det Ø, os demais fatores favoreceram o uso do demonstrativo nesse contexto. Na análise binária, na amalgamação do artigo definido e o demonstrativo como itens da variante DFR, parece que o artigo definido exerce uma forte influência, diminuindo o efeito do demonstrativo visível nos resultados da análise ternária. Uma possível explicação pela preferência do demonstrativo quando há outro elemento atribuindo referencialidade ao SN seria o desenvolvimento da consciência do valor dêitico por parte dos falantes das faixas 2 e 3.

Embora se possa pensar em um motivo funcional para a presença de um DFR com os Ns que não levam mais material atribuidor de referencialidade, também se pode pensar que, em alguns casos, um grau máximo de referencialidade (ou a necessidade de marcar dêixis) esteja favorecendo a introdução/incorporação do DFR em SDs mais complexos.

Os exemplos abaixo demonstram as opções de uso dentro dos fatores:

Ausência de outro material

- 4) Aí ela ficô, quando chegô no dia... ele mandô, pediu *aquele remédio* (Informante G)
- 5) Quando ele olhô, assim, só viu *o sangue...* (Informante G)
- 6) o sinhô tá ven' *diferença*, né? (Informante C)

Presença de outro material

- 7) Eu tamém num sabo *fundamento de doença dele* que é! (Informante A)

- (sintagma preposicional)
- 8) Tá veno *essa estrada que tá passano aqui...* (Informante G) (oração relativa)
- 9) Aí depois eu comprei *essa casa aí na rua...* pa podê morá. (Informante H) (locativo)
- 10) Reumatismo, coluna, o joelho dela. Que ela num anda, tem uma carrim que, ela só anda no carrim. É hoje que ela tá doente, aí ela... ‘posentô logo... presentô *esse dô* (Informante C) (aposto)
- 11) Ficava lá mesmo mas... tinha *o quarto das empregada.* (Informante H) (possessivo)
- 12) Anjo de Guarda dele é fóte, topô *onça morto...*(informante B) (adjetivo)

6.4.3 O efeito da familiaridade do referente do SD com leitura definida

A familiaridade do objeto, como mostrado na seção 1.2.2 é o reconhecimento do objeto como identificável pelo ouvinte. Trata-se de uma propriedade exclusiva do objeto definido, podendo ser de vários tipos, a saber: **referência cruzada, anáfora, situacional, conhecimento geral**⁵³ e **outro material**. Sabendo que a familiaridade é um fator que pode condicionar a escolha do determinante de leitura definida e buscando avaliar se a forma de identificação do objeto no discurso afeta a distribuição dos determinantes no *corpus*, foram quantificadas e analisadas as combinações dos tipos de determinante e o tipo de **familiaridade** no PABH.

A tabela 16 apresenta os resultados da análise pelo Goldvarb-X para a variável familiaridade:

Tabela 16 - Efeito do tipo de **familiaridade** sobre o uso do **Det Ø** - análise binária

Familiaridade	No. de dados	Frequência	P.R.
Referência cruzada	35/168	20.8%	0.516
Anáfora	34/237	14.3%	0.439
Catáfora/Outro elemento	20/54	37%	0.766

⁵³ Lembrando que esse fator foi retirado do grupo de fatores por só possuir ocorrências com determinantes foneticamente realizados no *corpus* analisado.

Situacional	21/131	16%	0.470
--------------------	--------	-----	-------

Log likelihood = -246.141 Sig. = 0.040

A análise binária revelou que o fator **Outro elemento** é o mais favorável ao uso do Det Ø, com um peso moderado (com P.R. 0.766). Há também um leve favorecimento do Det Ø, bastante próximo ao ponto neutro (com P.R. 0.516) pelo fator **Referência cruzada**. O fator **Anáfora**, por sua vez, desfavorece levemente o uso do Det Ø (com P.R. 0.439). Dentro do fator **Situacional**, de maneira semelhante, há um ligeiro desfavorecimento do Det Ø (com P.R. 0.470). Contudo, é por meio da análise ternária que se obtém uma visão mais nítida das relações entre as três variantes.

A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos pelo programa TVARB:

Tabela 17 – Efeito do tipo de **familiaridade** sobre as três variantes da variável dependente

Tipo de familiaridade ↓		Demonstrativo	Artigo Definido	Det Ø	TOTAL cada fator
Referência Cruzada	Nº de dados	10	123	35	168
	%	6%	73%	21%	
	P.R.	0.151	0.477	0.372	
Anáfora	Nº de dados	57	145	34	236
	%	24%	61%	14%	
	P.R.	0.496	0.278	0.226	
Catáfora/Outro Elemento	Nº de dados	6	27	20	53
	%	11%	51%	38%	
	P.R.	0.218	0.280	0.502	
Situacional	Nº de dados	37	73	21	131
	%	28%	56%	16%	
	P.R.	0.548	0.240	0.212	

*análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

A análise ternária sugere que, dentro do fator **Referência cruzada**, o artigo definido é medianamente favorecido (com P.R. 0.477) e o Det Ø é levemente favorecido (com P.R. 0.372). Já o demonstrativo é fortemente desfavorecido (com P.R. 0.151) nesse contexto. Os dados seguintes ilustram as possibilidades de uso do mais favorecido para o menos favorecido na presente análise:

- 13) a mula tava amarrada, quando ele vei pa cortá a corda, a abelha veio pa cima dele (Informante I)

14) eu foi, botô *mão* nas n'água (Informante A)

15) com quem morava lá... lugá que nós morava... vendeu... o tereno sem nós sabê... É, foi 'brigado... saí. A minha fia pegô *esse dinheiro*... comprô essa casa de seu Maurício (Informante B)

A possibilidade do uso do determinante zero nesses contextos no PABH indica que a previsão da existência de um elemento pela citação de outro (tornando-o, automaticamente, familiar para o ouvinte) faz com que o uso do artigo definido possa ser dispensável. Esse indício reforça a hipótese da importância do contexto na configuração de um SD objeto como referencial, dispensando o uso do artigo definido da mesma forma como sugere Baptista (2007, p.70) para os dados do CCV. Esse fato confirma, por conseguinte, a ideia de que o uso do determinante nu objeto no PABH é mais livre do que no PB.

A familiaridade por **Anáfora** isto é, pela retomada de um referente anteriormente citado no discurso, por sua vez, favorece o uso do demonstrativo (com P.R. 0.496) e desfavorece medianamente o artigo definido (com P.R. 0.278), seguido do Det \emptyset (com P.R. 0.226). Os dados abaixo ilustram as possibilidades de uso respectivamente:

16) Aí ela ficô, quando chegô no dia... ele mandô, pediu *aquele remédio* (Informante G)

17) A mula tava amarrada, a abelha matô *a mula*.(Informante I)

18) vá lá e... oiá a onça com ele amanhã, Deus quisé... Quando a gente vai chegano lá, felicidade, Anjo de Guarda dele é fóte, topô *onça morto* (Informante C)

De maneira similar, o fator **Situacional** favorece o uso do demonstrativo (com P.R. 0.548) e desfavorece medianamente o artigo definido (com P.R. 0.240), seguido do Det \emptyset (com P.R. 0.212). Em seguida, essas possibilidades são, respectivamente, ilustradas:

19) Aí depois eu comprei *essa casa* aí na rua... pa podê morá.(Informante H)

20) Inchada, ai fez um talhão... tá veno *a marca*? (Informante G)

- 21) Sabiá, quando cê ficô pateta assim? Não tá conhecendo *vovó*? (Informante A)

O que se pode apreciar aqui em relação aos fatores **Anáfora** e **Situacional** é que tanto a menção anterior a um referente (cuja localização é o contexto de fala), quanto a presença do referente na situação comunicativa imediata está motivando o uso do demonstrativo. Pode-se pensar que ambos os representantes da referência definida marcada pelo contexto linguístico (anafórico) e pelo contexto extralinguístico (situacional) seriam casos com um grau elevado de referencialidade, o que estaria favorecendo a incorporação do demonstrativo, principalmente por parte dos falantes das faixas 1 (por serem os falantes mais jovens) e 2 (por usarem preferencialmente o demonstrativo em SNs de referência definida).

No caso do fator **Outro elemento**, o Det \emptyset é moderadamente favorecido (com P.R. 0.502). O artigo definido é levemente desfavorecido (com P.R. 0.280), seguido do demonstrativo (com P.R. 0.218) nesse contexto. Os exemplos abaixo ilustram, respectivamente, cada uma das possibilidades de uso no PABH:

- 22) Meu irmão, que era um... que teve aí... que teve *papé* da terra de finado.
(Informante B)
- 23) Cando saiu *o casamento* de... de Maria, fia de... de Filiciana, saiu o casamento esses dia (Informante C)
- 24) comprô *essa casa* de seu Maurício... (Informante B)

Portanto, nesse fator, temos a confirmação de que um SN complementado por outro elemento que marque referencialidade, isto é, um SN mais complexo do ponto de vista da extensão informacional ainda iniba/dispense o uso dos DFRs no PABH.

6.4.4 Noção de número no SD

No seu estudo sobre o CCV, Baptista (2007, p. 73-74) afirma que os substantivos contáveis com determinante zero são tratados como entidades individuais nessa língua. Já Chierchia (1998), atribui uma denotação de massa (como ‘tipo’ ou ‘classe’) ao substantivo contável sem artigo. No PABH, a possibilidade de um

substantivo contável com determinante zero ser tratado como uma entidade individual é evidente, dada a facilidade em classificar um SN acerca da noção de número no SD. Baxter & Lopes (2009, p. 321) propõem, no seu estudo sobre o PABH, a inclusão da variável ‘contabilidade do substantivo’ no intuito de verificar a sua influência sobre as variantes do artigo definido. Seguindo Baxter & Lopes, inclui-se, no presente estudo, a variável **noção de número no SD** para examinar se a marcação do plural é refletida no uso dos diferentes determinantes e se o singular favorece o uso do Det \emptyset .

Na análise binária, a variável noção de número no SD foi a quarta e última a ser selecionada. A tabela que se segue apresenta os resultados da análise binária junto a esse grupo de fatores:

Tabela 18 – Efeito da **noção de número** sobre o uso do **Det \emptyset** - análise binária

Noção de número no SD	No. de dados	Frequência	P.R.
Singular	97/530	18.3%	0.516
Plural + Leitura de plural	8/66	12.1%	0.376

Log likelihood = -246.141 Sig. = 0.040

A análise revela que, no que concerne o fator **Singular**, há um favorecimento quase neutro do Det \emptyset (com P.R. 0.516). Já o fator **Plural + Leitura de plural** desfavorece moderadamente o uso do Det \emptyset (com P.R. 0.376). Esse resultado é bastante esperado, tendo em vista que a marcação de plural no PABH (assim como no PB em geral) ocorre preferencialmente no determinante. O uso preferencial dos DFRs no fator **Plural + Leitura de plural** reflete, portanto, a possibilidade da marcação de plural apenas no determinante. Por outro lado, o favorecimento do Det \emptyset dentro do fator **Singular** no PABH indica verdadeiramente um comportamento linguístico distinto no uso do sistema de determinantes desse dialeto em relação ao PB. Enquanto que no PB o SD nu singular objeto sequer é possível, no PABH, esse uso não só é possível como há uma preferência por uso do Det \emptyset nesses contextos.

Na tabela seguinte, apresentamos os resultados do TVARB junto à variável **noção de número no SD**:

Tabela 19 – Efeito da **noção de número no SN** sobre as três variantes da variável dependente

Noção de número no SD		DEM	Art.def	Det Ø	TOTAL
Singular	Nº de dados	100	333	97	530
	% P.R.	19% 0.303	63% 0.324	18% 0.373	
Plural + Leitura de Plural	Nº de dados	13	45	8	66
	% P.R.	20% 0.364	68% 0.340	12% 0.296	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

A análise revela que, quando avaliado do ponto de vista da variável dependente ternária, o fator **singular** apresenta um ligeiro favorecimento do Det Ø (com P.R. 0.373). Esse mesmo fator desfavorece levemente o uso do artigo definido (com P.R. 0.324) e o demonstrativo (com P.R. 0.303). Os exemplos que se seguem ilustram essas possibilidades respectivamente:

- 25) É. Então, por essa parte que fez *operação de hermi*, graças a Deus (Informante A)
- 26) quando deu mei dia, ele já ti... ele já podia botá *o pé no chão* (Informante G)
- 27) Quand'ela num leva *essa menina* não, ela vai embora cedo (Informante B)

O fator **plural + leitura de plural** favorece levemente o demonstrativo (com P.R. 0.364), seguido do artigo definido (com P.R. 0.340). Já o Det Ø é levemente desfavorecido junto a esse fator (com P.R. 0.296). Os dados abaixo ilustram as possibilidades de uso dentro do fator **plural + leitura de plural** no PABH:

- 28) *Esse tudo meu netin que taí é tudo é eu que pegô!*(Informante A)
- 29) O menino chegô, puxô *o braço*... tratô o braço... o braço tudo ficô machucado, tratô os braço (Informante B)
- 30) tratô *os braço* aí esse... o negócio pegô ali (Informante B)
- 31) Aí tem. Pa dormi um bocado de pessoal, então, mas quero tomá *remédo* lá. (Informante J)

6.5 GRUPOS REJEITADOS

Na presente seção, apresentaremos cada um dos grupos rejeitados separadamente por ordem inversa de rejeição, isto é, começando pelo último grupo rejeitado.

Guy & Zilles (2007, p. 214) afirmam ser importante apresentar não somente os resultados que apóiam as nossas hipóteses de condicionamento de uso, mas também os resultados que contradizem nossas pressuposições. De acordo com os autores, “a prática de pesquisadores em variação linguística deve ser (...) a de sempre descrever os fatores investigados, deixando claro quais deles obtiveram significância, e também quais deles deram resultados sem significância” (Guy & Zilles, 2007, p. 215). Nesse sentido, mesmo os resultados dos grupos de fatores que foram rejeitados pelo Goldvarb-X devem ser apresentados. Se, por um lado, esses resultados tanto podem trazer progresso para as pesquisas que investigam os SDs nus (no sentido de apontarem que uma dada pergunta já foi investigada e que a resposta para ela foi ‘não’), quanto podem significar que há um efeito, ainda que marginal, dos fatores envolvidos. Também pode acontecer de os dados coletados serem insuficientes para mostrarem a relevância de um dado efeito. Como sugerem Guy & Zilles (2007, p. 215), cabe ao investigador “iluminar” o fenômeno estudado o quanto puder.

6.5.1 Tipo de posse

Como vimos na seção 1.2.8, Lyons (1999, p. 130) assume haver uma relação entre definitude e inalienabilidade. Isso aconteceria pelo fato de a coisa possuída ser inerente ao possuidor. Por outro lado, o caráter alienável de uma posse não estaria relacionado com a noção de definitude, justamente por ser um tipo de posse que pode ser desfeita e não ter, a priori, uma relação intrínseca com o possuidor. Assim, em uma comunidade linguística em que o uso do Det \emptyset com leitura referencial [+Definida] é admitido, o tipo de posse inalienável poderia favorecer o SD nu, uma vez que a definitude já estaria atrelada ao nome. Já com posses alienáveis, o uso dos determinantes foneticamente realizados seria favorecido, por não haver uma relação natural entre o nome e definitude e ser necessária a presença de um elemento para

marcar o traço [+Definido] do SN. Foram essas as razões que motivaram a inclusão deste grupo de fatores na análise.

Na análise binária, o grupo **Tipo de posse** foi rejeitado em quarto e último lugar, o que sugere que o grupo poderia exercer uma influência marginal. Efetivamente, a distribuição e os resultados obtidos não deixam de ser interessantes. A tabela que se segue, apresenta os resultados do Goldvarb-X junto à variável **tipo de posse**:

Tabela 20 - Efeito do **tipo de posse** sobre o uso do **Det Ø** - análise binária

Tipo de posse	No. de dados	Frequência	P.R.
Inalienável	27/138	19.6%	0.532
Alienável	23/141	16.3%	0.469

Log likelihood = -261.869 Sig. = 0.000; rejeitado no *step-down* nível 4

A análise com a variável dependente binária apontou que, dentro do fator **posse inalienável**, o Det Ø é levemente favorecido (com P.R. 0.532). Já com fator **posse alienável**, há um leve desfavorecimento do Det Ø (com P.R. 0.469).

Para observar de perto o comportamento das três variantes do DET, o grupo de fatores **tipo de posse** foi analisado pelo programa TVARB. Os resultados estão apresentados na tabela seguinte:

Tabela 21 – Efeito do **tipo de posse** sobre as três variantes da variável dependente

Tipo de posse		DEM	Art.def	Det Ø	TOTAL cada fator
Inalienável	Nº de dados	21	90	27	138
	%	15%	65%	20%	
	P.R.	0.308	0.301	0.391	
Alienável	Nº de dados	26	92	23	141
	%	18%	65%	16%	
	P.R.	0.356	0.364	0.280	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

Temos um grupo de fatores bem distribuído tanto em termos do total de dados das variantes comparativamente quanto em termos dos diferentes determinantes entre as variantes. O resultado da análise do TVARB revela que, dentro do fator **posse inalienável**, o Det Ø é levemente favorecido (com P.R. 0.391), em consonância com o resultado da análise binária. Por outro lado, a análise ternária esclarece a relação entre o

demonstrativo, que é ligeiramente desfavorecido (com P.R. 0.308), e o artigo definido, que registra um peso apenas um pouco mais desfavorecedor (com P.R. 0.301). Aqui parece haver uma relação entre a ausência do artigo definido e a posse inalienável com leitura definida, como havíamos pressuposto. Os dados abaixo ilustram as possibilidades de uso no dialeto de Helvécia do mais favorecido para o menos favorecido na presente análise:

- 32) Quando olhô assim, que essa cobra suspendê *cabeça* (Informante C)
- 33) É, sentia *esse pé* duê! (Informante A)
- 34) Amanhã, oito hora, a senhora pode vim ‘panhá *o nenê*, que o nenê já tá de alta.(Informante G)

Dentro do fator **posse alienável**, a análise ternária revelou que o artigo definido é ligeiramente favorecido (com P.R. 0.364), seguido do demonstrativo (com P.R. 0.356). O Det Ø apresenta um leve desfavorecimento (com P.R. 0.280). Os exemplos abaixo mostram as possibilidades de uso no PABH:

- 35) aí que quando pegô o pêxe, aí, entom jogô... que tirô *o anzó d'água*, aí o pêxe caiu... (Informante I)
- 36) Aí o menino largô o... o... o peito, foi inté essas menina... oiá *essa bola* (Informante G)
- 37) Telefonava pra Aliça, mandô *retrato dos menino* (Informante B)

O que temos, então, é a confirmação do que havíamos previsto, ou seja, que o fator **inalienável** favorece o uso do zero entre as formas alternativas de D e desfavorece ambos os determinantes foneticamente realizados. O fator **alienável** faz justamente o contrário: favorece o uso dos determinantes foneticamente realizados, para marcar a definitude do SN e desfavorece o uso do Det Ø. Observamos nos dois casos, que as diferenças de peso entre os determinantes foneticamente realizados são mínimos. Assim, os dados do PABH corroboram com a hipótese de que há uma relação entre definitude e o caráter inalienável da posse.

6.5.2 Gênero

Como o objetivo de verificar se o **gênero** biológico exerce influência sobre a escolha do determinante, incluímos essa variável na nossa análise. Rejeitada no nível 5 do procedimento *step-down* da análise por Goldvarb-X, o comportamento da variável merece alguma atenção. A tabela que se segue apresenta os resultados da análise binária:

Tabela 22 - Efeito do **gênero biológico** sobre o uso **Det Ø** - análise binária

Gênero	No. de dados	Frequência	P.R.
Homens	55/257	21.4%	0.571
Mulheres	55/348	15.8%	0.447

Log likelihood = -259.306 Sig. = 0.000; rejeitado no *step-down* nível 5

Conforme a Tabela 22, o fator **homens** aponta **para** um ligeiro favorecimento do Det Ø (com P.R. 0.571) enquanto que o fator **mulheres**, contrariamente, indica um leve desfavorecimento do Det Ø (com P.R. 0.447). Assim como no caso do fator **tipo de posse**, a rejeição tardia sugere que o grupo poderia ter uma influência marginal sobre o uso do determinante.

Recorremos à análise ternária para inspecionarmos os pesos atribuídos às três variantes e compreendermos melhor o lugar do **gênero** biológico no panorama de variação em questão. A tabela que se segue apresenta os resultados obtidos pelo TVARB:

Tabela 23 – Efeito do **gênero biológico** sobre as três variantes da variável dependente

Gênero		DEM	Art.def	Det Ø	TOTAL
↓					cada fator
Homens	Nº de dados	34	168	55	257
	%	13%	65%	21%	
	P.R	0.242	0.397	0.361	348
Mulheres	Nº de dados	79	214	55	
	%	23%	61%	16%	
	P.R	0.439	0.267	0.294	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

A análise por pesos relativos revelou que, dentro do fator **homens**, o artigo definido e o Det Ø são levemente favorecidos (com P.R. 0.397 e P.R. 0.361 respectivamente). Já o demonstrativo é medianamente desfavorecido (com P.R. 0.242). Entre as **mulheres**, há um favorecimento mediano do demonstrativo (com P.R. 0.439) e um ligeiro desfavorecimento do Det Ø (com P.R. 0.294), seguido do artigo definido (com P.R. 0.267). O uso preferencial do artigo definido entre os homens e do demonstrativo entre as mulheres aponta para o fato de que as mulheres são mais conservadoras no uso do sistema de determinantes para SDs de leitura definida, uma vez que o demonstrativo seria introduzido em um sistema que usasse, inicial e primordialmente, o Det Ø para SNs com todos os tipos de leitura. O artigo definido só entraria no sistema da comunidade de fala depois e, somente aos poucos seria introduzido na gramática da comunidade como um todo. Por outro lado, enquanto no resultado que considera as três faixas os homens apresentam um favorecimento, ainda que leve, do Det Ø, as mulheres desfavorecem, também de forma leve o Det Ø. Nesse sentido, os homens seriam mais conservadores. Aqui é importante destacar que as mulheres da faixa três tinham 80, 85 e 103 anos no momento da entrevista, ao passo que os homens representantes dessa faixa tinham 67, 70 e 80 anos no momento da entrevista. Dessa forma, temos uma faixa três distribuída de maneira irregular na comparação entre gêneros, diferentemente das outras duas faixas etárias (faixas 1 e 2). O falante masculino mais velho tem a mesma idade da falante feminina mais jovem na faixa três. A diferença entre o falante mais jovem da faixa três dos homens tem 36 anos a menos do que a falante mulher mais velha (o que, na verdade, é mais do que uma geração). Dessa forma, tendo em vista a limitação na distribuição desproporcional da faixa dos falantes idosos, imaginamos que os resultados da análise por pesos relativos dessa variável poderiam ter sido influenciados por essa discrepância. Assim, faria mesmo sentido que os homens sejam menos conservadores do que as mulheres. Isso também estaria de acordo com o que já foi atestado por alguns estudos do português afro-brasileiro, que identificam os homens como menos conservadores. De acordo com Lucchesi (2009, p. 181), o fato de os homens serem menos conservadores “se ajusta ao raciocínio que tem orientado a análise sociolinguística das comunidades afro-brasileiras isoladas.” O autor afirma que “por terem mais contato com um mundo exterior, os homens tendem a liderar essas mudanças que refletem uma influência dos padrões de comportamento linguístico exteriores à comunidade.” Já no caso das mulheres, Lucchesi

aponta que elas estariam mais limitadas ao universo doméstico e rural e teriam a fala mais conservadora, ou seja, “uma fala mais distante do padrão urbano culto ou semiculto.”

Para testar essa hipótese, realizamos duas rodadas separadas, com o TVARB, usando o mesmo arquivo de condições (da rodada que usamos para apresentarmos os pesos relativos dos demais grupos de fatores), mas avaliando apenas os dados das mulheres e depois apenas os dados dos homens, nas três faixas etárias. Nas duas tabelas seguintes, apresentamos os resultados de cada uma das faixas para cada um dos gêneros:

Tabela 24a – Efeito do **gênero biológico** sobre as três variantes da variável dependente nas três faixas etárias; falantes mulheres

Falantes mulheres		DEM	Art.def	Det Ø	TOTAL cada fator
FAIXA 3	Nº de dados	21	44	24	89
	%	24%	49%	27%	
	P.R	0.264	0.235	0.501	
FAIXA 2	Nº de dados	30	56	12	98
	%	31%	57%	12%	
	P.R	0.456	0.303	0.241	
FAIXA 1	Nº de dados	28	114	19	161
	%	17%	71%	12%	
	P.R	0.271	0.458	0.270	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

Tabela 24b – Efeito do **gênero biológico** sobre as três variantes da variável dependente nas três faixas etárias; falantes homens

Falantes homens		DEM	Art.def	Det Ø	TOTAL cada fator
FAIXA 3	Nº de dados	13	87	45	145
	%	9%	60%	31%	
	P.R	0.131	0.162	0.707	
FAIXA 2	Nº de dados	15	48	9	72
	%	21%	67%	13%	
	P.R	0.353	0.266	0.381	
FAIXA 1	Nº de dados	9	48	1	58
	%	16%	83%	2%	
	P.R	0.445	0.479	0.076	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

Quando incluímos somente os homens de todas as faixas notamos que, dentro da faixa 3 os determinantes foneticamente realizados são consideravelmente desfavorecidos, o artigo definido (com P.R. 0.162) e o demonstrativo (com P.R. 0.131). Já o Det Ø é fortemente favorecido (com P.R. 0.707). Quando realizamos a rodada somente com os dados das mulheres, observamos que, dentro da faixa 3, as falantes

apresentam um resultado similar ao dos homens com o desfavorecimento do demonstrativo (com P.R. 0.264) seguido do artigo definido (com P.R. 0.235). O Det Ø é moderadamente favorecido (com P.R. 0.501). O que vemos aqui é que, diferentemente do que havíamos pressuposto, a discrepância entre as idades dos homens e das mulheres da faixa três não induziu ao resultado final das três faixas de cada um dos gêneros consideradas em conjunto. O que aparece aqui é que, em ambos os gêneros na faixa 3, a preferência pelo Det Ø é bastante clara. Na faixa 3, os homens são mais conservadores, no sentido de favorecerem mais o Det Ø. Esse fato poderia representar um prestígio encoberto, em que os homens valorizariam a variante que caracteriza o dialeto. Porém, dentre as três variantes, tanto os homens quanto as mulheres preferem somente o Det Ø, isto é, nem um dos gêneros favorece nem o uso do demonstrativo, nem o uso do artigo definido nessa faixa. Nesse sentido, os dois são conservadores. Assim, os resultados apresentados na tabela do efeito do gênero com as três faixas etárias consideradas conjuntamente são de confiança.

Os resultados para a faixa 2 mostraram que, quando apenas os dados dos homens são considerados, há um ligeiro favorecimento do Det Ø (com P.R. 0.381), seguido do demonstrativo (com P.R. 0.353). Já o artigo definido é moderadamente desfavorecido (com P.R. 0.266). Quando somente os dados das mulheres são levados em consideração, os resultados para a faixa 2 mostram um favorecimento moderado do demonstrativo (com P.R. 0.456), um ligeiro desfavorecimento do artigo definido (com P.R. 0.303) e um desfavorecimento moderado do Det Ø (com P.R. 0.241). Portanto, na faixa 2 dessa amostra, os homens são mais conservadores, ainda apresentando preferência por sistema ancestral.

Dentro da faixa 1, no entanto, quando só os dados dos homens são considerados, há um favorecimento moderado do artigo definido (com P.R. 0.479), seguido do demonstrativo (com P.R. 0.445). Já o Det Ø é fortemente desfavorecido (com P.R. 0.076). Se somente incluirmos os dados das mulheres, os resultados para a faixa 1 sugerem que o artigo definido é moderadamente favorecido (com P.R. 0.458) e o demonstrativo e o Det Ø apresentam um desfavorecimento moderado (com P.R. 0.271 e P.R. 0.270 respectivamente). Nessa faixa, embora tanto os homens quanto as mulheres favoreçam o artigo definido, pode-se dizer que os homens são mais conservadores do que as mulheres no sentido de que ainda favorecem o demonstrativo. Em contrapartida, as mulheres favorecem apenas o artigo definido. É possível que haja, neste resultado,

alguma evidência de as mulheres da faixa 1 mostrarem mais sensibilidade em relação a variedades de fora da comunidade, possivelmente pelo contato com a mídia (rádio e, em alguns casos, televisão), ou por terem trabalhado como domésticas nas cidades.

Assim, os resultados mostram que a realidade parece ser mais complexa do que aquela relatada por Lucchesi (2009) em sua proposta sobre o caráter mais conservador das mulheres e menos conservador dos homens das comunidades afro-brasileiras. Vimos que cruzar as variáveis **faixa etária** e **gênero** revela detalhes do comportamento dos gêneros que não pode ser observada a partir de uma apreciação mais geral que não realize esse cruzamento.

6.5.3 Animacidade do nome

Como apontado no capítulo 1, seção 1.2.7, Lyons (1999, p. 213) sugere haver uma relação entre **definitude** e **animacidade**. Sabendo que os SNs definidos podem aparecer nus no PABH, é importante verificar se a animacidade favorece/inibe esse uso nesse dialeto. Baptista, no seu estudo sobre o CCV (2007, p.86), relaciona a ausência do artigo definido à **animacidade**, definitude e flexão de plural. Baxter e Lopes (2009, p. 321) formulam a hipótese de que a animacidade poderia favorecer a ausência do artigo definido ao considerarem a afirmação de Lyons de que SNs [+Humanos] definidos são mais salientes na percepção humana. Considerando as observações acima citadas, foi relevante avaliar o grupo de fatores **animacidade** no presente estudo.

A análise por Goldvarb-X não selecionou este grupo de fatores para inclusão no melhor modelo, um fato facilmente deduzível a partir da observação da proximidade do ponto neutro exibida pelos dois fatores do grupo. Ou seja, esta variável essencialmente não exerce influência sobre a variável dependente. A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos no nível 6 da fase *step-down*:

Tabela 25 – Efeito da **animacidade** sobre o uso do **Det Ø** - análise binária

Animacidade	No. de dados	Frequência	P.R.
[+Animado]	16/108	14.8%	0.466
[-Animado]	94/497	18.9%	0.507

Log likelihood = -259.192 Sig. = 0.000 ; rejeitado no *step-down* nível 6

Para investigarmos melhor o comportamento da variante Det Ø junto às duas variantes fonéticas, recorreremos à análise ternária com TVARB, cujos resultados estão apresentados na tabela seguinte:

Tabela 26 – Efeito da **animacidade** sobre as três variantes da variável dependente

Animacidade ↓		DEM	Art.def	DetØ	TOTAL cada fator
[+ Animado]	Nº de dados	22	70	16	108
	%	20%	65%	15%	
	P.R.	0.307	0.359	0.334	
[- Animado]	Nº de dados	91	312	94	497
	%	18%	63%	19%	
	P.R.	0.360	0.309	0.331	

* análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

A análise ternária sugere que, com nomes animados, o artigo definido é ligeiramente favorecido (com P.R. 0.359) o Det Ø apresenta um efeito quase neutro (com P.R. 0.334) e o demonstrativo é ligeiramente desfavorecido (com P.R. 0.307). Estes resultados diferem daqueles do estudo anterior (Moore Neves, 2015, p. 100) com base em dados de falantes femininas da faixa 3, que verificou que os nomes animados desfavoreciam moderadamente o artigo definido (com P.R. 0.253) e favoreciam medianamente o Det Ø (com P.R. 0.446). No estudo anterior, apenas o demonstrativo apresentou um resultado similar ao do presente estudo, sendo levemente desfavorecido pelos nomes animados (com P.R. 0.300). Esses resultados sugerem que pode haver uma mudança na gramática dos falantes das faixas 1 e 2 (20 a 40 anos e 41 a 60 anos) em relação às falantes idosas consideradas no estudo anterior, no sentido de que o artigo definido tende a se manifestar na fala das primeiras (falantes da faixa 1 e 2) ainda que a referencialidade seja interpretável pelo caráter [+Animado] de um SN. A diferença de resultados entre os dois estudos pode estar relacionado aos efeitos causado pela inclusão dos falantes homens e também das outras duas faixas na análise. Os exemplos seguintes mostram os usos acima citados, do mais favorecido para o menos favorecido na presente análise:

38) Saiu em cima da bicha, mas num alcançô mais *a bicha*.(Informante G)

39) Non! Pai num conhecê *fio*, fio num conhecê pai.(Informante A)

40) E dali eles... saiu correno lá dessa represa... eles mataro *essa cobra*...(Informante I)

Dentro do fator [-**Animado**] a análise ternária revela que o demonstrativo é levemente favorecido (com P.R. 0.360), ao passo que o Det Ø apresenta um efeito quase neutro (com P.R. 0.331) e o artigo definido é levemente desfavorecido (com P.R. 0.309) nesse contexto. No estudo anterior (Moore Neves, 2015, p. 100-101), ambos o artigo definido e o demonstrativo mostraram ser favorecidos por nomes inanimados (com P.R. 0.415 e P.R. 0.350 respectivamente), enquanto que o Det Ø (com P.R. 0.235) havia apresentado um desfavorecimento moderado. Os exemplos abaixo demonstram as possibilidades de uso do mais favorecido para o menos favorecido na presente análise:

41) É, com oito mêi, ind'eu sentia *esse pé!* (Informante A)

42) Nun tá veno *marca* daqui on...? (Informante G)

43) Quando eu cheguei já tava já começado *o negócio da terra*, prantano. (Informante H)

De acordo com a distribuição observada no estudo de Moore Neves (2015, p. 100-101), demonstrou-se que o traço [+Animado] privilegia o uso de zero (entre as formas alternativas de DET), enquanto que o traço [-Animado] parece privilegiar o uso do artigo definido (entre as formas alternativas de DET) quando apenas os dados das falantes idosas mulheres da comunidade de Helvécia são contemplados. Nesse caso, os dados do PABH estão de acordo com o que foi sugerido por Lyons para as línguas em geral e por Baptista para o CCV, pois os autores relacionam a ausência do artigo definido à **animacidade**. Dessa forma, se o artigo definido é desfavorecido e o Det Ø é favorecido com nomes [+Animados] e, se o artigo definido é favorecido e o Det Ø é desfavorecido com nomes [-Animados], então, parece que a animacidade do nome poderia estar relacionada à sua definitude dentro da comunidade de fala da faixa 3 no PABH. Quando consideramos as três faixas (faixa 3 (> de 65 anos), faixa 2 (de 41 a 60 anos) e faixa 1 (de 20 a 40 anos), a situação do uso do artigo definido se inverte e o uso do Det Ø é neutralizado tanto com nomes [+Animados] quanto com nomes [-Animados], o que confirma que a inclusão das faixas 1 e 2 parece desfazer a relação entre definitude e animacidade.

6.5.4 O caráter contável do nome

No grupo **caráter contável**, estão incluídos os fatores **nome [+Contável]** e **nome [-Contável]** (ou nome de massa). Essa variável foi contemplada na presente análise com o intuito de viabilizar a reavaliação da proposta de Chierchia (1998). Segundo esse autor, como apontado na seção 1.3 do capítulo 1, as línguas que apresentam a distinção singular/plural (como é o caso do PB) não admitem nomes singulares contáveis nus na posição de objeto. Já o estudo de Schmitt & Munn (1999), também apresentado no capítulo 2, seção 2.2, mostra que os nomes singulares contáveis nus em posição de objeto podem ocorrer no PB com leituras existenciais e genéricas, contrariamente ao que propôs Chierchia (1998). Sabendo que o PABH apresenta dados desse tipo com leitura definida, a inclusão desse fator mostrou-se ainda mais relevante. Na análise binária, esta variável não foi selecionada como estatisticamente relevante para o condicionamento do uso dos determinantes Tanto o nome **[+Contável]** quando o **[-Contável]** registram valores próximos do ponto neutro. Ou seja, a variável exerce pouco efeito. Outro problema está no forte desequilíbrio da distribuição, pois os dados com o traço **[+Contável]** correspondem a 91% (551/605) dos dados contemplados neste grupo de fatores. Mesmo assim, alguns pormenores do seu perfil podem ser de potencial interesse.

A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos na fase *step-down* da análise por Goldvarb-X, quando este grupo de fatores foi rejeitado no nível 7:

Tabela 27 – Efeito da **contabilidade do SN** sobre o uso do **Det Ø** - análise binária

Traço [+Contável] no SN	No. de dados	Frequência	P.R.
[+Contável]	97/551	17.6%	0.498
[-Contável]	10/50	20%	0.523

Log likelihood = -259.111 Sig. = 0.000; rejeitado no *step-down* nível 7

No intuito de procurar ver mais de perto o comportamento do **Det Ø** junto às duas variantes fonéticas, recorreremos à análise ternária, por meio do programa TVARB. A tabela 28 apresenta os resultados da análise:

Tabela 28 – Efeito da **contabilidade do SN** sobre as três variantes da variável dependente

Presença do traço [±Contável]		DEM	Art.def	Det Ø	TOTAL
no SN					cada fator
↓					
[+Contável]	Nº de dados	102	352	97	551
	%	19%	64%	18%	
	P.R.	0.301	0.367	0.332	
[-Contável]	Nº de dados	11	29	10	50
	%	22%	58%	20%	601
	P.R.	0.366	0.301	0.333	

*análise TVARB; ponto neutro = P.R. 0.33

A análise ternária sugere que o artigo definido é levemente favorecido com os nomes contáveis (com P.R. 0.367). Já o Det Ø revela um efeito quase neutro (com P.R. 0.332) e o demonstrativo é levemente desfavorecido (com P.R. 0.301). As possibilidades referidas estão exemplificadas a seguir:

- 44) Aí, quando eu panhei *o menino*, já tá com aquele...uf... daí foi embora (Informante G)
- 45) Agora Idefonso vem cá... diz que... teve *notícia dele!* (Informante K)
- 46) até Deus ajudô, trôxe *esse corpo* pra casa. (Informante I)

No exemplo (45), observa-se que o objeto singular nu definido aparece acompanhado de um possessivo, que atribui referencialidade ao mesmo, sugerindo/reforçando que a possibilidade do SN nu singular ser definido no PABH é potencial quando da presença de outro constituinte que atribua referencialidade.

Com nomes de massa, o demonstrativo é levemente favorecido (com P.R. 0.366) e o Det Ø apresenta um efeito neutro (com P.R. 0.333) nesse contexto, e o artigo definido é levemente desfavorecido (com P.R. 0.301). Nos exemplos abaixo, são mostrados os três determinantes do PABH, que também podem ser encontrados no PB em geral com nomes [-Contável] de leitura definida:

- 47) governo, num dé *esse dinheiro*, nós num comi (Informante B)
- 48) Depoir vortô, não mair vêi a dô... Passô *remédio*, bem qu'eu num saí de lá da mania! (Informante C)
- 49) Quando ele olhô, assim, só viu *o sangue...* (Informante G)

A análise ternária ratifica o que a análise binária mostrou. O efeito do Det Ø é neutro em ambas as análises para ambas as variantes do grupo de fatores.

6.6 COMENTÁRIOS FINAIS DA ANÁLISE

Nesse capítulo, apresentamos os resultados das análises feitas a partir dos programas estatísticos Goldvarb-X e TVARB considerando as hipóteses de condicionamento de uso do Det Ø e dos DFRs. A análise binária que escolhemos como aquela contendo o melhor modelo de variação selecionou como variáveis significativas: 1) **faixa etária**; 2) **presença de outro material que marque referencialidade**; 3) **familiaridade**; e 4) **noção de número no SD**.

De acordo com Lucchesi (2009, p. 181), seguindo Labov (1981) “o principal indicador de um processo de mudança em curso em análises em tempo aparente é a faixa etária.” E essa foi a primeira variável a ser selecionada pelo Goldvarb-X. Os resultados do grupo **faixa etária** confirmaram o que supúnhamos: o sistema de determinantes do PABH se apresenta como um sistema em evolução. Os falantes idosos da comunidade linguística mostraram ser os mais conservadores, no sentido de preferirem o Det Ø em contextos de referência definida. As análises ternárias que consideraram cada um dos gêneros separadamente nas três faixas confirmaram que ambos os gêneros nitidamente preferem o Det Ø na faixa 3 e desfavorecem consideravelmente os DFRs. Tendo em vista esses resultados da faixa 3, é provável que, em gerações anteriores, os DFRs tenham sido ainda menos evidentes. Não podemos afirmar se o PABH chegou a constituir um caso de dialeto sem artigos (tendo apenas o **Det Ø** e **um/uma** como numeral). Mas nota-se que, na amostra do presente trabalho, é no perfil geracional das 3 faixas que o artigo definido se estabelece como marcador de definitude da comunidade linguística na faixa 1. O demonstrativo teria sido utilizado para a mesma função na faixa 2. O que temos, então, são vestígios de uma transição entre um sistema mais do tipo SN, para um do tipo SD. Apesar de que muitos trabalhos já tenham debatido as supostas diferenças entre as duas configurações desde o trabalho de Longobardi (1994), aqui não consideramos critérios estruturais suficientes para assumirmos alguma das duas propostas.

A seleção do grupo **presença de outro material que marque referencialidade** também faz todo o sentido dentro dos nossos pressupostos. Ao serem submetidos a

situações de contato radical entre línguas, os falantes configuram estruturas e funções com base no que podem decodificar a partir dos DLPs e da GU (que contém as restrições cognitivas sobre as possibilidades de estruturação). Nesse sentido, uma solução disponível para derivar a interpretação correta dos SDs nus [+Específicos] [+Definidos] do PABH seria o estabelecimento da interface entre os níveis gramatical e extra-gramatical, o que vimos ser possível a partir da presença de outro elemento que atribua referencialidade ao N.

Ainda corroborando com a importância da interface entre os níveis gramatical e extra-gramatical, tivemos a seleção do grupo **familiaridade** na análise binária. A seleção dessa variável, indicando os fatores **Referência cruzada** e **Outro elemento** como favorecedores do determinante nu, revelou o papel da pragmática no uso do Det Ø no PABH. Os fundamentos de cooperação que atuam no relacionamento linguístico entre o falante e o ouvinte certamente foram essenciais em uma época anterior em que o uso do SD nu era possivelmente mais frequente e mais livre no dialeto. A relevância da pragmática na interpretação dos SDs nus reforça a ideia de que, em épocas passadas, o PABH apresentava um sistema do tipo SN.

Outra hipótese confirmada foi a preferência pelo Det Ø no fator **Singular** do quarto grupo selecionado: **noção de número no SD**. Essa preferência confirma o caráter diferenciado do PABH em relação a outras variedades do PB em que o SD nu singular objeto [+Específico] [+Definido] não é gramatical.

De forma geral, os resultados da análise por TVARB confirmaram os resultados da análise binária. No entanto, o procedimento de avaliar os dados sob a luz de ambos os programas estatísticos se mostrou pertinente não só para solidificar algumas hipóteses, mas também para elucidar algumas realidades que a análise binária omite. Foi o caso justamente do grupo **presença de outro material**, cuja análise ternária mostrou a preferência de alguns fatores pelo demonstrativo.

Os resultados da análise indicaram que a mudança em curso observada no sistema de determinantes do PABH se caracteriza como uma evidência de que, na situação de contato ocorrida na Colônia Leopoldina entre os anos de 1818 e 1888, as divergências morfosintáticas geradas eram características de processos criouliizantes consideravelmente intensos. Dessa forma, faz-se pertinente analisar outros aspectos desse dialeto, bem como observar o sistema de determinante de outras comunidades afro-brasileiras. Os ‘achados’ da presente análise buscaram contribuir para o

refinamento de outras pesquisas relacionadas ao tema do SD e para a caracterização das variedades de português rurais do Brasil, podendo ser usado posteriormente como ponto de partida para trabalhos comparativos entre essas variedades do português.

CONCLUSÃO

A presente tese tratou do tema dos SDs nus objetos no PABH, mostrando o uso mais livre desses elementos nessa variedade do português em que a leitura [+Específica] [+Definida] é admitida com SD nu. No primeiro capítulo, seguindo Lyons (1999), apresentamos as definições acerca de conceitos como, por exemplo, os de **especificidade**, **definitude** e **familiaridade**, fundamentais para a elaboração das hipóteses sobre o condicionamento da forma do Det no dialeto de Helvécia. Também apresentamos e comentamos a literatura científica atual sobre o SD em geral. Essa fundamentação teórica mostrou que existem duas possibilidades de explicação para o uso de SDs nus singulares dentro da perspectiva da teoria gerativa: uma que localiza os SDs dentro dos SNs ([SN SD[N' N]]) e outra que propõe que as construções nominais coincidem com SD e que SNs são complementos do núcleo D ([SD [D' D SN]]) A primeira parte da tese também possibilitou compreender a proposta do Parâmetro do Mapeamento Nominal de Chierchia (1998) com as suas três possibilidades de configuração para as línguas em geral: a) [+arg, -pred]; b) [+arg, +pred]; e c) [-arg, +pred].

No capítulo 2, demos continuidade ao embasamento teórico, desta vez, focalizando os estudos que trataram do tema do SD nu no PB especificamente. Iniciamos o capítulo mostrando como o direcionamento dado aos estudos linguísticos no Brasil a partir da segunda metade da década de 80 culminou na origem da Sociolinguística Paramétrica e, por conseguinte, na observação de aspectos morfossintáticos divergentes entre o PB e o PE. Mostramos, a partir do estudo de Müller e Oliveira (2002), que o PE, diferentemente do PB, se enquadra no PMN de Chierchia (1998). Seguindo, Schmitt e Munn (1999) e Müller (2002), apresentamos, então, uma discussão acerca do não enquadramento do PB nesse parâmetro para os nomes nus nas línguas em geral. Apesar de os SDs nus do PB assumirem, algumas vezes, comportamentos similares àqueles dos plurais nus, verificamos que eles não podem ser confundidos com eles, dado que também apresentam diferenças de

comportamento. Observamos que os SDs nus objetos singulares também não são nomes de massa, não formam sentenças gramaticais em contextos cujo predicado seleciona tipo e são distintos dos singulares definidos no PB. Schmitt e Munn (1999) propõem, assim, que os singulares nus do PB são SDs sem projeção de NumP. Já Saraiva (1998), ao focalizar os nomes nus singulares na posição de objeto no PB, propõe que eles formam um todo semântico com o verbo, sendo, portanto, objetos incorporados. Nesse contexto, vimos que eles se caracterizam como não-identificáveis, nunca focalizam um membro da classe, não podem ser retomados por um pronome e o seu uso se apresenta como sistemático no PB. Em seguida, mostramos que, diferentemente de Schmitt e Munn (1999), Müller (2002) e Saraiva (1998), Wall (2013) afirma que há nomes nus singulares com leitura referencial definida no PB e que a ocorrência deles está relacionada à sua estrutura informacional. Posições de tópico e de sujeitos pré-verbais seriam propícias para a sua ocorrência. A posição de objeto, por sua vez, não seria um local apropriado para a ocorrência do SN nu singular com leitura [+Específica] [+Definida] no PB, à diferença do que se observa no PABH.

No terceiro capítulo, reunimos as informações que encontramos sobre os fatores sociais e demográficos que caracterizaram o contexto sócio histórico da situação de contato entre línguas ocorrida na antiga Colônia Leopoldina e que deu origem às mudanças morfossintáticas encontradas no PABH. Iniciamos o capítulo apresentando os fatores que desfavoreceram a ocorrência de um processo de criouliização expressivo no Brasil a nível macro. Mostramos que, apesar do contato intenso entre línguas na formação do PB, a história da sua formação se caracteriza pela polarização sociolinguística e não pela origem de uma língua crioula. Tendo em vista o panorama sociolinguístico brasileiro, e seguindo Lucchesi (2009), destacamos as comunidades afro-brasileiras como locais privilegiados para a formação de processos crioulizantes mais intensos do português. Nesse contexto, mostramos que o dialeto falado em Helvécia se apresenta como um exemplo realmente notável. Para embasarmos essa ideia, elencamos, a partir da proposta de Antunes (2011) um grupo de fatores sociais que teriam contribuído para a ocorrência de processos crioulizantes na antiga Colônia Leopoldina. Além da situação de forte isolamento que caracterizou a Colônia no período da sua existência (1818-1888), destacamos o papel da distribuição demográfica desigual entre escravos e homens livres, nas primeiras décadas, e a alta proporção de escravos africanos, como fatores de importância primordial no favorecimento de

processos crioulizantes na localidade. Vimos que as características gramaticais observadas por Ferreira quando visitou Helvécia em 1961 se configuram efetivamente como propriedades crioulizantes na ótica da linguística de contato, tornando o dialeto objeto de interesse para especialistas nessa área. Portanto, o capítulo 3 argumentou a favor da ideia de que, no século XIX, o PABH teria efetivamente passado por um processo de crioulização.

O capítulo 4, por sua vez, tratou das questões (psico)linguísticas que podem estar envolvidas em situações de contato radical entre línguas. Vimos não ser tarefa fácil atribuir um peso aos diferentes fatores dos processos envolvidos na crioulização. Dentre os fatores envolvidos no desenvolvimento das mudanças morfossintáticas que podem culminar na origem de uma nova língua, destacamos o papel dos universais linguísticos e da transferência das línguas de substrato. Propusemos, então, duas hipóteses que poderiam explicar os SDs nus objetos com leitura [+Específica] [+Definida] no PABH: a) o Det \emptyset teria sido transferido das línguas de substrato africanas para as L2; b) o Det \emptyset seria um mecanismo <default> (ou um mecanismo intermediário em fases de estruturação) desenvolvido nas L2 a partir da GU. Vimos que a composição etnolinguística da antiga colônia poderia ter favorecido a transferência, já que muitas línguas bantu e línguas gbe permitem a leitura definida com o nome nu e o demonstrativo. Dedicamos a última seção do capítulo ao funcionamento do SD no CCV, uma língua crioula de base lexical portuguesa formada pelo contato linguístico radical. A inclusão dessa discussão possibilitou o confronto das observações feitas por Baptista (2007) sobre essa língua crioula com o que encontramos no PABH no capítulo da análise, contribuindo para os nossos conhecimentos comparativos.

No capítulo da Metodologia, apontamos e justificamos a instrumentalização como variáveis independentes das hipóteses sobre o condicionamento do uso dos tipos de determinante e apresentamos a distribuição dos informantes por sexo e idade. Também explicamos a escolha de dois programas estatísticos para o tratamento dos dados: o TVARB e o Goldvarb-X. Explicamos que, enquanto este último garante mais rigor aos resultados através dos testes de significância, ele traz a desvantagem de somente permitir variáveis dependentes binárias. Em contrapartida, o TVARB, embora não selecione os grupos mais significativos, esclarece o comportamento dos determinantes de forma individualizada, uma vez que trabalha com variáveis dependentes ternárias.

Por fim, no capítulo 6, apresentamos os resultados das análises realizadas junto aos dois programas estatísticos. Começamos o capítulo com a apresentação da distribuição geral dos dados. Vimos que mais de 60% dos dados encontrados no *corpus* analisado é de artigos definidos. Os outros 40% estão divididos de forma equivalente entre o demonstrativo e o Det \emptyset . O programa Goldvarb-X selecionou como possíveis condicionantes do uso do Det \emptyset os seguintes grupos por ordem de seleção: i) **faixa etária**; ii) **presença de outro material que atribua referencialidade**; iii) **familiaridade**; e iv) **noção de número no SD**. Mostramos que os resultados confirmam algumas das hipóteses que propusemos. A análise da variável independente **faixa etária** mostrou que os falantes idosos (faixa 3 - com mais de 65 anos) são mais conservadores, preferindo o Det \emptyset em SDs de referência definida. Já os falantes da faixa 2 (falantes entre 41 e 60 anos) preferem o demonstrativo nesse contexto, representando uma fase intermediária de transição. Os falantes mais jovens (da faixa 1 - falantes entre 20 e 40 anos), por sua vez, preferem o artigo definido com SDs objetos [+Específicos] [+Definidos]. Esses resultados indicam uma mudança no sistema de determinante. Os resultados também sugerem que, em tempos passados, a regra de aplicação de um DFR seria nula ou mínima. Depois, teria havido um período intermediário em que o demonstrativo teria sido incluído no sistema para marcar definitude junto ao Det \emptyset . Mais recentemente, o uso do DFR estaria passando a ser majoritário, com a implementação do artigo definido, mas ainda com resquícios do sistema inicial, sugerindo uma mudança aquisitiva em curso. No que concerne a variável **presença de outro material**, mostramos que, quando há outro elemento que atribua referencialidade ao SD, há uma preferência pelo uso do Det \emptyset . Já quando o SN não contém nenhum outro elemento marcador de referencialidade, há uma preferência pelo DFR. Os resultados para o grupo **familiaridade** corroboram com a hipótese inicial da importância do papel da pragmática no uso do determinante nu. Por fim, os resultados para o grupo **noção de número no SD** confirmam a hipótese de que o SN singular favoreceria o uso Det \emptyset em oposição ao SN plural ou com leitura de plural.

Nesse estudo buscamos reunir elementos conceituais e teóricos sobre os SDs de uma forma geral no intuito de elucidar o linguista interessado no tema dos SDs. Também apresentamos o comportamento diferenciado dos SDs no PB, particularizando o tema e apontando as direções tomadas para explicar o que autoriza a ocorrência de SDs nus singulares nessa língua. Investigamos pormenorizadamente as informações

sociais e demográficas da antiga Colônia Leopoldina, contribuindo para possibilitar uma visão geral e, ao mesmo tempo, detalhada, do contexto sócio-histórico que caracterizou a situação de contato radical entre línguas ocorrida na região entre 1818 e 1888. Sugerimos hipóteses que poderiam explicar o fenômeno dos SDs nus com referência definida no dialeto de Helvécia. Buscamos refinar os estudos concernentes ao português afro-brasileiro, contribuindo para uma melhor caracterização das variedades de português rurais do Brasil.

Em pesquisas futuras, seria interessante comparar os SDs objetos referenciais definidos com os SDs sujeitos com esse mesmo tipo de leitura para verificar se eles são mais livres em uma posição do que na outra e também para avaliar se o uso do Det \emptyset é condicionado pelos mesmos fatores em ambas as posições.

REFERÊNCIAS

- ABOH, Enoch O. *The morphology of complement-head sequences – Clause structure and word order patterns in Kwa*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ABOH, Enoch; DEGRAFF, Michel. Some notes on bare noun phrases in Haitian Creole and Gùngbè - A transatlantic Sprachbund perspective. In: Áfarli, Tor A. and Brit Mæhlum (eds.), *The Sociolinguistics of Grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishers, 2014. p. 203-236.
- ALEXANDRE, Nélia; HAGEMEIJER, Tjerk. Bare nouns and the nominal domain in Santome. In: BATISTA, Marlyse; GUÉRON, Jaqueline (Ed.). *Noun phrase in creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. P. 37-59.
- ANDRADE, P. Ribeiro de. *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ANJOS, Rafael Sanzio. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil . In: VIII Congresso uso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. **Docplayer**. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/13790960-Cartografia-e-cultura-territorios-dos-remanescentes-de-quilombos-no-brasil.html> > Acesso em: 05 ago. 2018.
- ANTUNES, Gabriel. *Três textos em papiamento clássico*. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARENDS, Jacques. A demographic perspective on creole formation. In: *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. 1 ed. Singapore: Wiley-Blackwell Publishing , 2008. cp. 13, p. 309- 331.
- AULA ZEN. *A migração Bantu: África Antiga*. Disponível em: <<https://aulazen.com/historia/a-migracao-bantu-africa-antiga/>>. Acesso em 07 de dezembro de 2018.
- BAKER, Philip. Off target? *Journal of Pidgin and Creole Languages* 5(1) .DOI: 10.1075/jpcl.5.1.07bak , 1990, p. 107-119.
- BAPTISTA, Marlyse & GUÉRON, J. *Noun phrases in creole languages*. A multi-faceted approach. John Benjamins, 2007.

BARIKMO, Heather. Perspectives on creole genesis and language acquisition. Teachers College, Columbia University working papers in TESOL & Applied Linguistics, the 2007 APPLE award winning M.A. *Essay in Applied Linguistics*, 7(2), 2007, p. 1–25.

BAXTER, Alan. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulização prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992, p. 7-36.

BAXTER, Alan. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro - divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 14, 1995, p. 72-90.

BAXTER, Alan. O português vernáculo do Brasil – Morfossintaxe. In: PERL, Matthias; SCHWEGLER, Armin (Ed.). *América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesa y criollas*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid : Iberoamericana, 1998. p. 97-134.

BAXTER, Alan. The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese.” In G. Escure & A. Schwegler (eds.) *Creoles, Contact and Language change: Linguistics and social implications*. Amsterdam: John Benjamins, 2004, p. 97-126.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. Bare definite reference NPs in an Afro-Brazilian Portuguese dialect. In: *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, Madrid, v.4, n.1, 2006, p. 55-70.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvecia (Bahia). In Klaus Zimmerman (ed.) *Actas del Congreso Internacional sobre Lenguas Criollas de Base Española y Portuguesa*. Berlin: Instituto Ibero-Americano, 1999, p.119-141.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; GUIMARÃES, Maximiliano. Gender agreement as a decreolizing feature of the Afro-Brazilian rural dialect of Helvécia. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, Filadélfia; Amsterdam, v. 12, n 1, 1997. p. 1-57.

BEGUIN, Augusto. Inventário 7/3260/0/4, Mucuri. Seção Judiciária, Inventários e testamentos, Arquivo Público do Estado da Bahia, 1872.

- BENDOR-SAMUEL, John. *Bantu Languages*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/art/Bantu-languages>>. Acesso em 08 de dezembro de 2018.
- BEVILÁQUA, Kayron. *Sintagmas Nominais Nus: um experimento sobre a distinção contável-massivo no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- BICKERTON, D.; GIVÓN, T. Pidginization and syntactic change: From SXV and VSX to SVX. In: *Papers from the Parasession on Diachronic Syntax*, S. B. Steever, C. A. Walker e S. Mufwene, 1976. (eds.), 9–39. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- BICKERTON, Derek. The Language Bioprogram Hypothesis. *Behavioural and Brain Sciences*, Cambridge, n.7, 1984, p. 173-203.
- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Berlim: Language Science Press, 2016.
- CAMACHO, Roberto; PEZATTI, Erotilde. Nomes contáveis e não contáveis. In: *Alfa*. São Paulo, v.40 1996, p. 59-74.
- CARLSON, Greg. *Reference to Kinds in English*. 1977. Tese. (Doutorado) - University of Massachusetts, Amherst. Garland Press, New York, 1980.
- CARMO, Alane. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888)*. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CASTRO, Ana; PRATAS, Fernanda. Capeverdean DP-internal agreement. In: João Costa & Maria Cristina Figueiredo Silva (eds.) *Studies on Agreement*. Amsterdam: John Benjamins, 2006 .p.11-24.
- CHAUDENSON, R. Créoles françaises et variétés de français. *L'information grammatical* 89: 32–37, 2001.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Reference to Kinds across Languages*. *Natural Language Semantics* 6, 1998b, p. 339-405.
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick & ROSEMBAUM, P. (eds.) *Reading in English Transformational Grammar*. Massachusetts, 1970, p.184-221.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language: its origin, nature and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *O programa minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

- DEGRAFF, Michel. *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.
- DEGRAFF, Michel. Against creole exceptionalism. *Language* 79(2). DOI: 10.1353/lan.2003.0114, 2003, p. 391-410.
- DEGRAFF, M. Morphology and word order in “creolization” and beyond. In *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*, G. Cinque and R. Kayne (eds.), 293–372. New York: Oxford University Press, 2005.
- DUARTE, Maria Eugênia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: KATO, Mary; ROBERTS, Ian (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 107-128.
- DUARTE, Maria Eugênia. Avanço no estudo da mudança sintática associando a teoria da variação e mudança e a teoria de princípios e parâmetros. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: UNICAMP, v.57, n. 1, 2015, p. 85-111.
- EMMERICH, Charlotte. *A língua de contato no Alto Xingu*. Rio de Janeiro: UFRJ. (Tese de Doutorado), 1984.
- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, C. et al. (Org.) *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1984. p. 21-32.
- FLAUSINO, Camila. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas da UFJF, Juiz de Fora.
- FRANÇA, Aniela. Comparação entre aquisição de Português e Inglês como L2. *Papia: revista de crioulos de base ibérica*, v.9. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 43-51.
- GALVES, Charlotte. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio de Linguística*. 13, 1987, p. 31-50.
- GIFFONI, José. *Trilhos arrancados: História da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978-1966)*. 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GIESBRACHT, Ralph. *Estações Ferroviárias do Brasil: Estados de Minas Gerais e Bahia*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas/bahia-minas.htm>> . Acesso em: 18 de jan. de 2019.

- GUY, G.R. Advanced VARBRUL analysis, in K. Ferrara, B. Brown, K. Walters, and J. Baugh (eds), *Linguistic Change and Contact*. Austin, Texas: Department of Linguistics, University of Texas at Austin. 1988, p. 124–136.
- GUY, Gregory R; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- Helvécia, que já foi Colônia Leopoldina, é um quilombo fundado por alemães e suíços*. Extremus 21, Bahia, 30 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.extremus21.com.br/extremo-sul/aguas-das-baleias/helvecia-que-ja-foi-colonia-leopoldina-e-um-quilombo-fundado-por-alemaes-e-suicos-conheca-a-historia>>. Acesso em 27 out. 2017.
- GUTMAN, Alejandro; AVANZATI, Beatriz. Bantu Languages. 2013 Disponível em: <www.languagesgulper.com/eng/Aboutus.html> Acesso em 07 de dezembro de 2018.
- HOLM, J. Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole, In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 37-66.
- HOLM, John. *Languages in Contact: The Partial Restructuring of Vernaculars*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- HOLM, John. *Languages in contact: the partial restructuring of Vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HYMAN, L.; KATAMBA, F. (1993) The augment in Luganda: syntax or pragmatics?. In Sam Mchombo (ed.), *Theoretical aspects of Bantu grammar*. Stanford: C.S.L.I, 1993, p. 209-256.
- IONIN, Tania; ZUBIZARRETA, Maria Luisa; BATISTA-MALDONADO, Salvador. Sources of linguistic knowledge in the second language acquisition of English articles. *Lingua*, 118, 2008, p.554-576.
- IORIO, David. The noun phrase in Kibembe (D54). *Newcastle Working Papers in Linguistics*, 2011. p. 46-66.
- JANSON, T. *Articles and plural formation in creoles: change and universals*. *Lingua*, 1984, p. 291-329.
- Jornal Estado de Minas. *Fim da ferrovia Bahia-Minas deixou deserto de empregos*. 04 de ago. de 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/08/04/internas_economia,674982/>

fim-da-ferrovia-bahia-minas-deixou-deserto-de-empregos.shtml> . Acesso em: 04 de jan de 2019.

KAY, P.; G. SANKOFF. A language-universals approach to pidgins and creoles. In *Pidgins and Creoles: Current Trends and Prospects*, D. DeCamp; E. F. Hancock (eds.), 61–72. Washington, DC: Georgetown University Press, 1974.

KOUWENBERG, Silvia; SINGLER, John Victor. Introduction. In: *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. 1 ed. Wiley-Blackwell Publishing, 2008. Introdução, p. 1-16.

LABOV, William (1983) [1972]. *Modelos Sociolinguísticos*. Madrid: Cátedra. Original de 1972.

LEFEBVRE, C.; LUMSDEN, J. Relexification in creole genesis. In *The Central Role of Relexification in Creole Genesis: The Case of Haitian Creole*, C. Lefebvre and J. S. Lumsden (eds.) Research report prepared for SSHRCC on the project *La genèse du créole haïtien: un cas particulier d'investigation sur la forme de la grammaire universelle*, Université du Québec à Montréal, 1994.

LEFEBVRE, C. The tense, mood and aspect system of Haitian Creole and the problem of transmission of grammar in creole genesis. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 11(2): 231–311, 1996.

LEFEBVRE, Claire. *Creole Genesis and the Acquisition of Grammar: the case of Haitian creole*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LEFEBVRE, Claire. On the principled nature of the respective contributions of substrate and superstrate languages to a creole lexicon. In: CREOLE LANGUAGE STRUCTURE BETWEEN SUBSTRATES AND SUPERSTRATES CONFERENCE, Leipzig, 2005 p. 197-223.

LEFEBVRE, Claire. *Relabelling: a major process in language contact*. Journal of language contact: thema 2, 2008, p. 91-111

LICERAS et al. L2 Acquisition as a Process of Creolization: Insights from Child and Adult Code-Mixing. IN: Lefebvre, C; White, L; Jourdan, C. (Eds.). *L2 Acquisition and Creole Genesis: Dialogues*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2006.

LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: The MIT Press, 1991.

LIGHTFOOF, David. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LONGOBARDI, Giuseppe. *Comparative semantics and syntactic parameters: a unified theory of bare nouns and proper nouns*. Ms., Università di Trieste, 1998.

LUCAS, Rosana. *Perspectivas para uma nova abordagem da estrutura interna do SN em português*. 1988. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.

LUCCHESI, Dante; MACEDO, Alzira. Variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. *Papia: revista de crioulos de base ibérica*, v. 9. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 20-36.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000a. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi, Dante, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (eds.) *O Português Afro-Brasileiro*, Salvador: Edufba, 2009. p. 101-123.

LUCCHESI, Dante. A realização do sujeito pronominal. In: Lucchesi, Dante, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (eds.) *O Português Afro-Brasileiro*, Salvador: Edufba, 2009. p. 167-183.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza. (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante; Araújo, Silvana. O sistema de expressão de posse. In: BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza. (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 489-511.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*, 2009, p. 125-153.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

LUMSDEN, J. Language acquisition and creolization. In: *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development*, M. DeGraff (ed.), 129–157. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.

LYONS, Christopher. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.) *Sete estudos sobre o português kamayurá*. Salvador: UFBA; PROED, 1988.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MEGENNEY, William, W. Helvecian Portuguese: vernacular dialect or true creole. In: *Journal of pidgins and creole languages*. John Benjamins B. V.: p. 237-240, 1993.
- MCWORTHER, John. Identifying the Creole Prototype: Vindicating a Typological Class. In: *Language*, vol. 74, n. 4. p. 788-818, 1998.
- MOORE NEVES, Paloma. *SDs Nus na Posição de Objeto no Português Afro-Brasileiro de Helvécia*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- MEISEL, Jürgen. *First and second language acquisition: parallels and differences*. Cambridge University Press: Cambridge, 2011.
- MUFWENE, Salikoko. Transfer and the substrate hypothesis in creolistics. *Studies in Second Language Acquisition* 12: 1–23, 1990.
- MUFWENE, Salikoko. Creolization is a social, not a structural, process. In: NEUMANN-HOLZSCHUH & SCHNEIDER (eds). *Degrees of restructing in creole languages*, 2000, p. 64–84.
- MULLER, Ana. Nomes Nus e o Parâmetro Nominal no Português Brasileiro. *Revista Letras* (Curitiba), UFPR, Curitiba, v. 58, p. 331-344, 2002.
- NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gerard. Introduction. In Nurse, Derek e Philippson, Gerard (eds.) *The Bantu languages*. London: Routledge, 2003. p.1-12.
- OLIVEIRA, Luanda. *O uso variável do artigo definido na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia*. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- OLIVEIRA, Alan de. Análise quantitativa no estudo da variação linguística: noções de estatística e análise comparativa entre Varbrul e SPSS. In: *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte: v. 17, n. 2, 2009, p. 93-119.
- PONTES, Eunice. Os determinantes em português. In: *Anais do II Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC, p. 204-220, 1997.
- RAMOS, Rosamaria. *A questão da escolaridade nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*. Piracicaba, P, 2009. 78 f. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/45263020-A-questao-da-escolaridade-nas-comunidades-quilombolas-do-vale-do-ribeira.html> > Acesso em: 24 nov. 2017.

- RIBEIRO, Ilza. *O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa*. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS CRIoulos E SIMILARES, 2010.
- ROBERTS, Ian. *Verbs and diachronic syntax: a comparative history of English and French*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. *Buscar menino no colégio*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. *Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese*. 1999.
- SCHWARTZ, Bonnie; SPROUSE, Rex. L2 cognitive states and the full transfer/full access model. *Second Language Research*, 1996. p. 40-72.
- SCHWARTZ, Bonnie; SPROUSE, Rex. Generative approaches and the poverty of the stimulus. In: Herschensohn, J.R. & Young-Scholten, M. (eds), *The Cambridge handbook of second language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 137-158.
- SELINKER, Larry. *Interlanguage*. IRAL, International Review of Applied Linguistics in Language Teaching. 10:3, 1972.
- SIEGEL, Pidgins/Creoles and Second Language Acquisition. In: *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. 1 ed. Wiley-Blackwell Publishing, 2008. cap. 8, p. 189-218.
- SPROUSE, R. A. Creoles and interlanguages, conclusions and research desiderata: A reply to Plag. *Language, Interaction and Acquisition* 1, p. 273-291, 2009.
- SPROUSE, Rex. The invisibility of SLA theory in mainstream creole linguistics. In: *Second Language Research* 26 (20), 2010, p. 261-277.
- TAGLIAMONTE, Sali. *Analysing Sociolinguistic Variation: Key Topics in Sociolinguistics*. Cambridge University Press: New York, 2006.
- TAGLIAMONTE, Sali. *Variationist Sociolinguistics: Change, Observation, Interpretation*. Blackwell Publishing. 1 ed, 2012.
- TAGLIAMONTE, Sali. *Making Waves: The Story of Sociolinguistic Variationist*. Wiley Blackwell: Chichester, 2016.
- TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996 [artigo originalmente publicado em 1986]. p. 35-68.

- TARALLO, Fernando. Por uma Sociolinguística Românica “Paramétrica”: Fonologia e Sintaxe. In: *Ensaio de Linguística*, UFMG, v. 13, p. 51-84, 1987.
- TARALLO, Fernando; KATO, Mary. Harmonia trans-sistêmica : variação inter e intra-linguística . Campinas: Preedição, 1989.
- TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. *Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX - A viagem de Naeyer, volume 2*. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e Fundação Pedro Calmon, 2011.
- THOMASON, Sarah. Pidgins/Creoles and Historical Linguistics. In: *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. 1 ed. Wiley-Blackwell Publishig, 2008. cap. 10, p. 242-262.
- VELUPILLAI, Viveka. *Pidgins, Creoles and Mixed Languages: an introduction*. Amsterdã: John Benjamin Publishing, 2015.
- WALL, Albert. The distribution of specific and definite bare nominals in Brazilian Portuguese. In: Kabatek, Johannes; Wall, Albert (orgs.). *Bare Noun Phrases in Romance: theory and (empirical) data*. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- WINFORD, Donald. *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- WINFORD, Donald. On the unit of contact phenomena: the case for imposition. In: *In and out of Africa: languages in question*. Louvaina: Peeters Publishers, 2013, p. 43-71.
- WINFORD, Donald. *World Englishes and creoles*. In: Filppula, Klemola e Sharma. Oxford English Books, Online DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199777716.013.011 , 2014.